



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

ELIS ANGELA FRANCO FERREIRA SANTOS

**O POLITICAMENTE CORRETO CONSERVADOR:
HOMOAFETIVIDADE EM HQ DA MARVEL E SEUS EFEITOS
POLÊMICOS NA BIENAL DO RIO 2019**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ELIS ANGELA FRANCO FERREIRA SANTOS

**O POLITICAMENTE CORRETO CONSERVADOR:
HOMOAFETIVIDADE EM HQ DA MARVEL E SEUS EFEITOS
POLÊMICOS NA BIENAL DO RIO 2019**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Nascimento Silva

Feira de Santana-BA
2026

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

Santos, Elis Angela Franco Ferreira
S234p O politicamente correto conservador: homoafetividade em HQ da
Marvel e seus efeitos polêmicos na Bienal do Rio 2019 / Elis Angela
Franco Ferreira Santos. - 2026.
238f.: il.

Orientador: Lucas Nascimento Silva

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2026.

1. Politicamente correto conservador. 2. Argumentação. 3.
Polêmica. 4. Homoafetividade. 5. Bienal do Rio de Janeiro 2019. 6.
Censura. I. Silva, Lucas Nascimento, orient. II. Universidade Estadual
de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos. III. Título.

CDU: 801: 613.85

TERMO DE APROVAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

O POLITICAMENTE CORRETO CONSERVADOR: HOMOAFETIVIDADE EM HQ DA MARVEL E SEUS EFEITOS POLÊMICOS NA BIENAL DO RIO 2019

ELIS ANGELA FRANCO FERREIRA SANTOS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, área de concentração Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa Práticas textuais e discursivas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 20 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS NASCIMENTO SILVA**
Data: 01/06/2026 12:00:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Nascimento Silva
Universidade Estadual de Feira de Santana
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO SEIXAS PEREIRA BARBOSA**
Data: 02/06/2026 10:48:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Seixas Pereira Barbosa
Universidade Estadual de Feira de Santana
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
 **ISABEL CRISTINA MICHELAN DE AZEVEDO**
Data: 01/06/2026 15:22:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Universidade Estadual de Feira de Santana
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
 **ARGUS ROMERO ABREU DE MORAIS**
Data: 02/06/2026 12:47:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Argus Romero de Abreu Moraes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Examinador Externo

Documento assinado digitalmente
 **WANDER EMEDIATO DE SOUZA**
Data: 03/06/2026 04:21:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wander Emediato de Souza
Universidade Federal de Minas Gerais
Examinador Externo

Aos que vieram antes de mim, aos que caminharam comigo e aos que virão depois, pela coragem de trilhar o caminho da pesquisa acadêmica.

À memória de minha mãe, Heloisa Alves Franco, pelos importantíssimos saberes não acadêmicos que me legou.

Às minhas filhas, Beatriz e Maria Elis, para que entendam que os caminhos já foram abertos.

AGRADECIMENTOS

À força criadora que rege o universo, agradeço pela oportunidade de existir e poder ir além, no campo acadêmico, dos meus ancestrais. Aos amigos, familiares e professores que me fizeram crer em minha capacidade, motivando-me a superar as condições adversas nas quais nasci e fui criada. À Luiza Exdra e à Marta Pastor, colegas da turma 2022, pelo afeto recíproco e laços construídos, minha gratidão.

Ao professor Doutor Lucas Nascimento Silva, meu orientador, pela maneira ética, afetuosa e competente como conduziu todo o processo, desde meus primeiros passos no Dialógicos - Grupo de Estudos em Discurso e Argumentação - até a conclusão desta pesquisa; e aos colegas do grupo (Priscila, Fagner, Tarcísio, Márcio, Bianca, Sara e Clara) pela acolhida e troca de saberes, meus agradecimentos.

À Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), por ser a instituição que me acolheu na graduação, especialização, mestrado e doutorado, oportunizando-me uma formação mediada por excelentes profissionais; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento parcial da pesquisa, sou grata. A todas as pessoas que facilitaram a minha vida, foram escuta atenta e companhia sagrada durante os quatro desafiadores anos de estudo, minha sincera gratidão.

*Esses homens! Todos puxavam o mundo para si,
para concertar o concertado. Mas cada um só vê
e entende as coisas dum seu modo.*
(Rosa, 2021, p. 21)

*De fato, numa democracia pluralista, as
diferenças e as tensões devem poder ser ditas,
apesar da utopia de um consenso pacificador.*
(Amossy, 2017, p. 2023)

*As pessoas têm formas diferentes de se relacionar
com a informação disponível em seus cérebros.
Algumas ficam apegadas a ela e outras se
arriscam mais na hora de modificá-las.*
(Riso, 2019, p.19)

RESUMO

A investigação sobre o politicamente correto conservador e seu potencial para engajar pessoas em um dissenso é o objetivo deste trabalho. O evento polêmico analisado envolveu conservadores e reformistas nos costumes em torno da disputa de sentido referente à representação do beijo homoafetivo na HQ *Vingadores: a cruzada das crianças* (Heinberg e Cheung, 2016), na Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, em 2019, e os *corpora* selecionados para análise constituem-se de tuítes, notas taquigráficas de discursos em Plenária da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e de um vídeo publicado no *Youtube*. A disputa ocorreu porque o prefeito Marcelo Crivella, ao considerar o beijo homoafetivo conteúdo impróprio e alegando proteger as famílias e as crianças, autorizou o recolhimento dos exemplares da HQ, sendo apoiado pelo vereador Isquierdo. Tal fato engajou polemicamente o *influencer* Felipe Neto e quatro vereadores contrários à decisão, bem como outros cidadãos que realizaram atos práticos de resistência (distribuição e publicação de livros, manifesto contra a censura, beijaço e Bancada do Livro) à atitude do prefeito, os quais foram também analisados. A análise dos atos discursivos foi empreendida a partir da base teórico-metodológica da Análise Dialógica da Argumentação proposta por Nascimento (2018), a qual possibilita compreender o fenômeno argumentativo para além do consenso, contemplando, assim, o dialogismo polêmico e os efeitos de sentido acerca da homoafetividade. Quanto à análise dos atos práticos, foi necessário formular proposições que descem conta de compreender suas condições de possibilidades e seus efeitos. Para tanto, apresentei quatro hipóteses. A primeira e principal hipótese é a de que no Brasil ocorrem atos de controle discursivos, de representações artísticas e comportamentais por parte da ala conservadora, o que denominei *politicamente correto conservador nos costumes*, prática antecedente ao que se tem considerado *politicamente correto reformista*, sendo aquele hegemônico ao longo dos anos, por isso não classificado. A segunda refere-se ao fato de a polêmica da Bienal ter sido motivada pelo politicamente correto conservador quanto à pauta homoafetiva. A terceira propõe que a tentativa de censura por parte de Crivella, a primeira ocorrida na história da Bienal, foi potencializada pela tríade governamental conservadora formada por Crivella (municipal), Wilson Witzel (estadual) e Bolsonaro (federal). Por fim, proponho como quarta hipótese que um ato polêmico, discursivo ou prático, dependendo de como é avaliado pelos oponentes em uma disputa em termos de risco social e não garantia de direitos, pode desencadear ato prático de resistência ao qual denominei *efeito polêmico de resistência pacífica*, cujo fito é demonstrar firmeza de opinião e/ou interromper uma ação em andamento. Ao final do processo analítico, entre outros resultados, identifiquei na enunciação dos conservadores a construção de um *ethos* discursivo protetor da família e da criança, e combativo da homoafetividade, uma vez que esta foi considerada como antimodelo (argumento) e sua representação na HQ capaz de influenciar a formação da sexualidade das crianças, por isso a tentativa de proibir a venda dos exemplares. Quanto aos representantes reformistas, também enunciaram um *ethos* combativo, porém com o fito de interromper e/ou questionar uma ação considerada contrária ao direito à igualdade de gênero e sexualidade, além disso, censora. Portanto, reivindicaram a regra da justiça (argumento) no tratamento das representações afetivas de um beijo. Além desses, outros resultados mostraram-se satisfatórios quanto à confirmação das hipóteses apresentadas nesta tese.

Palavras-chaves: Politicamente correto conservador. Argumentação. Polêmica. Homoafetividade. Bienal do Rio de Janeiro 2019. Censura.

ABSTRACT

This study aims to investigate conservative political correctness and its potential to engage people in dissent. The polemical event analyzed involved conservatives and reformists in matters of custom surrounding the dispute over the representation of a homoaffective kiss in the comic book *Vingadores: A Cruzada das Crianças* (Heinberg and Cheung, 2016), which took place at the Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro in 2019. The corpus selected for analysis consists of tweets, stenographic notes from speeches in a plenary of the Rio de Janeiro City Council, and a video published on YouTube. The dispute arose when Mayor Marcelo Crivella, labeling the same-sex kiss as inappropriate content and claiming to protect families and children, authorized the seizure of the books, a decision supported by councilman Isquierdo. This fact controversially engaged influencer Felipe Neto, four city councilors opposed to the decision, as well as various citizens who carried out practical acts of resistance (distribution and publication of books, an anti-censorship manifesto, a kiss-in, and a Book Caucus) against the mayor's attitude, which were analyzed. The analysis of the discursive acts was undertaken based on the theoretical-methodological framework of the Dialogical Analysis of Argumentation proposed by Lucas Nascimento (2018), which makes it possible to understand the argumentative phenomenon beyond agreement and consensus, thus contemplating polemical dialogism and the effects of meaning regarding same-sex affectivity. Regarding the analysis of practical acts, it was necessary to formulate propositions for understanding their conditions of possibility and their effects. To this end, I presented four hypotheses. The first and main hypothesis is that in Brazil, acts of discursive control, of artistic and behavioral representations, are carried out by the conservative wing, which I have termed conservative political correctness in customs, a practice that precedes what has been considered reformist political correctness, the former being hegemonic over the years, and therefore not classified. The second hypothesis refers to the fact that the controversy surrounding the Biennial was motivated by conservative political correctness regarding the issue of the homoaffectivity agenda. The third proposes that Crivella's attempted censorship, the first in the Biennial's history, was amplified by the conservative governing triad formed by Crivella (municipal), Wilson Witzel (state), and Bolsonaro (federal). Finally, I propose as a fourth hypothesis that a polemical act, discursive or practical, depending on how it is evaluated by opponents in a dispute in terms of social risk and lack of guarantee of rights, can trigger a practical act of resistance, which I have termed the polemical effect of peaceful resistance, whose aim is to demonstrate firmness of opinion and/or interrupt an ongoing action. At the end of the analytical process, among other results, I identified in the conservatives' enunciation the construction of a discursive ethos protective of family and children, and combative towards homoaffectivity, since this was considered an anti-model (argument) and its representation in comics capable of influencing the formation of children's sexuality, hence the attempt to prohibit the sale of copies. As for the reformist representatives, they also enunciated a combative ethos, but to interrupt and/or question an action considered contrary to the right to gender and sexuality equality, in addition to a censoring action. Therefore, they claimed the rule of justice (argument) in the treatment of affective representations of a kiss. In addition to these, other results were satisfactory in confirming the hypotheses presented in this thesis.

Keywords: Conservative political correctness. Argumentation. Polemics. homoaffectivity. Rio de Janeiro Biennial 2019. Censorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Reprodução do beijo entre Wiccano e Hulkling	113
Figura 2	Memes criticam tentativa de prefeito de censurar livro de HQ na	122
-	Bienal	
Figura 3 -	Participante do ato de distribuição de livros na Bienal	192
Figura 4 -	Beijaço durante a Bienal 2019	198
Figura 5 -	Reprodução da capa do romance <i>O primeiro beijo de Romeu</i>	210
Figura 6 -	Reprodução da capa do livro <i>Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?</i>	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Reconstrução do argumento de Crivella sobre proteção da família	122
Quadro 2 -	Reconstrução do argumento de Isquierdo e Crivella sobre proteção da criança	131
Quadro 3 -	Reconstrução do argumento de Isquierdo sobre <i>ethos</i> não homofóbico	135
Quadro 4 -	Reconstrução do argumento base do <i>alter ethos</i> homofóbico	135
Quadro 5 -	Reconstrução do argumento ativista de Felipe Neto	147
Quadro 6 -	Modalidade ilocucionária/interlocutiva	158
Quadro 7 -	Modalidade volitiva	161
Quadro 8 -	Modalidade deôntica positiva	162
Quadro 9 -	Modalidade deôntica negativa	163
Quadro 10 -	Modalidade axiológica	164
Quadro 11 -	Modalidade evidencial	166
Quadro 12 -	Modalidade ilocucionária/interlocutiva	167
Quadro 13 -	Modalidade volitiva	168
Quadro 14 -	Modalidade axiológica	170
Quadro 15 -	Modalidade deôntica positiva	175
Quadro 16 -	Modalidade deôntica negativa	177
Quadro 17 -	Modalidade epistêmica	176
Quadro 18 -	Modalidade evidencial	180
Quadro 19 -	Cronologia dos atos práticos de resistência pacífica	186

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC -	Análise Crítica do Discurso
AD -	Análise do Discurso
ADA -	Análise Dialógica da Argumentação
ADD -	Análise Dialógica do Discurso
CMRJ -	Câmara Municipal do Rio de Janeiro
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPRP -	Efeito polêmico de resistência pacífica
HQ -	História em quadrinhos
LGBTQIA+-	Lésbica, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais
ONG-	Organização não governamental
PATRO -	Partido Patriota
PC -	Politicamente correto
PCR -	Politicamente correto reformista
PCRC -	Politicamente correto reformista nos costumes
PDC -	Projeto de Decreto Legislativo
PI -	Politicamente incorreto
PL -	Partido Liberal
PL -	Projeto de Lei
PLS -	Partido Liberal Social
PLS -	Projeto de Lei do Senado
PODE -	Partido Podemos
PR -	Partido Republicanos
PSC -	Partido Social Cristão
PSDB -	Partido Social Democracia Brasileira
PSL -	Partido Social Liberal
PSOL -	Partido Socialismo e Liberdade
PT -	Partido dos Trabalhadores
PTN -	Partido Trabalhista Nacional
SNEL -	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
TJRJ -	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
UEFS -	Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O DEBATE EM TORNO DO POLITICAMENTE (IN)CORRETO	23
2.1 <i>O POLITICAMENTE (IN)CORRETO ENQUANTO AÇÃO POLÍTICA</i>	<i>24</i>
2.1.1 Reformistas e o politicamente correto: o combate ao preconceito e à opressão	27
2.1.1.1 Politicamente correto reformista ou wokismo?	31
2.1.2 O politicamente incorreto e afronta aos reformistas.....	34
2.1.3 Conservadores e o politicamente correto: a manutenção de costumes	37
2.1.4 Politicamente correto, livros e infância no Brasil.....	40
3 ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO: O MÉTODO ANALÍTICO	44
3.1 <i>BAKHTIN, O CÍRCULO E OS ASPECTOS FUNDANTES DA ADA</i>	<i>45</i>
3.1.1 A perspectiva enunciativa e dialógica do discurso	45
3.1.2 Cronotopo, exotopia e a empatia discursiva no processo da ADA.....	51
3.1.3 Os sujeitos argumentantes e o analista na perspectiva da ADA	54
3.2 <i>AS CONTRIBUIÇÕES DA NOVA RETÓRICA PARA A ADA.....</i>	<i>57</i>
3.2.1 Retórica: aspectos fundantes	57
3.2.2 A Nova Retórica, o papel do auditório e as técnicas argumentativas	60
3.3 <i>OS CAMINHOS DA ADA: ORADOR, AUDITÓRIO E ADESÃO.....</i>	<i>65</i>
3.3.1 A relação intersubjetiva entre orador e o auditório na construção da argumentação	66
3.3.2 A argumentação para além da adesão: o discurso polêmico.....	67
4 A POLÊMICA E SEUS EFEITOS.....	71
4.1 <i>O QUE É MESMO A POLÊMICA?.....</i>	<i>71</i>
4.1.1 A má fama da polêmica e seu papel na democracia	72
4.1.2 A relação com o oponente: algumas características da polêmica	76
4.1.3 A polêmica e a expressão do <i>pathos</i>.....	79
4.1.4 Polêmica: entre o simbólico e o diabólico.....	81
4.2 <i>EFEITO POLÊMICO DE RESISTÊNCIA PACÍFICA: O ATO PRÁTICO</i>	<i>82</i>
4.2.1 Resistência pacífica: o efeito polêmico para além do aspecto aguerrido	82
4.3 <i>A HOMOSSEXUALIDADE ENQUANTO TEMA SOCIAL SENSÍVEL: CONSERVADORES E REFORMISTAS EM DISPUTA.....</i>	<i>90</i>
4.3.1 Conservadores nos costumes e a homossexualidade enquanto ameaça	90
4.3.2 Reformistas e a homossexualidade enquanto manifestação legítima da sexualidade	93
5 A BIENAL 2019 E O CRONOTOPO DO EVENTO POLÊMICO.....	98
5.1 <i>ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E A PAUTA DOS COSTUMES NO BRASIL</i>	<i>99</i>
5.1.1 Midiosfera extremista e expansão da extrema direita no Brasil.....	100
5.2 <i>O OBJETO DO DESACORDO: A HQ VINGADORES E A TENTATIVA DE CENSURA.....</i>	<i>107</i>
5.2.1 Os jovens Vingadores e a trajetória até o polêmico beijo entre Wiccano e Hulkling.....	107
5.2.2 Ressignificação da “Cruzada das Crianças” e o combate aos Filhos da Serpente: a polêmica interna	114

5.2.3 A polêmica externa: Crivella e a tentativa de censura da HQ <i>Vingadores</i>	117
6 CONSERVADORES NOS COSTUMES E SEUS POSICIONAMENTOS.....	123
6.1 EM NOME DAS FAMÍLIAS E DAS CRIANÇAS: A TENTATIVA DE CENSURA DO BEIJO HOMOAFETIVO	123
6.1.1 Os <i>ethos</i> protetor e combativo: defesa da família tradicional e combate à família homoafetiva	124
6.1.2 Os <i>ethos</i> indignado e protetor das crianças: a indignação diante da “influência” homoafetiva na formação infantil.....	127
6.2 OS MICROATOS POLÊMICOS HOMOFOBIA E CENSURA EM DISPUTA.....	132
6.2.1 O <i>ethos</i> não homofóbico em reposta ao <i>alter ethos</i> homofóbico e o microato polêmico homofobia	132
6.2.2 O microato polêmico censura e o <i>ethos</i> não censor	136
6.3 RETOMANDO POLÊMICAS EM TORNO DA SEXUALIDADE E DO GÊNERO.....	141
7 REFORMISTAS NOS COSTUMES E SEUS POSICIONAMENTOS	145
7.1 EM DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: O ENGAJAMENTO DOS REFORMISTAS NOS COSTUMES NA POLÊMICA	145
7.1.1 O <i>ethos</i> ativista de Felipe Neto.....	146
7.1.2 Reformistas e o <i>ethos</i> combativo ao discurso e à ação de conservadores nos costumes.....	149
7.2 OS MICROATOS POLÊMICOS BEIJO E FAMÍLIA EM DISPUTA.....	150
7.2.1 O microato polêmico beijo.....	150
7.2.2 O microato polêmico família	153
8 A MODALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO POLÊMICA	156
8. 1 A MODALIZAÇÃO DISCURSIVA DOS CONSERVADORES NOS COSTUMES	158
8.1.1 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade ilocucionária.....	158
8.1.2 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade volitiva.....	161
8.1.3 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade deontica positiva	162
8.1.4 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade deontica negativa.	163
8.1.5 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade axiológica.	164
8.1.6 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade evidencial.	166
8. 2 A MODALIZAÇÃO DISCURSIVA DOS REFORMISTAS NOS COSTUMES.....	167
8.2.1 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade ilocucionária.	167
8.2.2 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade volitiva	168
8.2.3 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade axiológica.	170
8. 2.4 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade deontica positiva	175
8.2.5 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade deontica negativa	177
8.2.6 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade epistêmica	179
8.2.7 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade evidencial	180
9 ANÁLISE DOS ATOS POLÊMICOS PRÁTICOS DE RESISTÊNCIA PACÍFICA.....	184
9.1 NA EFERVESCÊNCIA DA POLÊMICA: OS ATOS EM CURTO PRAZO.....	187
9.1.1 Felipe Neto e a distribuição de livros de temática LGBTQIA+	187
9.1.1.1 A posição social de Felipe Neto como potencializadora da ato de resistência	187
9.1.1. 2 O alcance da distribuição de livros e possíveis efeitos da ato de resistência	191
9.1.2 Beijato: o beijo coletivo enquanto ato político.....	194

9.1.2.1 O Beijato enquanto ato responsivo em curto prazo e o <i>ethos</i> prévio Giowana Cambrone, sua organizadora	195
9.1.2.2 O Facebook como ponto de partida para o ativismo além das redes.....	196
9.1.2.3 A realização do Beijato e seus efeitos.....	198
9.1.3 Manifesto contra a censura na bienal.....	199
9.1.3.1 Autores e editores em resistência	199
9.2 O PERIGO ESPECÍFICO PASSOU, MAS NÃO A PAUTA POLÊMICA: O ATO EM MÉDIO PRAZO ..	201
9.2.1 A Bancada do Livro: ato contínuo em defesa da leitura e da liberdade de expressão.....	202
9.2.1.1 Da instância cidadã à instância política: a candidatura coletiva da Bancada do Livro.....	203
9.2.1.2 Efeitos da Bancada do Livro	204
9.3 A FICCIONALIZAÇÃO E O ESTUDO ACADÊMICO DA POLÊMICA: OS ATOS EM LONGO PRAZO	205
9.3.1 O primeiro beijo de Romeu: a polêmica da Bienal ficcionalizada	205
9.3.1.1 Os atos discursivo e prático de resistência na ficcionalização do dissenso	206
9.3.1.2 O ofício profissional de Felipe Cabral enquanto facilitador da escrita e da publicação do livro	207
9.3.1.3 Os textos de apresentação do romance enquanto estratégia para adesão ao objeto-ato	208
9.3.1.4 Entre o real e o ficcional: o enredo do romance, alcance e efeitos da publicação	210
9.3.2 Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?: a pesquisa acadêmica sobre a polêmica ..	212
9.3.2.1 Condições de possibilidade para a escrita e publicação de um estudo acadêmico sobre a polêmica da Bienal	213
9.3.2.2 A proposta analítica de Gonzatti	215
9.3.2.3 Alcance e efeito da publicação do objeto-ato Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?	217
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
REFERÊNCIAS	225

1 INTRODUÇÃO

Se a polêmica não apresenta nenhuma vantagem, se merece apenas ser vilipendiada e banida, por que ela invade, de forma tão persistente, o espaço público? (Amossy, 2017, p. 8).

No dia 18 de setembro de 2025, a 4ª Câmara de Direito Público do Rio de Janeiro condenou o ex-prefeito do Rio, Marcelo Crivella, então deputado federal pelo Republicanos, a pagar uma indenização de cem mil reais por danos morais relativos à comunidade LGBTQIA+¹ (Giannini, 2025). Isso porque, em setembro de 2019, durante a realização da XIX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, Crivella autorizou, inicialmente sem nenhuma intervenção judicial, o recolhimento de exemplares da HQ *Vingadores: a cruzada das crianças* (Heinberg e Cheung, 2016), devido à imagem do beijo homoafetivo entre as personagens Wiccano e Hulkling, disparando, assim, o evento polêmico que engajou pessoas em defesa e contrárias à sua decisão.

Este trabalho visa analisar as condições de possibilidades para que o dissenso referente à tentativa de censura de Crivella por causa da representação artística de um beijo homoafetivo acontecesse, envolvendo conservadores e reformistas nos costumes em atos discursivos e práticos em defesa de seus valores. Ou seja, analisarei os efeitos polêmicos em torno da homoafetividade e da censura. Dessa maneira, estabeleci como *objetivo geral* compreender, sob a perspectiva de uma Análise Dialógica da Argumentação (ADA), a trajetória discursiva do evento polêmico envolvendo a HQ *Vingadores: a cruzada das crianças*, da Marvel, analisando os efeitos de sentido dos argumentos empregados no interior dos campos discursivos em disputa, bem como identificar e analisar os *efeitos polêmicos de resistência pacífica* e seus impactos.

Os *objetivos específicos* para alcançar o objetivo maior foram: (1) compreender como surgiu o evento polêmico selecionado para a análise, mapeando sua trajetória discursiva em diferentes esferas de atividades e gêneros do discurso; (2) identificar os motivos ideológicos que formaram condição de possibilidade para o surgimento da polêmica; (3) analisar os valores dos campos em disputa, assim como os efeitos de sentido dos posicionamentos e argumentos mobilizados; (4) analisar as condições de possibilidade para que um evento polêmico gere efeitos práticos, para além do discurso, e seus impactos.

¹ Reconheço o uso da sigla LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários e outros grupos), mas optei por usar LGBTQIA+ por ser menos extensa e dar conta da abordagem aqui realizada.

Meu interesse pelo tema da pesquisa nasceu durante as discussões do Dialógicos – Grupo de Estudos em Discurso e Argumentação –, da Universidade Estadual e Feira de Santana (UEFS), coordenado pelo professor Doutor Lucas Nascimento, quando tive contato com os estudos referentes ao discurso e à argumentação polêmicos. Outros fatores contribuíram significativamente para que eu escolhesse para análise a polêmica da Bienal 2019 e não outra. Além de escritora de textos literários, sou mestra em Literatura e Diversidade Cultural (UEFS), mediadora de leitura em ambiente escolar e outros espaços, portanto, a censura de livros é um tema caro a mim, independentemente do conteúdo temático que mobiliza o ato censor.

Durante a seleção dos *corpora* para a análise e de todo o processo de pesquisa, fui formulando algumas hipóteses, a partir da avaliação da conjuntura política e social do Brasil no momento da polêmica, e elenquei quatro para verificar se eram possíveis ou não de comprovação. A *primeira* delas foi a seguinte: (1) ocorre, no Brasil, estratégias de combate aos valores reformistas no que tange às representações artísticas e vivências contrárias aos padrões familiar, sexual e religioso considerados tradicionais, atitude que denominei *politicamente correto conservador nos costumes*, antecedente ao que se considera discurso *politicamente correto reformista*, sendo aquele hegemônico durante muitos anos, por isso não classificado, e que interferiu, de forma legal ou não, nas produções discursivas da população brasileira, controlando sua expressão pública. A *segunda*: (2) a polêmica da Bienal foi motivada pela expressão do politicamente correto conservador nos costumes, o qual provocou o dissenso em torno da representação da homoafetividade na HQ *Vingadores*.

Como *terceira* hipótese elenquei: (3) a tentativa de censura por parte de Crivella, a primeira ocorrida na história da Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, foi potencializada pelo fato de haver, em 2019, uma tríade governamental apoiadora de valores conservadores nos costumes, respectivamente, Marcelo Crivella (governo municipal), Wilson Wiltzel (governo estadual) e Jair Messias Bolsonaro (governo federal). Para concluir, a *quarta* hipótese: (4) um ato polêmico, discursivo ou prático, dependendo de como é avaliado por um dos lados da polêmica em termos de risco social e não garantia de direitos, pode desencadear efeitos de resistência, a saber, atos práticos, para além do discursivo, cujo fito é demonstrar firmeza de ponto de vista ou interromper uma ação em andamento.

Os *corpora* principais selecionados para a análise dos atos discursivos são formados por posicionamentos² de representantes do conservadorismo e do reformismo nos costumes. Representando os conservadores, analisarei os posicionamentos (notas taquigráficas) do

² Uso “posicionamento” aqui no sentido de ato de se posicionar, opinar, sem avaliar o conteúdo do posicionamento, o efeito de sentido, ou seja, o discurso.

vereador Alexandre Isquierdo na Plenária da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ), nos dias 04 e 11 de setembro de 2019, e uma postagem dele no *Twitter*³, dia 05. Da parte de Crivella, serão analisados tuítes dos dias 05, 06, 08 e 12 de setembro de 2019, incluindo textos e vídeos das postagens. Nos dois casos, pelo fato de Isquierdo e Crivella posicionarem-se, respectivamente, enquanto vereador e prefeito, considero os discursos deles como pertencentes ao campo político, embora atravessados por concepções do campo religioso evangélico.

Representando os defensores do reformismo nos costumes, realizarei a análise de um vídeo divulgado pelo *influencer* Felipe Neto em seu canal no *YouTube*, no dia 06 de setembro de 2019, e posicionamentos (notas taquigráficas) dos vereadores Tarcísio Motta, Renato Cinco, Leonel Brizola e Tereza Bergher na Plenária da CMRJ, no dia 11 de setembro de 2019. Os discursos dos vereadores fazem parte do campo político, enquanto o de Felipe Neto, divulgado na esfera digital, pode ser enquadrado como uma manifestação da *sociedade civil* (Charaudeau, 2018), sendo sua classificação em um campo discursivo mais complexa.

Os *corpora* selecionados para análise dos *atos práticos*, ou seja, os *efeitos polêmicos de resistência pacífica*, foram: (1) distribuição de livros realizada por Felipe Neto; (2) o “Beijato” organizado por Giowana Cambrone; (3) o manifesto contra a censura organizado por escritores e editores; (4) a Bancada do Livro, ação de agentes da cultura e da educação do Rio de Janeiro; (5) a publicação do romance *O primeiro beijo de Romeu* (2021), de Felipe Cabral e (6) a publicação do livro *Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil* (2022), de Christian Gonzatti. Nesse sentido, a abordagem analítica será realizada em duas etapas: atos discursivos e atos práticos.

Após a parte introdutória, na *segunda seção*, discorrerei sobre o debate em torno do politicamente (in)correto, contemplando a discussão sobre a *primeira* e a *segunda hipóteses* apresentadas. Nesse percurso, abordagens sobre o politicamente correto reformista, tanto de forma mais ampla, como em Muray (1991), Bock-Côté (2021), e em Neiman (2024) ao tratar do *wokismo*, quanto mais relacionada ao Brasil, como em Feres Júnior (2017), Fiorin (2008), Possenti (2025), Scabin (2018), Bosco (2017) e Pondé (2019) serão a base da problematização. Além disso, a questão do *politicamente incorreto* no Brasil será investigada a partir de Di Carlo e Kamradt (2018) e Pondé (2019), até chegar à formulação sobre a ocorrência do *politicamente correto conservador nos costumes* no Brasil, partindo de Nicolau (2020), mas ampliando a formulação da primeira hipótese.

³ Em outubro de 2022, o *Twitter*, após ser comprado por Elon Musk, passou a se chamar *X*. Contudo, optei por manter, durante a análise, o nome antigo da rede social por ser o utilizado quando da ocorrência da polêmica da Bienal.

Ainda nessa seção, tratarei do *politicamente (in)correto* enquanto uma ação política, elencarei, por sua vez, as características do politicamente correto reformista e conservador, além das do politicamente incorreto. E como a justificativa de Crivella para censurar a HQ foi proteger as crianças do conteúdo homoafetivo, dissertarei sobre a relação entre infância, livros e politicamente correto reformista e conservador no país. Para tanto, as discussões propostas por Brenman (2012 e 2018) serão úteis, bem como a análise de alguns exemplos envolvendo “condenações” de obras infantis devido a seus temas.

A *terceira seção* será dedicada à discussão acerca do aparato teórico-metodológico utilizado para a realização da análise dos discursos, a saber, a Análise Dialógica da Argumentação (ADA) (Nascimento 2018), cuja base é o encontro entre o pensamento de Bakhtin ((2020 [1986])), em *Para uma filosofia do ato responsável*, e o *Tratado da argumentação: a nova retórica* (Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014 [1958])). Para compreender melhor a proposta da ADA, será necessário recorrer a textos de Bakhtin (2011, 2016, 2018, 2020, 2022) e de outros autores do Círculo (Volóchinov, 2021), com o fito de aprofundar a perspectiva dialógica da análise aqui empreendida e de conceitos importantes como o de campo, empatia ativa, *cronotopo* e *exotopia*. Serão acionados, também, estudos de pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre a obra do Círculo, tais como Brait (2021, 2020), Fiorin (2020), Grillo (2021) e Sobral (2020).

Quanto à questão do estudo da argumentação, retomarei as ideias de Aristóteles, em *Retórica* (2011), a fim de demonstrar semelhanças e diferenças entre o pensamento aristotélico e o *Tratado da argumentação* no que tange ao papel da argumentação enquanto arte de persuadir, de provocar o assentimento, destacando o ponto principal do diálogo entre o *Tratado* e a ADA, ou seja, a relação entre orador e auditório. Também serão postas discussões sobre *logos*, *pathos* e *ethos*; lugares-comuns, acordos, *doxa*, técnicas argumentativas entre outros, recorrendo aos autores citados e a Amossy (2020) e Olímpio-Ferreira (2023), por exemplo. Por fim, demonstrarei que a ADA, ao contrário do que é defendido pelo *Tratado*, propõe a argumentação para além do acordo, o discurso polêmico.

Na *quarta seção*, abordarei aspectos relevantes do estudo da polêmica, passando por Bakhtin, ao tratar da polêmica aberta e velada (2022), e Amossy (2017), que explora em seus estudo questões como a dicotomização, a polarização, a violência verbal e a desqualificação do outro enquanto elementos do discurso polêmico. Também apresentarei as contribuições de Emediato (2023) acerca de um *tema social sensível* e de sua capacidade de motivar um dissenso. Voltarei a Nascimento (2018), a fim de tratar de conceitos caros à análise proposta neste trabalho, a saber, o de *polêmica* (desacordo profundo de valores); o de *evento polêmico* (o encontro de posicionamentos polêmicos, fundantes de campos discursivos antagônicos); o de

atos polêmicos (os acordos, as estratégias argumentativas e outros recursos mobilizados no processo argumentativo) e o de *microato polêmico* (uma palavra energizada por uma polêmica). Com relação ao caráter combativo do discurso polêmico, Volóchinov (2021) e Angenot (2015) serão acionados para o debate.

Dando continuidade à discussão, desenvolverei minha *quarta hipótese*, ou seja, o *efeito polêmico de resistência pacífica*, um ato (Bakhtin, 2020) prático, responsivo e não violento, em defesa de um valor amado. Definirei o que entendo por violência (Bonamigo, 2008), abordarei a relação entre polêmica e resistência, partindo de Amossy (2017), mas ampliando a questão; discutirei pontos importantes acerca da resistência pacífica (Gandhi e Tolstói, 2021) e elencarei as condições de possibilidade para a realização de um ato prático de resistência. Além disso, apresentarei minha posição acerca do enquadramento dos oponentes na disputa enquanto conservadores e reformistas nos costumes (sobretudo com relação à questão homoafetiva), distinção realizada a partir das discussões propostas por Coutinho (2014, 2024), Bobbio (2011), Sowell (2012) e Tarouco e Madeira (2013).

A *quinta seção* apresentará o *cronopo* da Bienal, ou seja, a relação tempo/espço que nos ajuda a compreender as possibilidades dos atos discursivos e práticos da polêmica envolvendo a HQ *Vingadores* e corroborará a discussão sobre a minha *terceira hipótese*. Nesse sentido, discutirei o papel da extrema direita e do bolsonarismo nas questões relativas às pautas de costumes, a partir das reflexões de Rocha (2023, 2024), Mattos (2022), Matos e Silva (2021), Ribeiro (2015) e Loff (2019). Apresentarei, ainda, exemplos de dissensos políticos em torno da questão homoafetiva, como o debate sobre o kit gay, a cura gay, a ideologia de gênero e a criminalização da homofobia.

Em um segundo momento, discorrerei sobre a história da HQ *Vingadores* enquanto uma representação (Lima, 2023) da realidade e analisarei a resignificação do episódio histórico, As Cruzadas das Crianças, por parte dos autores da HQ. Diferenciarei *representação* de *representatividade* (Noguera, 2019) e tratarei da *polêmica interna*, constitutiva da própria história; e da *polêmica externa*, envolvendo a decisão de Crivella, esta que representa a propagação do pânico moral (Miskolci, 2007).

Na *sexta seção*, analisarei os atos discursivos dos sujeitos argumentantes conservadores nos costumes, Crivella e Isquierdo. Nesse percurso, farei a análise dos *ethos* discursivos (Amossy, 2016) protetor da família, combativo ao modelo homoafetivo, protetor das crianças e indignado, analisando o arsenal argumentativo (Angenot, 2015) utilizado pelo vereador e pelo prefeito, como a recorrência dos verbos “lutar, proteger e defender”, bem como expressões valoradas

negativamente para reforçar a indignação e desqualificar os oponentes ou a HQ, a saber, “absurdo, canalhice, lixo moral” entre outras.

Além disso, serão analisados os *alter ethos* (Nascimento, 2018) homofóbico e censor, e os microatos polêmicos (Nascimento, 2018) família e censura, sempre em uma perspectiva dialógica, ou seja, rastreando sentidos a partir de referências diretas ou indiretas apresentadas pelos sujeitos argumentantes. O esquema argumentativo por implicação (Fiorin, 2023) será abordado, pois foi fundamental na construção da justificativa para não permitir o acesso das crianças à HQ. Concluindo a seção, refletirei sobre como os sujeitos argumentantes retomaram outras polêmicas em torno da sexualidade e do gênero, como a ideologia de gênero e a educação sexual nas escolas.

A sexta seção será dedicada à análise dos atos discursivos dos sujeitos argumentantes reformistas nos costumes: o *influencer* Felipe Neto e os vereadores Tarcísio Motta, Renato Cinco, Leonel Brizola e Tereza Bergher. Seguindo a mesma direção da seção anterior, analisarei o *ethos* discursivo ativista de Felipe Neto, com base no que propôs Gonçalves-Segundo (2020), destacando o aspecto combativo e o uso do *frame* de guerra; o *ethos combativo* dos vereadores Cinco, Brizola e Motta, também marcado por expressões relacionadas ao campo de batalha, como “resistência, luta e combatido”. Em seguida, discorrei sobre os microatos polêmicos família e beijo, assumindo uma atitude dialógica que dê conta de rastrear sentidos, sobretudo quanto ao entendimento dos oponentes acerca dos enunciados família e beijo.

Na oitava seção, abordarei a modalização no processo de construção da argumentação polêmica, diferenciando modalização e modalidade (Emediato, 2022). Em seguida, elencarei e analisarei as modalidades utilizadas pelos conservadores e reformistas nos costumes: ilocucionária/interlocutiva, volitiva, deôntica positiva e negativa, axiológica, evidencial e epistêmica. Nesse sentido, observarei como os recursos linguístico-discursivos corroboraram a construção de sentido dos argumentos defendidos pelos oponentes, ou seja, o engajamento dos sujeitos argumentantes (opinando, mostrando certeza ou dúvida, interagindo, expressando valores, desejos, modo de agir e pensar) na produção discursiva.

Na nona seção, analisarei os atos práticos, ou seja, os *efeitos polêmicos de resistência pacífica* (a quarta hipótese) realizados pelos reformistas nos costumes, já conceituados na quarta seção e apresentados, anteriormente, quando elenquei os *corpora* dos atos práticos: distribuição de livros, beijaço, manifesto, Bancada do Livro, publicação de livros. A análise será realizada levando em consideração o *ethos* prévio de quem organizou/realizou o ato, a interferência do meio de divulgação para o alcance da divulgação e para a adesão dos participantes e os efeitos do ato a partir da cronologia de realização (curto, médio ou longo

prazo) em relação à Bienal 2019. Realizarei, também, a discussão acerca da argumentação prática (Gonçalves-Segundo, 2025), uma vez que, sobretudo quando o ato de resistência exigiu participação social, houve a necessidade de provocar a adesão do público.

Feito esse percurso teórico e analítico, na *décima seção*, apresentarei uma síntese apontando as conclusões a que cheguei a partir da aplicação dos conceitos da ADA na análise dos discursos dos sujeitos argumentantes conservadores e reformistas nos costumes na polêmica da Bienal. Além disso, pontuarei o que foi possível compreender, por meio da análise dos atos práticos, os efeitos polêmicos de resistência pacífica, acerca do engajamento social, para além do discursivo, em um dissenso. Nesse processo, avaliarei se as quatro hipóteses apresentadas se confirmaram e concluirei refletindo sobre a importância de se preservar o direito à polêmica e à liberdade de expressão, desde que se respeitem as regras do jogo democrático.

2 O DEBATE EM TORNO DO POLITICAMENTE (IN)CORRETO

Cresci exatamente com esse tipo de politicamente correto, que na época era uma espécie de politicamente correto religioso — gente reclamando de programas de televisão por causa de palavrões, violência e nudez [...].

Você sabe, existe um politicamente correto da direita [...], então não é uma coisa que, na verdade, seja exclusiva de um dos lados (Dyson et al., 2020, p. 28).

A epígrafe de abertura desta seção é um trecho da entrevista pré-debate de Stephen Fry concedida a Rudyard Griffiths em 2018, antes de uma das edições dos Debates Munk, realizados semestralmente no Canadá, cujo fito é discutir questões políticas mundiais. Participaram do debate Michael Eric Dyson e Michelle Goldeberg, a favor do politicamente correto (visto como prática da esquerda), e Stephen Fry e Jordan Peterson, contrários à prática. Tive acesso aos textos do pré-debate e do debate ao ler o livro *Politicamente correto: os debates Munk* (Dyson et al., 2020), quando já havia iniciado a pesquisa e formulado a primeira hipótese, que coincidiu com a reflexão de Fry ao chamar atenção para o fato de o politicamente correto não ser, como se costuma pensar, apenas “coisa” da esquerda.

Minha *primeira hipótese*, como aprofundarei adiante, é de que no Brasil ocorre a prática de tentativa de controle de costumes ligados à sexualidade, ao gênero e à religião, por exemplo, seja das vivências ou das representações artísticas destes, a qual denomino *politicamente correto conservador nos costumes*⁴. Essa ocorrência, embora anterior à classificação do *politicamente correto* da ala reformista⁵, não tem sido vista como *politicamente correto* por representar o discurso de grupos que durante anos exerceram o poder em espaços midiáticos, religiosos e políticos oficiais.

A tentativa de censura da HQ *Vingadores: a cruzada das crianças* (Heinberg e Cheung, 2016) por parte do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, durante a Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro em 2019, por tratar da temática homoafetiva, corrobora minha hipótese. A fim de aprofundar a questão, abordarei a defesa do politicamente correto, conservador⁶ ou reformista⁷, enquanto uma ação política. Além disso, abordarei pontos dos debates acerca do tema, apresentando exemplos da ocorrência do PC conservador, do PC

⁴ Doravante também PC conservador.

⁵ Doravante também PC reformista.

⁶ Mais adiante, abordarei a diferença entre o conservadorismo político e o conservadorismo nos costumes.

⁷ Embora costume ser mais associado ao debate promovido pela ala política à esquerda, pretendo ampliar esse enquadramento.

reformista e do *politicamente incorreto*⁸ ocorridos no Brasil, destacando, no caso do PC⁹ conservador, ocorrências em torno das questões de sexualidade e gênero.

2.1 O POLITICAMENTE (IN)CORRETO ENQUANTO AÇÃO POLÍTICA

Tenho consciência de que o debate em torno do *politicamente correto* (PC) continua dividindo a sociedade e gerando polêmicas diversas. E por que eu o trago aqui? Porque me interessa pensar o que faz determinados seguimentos da sociedade, em termos políticos e/ou religiosos, levantarem-se contra quem se comporte ou discursar de forma contrária ao que eles acreditam ser “o correto”. Embora a expressão seja utilizada majoritariamente para se referir ao comportamento da esquerda reformista no que tange ao controle do discurso, das formas de linguagens consideradas por esse grupo como preconceituosas, desejo ampliar o debate e refletir, também, sobre o *politicamente correto conservador nos costumes*, em geral alinhado aos valores da direita mais reacionária, por alguns considerada extremista, bem como acerca do *politicamente incorreto* desta última.

E quando falo em pensamento reformista ou conservador não me refiro apenas à prática política partidária, mas a uma forma de pensar que, uma vez defendida como pauta de um dos lados, influencia a visão de simpatizantes que não estão diretamente ligados à política oficial, a não ser por meio do direito ao voto. Permito-me fazer uma relação entre os posicionados ao extremo e a *mente rígida*, a qual, de acordo com o psicólogo Walter Riso (2019, p. 21), tem como característica a resistência a modificar sistemas de crenças e de comportamentos. Já os posicionados mais ao centro teriam maior probabilidade de possuir uma *mente flexível*, “[...] que mantém opiniões, tem crenças e princípios, porém está aberta à mudança e em pleno contato com a realidade” (Riso, 2019, p. 27). Comparo a *mente rígida* e a *flexível*, respectivamente, aos perfis com maior tendência *conservadora* e *reformista*, embora entenda a heterogeneidade dos grupos.

Enquanto aos reformistas, no centro da esquerda ou próximos a ela, é atribuído pelos oponentes o título de “patrulhadores” da linguagem, a direita conservadora é vista pelos adversários como “patrulhadora” dos costumes. Melhor dizendo, dos “bons” costumes relativos às vivências religiosas, sexuais, de gênero, entre outras. Tendo isso em vista, creio ser viável

⁸ Doravante também PI.

⁹ Usarei *politicamente correto* ou PC quando estiver me referindo ao politicamente correto a partir dos debates comumente realizados, os quais relacionam o PC à ala reformista, em geral, relacionada a pessoas mais à esquerda, ou quando desejar especificar o “conservador” e o “reformista” diretamente.

discutir a polêmica envolvendo a representatividade homoafetiva na HQ *Vingadores* sem desconsiderar a defesa do PC conservador, visto que foram os posicionamentos do vereador Alexandre Isquierdo, então filiado ao antigo partido de centro-direita, o Democratas (DEM), e do prefeito Marcelo Crivella, filiado ao Republicanos, partido ligado à Igreja Universal e defensor do conservadorismo nos costumes, que motivaram o debate público sobre o tema.

O incômodo dos dois políticos conservadores nos costumes foi a representação do beijo protagonizado por Wiccano e Hulkling, jovens Vingadores, no final da HQ, bem como do discurso apresentado pela narrativa. É interessante notar que, e isso será demonstrado na seção de análise dos discursos, tanto Alexandre Isquierdo quanto Marcelo Crivella fazem um recorte específico de PC conservador: não é a representação do beijo gay, por si só, que gera o dissenso. De acordo com eles, a grande questão seria a representação homoafetiva em uma HQ a qual, segundo a visão dos representantes políticos, é destinada ao público infantil. Desse modo, seria politicamente incorreto, apesar de eles não utilizarem essa expressão, a representação de tal tema em um livro para crianças, por isso a moção de repúdio, por parte do vereador, e a autorização para o recolhimento dos exemplares, por parte do prefeito.

Nesse ponto, destaco minha *segunda hipótese*, a saber, que o ato censor de Crivella durante a Bienal do Rio 2019 pode ser classificado como *politicamente correto conservador nos costumes*. Mais adiante, diferenciarei o conservadorismo político, em uma perspectiva filosófica, do conservadorismo nos costumes. Por ora, ressalto que tanto Crivella quanto Isquierdo não agiram apenas como conservadores nos costumes, ou seja, defendendo a relação heterossexual como modelar, mas foram reacionários, uma vez que o vereador questionou a legalidade da venda da HQ, e o prefeito tentou impedir a circulação dos exemplares.

O embate deixa entrever que, enquanto seus opositores, aqui representados pelo *influencer* Felipe Neto e por alguns vereadores da cidade do Rio de Janeiro, a partir de uma visão reformista, defenderam a pluralidade nas representações afetivas, a qual deve, inclusive, ser acessada pelas crianças, a ala conservadora rechaçou essa visão. Estamos, pois, diante do que Thomas Sowell denominou *conflito de visões*¹⁰, sendo estas “[...] as moldadoras silenciosas de nossos pensamentos” (Swoell, 2012, p. 13) morais, políticos, religiosos ou econômicos, as quais corroboram a formação dos valores que um determinado grupo social defenderá ou rechaçará. Estando em lados distintos da disputa, porquanto defendam valores diferentes, o que é classificado como “correto” para um lado tenderá a ser visto como “incorreto” para o outro. E eis a polêmica!

¹⁰ Ampliarei a discussão sobre o tema mais adiante.

Nos dois casos, o dissenso pode ser classificado como político não apenas porque adentra o campo governamental, mas por circular em diferentes espaços sociais (igrejas, escolas, universidades, famílias) e seus atores, de algum modo, buscarem validar sua visão de mundo, seja para substituir ou para ratificar práticas, em uma dinâmica que reforça o exercício de tomar parte nas questões públicas e na gestão da convivência, ou seja, uma ação política “[...] que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum” (Charaudeau, 2018, p. 17). Levando em consideração a amplitude do conceito de política, creio ser oportuno discutir possibilidades do exercício político a partir do que propõe Patrick Charaudeau: instância política, instância cidadã, instância midiática, sociedade civil e sociedade cidadã.

Lugar de governança, a *instância política* é representada pelos atores que têm o “poder de fazer”, de tomar decisões e, inclusive, de manipular discursivamente (Charaudeau, 2018, p. 56). Na polêmica aqui analisada, ocupam esse lugar alguns vereadores e o prefeito Marcelo Crivella, do Rio de Janeiro, cumprindo mandatos em 2019. Já a *instância cidadã*, cujo fito é questionar o poder governante, criticando ou propondo ações, mediante relação de influência que ocorre fora do governo, é composta por sindicatos, associações, corporações, grupos étnicos e outros movimentos (Charaudeau, 2018, p. 58-59). Esses grupos são, em muitos casos, convocados a participar de conferências, assembleias e outros debates propositivos e/ou de análise de conjuntura. O Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980 com o intuito de lutar pela defesa dos direitos dos homossexuais, é um exemplo de ação política da instância cidadã.

A *sociedade civil* seria um lugar de pura opinião, e embora seus atores possam se articular em pequenos grupos de forma conjuntural, tendem a julgar e agir de forma individual, nem sempre por meio de uma consciência cidadã. A *sociedade cidadã*, por sua vez, compreende o papel político a desempenhar na vida social, seja por meio do voto, da articulação contínua com seus pares, mobilizando debates em espaços públicos e de governança. Seus atores se identificam enquanto indivíduos de direitos e tendem a se articular em grupos militantes com certo nível de organização e disciplina. São eles, pois, que corroboram a formação da instância cidadã e, inúmeras vezes, a participação de caráter civil motiva o engajamento em uma prática cidadã consciente e contínua (Charaudeau, 2018, p. 60-61).

Assumindo o caráter informativo, a *instância midiática* faz a mediação entre a instância política e a cidadã, tendo em vista conquistar a credibilidade de espectadores diante de diferentes órgãos de informação. Estando fora da governança direta, influencia o pensamento da população, direciona alguns debates sociais e constrói narrativas políticas de acordo com os

valores de quem rege determinado sistema comunicativo: rádios, televisões, jornais, revistas etc.

Dito de outra maneira, a instância midiática pode construir discursos que corroborem a lealdade da instância política, que legitimem ou não os protestos da instância cidadã e, por último, ocupar lugar de investigação e denúncia de agentes políticos (Charaudeau, 2018, p. 62-64). No caso do PC conservador, do PC reformista e do PI, é possível perceber o debate nas instâncias citadas. Diante da importância dos conceitos de *PC reformista*, *PC conservador* e *politicamente incorreto* e de suas possibilidades de sentidos, aprofundarei a discussão.

2.1. 1 Reformistas e o politicamente correto: o combate ao preconceito e à opressão

A polêmica a respeito do PC não é recente e a expressão tem sido utilizada para fazer referência aos ideais da esquerda no que tange ao desejo de combater preconceitos e estereótipos expressos sobretudo por meio de práticas discursivas, mas não apenas. Para seus defensores, é um fenômeno positivo, visto defender uma sociedade mais igualitária e respeitosa; para seus opositores, um comportamento nefasto, ironicamente definido como *Império do Bem* por Phillipe Muray (1991), ensaísta e romancista francês. De forma combativa, o autor afirma: “O indivíduo, de sua parte, percebe imediatamente que nem de longe pode falar tudo o que quiser, porque ficam planando por sobre a sua cabeça duas enormes câmeras de espionagem, o Bem Comum e a Opinião Pública [...]” (Muray, 2022, p. 98), ou seja, estariam em situação de controle, de tirania.

Segundo João Feres Júnior (2017, p. 54), a expressão teria sido importada dos Estados Unidos, do mesmo modo como ocorreu com ‘ação afirmativa’, ‘igualdade de oportunidades’, entre outras, como resultado da expansão do Estado de bem-estar social e das ações dos movimentos sociais após Segunda Guerra Mundial. Nesse país, a reação ao PC reformista teve início na era Reagan, a qual marcou o final do ciclo progressista pós-guerra, e o termo foi e é utilizado pelos conservadores, em geral, para ofender “[...] adeptos de políticas de igualdade, multiculturais, de defesa dos direitos de minorias, de mulheres, etc.” (Feres Júnior, 2017, p. 57). No Brasil contemporâneo, a situação é semelhante.

Por aqui, o debate sobre o PC reformista já aparece na década de 90, tanto na esfera jornalística quanto na acadêmica. O linguista Sírio Possenti, por exemplo, publica em 1995 o artigo “A linguagem politicamente correta e a análise do discurso”, identificando o PC reformista enquanto “[...]um movimento confuso, com altos e baixos, que comporta algumas teses relevantes, outras extremamente discutíveis e ainda outras francamente risíveis” (Possenti,

1995, p. 126), porém que não se poderia deixar de analisar, não somente pelos possíveis efeitos políticos, mas pela gama de fatos discursivos produzidos até então.

Ainda no campo dos estudos da linguagem, José Luiz Fiorin (2008), em “A linguagem politicamente correta”, alinhado à discussão proposta por Possenti, reconhece a importância do PC reformista no combate ao preconceito, porém ressalta as falhas de algumas crenças de seus defensores, a saber, a ideia de que a palavra isolada carrega sentido; o uso da etimologia para elencar possíveis expressões preconceituosas, não considerando o funcionamento enunciativo da linguagem; além do uso de eufemismos cômicos, a seu ver, como “pessoa de porte avantajado” em vez de gordo.

As palavras ferem e, como diz Pepe, “as lágrimas não cicatrizam”. Por isso, para criar um mundo melhor, é importante usar uma linguagem que não machuque os outros, que não revele preconceitos, que não produza discriminações. É necessário, porém, que, para ter eficácia, esse trabalho sobre a palavra respeite a natureza e o funcionamento da linguagem (Fiorin, 2008, p. 5).

Em *Politicamente correto, uma categoria em disputa* (2018), Nara Lya Cabral Scabin traça um panorama significativo do aparecimento do debate acerca do PC reformista no Brasil, a partir da análise de textos publicados na *Folha de S. Paulo* até o ano de 2016. De acordo com sua pesquisa, a expressão “politicamente correto” aparece pela primeira vez na *Folha* em 1978, porém seu significado difere do atual, “[...]refere-se a algo correto do ponto de vista da política – e devemos entender ‘política’, nesse caso, como o campo das ações políticas *stricto sensu*” (Scabin, 2018, p. 81).

Na década de 90, registra-se um crescente aparecimento da expressão, esta que, na virada para os anos 2000, relaciona-se à luta política, deixando de “[...] se referir a uma forma de conduta genérica, a um estilo de vida ou comportamentos simplesmente mais “civilizados”, e passa a representar um modo de se fazer política” (Scabin, 2018, p. 117-118). Esse aspecto é acentuado a partir de 2003, ano em que a esquerda assume a presidência na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, em cujo governo, inclusive, é lançada, em 2005, a cartilha *Politicamente correto & Direitos Humanos*, cuja finalidade foi elencar mais de noventa e seis expressões consideradas pejorativas. A cartilha foi recolhida após críticas de diferentes setores sociais.

A partir de então, à medida que o Estado, os movimentos sociais e a iniciativa privada enfatizam a pauta PC reformista, também crescem os posicionamentos de seus opositores, no jornalismo ou na academia, ganhando ainda mais força com a ascensão, no governo Dilma Rousseff, da ala política e social conservadora nos costumes e da reacionária, esta última

assumindo, em algumas situações, a defesa do *Politicamente Incorreto* com certa naturalidade. No discurso de posse do presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2019, o tema foi abordado: “É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do *politicamente correto*” (Brasil, 2019, grifo meu).

Durante seu último mandato como deputado federal, já visualizando a disputa para as eleições presidenciais, Bolsonaro intensificou os discursos contrários ao PC reformista, algumas vezes usando um tom ridicularizador, e reafirmou continuamente seu perfil politicamente incorreto. O que ele fez foi, na verdade, identificar uma parcela da sociedade que ia de encontro às ideias do PC reformista e usar isso a seu favor, em suas redes sociais, entrevistas ou outros espaços discursivos. Portanto, ele se colocou como porta-voz da opinião que já era defendida por comediantes como Danilo Gentili e outras pessoas, artistas ou não.

Como a polêmica analisada aconteceu em 2019, é prudente voltar o olhar para a conjuntura que a antecede e não há como desconsiderar o contexto anterior à eleição de 2018. Isso porque um dos fatores de acirramento da polarização e dos conflitos discursivos foi justamente o embate quanto à questão do PC reformista, ligado à esquerda, e o que denomino *PC conservador nos costumes*, ligado à direita mais reacionária, ao qual voltarei adiante, detalhando melhor a relação entre Jair Messias Bolsonaro e a pauta do conservadorismo nos costumes defendida não apenas por evangélicos, mas por católicos ou não declarados religiosos praticantes.

Um argumento, se não for o principal, dos opositores mais ferrenhos do PC reformista está relacionado com o cerceamento do direito à liberdade de expressão, o que para eles significa opinião, mas para os defensores é lido como ofensa, preconceito e, em alguns casos já tipificados, como crime. Segundo Sabin (2018, p. 166), “No Brasil, desde o momento em que as discussões sobre o ‘PC’ alcançaram visibilidade na esfera pública, as matérias jornalísticas, ao mobilizar a categoria ‘politicamente correto’, estabelecem relações, implícitas ou explícitas, com a liberdade de expressão”.

Um exemplo que justificaria o temor dos contrários ao PC reformista foi o ocorrido em 1996, quando a canção *Veja os cabelos dela*, composta por Francisco Everaldo Oliveira, o Tiririca, foi considerada de cunho racista e “[...] esse caso constitui o primeiro, em termos cronológicos, em que se registra uma decisão judicial efetiva associada à expressão ‘politicamente correto’” (Scabin, 2018, p. 126), tendo a gravadora Sony, em 2004, que pagar indenização de 300 mil e recolher 80 mil cópias do CD, resultado da ação movida por algumas

organizações não governamentais (ONGs) que sinalizaram racismo nos seguintes versos: “Essa negra fede, fede de lascar/Bicha fedorenta, fede mais que gambá”. Em qual lado da querela se posicionar? Até onde defender a liberdade de expressão? Até que ponto retirar do mercado uma produção musical como essa, de fato, corrobora a redução do racismo? São questões ainda problematizadas.

E quais características definiriam o PC reformista? Elencarei quatro delas que julgo centrais: (1) a *atitude combativa*, uma vez que se pretende combater opressões e preconceitos difundidos por meio dos discursos, sejam eles manifestados na prática comunicativa cotidiana ou representados artisticamente em livros, novelas, canções, artes plásticas etc., estando, pois, relacionado às pautas de grupos minorizados (negros, mulheres, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, indígenas); a (2) *atitude acusatória*, posto que a identificação do discurso considerado “incorreto” normalmente tem como consequência a acusação de que quem o produz é racista, homofóbico, capacitista, machista etc., nem sempre considerando o contexto enunciativo, sobretudo em momentos de exposição discursiva oral.

Além dessas, há a (3) *atitude censora*, a qual ocorre quando se busca, por meio de mecanismos legais, ou pelo exercício do poder, por exemplo, a retirada de uma obra de circulação das escolas (quando se questiona a oferta de livros de Monteiro Lobato nesse espaço) ou a proibição de apresentações humorísticas, peças publicitárias; a mudança de nomes de vias ou instituições públicas que fazem referência a figuras históricas contraditórias, ou a retirada de esculturas em homenagem a uma escravocrata como Borba Gato, entre outros. Às vezes, por infligirem leis como a do combate ao racismo, uma denúncia pode ser judicialmente acatada. Quando a intervenção legal não é possível, ou paralelamente ao processo de solicitação, ocorre o (4) *boicote*, ou seja, uma incitação ao cancelamento de uma figura pública, ao não consumo de produtos artísticos ou outros. Esse movimento, sem dúvida, ganha força nas redes sociais por meio da criação de *hashtag* e outros mecanismos de sensibilização social.

Enquanto as duas primeiras características (atitudes combativa e acusatória) são fundamentais ao comportamento de quem defende o PC reformista, inclusive quando se trata apenas da questão da linguagem cotidiana, nem sempre a censura ou o boicote acontecerão. Estes últimos normalmente são praticados quando a atitude combativa envolve figuras públicas (político, artista, *influencer* etc.), instituições e empresas públicas ou privadas e suas respectivas ofertas de bens e serviços.

E como mostrarei adiante, ao criticarem o PC reformista, seus opositores evidenciam o caráter censor da prática. No entanto, sobretudo a parcela conservadora, ao defender, embora

não façam uso dessa expressão, o politicamente correto nos costumes, recorrem, também, às estratégias de cancelamento, de boicote e tentativa de censura por eles criticadas.

2.1.1.1 Politicamente correto reformista ou wokismo?

Voltando ao PC reformista, no Brasil e no mundo são notáveis os debates acerca de alguns posicionamentos e atitudes de políticos e cidadãos engajados em pautas de costumes e identitárias, defensores de uma perspectiva mais reformista e vinculados direta ou indiretamente à esquerda. A atitude destes, vista como questionável, é criticada não apenas por quem é considerado e/ou se considera conservador, mas também por parcela da própria esquerda, a qual busca distanciar-se do que hoje é denominado *wokismo*.

Um exemplo é o da filósofa estadunidense Susan Neiman, que em seu livro *A esquerda não é woke* (2024) apresenta ampla reflexão no intuito de chamar a atenção para os “descaminhos” que a esquerda estaria trilhando, uma vez que “[...] as vozes contemporâneas consideradas de esquerda abandonaram as ideias filosóficas que são fundamentais para qualquer ponto de vista da esquerda: compromisso com o universalismo em detrimento do tribalismo [...]” (Neiman, 2024, p. 10). Se no início *woke* significava estar desperto, ou seja, atento às questões sociais, o termo hoje é usado de forma pejorativa para classificar certa tendência mais reacionária da esquerda, cuja pauta identitária tem prevalência.

O *woke* pode ser definido? Ele começa com a preocupação com as pessoas marginalizadas e termina reduzindo cada uma delas ao prisma de sua marginalização. A ideia de intersecção poderia ter enfatizado as maneiras pelas quais todos nós temos mais de uma identidade. Em vez disso, levou ao foco as partes das identidades que são marginalizadas, multiplicando-as em um campo de traumas (Neiman, 2014, p. 15).

É nesse sentido que Neiman, declaradamente de esquerda, problematiza o tribalismo *woke* e suas atitudes bastante questionáveis com relação às pautas identitárias¹¹, bem como a apropriação que o capitalismo faz das demandas por diversidade, cujo fito é muito mais o lucro do que o apoio à representatividade das diferenças. O tribalismo é com frequência “[...]”

¹¹ A autora cita o caso de uma editora alemã que promoveu um novo livro e foi atacada por este conter a frase “Este livro abrirá seus olhos”, uma vez que poderia causar sofrimento a pessoa cegas, forçando-a a retirar o anúncio. Outra situação foi o episódio da tradução do poema *The Hill We Climb* [A colina que subimos], de Amanda Gorman, lido na posse do presidente Joe Biden que, em tradução para o holandês, a poeta havia sugerido como tradutora uma escritora holandesa branca e não binária, mas foi criticada por uma holandesa negra, blogueira de moda, que questionou o fato de o poema não ter sido traduzido por uma mulher negra (Neiman, 2024, p. 16-17).

chamado de «identitarismo», mas a palavra é enganosa, pois sugere que nossas identidades podem ser reduzidas no máximo a duas dimensões. Na verdade, todos nós temos muitas identidades, cuja importância irá variar no espaço e no tempo ao longo de nossa vida” (Neiman, 2024, p. 28).

A filósofa, assim como muitos dos que questionam o *wokismo*, entende a importância do respeito à diversidade, contudo problematiza a passagem de uma abordagem histórica focada nos “heróis” para outra focada nas vítimas (negros e outros grupos minorizados), não porque as narrativas destes não devam ser ouvidas, mas pelo fato de ter sido criada uma relação direta entre o sofrimento e o virtuosismo, reforçando a vitimização, a qual pode, sim, servir como base para reivindicações de restituição, “[...] mas, quando começamos a ver a vitimização em si como a moeda de reconhecimento, estamos no caminho para separar o reconhecimento, e a legitimidade, da virtude” (Neiman, 2024, p. 33). Nesse sentido, afirma:

Eu preferiria que voltássemos a um modelo no qual as reivindicações de autoridade se concentrassem no que você fez ao mundo, não no que o mundo fez a você. Isso não levaria as vítimas de volta ao monte de cinzas da história. *Isso nos permite honrar o fato de o cuidado com as vítimas ser uma virtude sem sugerir que ser uma vítima é uma virtude* (Neiman, 2024, p. 36, grifo meu).

Como já dito, Neiman não desconsidera as reivindicações realizadas pelos movimentos *woke* e reconhece a importância destes no processo de conscientização acerca de que, mesmo para os universalistas genuínos, o que consideravam universal com frequência estava relacionada à cor branca, ao gênero masculino e à heterossexualidade (Neiman, 2024, p. 74). Para a filósofa, porém, “Os gritos de dor merecem ser ouvidos e respondidos, mas não são uma fonte de autoridade mais privilegiada do que argumentos cuidadosos” (Neiman, 2024, p. 76). Nessa perspectiva, por meio da análise de alguns aspectos como a questão da apropriação cultural, da modificação no uso de pronomes para fazer referência ao gênero, entre outras, a autora destaca o quanto o identitarismo, apesar de ser imbuído de uma “boa intenção”, é um fator perigoso para a esquerda.

A virada da esquerda para o tribalismo é particularmente trágica, uma vez que os primeiros movimentos anticolonialistas e de direitos civis se opunham abertamente ao pensamento tribal em todas as suas formas. Seus pontos fortes eram expressos em canções que afirmavam: «Todos os homens são escravos até que seus irmãos sejam livres». O tribalismo é um jogo perigoso, como a direita percebeu rapidamente. Se as reivindicações das minorias não são consideradas direitos humanos, mas sim direitos de grupos específicos, o que impede a maioria de lutar pelos próprios direitos? (Neiman, 2014, p. 45).

O problema das estratégias *woke*, tais como cancelamento, insistência na pureza cultural e dificuldade em lidar com as nuances, é que, segundo a autora, colocaria a esquerda em uma situação de descrédito, uma vez que nem sempre os argumentos *woke* se sustentam diante de um determinado contexto. É certo que há, também, por parte de alguns, a deslegitimação das pautas específicas a determinados grupos minorizados, ou identitárias, como se toda discussão acerca da opressão ou falta de direitos destes fosse desnecessária, ou seja, as particularidades seriam irrelevantes.

No Brasil, a questão é problematizada por Francisco Bosco (2017) em *A vítima tem sempre razão?* Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro, cuja abordagem segue a mesma direção da proposta por Neiman, a de reconhecer a importância de se pensar as pautas identitárias, mas questionar algumas práticas de quem as defende: “[...]escrevo da posição teórica e política de reconhecimento das lutas identitárias. Entretanto meu objetivo mais preciso é chamar a atenção para determinadas práticas que vêm ocorrendo mais e mais frequentemente, e que considero inaceitáveis” (Bosco, 2017, p. 91).

Alguns exemplos analisados por Bosco são os posicionamentos diante de letras de marchinhas de carnaval antigas, cujo conteúdo pode ser descrito como machista, racista e homofóbico; o uso do turbante e o debate sobre apropriação cultural, a crítica a uma representação sexualizada dos negros no clipe de Mallu Magalhães, por exemplo. Em todos os casos, Bosco parte de discussões ocorridas em redes sociais e apresenta análise sobre o que considera equívocos argumentativos e os impactos dos “linchamentos” virtuais, muitos dos quais são realizados injustamente, se é que é possível falar em linchamento justo. O autor propõe uma reflexão menos apaixonada, atenta não somente ao “virtuosismo” das vítimas, mas à realidade concreta em que relações de poder e opressão acontecem.

É preciso dizer com todas as letras: as ações, mesmo as que visam objetivos finais justos, que se autorizam a instrumentalizar indivíduos para atingir esses objetivos, essas ações são típicas de sistemas totalitários. Essa articulação, que estamos vendo em muitos casos, entre identificação coletiva, lógica de grupo, envolvimento emocional (empatia), dogmatismo e instrumentalização dos indivíduos invariavelmente produziu momentos de graves injustiças (Bosco, 2017, p. 188-189).

Uma vez colocadas as questões que envolvem as relações conservador-reformista e esquerda-*woke*, ainda que de forma não aprofundada, mas apenas para que se tenha uma breve noção das disputas acerca dos conceitos, reitero a importância de que as distinções sejam aplicadas no momento oportuno, tendo em vista não classificar pessoas, grupos e atitudes de

modo inadequado. Para os fins deste estudo, são denominados, por ora, mas aprofundarei adiante, de direita ou de esquerda partidos e políticos que assim se autointitulem; de reformistas ou progressistas as atitudes de políticos ou cidadãos que estejam mais alinhadas, no caso da pauta de costumes, às mudanças; de conservadores os partidos e políticos que se autointitulem assim.

2.1.2 O politicamente incorreto e afronta aos reformistas

Se de um lado há o PC reformista, cujo objetivo é, segundo seus defensores, combater estruturas preconceituosas e opressoras, do outro há o PI, cuja característica central é a *afronta*, entendida aqui como uma aberta demonstração de resistência ao PC reformista, muitas vezes de forma lida como debochada e irônica pelos opositores. Quem se autointitula politicamente incorreto talvez não esteja necessariamente interessado em combater o PC reformista, mas tende a zombar dele, invalidando as pautas discutidas, reiterando comportamentos criticados pelo oponente, por meio, inclusive, do que Di Carlo e Kamradt (2018, p. 56) denominaram *inversão retórica*, a saber, a desconstrução dos discursos considerados politicamente corretos.

Creio ser possível divergir de algumas pautas do PC reformista por meio de uma argumentação ponderada, o que diferenciaria tal atitude de uma declarada opção pelo PI na perspectiva que o conceituei anteriormente. Os praticantes do PI, no entanto, valem-se muitas vezes do deboche e do escárnio para expressar discursos de ódio contra grupos minorizados, uma linguagem tóxica que usa a derrisão para ferir pessoas e deslegitimar suas pautas. A esse respeito, Judith Butler (2021, p. 29) afirma que o discurso machuca, pois há uma “[...] relação inseparável e incongruente entre corpo e fala, mas também, consequentemente, entre a fala e seus efeitos”.

Em 2017, por exemplo, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, em palestra no Clube Hebraico, no Rio de Janeiro, ao questionar os direitos dos quilombolas e dos indígenas, afirmou: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava *sete arrobas*. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais” (Xavier, 2022, grifos meus). É notório o tom ofensivo da fala de Bolsonaro ao tentar deslegitimar a luta da população afrodescendente, pois compara o quilombola a um animal, já que “arroba” é uma medida utilizada na pecuária para a comercialização de gado.

Seguindo a discussão, assim como tratei a questão do PC reformista situada no contexto social e político que antecede a Bienal 2019, farei o mesmo ao refletir acerca do PI. Ao analisarem a relação de Jair Messias Bolsonaro, candidato à presidência da república em 2018,

com o PI enquanto estratégia política, Di Carlo e Kamradt (2018) evidenciaram que, na segunda década dos anos 2000, vários livros publicados utilizaram o sintagma “politicamente incorreto” com o intuito de rasurar as problematizações realizadas pelos reformistas acerca das questões racial, feminista, entre outras.

Um desses livros é *Uma filosofia politicamente incorreta* (2019), de Luiz Felipe Pondé, segunda edição do *Guia politicamente incorreto*, publicado em 2012, em cujo texto podem ser encontrados trechos como os seguintes: “A praga PC é uma mistura de covardia, informação falsa e preocupação com a imagem” (2019, p. 20); “O politicamente correto hoje é muito amplo como fenômeno, mas sempre é autoritário na sua essência, porque supõe estar salvando o mundo” (2019, p. 26). Mais adiante, Pondé (2019, p. 107) ressalta o caráter censor do fenômeno, destacando características como coerção institucional e de assédio moral, com o fito de calar os opositores, transformá-los em monstros e impedir a circulação de ideias.

Em prefácio à segunda edição do livro, Pondé apresenta algumas considerações, em uma tentativa de definir o PI enquanto análise mais aprofundada das questões postas como verdades pelos reformistas, e não como uma prática discriminatória, talvez com o objetivo de se afastar dos discursos ligados à ala bolsonarista e/ou extremista, cujo teor era muito mais problemático do que suas colocações.

Ser incorreto não é ser mal-educado, grosseiro, preconceituoso, racista, enfim, “do mal”. O contrário do politicamente correto é algo nuançado, ambivalente, ambíguo, às vezes, quase invisível. Daí sua dificuldade cada vez maior num mundo cada vez mais infantilizado. Ser incorreto diante da censura correta é, dentro da boa educação doméstica, ter coragem de iluminar as sombras do mundo [...] (Pondé, 2019, p. 13).

A perspectiva defendida pelo filósofo é pautada em um pensamento aristocrático que não considera todos os homens iguais. Assim, para ele, “[...] os homens não são iguais, e os poucos melhores sempre carregaram a humanidade nas costas” (Pondé, 2019, p. 22). A partir dessa abordagem, critica a “virtude canalha” dos politicamente corretos a serviço do “bem”, da inclusão social a qualquer custo. Embora reconheça as diferentes formas de opressão, Pondé questiona os mecanismos de controle utilizados para tentar “salvar” o mundo das desigualdades e dos preconceitos, uma tentativa, segundo ele, em geral hipócrita e baseada em discursos enviesados sobre aspectos da história da humanidade.

Antes de tudo, ele [o politicamente correto] nos faz covardes, um dano moral profundo. À medida que o politicamente correto se tornou uma ferramenta jurídica e de linchamento público nas redes sociais, ele começa a devastar a

virtude da coragem, sem a qual ninguém diz, pensa ou faz nada que tenha valor (a não ser aquilo que for “correto”) (Pondé, 2019, p. 11-12).

Volto ao texto de Di Carlo e Kamradt, posto que a polêmica da Bienal ocorreu em 2019 e eles analisaram a conjuntura política de 2018 e os discursos politicamente incorretos de Bolsonaro, para pensar outros aspectos do PI, tais como o revisionismo histórico, cujo propósito era/é “[...] negar toda violência praticada contra os negros, quando a escravidão vigorava, e contra os opositores, na época da ditadura militar” (Di Carlo e Kamradt. 2018, p. 57). Como explicam os autores, essa seria uma forma de questionar e negar as decisões legislativas direcionadas a corrigir as assimetrias que impossibilitariam a igualdade de direito e oportunidades, bloqueando a agenda reformista criticada, também, por significativa parte de seu eleitorado.

Não é difícil, portanto, encontrar discursos nos quais Bolsonaro, em evidente comportamento politicamente incorreto, defende a ditadura, inclusive homenageando o general Carlos Alberto Brilhante Ustra — um dos torturadores atuantes durante o regime militar — não apenas durante a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, mas em outros momentos. Assim como não foram incomuns seus posicionamentos machista, racista, homofóbico e em desrespeito aos direitos humanos antes, durante e posteriormente à eleição, quando assumiu a presidência, por meio de uma retórica agressiva contra os grupos minorizados. Nesse sentido, “O politicamente incorreto abriu uma janela de oportunidade para a nova direita tornar-se protagonista na cena política e passar a colocar-se efetivamente como oposição ao governo do PT e às minorias” (Di Carlo e Kamradt, 2018, p. 61).

Apesar de não ter sido o criador do PI, Bolsonaro, no período anterior à eleição de 2018 e durante seu mandato (2019-2022), estimulou uma “cultura” do politicamente incorreto, uma vez que encarnou a representação pública de discursos que já circulavam socialmente, ainda que de modo talvez mais tímido. Fez isso se aproveitando da visibilidade alcançada por meio de participações em programas televisivos como *Pânico*, exibido pela Jovem Pan, e da divulgação de vídeos em redes sociais, negando conhecimentos históricos e, em diversos casos, fazendo uso de *fake news*. A análise de postagens da conta do *Facebook* de Bolsonaro, realizada por Di Carlo e Kamradt (2018), é bastante profícua para compreender como o politicamente incorreto foi diversas vezes acionado nos discursos do ex-presidente.

Enquanto a cultura do politicamente incorreto é a defesa da dilapidação da esfera pública, a do politicamente correto pode ser considerada um diagnóstico sobre essa dilapidação, criando normas do que se pode ou não se pode dizer na esfera pública. Assim, compreende-se por que Bolsonaro tem

legitimidade diante de uma parcela significativa da sociedade civil com sua retórica agressiva contra homossexuais, mulheres, negros etc. Para nós, a cultura do politicamente incorreto é uma forma discursiva a refletir a dilapidação da esfera pública e a crise dos partidos políticos, incapazes de mediar os conflitos sociais (Di Carlo e Kamradt. 2018, p. 62-63, grifo meu).

É preciso destacar, entretanto, que o fenômeno PI, no período aqui analisado, não era uma especificidade do Brasil. Nos Estados Unidos, Donald Trump, antes e depois das eleições de 2016, realizou pronunciamentos considerados aviltamentos à vida pública (Zizek, 2016), por meio de discursos racistas dirigidos sobretudo a imigrantes, além de expressar misoginia, apenas para citar dois exemplos. Logo, não é de se estranhar que Bolsonaro, declarado admirador de Trump e seguidor dos ditames de uma direita mais extremista, reproduzisse o mesmo padrão discursivo, com naturalidade, em diferentes espaços públicos, ampliando, assim, o número de seguidores que defendiam as mesmas ideias que ele.

Para atar as pontas da questão acerca do politicamente correto e incorreto, discutirei na subseção seguinte o *politicamente correto conservador nos costumes*, conceito fundamental para entender o elemento motivador da polêmica da Bienal de 2019.

2.1.3 Conservadores e o politicamente correto: a manutenção de costumes

Enquanto reformistas, a partir de seus valores, tentam estabelecer critérios sociais, discursivos ou não, com intuito de modificar comportamentos considerados antiquados e geradores de preconceitos diversos, os conservadores visam fazer permanecer práticas tradicionais por eles defendidas ainda como válidas. Interessa-me, para fins deste estudo, sobretudo os pontos de vista dos dois lados acerca do tema família e, consequentemente, infância e sexualidade, embora saiba que as pautas de ambos sejam mais amplas.

Quanto ao PC conservador, não é comum a sua discussão, pelo menos não assim conceituado, mas a tentativa de censura, cancelamento e boicote por parte dos conservadores no que tange às formas de representação artística ou comportamental que vão de encontro e ameaçam o “padrão” tradicional historicamente legitimado tem sido analisada a partir de diferentes perspectivas. O politicamente incorreto do conservadorismo brasileiro, a saber, o embate com a esquerda quanto às questões relativas à negação da ditadura, ao uso de expressões questionadas como homofóbicas e racistas, à desvalorização dos direitos humanos, por exemplo, é debatido com mais frequência, mas o percurso escolhido leva-me a outra direção, e será preciso formular um entendimento acerca da categoria PC conservador, tentando alinhá-la à questão relativa ao que é adequado ou não à infância.

Entendo o *politicamente correto conservador nos costumes* enquanto estratégia de combate aos valores reformistas no que tange às representações artísticas e vivências contrárias, sobretudo, aos padrões familiar, sexual e religioso considerados tradicionais. Como já sinalizei, o conservadorismo nos costumes não seria um problema caso seus defensores apenas tentassem assegurar o direito de viver de acordo com seus valores (configuração familiar, prática religiosa etc.). Todavia, no momento em que conservadores assumem uma atitude reacionária e tentam combater os valores reformistas e, por sua vez, quem os defende, é preciso problematizar tal atitude, principalmente quando vai de encontro a direitos assegurados por lei.

O *caráter combativo* do PC conservador confirma-se pelo fato de que, em geral, quem defende o PC conservador não somente se posiciona contrário ao PC reformista, mas age de modo a convocar apoiadores para combater o “mal”, a “degradação” dos costumes valorados positivamente pelo grupo. Esse aspecto pôde ser percebido no posicionamento do vereador Alexandre Isquierdo, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ao solicitar assinaturas para a moção de repúdio contra a Marvel, a Panini e a editora Salvat: “Caso algum vereador seja favorável a esse lixo moral, não assine essa moção de repúdio. Mas se você é contra isso aqui, essa covardia, eu vou passar a moção e será publicada” (CMRJ, 2019a).

Além do caráter combativo, assim como o PC reformista, o conservador também apresenta atitude *acusatória*, normalmente de cunho moralista (pervertidos, pecadores, promíscuos etc.); atitude *censora*, como a realizada por Crivella na Bienal 2019, e proposta de *boicote*, incitando apoiadores a deixarem de frequentar espaços, consumir certos produtos, seguir pessoas nas redes sociais, assistir a programas televisivos. Com relação às atitudes, ambos são semelhantes, o que os diferencia é a pauta que defendem, vista pelo lado oposto, em geral, como inaceitável.

Em *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro* (2020), Jairo Nicolau analisa a conjuntura social que possibilitou a vitória de Bolsonaro, destacando duas pautas defendidas por ele e que, certamente, favoreceram o aumento da adesão a sua proposta política: o combate à criminalidade e a defesa do conservadorismo no campo dos costumes (Nicolau, 2020, p. 10). Dito de outro modo, da mesma maneira que o PI foi sendo incorporado com mais frequência aos discursos de Bolsonaro a partir de 2015, o PC conservador também o foi, fomentando um contexto em que tal pauta tornou-se bandeira política e partidária de diferentes candidatos.

Um exemplo da atuação do PC conservador ocorreu em 2017, durante a exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, financiada pelo Banco Santander, em Porto Alegre, cuja proposta era abordar a questão de gênero e a diversidade sexual por meio

de obras de oitenta e cinco artistas. Após inúmeras manifestações em redes sociais e outros espaços, a mostra foi cancelada: “As manifestações foram lideradas principalmente pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que pediu o encerramento da exposição e pregou ainda um boicote ao banco Santander” (Mendonça, 2017). Trago esse exemplo pela afinidade temática com a polêmica envolvendo a HQ *Vingadores*, haja vista que a diversidade sexual mobiliza discursos polêmicos nos dois casos.

Em dissertação intitulada “Obras de arte da exposição Queermuseu (2017) em polêmica: composição axiológica e conflito entre defensores da liberdade artística e político-religiosos”, Priscila Santos Lopes (2024), a partir da perspectiva teórica da Análise Dialógica da Argumentação, analisou sete artigos de opinião e um editorial com pontos de vista dissensuais acerca da exposição Queermuseu, chegando à conclusão que a divergência entre os campos em disputa estava relacionada a valores e não a questões estilísticas. A pesquisa de Lopes exemplifica o que apresentei sobre o politicamente correto conservador nos costumes e como os seus representantes questionam representações artísticas que não estejam em consonância com seus modelos relativos às experiências sexuais e de gênero, como foi o caso da obra *Travesti da Lambada e Deusa das Águas*, de Bia Leite, exposta na exposição.

Ainda sobre a minha primeira hipótese, penso que haja uma dificuldade social para classificar as atitudes de conservadores a partir da denominação politicamente correto conservador nos costumes porque, historicamente, a ala conservadora deteve a hegemonia política, religiosa, midiática e em outros setores sociais. Dessa maneira, as regras que impuseram, ou tentaram impor, com relação à vivência ou à representação dos costumes em livros, exposições, filmes e outras expressões artísticas foram normalizadas, embora nem sempre normatizadas.

Além disso, é preciso lembrar que a ala reformista, ao conquistar espaços de poder que possibilitaram a circulação de seus discursos e a busca por direitos igualitários quanto à sua vivência religiosa, sexual, de gênero etc., sem dúvida, provocou uma fissura na hegemonia da prática que considero PC conservador, gerando incômodos e questionamentos nem sempre pautados em argumentações razoáveis. É nesse sentido que defendo a ocorrência de estratégias de combate dos conservadores nos costumes também como manifestação do *politicamente correto*, e a ampliação da organização social e a atuação política dos reformistas como possibilitadoras da ocorrência de polêmicas como a da Bienal do Rio 2019, a qual ganhou proporções para além da duração do evento.

Uma vez apresentadas as características do PC reformista, do PC conservador e do PI, ratifico a opinião de que, nos três casos, o termo “politicamente”, embora possa ser lido como

um elemento conceitual gerador de dissenso, condiz com o que se espera de seus defensores. Seja com o intuito de combater preconceitos e opressões, de questioná-los, ainda que por meio da ridicularização e afronta; ou de defender práticas tradicionais, quem assim age visa, em seu entendimento, criar condições mais aceitáveis para a vivência privada e coletiva. Assim, na instância política, cidadã ou midiática, é a ação política que ocorre quando se questiona ou apoia o politicamente correto ou incorreto.

2. 1.4 Politicamente correto, livros e infância no Brasil

A tentativa de estabelecer um *politicamente correto* para representações artísticas direcionadas ao público infantil tem sido comum no Brasil. No caso da literatura, nosso foco de análise, uma vez que a polêmica envolvendo a HQ *Vingadores* apresenta esse elemento motivador, a abordagem é realizada ora criticando o PCR/PCRC¹², ora ressaltando o caráter negativo do PC conservador. Em 2012, por exemplo, o psicólogo e escritor de literatura para as infâncias, Illan Brenman, israelense naturalizado brasileiro, publicou o livro *A condenação de Emília: o politicamente correto na literatura infantil*, no qual é categórico ao afirmar que “[...] o politicamente correto, por mais paradoxal que pareça, é irmão da intolerância, primo da violência e sobrinho da burrice” (Brenman, 2012, p. 17).

Numa perspectiva psicológica de abordagem, Brenman (2012, p. 14) sustenta a tese de que a sociedade tem tentado, na educação e na literatura, “[...] minimizar, para as crianças, os efeitos colaterais da vida [...]”, isso por meio do PC. Como seu intuito é pensar a construção do universo simbólico da criança, destacou as discussões acerca da representação da violência e da morte, temáticas como racismo, machismo e proteção dos animais, enfatizando, entre outros, o fenômeno que defende a modificação em letras de canções como “Atirei o pau no gato”. De acordo com o Brenman, não é recente o intuito de uma educação moral para as crianças por meio de narrativas, inicialmente as histórias orais, os contos de fadas, maravilhosos e fábulas, como exemplos, e posteriormente o investimento do mercado editorial em produções infantojuvenis, este que, embora minimizasse, não eliminava os aspectos hoje questionados.

Quanto a determinar o que é propício ou não às crianças e aos adolescentes, o autor identifica, já na década de 40, questionamentos acerca de histórias em quadrinhos publicadas no país, pontuando como crítica não somente à “preguiça” mental para outras leituras, mas

¹² Distingo PCR de PCRC. No primeiro caso, trato de questões gerais acerca do politicamente correto, o que pode envolver temáticas como racismo, capacitismo, misoginia etc. No segundo, refiro-me especificamente aos temas envolvendo os costumes, como a questão da homoafetividade.

também ao conteúdo violento que interferiria negativamente na formação dos leitores (Brenman, 2012, p. 108). Ocorreria, e ainda ocorre, segundo esse autor, uma blindagem da infância por meio do “amordaçamento” da literatura, de conteúdos televisivos e outros. É interessante observar que, apesar de mapear a categoria PC a partir da relação deste com a esquerda reformista e suas pautas sociais, em suas análises Brenman explora outros aspectos os quais poderiam ser relacionados, também, com o perfil PC conservador: “A ausência de morte e seus congêneres, aflição, angústia, ansiedade, depressão, tristeza, etc., no discurso do politicamente correto, é, ao mesmo tempo, a negação da vida” (Brenman, 2012, p. 224).

Nesse sentido, sua abordagem vai de temas relativos à reformulação de letras de canções que incitam a violência contra animais (*Atirei o pau no gato*) a publicações de livros infantis como *Quando me sinto bondoso*, da autora australiana Trace Moroney, cujo conteúdo ressalta a visão de uma criança perfeita, obediente, disciplinada, sem explorar a complexidade da infância, ambos exemplos classificados pelo autor como politicamente corretos. Segundo ele, “Os livros politicamente corretos são feitos para uma infância idealizada, não concebem a existência do inferno dentro de cada um de nós, crianças, jovens e adultos” (Brenman, 2018, p. 210).

Em outro trecho, Brenman toca em um ponto que liga a discussão mais ao PC conservador do que ao reformista, a saber, a questão da sexualidade, ao enfatizar a importância de que “[...] pais e, principalmente, educadores compreendam, estudem e aceitem a existência desse mundo complexo em que a criança vive dentro de si. Além da violência, os livros politicamente corretos negam, ou omitem, ou disfarçam, conteúdos ligados à sexualidade infantil” (Brenman, 2018, p. 204, grifo nosso). O PC propõe, em sua visão, uma higienização da infância.

Analisando o cenário contemporâneo, não é difícil encontrar situações em que o PC reformista ou conservador esteve em pauta após questionamentos acerca de conteúdos de livros direcionados ao público infantil e/ou juvenil. Apesar de não ser uma obra recente, os livros do escritor Monteiro Lobato, por exemplo, têm enfrentado resistência de aceitação por parte de uma parcela da sociedade, que problematiza o conteúdo racista de alguns deles e seu impacto para a formação das crianças, seja para a baixa autoestima da população negra, seja por reforçar estereótipos que corroboram o racismo.

Nesse quesito, as opiniões estão divididas, havendo quem defenda a não leitura dos textos por crianças, quem proponha a reformulação da escrita, suprimindo trechos racistas, ou quem defenda que há possibilidade de continuar lendo o autor, utilizando as histórias, inclusive, para problematizar os preconceitos presentes nelas. Em edição de *Reinações de Narizinho*,

publicada pela Companhia da Letrinhas em 2019, além de notas de rodapé, nas quais aparecem caixinhas de diálogo explicando trechos considerados racistas, há um texto de apresentação, sem autoria, mas possivelmente referendado por Marisa Lajolo, organizadora da obra e pesquisadora lobatiana, no qual encontramos a seguinte justificativa.

Conhecer práticas antigas e pensar sobre elas, comparando-as com as atuais, será um uma das grandes experiências que você vai viver ao lado das personagens do Sítio. Significará também, prestar atenção no que mudou, e no que se mantém, ainda nos dias de hoje, no país em que vivemos. É por isso que optamos, nesta edição, por respeitar o texto de Lobato, reproduzindo-o da maneira como ele o escreveu, e convidar você, leitor, à reflexão sobre passagens controversas (Lobato, 2019, p.07).

Percebe-se, portanto, um caráter conciliatório na justificativa, uma vez que não invalida a crítica ao racismo presente na obra lobatiana, mas, fugindo de anacronismos, destaca a relação entre literatura e representação social em uma determinada historicidade, bem como a importância de repensar certas questões sociais problemáticas a partir dos textos literários. O caso de Monteiro Lobato é apenas um entre tantos apontados por quem defende o PCR e há, por parte desse grupo, a valorização da representação literária da população negra, e a fim de combater discursos passados, existe hoje no mercado editorial uma gama de livros infantis de escritores negros, seja reescrevendo histórias tradicionais, como *O pequeno príncipe preto* (2020), de Rodrigo França, ou *Amoras* (2018), de Emicida. Este último, inclusive, sofreu intolerância religiosa, por parte de uma mãe de estudante em 2023, por abordar aspectos da religião de matriz africana (Melo, 2023).

Como expressão do PC conservador, cito o caso ocorrido em 2020, quando da publicação do livro *Maya: bebê arco-íris*, de Xuxa Meneghel. A narrativa conta a história de Maya, bebê que possui duas mães, em uma representação das novas configurações familiares, e recebeu comentários negativos da deputada Carla Zambelli, a qual, em postagem no *Twitter*, afirmou: “O alvo dessa teia de destruição de valores humanos não é mais você. Essa mira está apontada para a mente das nossas crianças! Sexualizar e instigar inocentes ao sexo pavimenta a pedofilia e a depravação. Não tenhais medo. Lute por elas conosco!” (Zambelli, 2020). Filiada à época ao Partido Liberal (PL), a deputada é defensora de pautas relacionadas ao conservadorismo nos costumes e demonstra em seu comentário que há temas politicamente incorretos para o público infantil.

Os casos envolvendo a obra de Lobato e o livro *Maya* confirmam que, apesar de a categoria PC ser majoritariamente utilizada quando se trata de uma intervenção da ala

reformista, ocorrem no Brasil, sim, práticas que podem ser classificadas como manifestação do PC conservador quando se trata de acatar ou criticar textos literários destinados ao público infantil. A polêmica em torno da HQ *Vingadores* situa-se, também, no campo do PC conservador nos costumes e envolve, assim como em *Maya*, questões axiológicas referentes às relações afetivas que não seguem o padrão heterossexual. Seja do lado reformista ou do conservador, percebe-se uma tentativa de movimento que desperte o cancelamento de autores e obras, o qual é potencializado nas redes sociais, e não raro solicitações de retirada da obras de determinados espaços, sobretudo de escolas, fato que é classificado, pelo lado oposto, como censura.

O artigo intitulado “Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do o governo Bolsonaro – 2019-2020” (Reimao, Nery e Maués, 2022) corrobora a análise da recorrência de casos de tentativa de censura e boicote a livros, infantis ou não, no período citado e anteriormente a ele. Os autores relatam, por exemplo, o episódio envolvendo o livro *Meninos sem pátria*, de Luiz Puntel, obra cuja leitura foi suspensa no Colégio Santo Agostinho, na cidade do Rio de Janeiro, sob a acusação de propagar a ideologia comunista. Além desse livro, citam uma matéria publicada no Blog das Letrinhas, em 2018, a qual elencou dez outros títulos que passaram por algum tipo de censura, seja por questões referentes à linguagem inadequada, à sexualidade ou outros temas (Reimao, Nery e Maués, 2022, p. 6-7).

Além de citarem a polêmica envolvendo a HQ *Vingadores*, os autores ressaltam que, em 2019, ocorreram investidas contra duendes, bruxas, cultura africana e educação sexual. Por exemplo, o clube de livros infantis Leiturinha, com mais de 170 000 assinantes, em edital para autores, estabeleceu que não seriam aceitas publicações com a presença de seres mágicos, como fadas e bruxas, mas retirou a chamada após críticas expostas nas redes sociais.

Nesse mesmo ano, Damares Alves, então ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, republicou trechos de um vídeo seu de 2016 cujo conteúdo condenava livros nos quais aparecessem seres mágicos não ligados à tradição cristã, elementos da cultura africana e obras que, segundo a ministra, promoviam a confusão na identidade sexual de crianças e jovens (Reimao, Nery e Maués, 2022, p. 9). É perceptível, portanto, que a tentativa de censura da HQ *Vingadores* não foi um caso isolado, mas compôs uma conjuntura na qual o posicionamento *politicamente correto conservador nos costumes* estava respaldado por agentes da instância política e respondia à demanda de parcela da sociedade brasileira.

Dito isso, abordarei na seção seguinte a perspectiva teórica da Análise Dialógica da Argumentação, uma vez que é a base teórica e metodológica para a análise dos discursos que compõem os *corpora* deste estudo.

3 ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO: O MÉTODO ANALÍTICO

Todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva (Bakhtin, 2016, p.57).

O estudo aqui empreendido tem como objetivo compreender as razões pelas quais conservadores e reformistas nos costumes engajaram-se na polêmica sobre a homoafetividade na Bienal do Rio 2019 e como manifestaram suas posições axiológicas discursivamente, argumentando em defesa de seus pontos de vista e contrários aos pontos de vista dos oponentes. Logo, trata-se de uma abordagem analítica do discurso e da argumentação, e como há perspectivas diversas de abordagens discursivo-argumentativas, é imprescindível evidenciar de qual base teórico-metodológica parto: a Análise Dialógica da Argumentação (ADA).

Para início de conversa, ressalto que uma análise discursiva no campo da ADA leva em consideração a perspectiva enunciativa do discurso e seu movimento responsivo ao analisar a constituição da argumentação nele presente. Foi justamente o que fez Nascimento (2018) em tese de doutoramento intitulada “Análise Dialógica da Argumentação: a polêmica entre afetivossexuais e reformistas no espaço público”, visto propor um método analítico filiado, mais especificamente, à Análise do Discurso (AD), analisando as relações dialógicas e os atos argumentativos do evento polêmico, mantendo, dessa maneira, relação direta com a teoria bakhtiniana e a tradição retórica.

O encontro proposto por Nascimento (2018) entre o pensamento de Mikhail Bakhtin, em *Para uma filosofia do ato responsável* (2020 [1986]), e as ideias de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, em *Tratado da argumentação: a nova retórica* (2014 [1958]), é indispensável à proposta da ADA e corrobora a escolha da empatia enquanto fundamental ao método analítico, uma vez que Nascimento assumiu uma atitude empática diante das teorias com as quais dialogou, não necessariamente em consonância, assim como com o objeto de análise. Nesse sentido, ao considerar o pesquisador enquanto sujeito responsivo e responsável, denominou esse movimento ativo de compreensão “ato ético intelectual (Nascimento, 2028, p. 37), haja vista a importância de que aquele que pesquisa assuma seu lugar único no mundo, por meio da escuta atenta, não se anulando, tampouco desconsiderando as vozes com as quais dialoga.

A fundamentação da ADA, além de se apropriar de conceitos já estabelecidos, desenvolveu outras importantes noções que se uniram às já existentes para ampliar a rede teórica nos campos da análise do discurso e da argumentação. Posto isso, partirei das

contribuições de Bakhtin e de seu Círculo, abordarei a perspectiva da nova retórica e, em seguida, apresentarei os pontos de articulação entre os teóricos citados e a ADA.

3.1 BAKHTIN, O CÍRCULO E OS ASPECTOS FUNDANTES DA ADA

O estudo desenvolvido por Nascimento (2018) filia-se à Análise Dialógica do Discurso (ADD), resultante da recepção, leitura e estudo da obra de Bakhtin e do Círculo no Brasil a partir da tradução de *Marxismo e Filosofia da linguagem* (1929), em 1979, hoje com comprovada autoria¹³ de Volóchinov, cujas discussões sobre enunciado, signo ideológico e dialogismo, por exemplo, serão desenvolvidas em textos posteriores de Bakhtin. Esse contato inicial com a obra e seus conceitos favoreceu uma nova compreensão da análise do discurso, a qual garantia relevância à perspectiva dialógica e ao papel ativo do sujeito em uma interação verbal. Desde então, inúmeros estudos têm sido realizados com base na proposta de Bakhtin e do círculo, e entre eles está a ADA.

É importante destacar a diferença entre estudos de discurso, o conjunto de pesquisas preocupado com a problemática discursiva (Maingueneau, 2015, p. 45) e *análise do discurso* enquanto disciplina no interior dos estudos do discurso, que relaciona a estrutura dos textos [discursos] “[...] aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis” (Maingueneau, 2015, p. 46). Existe, na verdade, análises do discurso, uma vez que correntes diversas, com interesses específicos, desenvolvem análises discursivas a partir de noções e metodologias distintas, dependendo do objetivo estabelecido pelos analistas. Interessa-me, então, situar Bakhtin na problemática em torno do discurso, sobretudo porque é dele (e do Círculo) que parte o conceito de dialogismo, crucial para a análise deste estudo.

3.1.1 A perspectiva enunciativa e dialógica do discurso

Antes mesmo de a AD se estabelecer enquanto campo de estudo, Bakhtin e seu Círculo já discutiam a noção de discurso, o que não significa dizer que propuseram uma teoria fechada, entretanto é preciso considerar, como afirma Beth Brait, que [...] o conjunto das obras do Círculo motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso [...]” (2021, p. 09-10, grifo da autora). Em *Problema da poética de Dostoiévski*, por exemplo, em segunda edição

¹³ A comprovação de autoria de Volóchinov é sustentada por Sheila Grilo no ensaio introdutório da edição de *Marxismo e Filosofia da linguagem* publicada pela Editora 34 em 2017, no qual a pesquisadora apresenta, inclusive, a imagem da capa da primeira edição russa do livro, em que consta no topo o nome de Volóchinov. Utilizei nesta pesquisa a terceira edição (2021) da mesma editora, cujo ensaio é apresentado nas páginas 7 a 79.

ampliada, publicada em 1963 (a primeira havia sido publicada em 1929), no capítulo “O discurso em Dostoiévski”, Bakhtin propõe o estudo do discurso, da língua em sua concretude viva, entendendo-a não apenas como objeto da linguística, cuja abstração, embora necessária, não dá conta da complexidade da manifestação da língua, ou seja, dos discursos, mas de uma *metalinguística*, o que não significava abandonar os estudos linguísticos, mas ir além deles (Bakhtin, 2022, p. 207).

Quanto ao termo metalinguística, José Luiz Fiorin, em *Introdução ao pensamento de Bakhtin*, apresenta ponderações relevantes sobre a tradução deste, preferindo conceituar a proposta bakhtiniana como *translinguística*, visto que a metalinguística estaria mais alinhada aos discursos que falam sobre, descrevem e analisam a língua. Em sua perspectiva, porém, “O que Bakhtin tinha em mente era construir uma ciência que fosse além da linguística, examinando o funcionamento real da linguagem em sua unicidade [...]” (Fiorin, 2020, p. 24). Ou seja, a translinguística estaria interessada primeiramente nos enunciados concretos e sua rede dialógica, possuindo objeto autônomo e metas específicas (Bakhtin, 2022, p. 209).

A linguística e a metalinguística, portanto, apesar de analisarem o mesmo fenômeno, o discurso, fazem isso a partir de perspectivas analíticas diferentes. E qual seria o procedimento analítico utilizado para a realização do estudo translinguístico, ou seja, uma análise dialógica do discurso? De acordo com Brait (2021, p. 24), seria “[...] não aplicar conceitos a fim de compreender um discurso, mas deixar que os discursos revelem sua forma de produzir sentido, a partir do ponto de vista dialógico, num embate”.

Para Bakhtin (2022, p.207), o discurso é “[...] a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária em alguns aspectos da vida concreta do discurso”. Portanto, este pode ser compreendido como “[...] um tipo de sentido – um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia” (Possenti, 2009, p. 16). Porém ideologia aqui não significa falseamento da realidade, mas sim os valores e crenças que embasam o pensamento e as ações dos diferentes grupos sociais. Na perspectiva bakhtiniana, o sujeito não seria constituído apenas por suas ações discursivas. Na verdade, sua subjetividade seria formada a partir da constituição de sentido possibilitada pelas diferentes atividades humanas (Miontello, 2020, p. 171).

Valdemir Miotello, em “Ideologia”, um dos capítulos do livro *Bakhtin: conceitos-chave* (2020), organizado por Beth Brait, ressalta o quanto o conceito de ideologia é fundamental nos estudos de Bakhtin e do Círculo, sendo abordado sobretudo em *Marxismo e filosofia da Linguagem* e em *Problemas da poética de Dostoiévski*. Bakhtin não entendia a ideologia como um falseamento da realidade, mas como “[...] a expressão, a organização e a regulação das

relações histórico-materiais” (Miotello, 2020, p. 171). Dito de outro modo, a ideologia, enquanto sistema de representação de sociedade e de mundo, é sempre atual e constitui-se nas interações e trocas simbólicas realizadas pelos grupos sociais, refletindo-se no modo de agir e de pensar individual ou de grupos organizados, os quais criam e recriam significados que deem conta de sua visão de mundo de dos sujeitos (Miotello, 2020, p. 176).

Até chegar a propor um estudo translinguístico, Bakhtin e seu Círculo formularam questões relevantes acerca da linguagem. Na década de 50, ao refletir sobre os gêneros do discurso, o teórico russo ressaltou o quão o uso da linguagem é multiforme e ocorre por meio de enunciados, concretos e únicos (2016, p. 11). Antes disso, essa questão já havia sido abordada em *Marxismo e filosofia da linguagem*:

Para um falante, não importa o aspecto da forma, que permanece o mesmo em todos os casos do seu uso por mais variados que sejam. O que importa para o falante é aquele aspecto da forma linguística graças ao qual ela pode aparecer em um contexto concreto, graças ao qual ela se torna um sinal adequado nas condições de uma situação concreta (Volóchinov, 2021, p. 177).

Essa perspectiva entende que os enunciados estão situados e refletem, por meio do conteúdo temático, do estilo e da construção composicional, condições e especificidades dos campos aos quais estão ligados. Acerca disso, Volóchinov (2021, p. 94) afirma que “Cada campo da criação ideológica possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e refrata a seu modo”. O campo, também denominado nas obras do Círculo como esfera da comunicação discursiva ou da atividade humana, é compreendido “[...] como um nível específico de coerções que, sem desconsiderar a influência socioeconômica, constitui as produções ideológicas, segundo a lógica particular de cada esfera/campo” (Grillo, 2021, p. 143). Dessa maneira, embora cada enunciado seja individual e irrepetível, manifesta-se a partir de tipos relativamente estáveis: os gêneros do discurso.

Como as possibilidades de atividades humanas são inúmeras e exigem modos diversos de uso da linguagem, os gêneros do discurso refletem essa diversidade. Em cada campo social e de acordo com as necessidades comunicativas nele desenvolvidas, estruturam-se e reestruturam-se tendo em vista acompanhar os desdobramentos na organização dos campos, os quais também passam por transformações (Bakhtin, 2016, p.12). Desse modo, o repertório dos gêneros discursivos permanece em aberto, podendo surgir novos exemplos, bem como os já existentes passarem por algumas modificações. No caso dos discursos envolvidos na polêmica da Bienal, com exceção do vídeo de Felipe Neto, os gêneros produzidos fazem parte do campo político oficial, sejam eles enunciados durante plenárias ou divulgados em redes sociais.

Ainda sobre a relação entre campo, gêneros e historicidade, a esfera de comunicação jornalística, por exemplo, que inicialmente se serviu apenas da modalidade escrita, precisou desenvolver, posteriormente, gêneros propícios à divulgação nas rádios e televisões e, hoje, está inserida na dinâmica do universo comunicativo digital, cujos modos de comunicar são dinâmicos e variados. Desse modo, “Cada época e cada grupo social possui o seu próprio repertório de formas discursivas da comunicação ideológica cotidiana [os gêneros]” (Volóchinov, 2021, p. 109).

Ao ampliar o estudo dos gêneros, incluindo o diálogo, por exemplo, uma vez que a recorrência era a análise dos gêneros literários, Bakhtin reforça a importância de se estudar a língua em uso em todas as suas possibilidades, dos gêneros primários (o diálogo cotidiano), mais simples, aos secundários (romance), mais elaborados, estes que se apropriam daqueles em sua composição. Dessa maneira, “[...] a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (Bakhtin, 2016, p. 16-17). Assim, para além da perspectiva analítica da língua enquanto sistema e das relações entre os elementos deste, como propôs Saussure¹⁴, Bakhtin e o ciclo apresentam uma abordagem enunciativa.

Quanto aos campos (jornalístico, científico, cotidiano etc.), estes definem os gêneros, determinam o estilo de cada um deles, limitando a possibilidade da manifestação individual na produção dos enunciados. Portanto “O estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento” (Bakhtin, 2016, p. 18), o que significa dizer que há regras composicionais e temáticas a serem reproduzidas por cada gênero, e mudanças não ocorrem de forma abrupta, de acordo com a decisão do falante/escritor. Considerando o enunciado enquanto unidade real de comunicação discursiva, Bakhtin destaca sua característica dialógica e enfatiza o papel ativo dos sujeitos na recepção e produção discursiva, uma vez que o dialogismo ocorre a partir das relações de sentido estabelecidas entre enunciados.

De fato, o ouvinte ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente, completa, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o início,

¹⁴ Definir a língua enquanto sistema é reconhecer o seu caráter organizacional, ou seja, um conjunto de elementos organizados de modo que um esteja em relação com os outros, e cuja função dos elementos só pode ser definida considerando tal relação entre eles, como propõe o método estruturalista de análise da língua. Na perspectiva saussuriana (Saussure, 2012, p. 106), “O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Enquanto o conceito representa uma ideia interpretativa do mundo, a imagem acústica seria a impressão psíquica de uma dada sequência de sons.

às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante (Bakhtin, 2016, p. 25).

Embora, no trecho acima, Bakhtin aborde o processo do discurso falado, a característica dialógica e responsiva do discurso também funciona para a escrita, pois no processo de escrita e leitura os sentidos são construídos a partir de uma interação, ainda que silenciosa, entre os interlocutores. Logo, “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2016, p. 26), e todo falante/escritor é um respondente, posto não ser o primeiro a se pronunciar, e também espera uma resposta. A linguagem é, pois, no pensamento bakhtiniano, vista em sua perspectiva sócio-histórico e cultural, incluindo, “[...] para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos envolvidos (Brait; Melo, 2020, p. 65).

Bakhtin (2016, p. 31) diferencia *oração* de *enunciado*, considerando aquela unidade da língua e este enquanto unidade de comunicação discursiva. A oração, embora reflita um pensamento acabado, não estaria correlacionada com o contexto extraverbal, portanto, sua análise ficaria mais restrita às questões gramaticais, e a produção de sentido, certamente, não se daria da forma tão eficiente. Na polêmica da Bienal 2019, por exemplo, o prefeito Crivella afirma que “[...] deseja lutar em defesa da família” (Crivella, 2019c). Essa construção linguística pode ser repetida inúmeras vezes e cada palavra ser analisada na perspectiva de sua classe (verbos, preposições e substantivos), avaliada, assim, em termos de *oração*, contudo, para que seja entendida enquanto enunciado de um político conservador em defesa da família formada por um casal heterossexual, é preciso conhecer seu contexto de produção, bem como o perfil ideológico de seu enunciador. Dito de outra maneira, para uma análise enunciativa, não importa apenas o caráter repetível dessa oração, mas o irrepetível de sua ocorrência.

Desse modo, a partir do momento em que uma oração, ou um conjunto delas, produzida na dinâmica comunicativa, é analisada tendo em vista o contexto de produção, considerando o que está além dos aspectos linguísticos, tem-se o enunciado concreto, cujos limites são estabelecidos pela alternância dos sujeitos, ou seja, possibilidade de gerar resposta (o que ocorreu abertamente no caso da polêmica envolvendo Crivella); e pela conclusibilidade, a saber, o falante/escritor ter concluído, em dado momento e nas condições disponíveis, o que havia para dizer.

A vinculação dos gêneros discursivos aos enunciados concretos introduz uma abordagem linguística centrada na função comunicativa em detrimento, até mesmo, de algumas tendências dominantes como a função expressiva “do mundo individual do falante”. Quando considera a função comunicativa,

Bakhtin analisa a dialogia entre ouvinte e falante como um processo de interação “ativa”, quer dizer, não está no horizonte de sua formulação o clássico diagrama espacial da comunicação fundado na noção de transporte da mensagem de um emissor para um receptor, bastando, para isso, um código comum (Machado, 2020, p.156, grifo meu).

No processo dialógico da linguagem, destaco ainda a não neutralidade dos enunciados, fato que interfere em seu conteúdo semântico-objetual. Se o falante/escritor ocupa uma posição ativa na produção dos discursos, por certo escolhe os meios linguísticos e o gêneros discursivos para se comunicar levando em consideração a ideia que tem do objeto do discurso e o sentido que pretende produzir. Além disso, o elemento expressivo, “[...] relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (Bakhtin, 2016, p. 47), tem papel importante, visto interferir na seleção lexical, gramatical e composicional dos enunciados produzidos. Acerca disso tratarei mais detalhadamente no momento da análise dos discursos.

Na perspectiva bakhtiniana, a entonação expressiva, marcada sobretudo na execução oral dos enunciados, é uma das maneiras de manifestar a relação valorativa, sendo, pois, um traço constitutivo dos enunciados e não das palavras e orações. A partir do momento em que estas são pronunciadas com entonação expressiva, assumem posição de enunciados concretos, expressando, por exemplo, um elogio (Ótimo!) (Bakhtin, 2016, p. 48-49). Dessa maneira, “[...] a emoção, o juízo de valor e a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto. Em si mesmo, o significado de uma palavra (sem referência à realidade concreta), é extraemocional” (Bakhtin, 2016, p. 51).

Ainda sobre a neutralidade da palavra e a não neutralidade do enunciado, há que se considerar três aspectos importantes, a saber, primeiramente, uma palavra da língua é neutra e não tem autoria; porém, como palavra alheia, ela transforma-se em enunciado concreto e, por causa do caráter dialógico da linguagem, ressoa outros enunciados, “Nesse sentido, todo enunciado tem uma espécie de autor, que no próprio enunciado escutamos como seu criador” (Bakhtin, 2022, p.210). Por fim, enquanto palavra individual minha, com intencionalidade discursiva específica e situada, torna-se palavra expressiva, contudo, a expressividade não está na palavra, mas em sua manifestação concreta em uma situação real de comunicação (Bakhtin, 2016, p. 53-54).

A abordagem dialógica de Bakhtin ampliou a compreensão acerca dos efeitos de sentido provocados pelos discursos, posto tornar relevantes os aspectos extralinguísticos e considerar o quanto o enunciado é um elo na cadeia discursiva, ou seja, o que há não é um discurso adâmico, mas um teia responsiva. Portanto, um enunciado responde, de forma dialogal ou não, a um outro

enunciado; é endereçado e “[...] como o falante (ou o que escreve) percebe e representa para si os seus destinatários, qual é a força e a influência deles no enunciado — disto dependem tanto a composição quanto, particularmente, o estilo do enunciado” (Bakhtin, 2016, p. 63).

Essa questão do endereçamento será retomada quando da discussão sobre o papel do auditório no *Tratado da argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, visto que tocam em pontos relacionados. Discutirei, em seguida, dois conceitos importantes para a análise dialógica do discurso: *cronotopo* e *exotopia*.

3.1.2 Cronotopo, exotopia e a empatia discursiva no processo da ADA

A obra de Bakhtin é composta por vários estudos acerca da literatura, e alguns de seus conceitos surgiram em processos de análises literárias, posteriormente tendo seu uso ampliado. O conceito de *cronotopo* é um deles, aparecendo em suas reflexões ao longo da década de 1930, quando desenvolvia sua teoria do romance, cujo manuscrito foi editado e publicado na década de 70. Em *Teoria do romance II: as formas do cronotopo*, assim define: “Chamaremos de *cronotopo* (que significa ‘tempo-espaço’) a interligação essencial das relações do espaço e tempo *como* foram artisticamente assimiladas na literatura” (Bakhtin, 2018, p. 11, grifo do autor). Para Bakhtin, o *cronotopo* seria uma categoria de conteúdo-forma da literatura, assim, determinaria significativamente a imagem do homem produzida por essa manifestação artística.

Nessa obra, o autor apresenta um longo estudo sobre o *cronotopo* em diferentes tipos de romance, demonstrando aspectos que comprovavam sua tese. Ao analisar o romance aventureiro e de costumes, por exemplo, ele identifica o *cronotopo da estrada*, cuja escolha literária não é aleatória, mas indica o desenrolar da ação das personagens, o espaço onde ocorrem encontros e, mais do que isso, “[...] a escolha da estrada é a escolha do caminho vital; o cruzamento sempre é a reviravolta da vida do homem folclórico [...]” (Bakhtin, 2018, p. 58). Cada época tende a expressar literariamente a relação entre o homem e seu espaço-tempo de acordo com o que o contexto histórico, assim, “É dos cronotopos reais desse mundo que representa que se originam os cronotopos refletidos e *criados* do mundo representado na obra (no texto)” (Bakhtin, 2018, p. 230, grifo do autor).

De acordo com Amorim (2021, p. 106), “[...] no trabalho de análise dos discursos e da cultura, quando conseguimos identificar o *cronotopo* de uma determinada produção discursiva, poderemos dele inferir uma determinada visão de homem”. Se a análise do discurso ficcional possibilita tal inferência, é possível concordar que a análise de discursos não ficcionais também deve levar em consideração o *cronotopo* de seu acontecimento, posto que este contribui, em

medida significativa, para a compreensão da visão de mundo que os sujeitos discursivos construíram a partir da posição que ocupam em um ou mais campos, bem como a variação ou não dessa visão em temporalidades diferentes, ainda que em um mesmo campo.

Nessa perspectiva, “As pessoas organizam o universo de sua experiência imediata com imagens do mundo, criadas a partir das categorias de tempo e espaço, que são inseparáveis. Esses conceitos têm natureza histórica, pois diferentes povos têm formas distintas de conceber tempo e espaço” (Fiorin, 2020, p. 144). Ao refletir sobre o *cronotopo*, Bakhtin faz prevalecer a categoria tempo, assim, é situado em um determinado tempo histórico, cujos aspectos axiológicos são específicos, que os sujeitos elaboram dialogicamente seus discursos. Dessa maneira, os campos discursivos, direcionados pela categoria tempo, permitem a manifestação de certos valores, inclusive o embate entre eles.

Para a análise que será apresentada adiante, por exemplo, será preciso observar o *cronotopo* dos discursos polêmicos acerca da HQ *Vingadores*, levando em consideração suas manifestações na temporalidade do ano 2019, no Brasil e, mais especificamente, nos espaços públicos político (Câmara Municipal do Rio de Janeiro) e digital (*YouTube* e *Twitter*), posto que a relação tempo-espaço ajudará a compreender as possibilidades de realização de cada discurso por meio dos diferentes gêneros textuais, pois “O ponto de vista é cronotópico e abrange tanto o elemento espacial quanto o temporal” (Bakhtin, 2017, p. 24).

Outro conceito caro à análise dialógica dos discurso é o de *exotopia* (lugar exterior), sobretudo para o entendimento da ação do pesquisador diante do objeto da pesquisa e das teorias com as quais dialoga. Enquanto no *cronotopo* a categoria tempo recebe maior ênfase, na *exotopia* é o espaço, ou melhor, o processo de deslocamento que os sujeitos devem realizar na tentativa de compreender o outro com o qual dialoga, ou seja, a empatia ativa, sobre a qual discutirei de forma mais detalhada no momento oportuno. Em *Estética da criação verbal*, no capítulo “A forma espacial da personagem”, ao tratar da questão da escrita ficcional, da composição das personagens pelo autor-criador, Bakhtin ressalta:

Eu devo entrar em *empatia* com esse outro indivíduo, *ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele vê*, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, *completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele*, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento (Bakhtin, 2011, p. 23, grifos meus).

O movimento exotópico, por si só, não assegura a atitude empática, uma vez que, ao sair temporariamente de seu lugar e se posicionar no lugar do outro, o pesquisador pode não ser capaz de tentar ver sob outra perspectiva uma dada realidade. Por isso a importância de interligá-lo à empatia ativa, capaz de provocar um deslocamento que, inclusive, veja o que o outro não é capaz de ver no lugar em que ocupa, pois seu raio de percepção é limitado por questões axiológicas cristalizadas. Nesse sentido, o pesquisador coloca em suspensão sua bagagem valorativa e vai ao encontro do outro a fim de contemplar distintos modos de ver, e voltará com um excedente de visão sobre o outro indivíduo.

Estando, pois, no campo da Ciências Humanas, cujo objeto “[...] é o ser *expressivo e falante*” (Bakhtin, 2017, p. 59, *itálico do autor*), ativamente responsivo, torna-se oportuno o movimento empático em direção ao pesquisado, caso se deseje realizar uma análise ética. Acerca disso, Maria Amorim afirma:

Uma primeira consequência disso é que o texto do pesquisador não deve emudecer o texto do pesquisado, deve restituir as condições de enunciação e de circulação que lhe conferem as múltiplas possibilidades de sentido. Mas o texto do pesquisado não pode fazer desaparecer o texto do pesquisador, como se este se eximisse de qualquer afirmação que se distinga do que diz o pesquisado. O fundamental é a pesquisa não realize nenhum tipo de fusão dos dois pontos de vista, mas que mantenha o caráter dialógico, revelando sempre as diferenças e a tensão entre elas (Amorim, 2021, p. 98-99).

Ao realizar pesquisa em análise do discurso a fim de, diante de uma temática polêmica, investigar também o processo de argumentação utilizado pelos oponentes, e entendendo o quanto o debate acerca da questão homoafetiva tem a ver, para o campo jurídico e para a parcela da sociedade brasileira contemporânea, com o direito à diversidade na vivência da sexualidade, com o respeito e com o combate à violência sofrida pelos homoafetivos diariamente, interessa-me compreender os motivos que possibilitaram a formação e a manifestação pública dos discursos dissensuais. E embora tenha minha posição sobre as questões postas em debate, enquanto pesquisadora suspendo-a por um momento e lanço um olhar atento aos discursos dos dois lados da querela, tendo em vista analisá-los por meio dos mesmos critérios.

Nesse sentido, segundo Lima (2022, p. 171), “A argumentação no discurso não se propõe a denunciar e a julgar, mas sim a analisar os discursos sociais. Sua prática é analítica e visa a iluminar o objeto discursivo a partir de seu interior, a fim de apreender modos de dizer que são também modos de fazer”. Entendo que, se a argumentação no discurso não visa, assim

como a Análise Crítica do Discurso¹⁵ (ACC), a explicitar manipulações discursivas e ideologias nocivas à vida social, tampouco o analista deve sentir-se obrigado a omitir-se diante de comportamentos discursivos os quais julga indevidos para uma convivência social menos conflituosa, uma vez que esperar entendimento pleno e harmonia entre pessoas tão distintas é, a meu ver, uma idealização. Portanto considero importante ressaltar que me sinto parte da arena discursiva enquanto cidadã, também eu perpassada por ideologias, contudo, em meu lugar de pesquisadora, deixarei falar os sujeitos argumentantes, sem perder de vista o tensionamento ocasionado nessa relação dialógica estabelecida entre os oponentes (pesquisados) e a analista.

Desse modo, será necessário, como já dito, optar pelo movimento empático, como propõe Bakhtin: “Eu vivo *ativamente* a empatia com uma individualidade, e por conseguinte, nem por um instante sequer perco completamente a mim mesmo, nem perco o meu lugar único fora dela” (2020, p. 62, grifo do autor). Ou seja, ao me posicionar temporariamente no lugar discursivo do outro, com o intuito de compreender seu motivos, meus discursos irão comigo, entrarão em consonância ou dissonância para, no retorno ao meu lugar, de forma responsiva e responsável, empreender discursivamente a análise.

3.1.3 Os sujeitos argumentantes e o analista na perspectiva da ADA

A reflexão filosófica realizada por Bakhtin em *Para uma filosofia do ato responsável* (2020 [1986]) foi indispensável para a formulação da Análise Dialógica da Argumentação, cujo cerne é destacar a questão da empatia ativa e a responsabilidade ética dos sujeitos partícipes do grande evento da existência, do nascimento à morte, seja por meio de atos de pensamento ou concretos, inclusive os discursivos. O evento é cronotópico e dele decorrem fatos que permanecem no tempo e no espaço, e pode ser definido como “[...]ato concreto e dinâmico de instauração do ser no mundo, de apresentação do ser à consciência dos sujeitos, destacando nessa formulação que a consciência aprende o ser como evento, ação, do ser, como postulado, e não de modo essencialista ou teórico, como conteúdo dado [...]” (Sobral, 2020, p. 27).

Enquanto sujeitos históricos e culturais, perpassados por posicionamentos axiológicos diversos, qual o limite para que cada ato humano, em seu caráter individual e irrepetível, seja

¹⁵ De acordo com Teun A. VanDijk, em *Discurso e poder* (2023, p. 15), “[...] os estudiosos dos ECD não são ‘neutros’, mas se comprometem com um engajamento em favor dos grupos dominados na sociedade. Eles assumem uma posição e fazem isso de modo explícito”. Estudo Crítico do Discurso (ECD) refere-se aqui à Análise Crítica do Discurso, mudança proposta pelo autor por considerar que os ECD não usam um método específico de análise do discurso, mas “[...] qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos de discurso em geral” (VanDijk, 2021, p. 10).

assumido como singular e, por isso mesmo, uma responsabilidade da qual não se pode fugir? Sobre tal questão, Bakhtin reflete:

Cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir (Bakhtin, 2020, p.44).

Bakhtin toca em um ponto importante, posto saber que, embora sejamos capazes de, por força do dever ou não, realizarmos análise valorativa sobre uma dada questão, nenhuma valoração teórica é garantia de que os atos éticos se realizem, desse modo, diferencia o ato enquanto potência do ato/atividade, realização concreta. Saber o que fazer, pensar no que deve ser feito, não implica a concretização do pensamento. Portanto o que Bakhtin propõe é uma filosofia moral fundada na ação, e esta pautada na empatia, a qual permite aos sujeitos confrontarem seus mundos a partir de seus lugares únicos na existência.

Além disso, para Bakhtin, “Não existem normas morais determinadas e válidas em si, mas existe o sujeito moral [...] ele saberá em que consiste e quando deve cumprir o seu dever moral [...]” (Bakhtin, 2020, p. 47-48). Isso não significa assumir um relativismo axiológico total, uma vez que há valores que perpassam épocas e são defendidos por toda a humanidade histórica, porém, ainda assim, em seu lugar individual, cada sujeito precisa fazer a escolha de assumi-los como seus, ou seja, dependerá do tom emotivo-volitivo de sua consciência, do seu ato de vontade. O ato responsável não é, pois, apenas o momento da ação, mas engloba o conteúdo-sentido do ato, o qual está sujeito a passar por análise valorativa; a realização e, posteriormente, um processo de avaliação dos sujeitos acerca do próprio ato.

Todo esse processo reforça a participação ativa do sujeito, situado em um contexto histórico e com sua herança biológica, mas não determinado por esses aspectos, ou seja, não assujeitado às circunstâncias, apesar de atravessados por elas, pois é o “[...]meu *não-álibi no existir* que constitui a base da existência sendo tanto dada como sendo também real e forçosamente projetada como algo ainda por alcançar. [...] ser realmente na vida é agir, é ser não indiferente ao todo na sua singularidade” (Bakhtin, 2020, p.99, grifos do autor). De seu lugar singular os sujeitos valoram antes, durante e depois de cada ato, ou pelo menos deveriam, considerando o mundo concreto e sua eventicidade, e não um mundo dado, abstrato.

[...]o valor do ato é o valor que este tem para o agente, não um valor absoluto que viria impor-se a este último: o sentido nasce da diferença, mas não um sistema fechado de oposições. Assim, a experiência no mundo humano é sempre mediada pelo agir situado e avaliativo do sujeito, que lhe confere sentido a partir do mundo dado, o mundo como materialidade concreta (Sobral, 2020, p. 22).

O ato responsável, também responsivo, no contexto discursivo, mas não somente nele, está intimamente ligado à exotopia, conceito já abordado. Para que meu agir do mundo seja ético, é preciso que eu me coloque em situação de deslocamento, tendo em vista ocupar, por um instante, o lugar de uma outra consciência que não a minha. No entanto, o ato empático deve ser ativo, posto que “Uma empatia passiva, o ser possuído, a perda de si, não têm nada em comum com a ação-ato *responsável* [...]” (Bakhtin, 2020, p. 63, grifo do autor). Dito isso, o movimento empático não pode fazer com que eu me perca no outro, que abandone a minha singularidade, mas que eu seja capaz de enxergar o que sou em contraposição ao que o outro é, pois o outro é também constitutivo da consciência possível que tenho de mim.

O sujeito é, por assim dizer, na *filosofia do ato responsável*, um agente dotado da capacidade de realizar atos concretos, o que significa dizer que ele não é transcendental, despersonalizado, extra-histórico ou extrassocial, *a contrario*, é situado historicamente, cuja participação se dá ao agir responsavelmente e ao realizar práticas sociais, organizadas por esferas de atividade, as quais pressupõem a relação intersubjetiva e o aqui e o agora, o que mais tarde Bakhtin chamaria de *cronotopo* (Nascimento, 2018, 72, grifo do autor).

No caso da Análise Dialógica da Argumentação, a reflexão sobre o ato responsável é profícua, tanto do ponto de vista do lugar do analista quanto do lugar dos sujeitos cujos discursos serão analisados. Se aos sujeitos discursivos cabe o ato ético no dizer/fazer, sobretudo em contexto de debates polêmicos, e é preciso considerar seu não-álibi, ao analista cabe o ato ético ao desenvolver a pesquisa, ao analisar os discursos, em um movimento empático que não anule sua voz nem a dos objetos de pesquisa.

Apresentados, pois, alguns conceitos-chave da obra de Bakhtin, fundamentais para a formulação da perspectiva teórica da ADA, passarei às noções relativas à retórica, cuja abordagem, centrada nas técnicas de persuasão, complementa a percepção de uma análise do discurso tendo em vista observar as relações dialógicas deste, mas que, também, preocupa-se com os atos argumentativos utilizados pelos sujeitos, sobretudo em se tratando do estudo de um evento polêmico.

3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA NOVA RETÓRICA PARA A ADA

Partindo do dialogismo bakhtiniano e de sua filosofia do ato responsável, a ADA vai ao encontro da proposta apresentada por Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca no *Tratado da argumentação*¹⁶: a nova retórica, em 1958. Obra fundamental à análise da argumentação aqui apresentada, o *Tratado* põe em questão o modelo cartesiano proposto por Descartes em *Discurso sobre o método*, cujo intuito seria o de reduzir tudo ao cálculo matemático, assim, “O poder de julgar bem e de compreender clara e nitidamente o verdadeiro, distinguindo-o do falso, é o objetivo central que permeia a experiência da obra” (Olimpio-Ferreira, 2023, p. 20) de Descartes.

Os autores do *Tratado* assumem o vínculo com a tradição retórica e dialética gregas, por meio de uma abordagem dialógica que ratifica, mas também questiona visões e conceitos anteriores. Como o título indica, o cerne da obra é a argumentação, “[...] o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento*” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 04, grifos dos autores). Ao contrário do que propõe Descartes, no *Tratado* a argumentação não se restringe ao verdadeiro e ao falso, mas ao verossímil, ao provável, pois apenas uma linguagem artificial não manifestaria equívocos, dúvidas, ou seja, ela teria que ser formulada a partir de um cálculo mecânico (Olimpio-Ferreira, 2023, p. 23).

Ao tratar de uma nova retórica, fica evidente uma nova proposta de estudo cujas bases, estabelecidas a.C., foram sendo delineadas ao longo dos séculos. Assim, embora não se pretenda apresentar a história dessa disciplina, julgo importante refletir sobre seus aspectos fundantes para, em seguida, destacar quais as semelhanças e diferenças na abordagem proposta pelo *Tratado*.

3.2.1 Retórica: aspectos fundantes

A discussão apresentada por Aristóteles em *Retórica* conceitua e formaliza as reflexões sobre a arte de persuadir, embora a invenção da retórica seja atribuída ao siciliano Córax, no século V a.C., bem como já aparece problematizada por Platão no *Górgias*, por volta de 388 a.C. Na Grécia antiga, no contexto da *polis*, espaço político de decisões, a retórica “[...] permitia o bom andamento da justiça, por meio do manuseio da controvérsia, e o bom funcionamento da democracia, pela prática da palavra pública” (Amossy, 2020, p. 16). Assim, Aristóteles afirma

¹⁶ Doravante *Tratado*.

ser a retórica a contraparte da dialética, e no contexto social, “[...] em uma certa medida, todos procuram discutir e sustentar teses, realizar a própria defesa e a acusação dos outros” (Aristóteles, 2011, p. 39).

A retórica seria, portanto, “a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão” (Aristóteles, 2011, p.44). No contexto do espaço público e político grego, a arte de argumentar ocorria por meio dos gêneros deliberativo (induzir a fazer ou a não fazer), o judiciário ou forense (julgar a partir de uma ocorrência) e do demonstrativo ou epidíctico (louvar ou censurar alguém), estando concentrados, pois, nas exposições orais sobre assuntos regulares de debates os quais permitiam o dissenso, soluções opostas, caso contrário, não haveria necessidade de empreender o ato persuasivo.

Na perspectiva aristotélica, a persuasão pode ocorrer por meio do exemplo, do silogismo e do silogismo aparente.

Quando baseamos a demonstração de uma proposição em um grande número de casos semelhantes temos *a indução na dialética e o exemplo na retórica*; quando mostramos que, uma vez verdadeiras certas proposições, uma proposição adicional e completamente distinta tem também que ser verdadeira como consequência, de maneira universal ou majoritária, isso é chamado de *silogismo na dialética e entimema na retórica*” (Aristóteles, 2011, p. 47, grifos meus)

Na *Retórica*, Aristóteles considera o entimema uma forma de silogismo e destaca que o aquele deve “[...] consistir de poucas proposições, em menor quantidade, frequentemente do que as que constituem um silogismo completo; com efeito, se uma dessas proposições for conhecida, não haverá necessidade sequer de enunciá-la, o próprio ouvinte acrescentando-a” (Aristóteles, 2011, p. 49), ou seja, exige a dedução. Já o silogismo clássico seria composto por três proposições, duas premissas e uma conclusão (Plantin, 2025, p. 359), “[...] um discurso argumentativo no qual, uma vez formuladas certas coisas, alguma coisa distinta destas coisas resulta necessariamente através delas pura e simplesmente” (Aristóteles, Top. I, 1, 25 *apud* Plantin, 2025, p. 359).

Para além do *logos*, do raciocínio, Aristóteles apresenta outros meios do empreendimento persuasivo. O primeiro destaca o caráter do orador, sua credibilidade, assim sendo, seu *ethos*, ou seja, a imagem de si construída discursivamente, pois “Esse tipo de persuasão, semelhante aos outros, deve ser conseguido pelo que é dito pelo orador, e não pelo que as pessoas pensam acerca de seu caráter antes que inicie o discurso” (Aristóteles, 2011, p. 45). Ampliarei a discussão sobre o *ethos* no momento oportuno. Outra possibilidade é produzir

discursos que afetem a emoção do auditório, sensibilizando-o, recorrendo, assim, ao *pathos*, visto que “As paixões (emoções) são as causas das mudanças nos nossos julgamentos [...]” (Aristóteles, 2011, p. 122). Nos dois casos, conhecer o perfil do auditório, seus costumes, corrobora a escolha da imagem de si a ser discursivamente apresentada, bem como quais emoções podem ser mobilizadas no público.

É importante destacar, também, o papel dos lugares-comuns (*topoi*) na retórica aristotélica, posto que, de acordo com Aristóteles, diante de alguns auditórios a argumentação baseada em conhecimento exigirá uma instrução que nem todas as pessoas possuem, por isso, “[...] é necessário que utilizemos, a título de nossos modos de persuasão e argumentos, noções que todos possuem [...]” (Aristóteles, 2011, p. 43). Não se deve confundir, porém, a noção de lugar-comum com a de clichê¹⁷, pois para Aristóteles “[...] os lugares-comuns são categorias formais de argumentos que têm um alcance geral, como possível e o impossível, o mais e o menos, os contrários[...]” (Amossy e Pierrot, 2022, p. 22), desse modo, não era visto em uma perspectiva negativa, com valor pejorativo, como passou a ser classificado, ao longo dos anos, no sentido de trivialidade.

Da empreitada aristotélica, o qual sistematizou, em uma perspectiva crítica, conhecimentos já desenvolvidos sobre a arte retórica, bem como formulou novos conceitos, até os dias atuais, a retórica assumiu distintos papéis. Se na tradição grega ela estava voltada à construção dos raciocínios que visavam persuadir, em contextos de tomada de decisão, no século XVI ela foi reduzida ao estilo, à arte de bem dizer: “Geralmente, atribui-se a Petrus Ramus, ou Pierre de la Ramée (1515-1572), professor do Collège Royal de Paris, a dissociação entre o raciocínio dialético (participante da filosofia) e a retórica – e daí em diante reduzida ao estilo, (e, principalmente, às figuras e aos *tropos*)” (Amossy, 2020, p. 19).

Essa modificação de pensamento gerou a perda progressiva de etapas caras à retórica clássica, tais como *actio* (a prática da palavra pública, cuja voz e cujo gesto são importantes) e a *memoria* (capacidade de memorização de discursos), posto que a exposição oral foi sendo reduzida no espaço público. Além disso, a *inventio* (seleção de materiais usados nos discursos) e a *dispositio* (organização do material) foram transferidas para a lógica. Em decorrência disso, a *elocutio* (questão de estilo) passa a ser mais valorizada, já que havia a relação entre a retórica e o bem dizer, reforçada pela publicação de *La Dialectique* (1555), obra de Pierre de la Ramée, “O ‘ramismo’, assim, desmantela a retórica, reduzindo-a à arte do ornamento” (Amossy, 2020,

¹⁷ De acordo com Amossy e Pierrot (2022, p. 16-17), “O clichê, em sua dimensão crítica da linguagem cristalizada, repetida e comum, é uma noção que só se desenvolve verdadeiramente no século XIX”, assumindo um tom pejorativo, cujo aspecto de desgaste das palavras, de fórmula banal e repetível é criticado.

p. 19). Progressivamente, portanto, a perspectiva clássica da retórica perde espaço para, no século XX, ser retomada com um olhar que desse conta das necessidades argumentativas da época, como mostrarei a seguir, ao retomar a discussão sobre o *Tratado*.

3.2.2 A Nova Retórica, o papel do auditório e as técnicas argumentativas

Como já dito, o *Tratado* nasce em contraposição à concepção cartesiana da razão e do raciocínio, uma vez que “[...] rompe com a concepção da argumentação como desdobramento de um raciocínio lógico fora de toda relação interpessoal” (Amossy, 2020, p. 21). Assim, insiste no caráter comunicacional da prática argumentativa, embora não desconsidere os tipos de argumentos no processo persuasivo, mas diferencia a argumentação para a adesão a uma tese, vista como verossímil, da lógica, cujo objetivo é, por meio de operações formais, conduzir a uma verdade. Portanto, a nova retórica está situada no campo do provável, do opinável. De acordo com os autores,

[...] nosso tratado se relaciona sobretudo com as preocupações do Renascimento e, conseqüentemente, com as dos autores gregos e latinos, que estudaram a arte de persuadir e de convencer, a técnica da deliberação e da discussão. É por essa razão também que o apresentamos como uma *nova retórica* (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 05, grifos dos autores).

O *Tratado* critica a ideia de evidência enquanto característica da razão, pois esta é vista “[...] como a força à qual toda mente normal tem de ceder e como sinal de verdade daquilo que se impõe por ser evidente” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 04). No entanto, o objeto da teoria argumentativa proposta pelos autores é o estudo das técnicas discursivas voltadas a provocar ou aumentar a possibilidade de adesão a uma tese, fato que não ocorre de modo invariável e, por isso, ao estudar a argumentação, é preciso não confundir raciocínios relativos à verdade e os relativos à adesão.

A proposta é, pois, examinar “[...] a argumentação sobretudo em seus efeitos práticos: voltada para o futuro, ela se propõe provocar uma ação ou preparar para ela, atuando por meios discursivos sobre o espírito dos ouvintes” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 53). Cabe evidenciar que, mesmo não desconsiderando o papel das ações não discursivas (o exemplo, um tapa) para a persuasão, o *Tratado* preocupa-se predominantemente com os recursos discursivos utilizados para persuadir. Desse modo, a argumentação ocorrerá quando a violência ou outra forma de coação não tenha sido utilizada como critério para a persuasão, posto que é necessária

a liberdade espiritual, a liberdade para estabelecer juízo de valor e decidir aderir ou não à tese apresentada (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 61).

Tendo em vista que a ideia de adesão já estava presente nas teorias antigas da retórica e filiando-se a elas, o *Tratado* reforça o papel do auditório, “[...] o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 22), visto ser em função dele que a argumentação ocorre. Porém, diferentemente da retórica antiga, cujo objeto era a persuasão pública, o discurso oral, Perelman e Olbrechts-Tyteca não limitam o estudo à linguagem falada, já que o interesse não é pela eloquência. Além disso, compreendendo a importância da circulação dos textos impressos, decidem-se por centrar suas análises neles (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 06).

Todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito frequente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito. Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto, seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 06).

Na perspectiva da Nova Retórica, há uma relação entre orador e auditório, sendo aquele obrigado a adaptar-se a este, a fim ampliar a possibilidade de adesão. Nesse sentido, as informações sobre o perfil de um auditório figuram como condição prévia para a realização de uma argumentação mais eficaz, embora não garanta a aceitação da tese apresentada, e “[...] conhecer o auditório é também saber, de um lado, como é possível assegurar seu condicionamento, do outro, como é, a cada instante do discurso, o condicionamento que foi realizado” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 26).

E mais: para que haja argumentação, é necessário que exista uma comunidade efetiva de espíritos, os quais, em primeiro lugar, partilhem uma linguagem comum, e que tenham interesse pela adesão do interlocutor, caso contrário, qual seria a razão de argumentar? Além disso, a atenção do auditório é indispensável, uma vez que é a ele que o discurso se dirige e é a ele que se pretende persuadir (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 17-20).

O orador, portanto, é levado a, caso deseje realizar um bom processo persuasivo, animar-se com o espírito do auditório, mas não se deixar levar pela paixão que o faz se preocupar apenas com o que sente. Dessa forma, “[...] nenhum orador, nem sequer o orador sacro, pode descuidar desse esforço de adaptação ao auditório” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 27). A adequação ao auditório garante que o fundo e a forma de certos argumentos sejam apropriados à cada circunstância, ou seja, que a o ato argumentativo seja situado, não

baseada em fórmulas prontas, mas que esteja em consonância com o momento comunicativo. Essa perspectiva do *Tratado* assemelha-se, de alguma maneira, ao pensamento bakhtiniano acerca do caráter dialógico e cronotópico do discurso, bem como do movimento exotópico que o orador deverá desenvolver para que a adequação aconteça.

Os auditórios são classificados, de acordo com sua natureza, em *universal*, constituído pela humanidade inteira, e “Uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor [ouvinte] do caráter coercitivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 35), como é o caso dos discursos filosóficos. Mas é preciso destacar que, de acordo com Perelman, a definição de auditório universal está relacionada com a questão cultural, bem como a partir do que o orador sabe de seus semelhantes.

Certos auditórios especializados costumam ser assimilados ao auditório universal, tal como o auditório do cientista dirigindo-se a seus pares. O cientista dirige-se a certos homens particularmente competentes, que admitem os dados de um sistema bem definido, constituído pela ciência em que são especializados. Contudo, esse auditório tão limitado é geralmente considerado pelo cientista não como um auditório particular, mas como sendo realmente o auditório universal: ele supõe que todos os homens, como mesmo treinamento, a mesma competência e a mesma informação, adotariam as mesmas conclusões (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 38).

Há, também, a argumentação perante um único ouvinte, a qual não deve ser confundida com o *debate*, cujos participantes defendem convicções, mas vista enquanto *discussão*, em que se busca ouvir o divergente e encontrar solução para uma questão específica, embora “[...] aquele que defende um determinado ponto de vista está, o mais das vezes, convencido de que se trata de uma tese que é objetivamente a melhor e de que seu triunfo é o triunfo da boa causa” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 42). Assim, seria uma argumentação heurística e não erística. O ouvinte único, por sua vez, ativo no diálogo ou silencioso, pode encarnar, do ponto de vista do orador, um auditório universal ou particular. No último caso, ele seria o representante de um grupo e poderia tomar decisões por ele, e “A escolha do indivíduo que encarna um auditório particular influencia com frequência os procedimentos da argumentação” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 44).

O terceiro tipo de auditório representa a deliberação consigo mesmo. Diante de um sistema de crença adquirido, há a possibilidade de reavaliá-lo e, inclusive, colocar em questão os próprios argumentos: “[...] é legítimo que quem adquiriu uma certa convicção se empenhe

em consolidá-la perante si mesmo, sobretudo perante aqueles que podem vir do exterior; é normal que ele considere todos os argumentos suscetíveis de reforçá-la” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 49). O ponto de partida e o desenvolvimento da argumentação, portanto, pressupõem o acordo do auditório, ou seja, “[...] do início ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 73), um consentimento colaborativo. Dito isso, as premissas utilizadas por um orador podem ser recusadas pelo auditório, seja quando as considera unilaterais, por não aderir ao exposto ou por considerá-las tendenciosas.

No raciocínio lógico-formal, as premissas verdadeiras levam necessariamente a uma conclusão verdadeira, mas, como na argumentação as premissas estão sujeitas à problematidade, ao dissenso a solução consensual pode não eclodir, como acontece com muita frequência. Se não houver confiança no orador, regras precisas que obriguem o auditório a considerar as premissas como aceitáveis e um acordo de que elas serão a base do debate para a escolha de ações, todo processo argumentativo tende ao fracasso já de início (Olímpio-Ferreira, 2023, p. 38-39).

Os objetos de acordos das premissas são analisados no *Tratado* levando em consideração a estrutura do *real*¹⁸ (os fatos, as verdades e as presunções), mais relacionados ao auditório universal. No que tange ao acordo relativo ao *preferível* (valores, hierarquias e os lugares do preferível), identificados com o auditório particular, são juízos de valor e não de realidade. Os *valores*, por exemplo, referem-se a normas e conceitos entendidos como corretos para determinados grupos e em determinadas épocas. Seu caráter dóxico faz com que não sejam aceitos por todos, embora muitos grupos desejem estabelecer seus valores como universais, o que ocasiona o dissenso. A *doxa* possui valor de probabilidade, e na Antiguidade se opunha à *episteme*, considerado o conhecimento legítimo. Ela “[...] se situa no fundamento da verossimilhança sobre a qual se apoia o discurso de visada persuasiva. Ela fornece os pontos de acordo suscetíveis de serem estabelecidos a respeito de uma assunto dado [...]” (Amossy, 2020, p. 108). Vista pejorativamente, assume a posição de opinião comum na contemporaneidade.

¹⁸ Os *fatos* são dados da realidade que serão desse modo classificados caso, em um acordo, seja considerado por um auditório universal como não controverso. A *verdades*, por sua vez, são “[...] sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 77). Já as *presunções* são conclusões antecipadas baseadas em indícios e podem ser reforçadas, ao longo da argumentação, por outros elementos. Os três casos servem para exemplificar pontos de partida de uma argumentação.

Além da questão dos valores, das crenças, as *hierarquias*¹⁹ também são utilizadas como ponto de partida de uma argumentação, bem como os *lugares do preferível*²⁰, “[...] rubricas nas quais se podem classificar os argumentos” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 94), aspecto abordado quando tratei da *Retórica* de Aristóteles, o qual diferenciou os lugares-comuns, que servem em qualquer ciência e não depende de nenhuma delas, dos lugares específicos, próprios de uma ciência ou gênero oratório. Não basta, porém, selecionar os elementos que servirão como ponto de partida da argumentação. É preciso, ainda, refletir sobre a adaptação deles de acordo com o que se espera do ato persuasivo.

Afinal, a quem deseja gerar um acordo é necessária a compreensão de que essas etapas “[...] não devem ser menosprezadas, que a insensibilidade quanto às predisposições da audiência e às condições que a cercam é destinar todo o esforço argumentativo empregado à ruína” (Olimpio-Ferreira, 2023, p. 45), porém, se seguidas adequadamente, corroboram não somente a ação sobre a razão do auditório, mas também sobre sua sensibilidade. No entanto, para que os dados sejam aceitos, a interpretação do auditório tem papel fundamental, uma vez que os sentidos não são uniformes e podem, inclusive, ter efeitos opostos ao que o orador esperava.

A terceira parte do *Tratado* é destinada à apresentação das técnicas argumentativas as quais estão subdivididas em argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que visam fundar a estrutura do real, e estes fazem parte do chamado esquema de ligação²¹. Os argumentos quase-lógicos “[...] pretendem certa força de convicção, na medida em que se apresentam como comparáveis a raciocínios formais lógicos ou matemáticos” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 219). Contudo, uma vez postos em análise, distinguem-se das demonstrações formais, sendo necessário, pois, o esforço mental para a sua redução formal, por isso são quase-lógicos²².

¹⁹ As concretas expressariam, por exemplo, a superioridade dos homens sobre os animais; as abstratas, a superioridade do justo sobre o útil (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 90). Em ambos exemplos, há possibilidade do desacordo, desse modo, também o esforço do orador para persuadir quanto à hierarquização proposta.

²⁰ Os lugares de quantidade (superior pela quantidade), de qualidade (valorização do único), da ordem (é superior o que veio primeiro), do existente (é superior o que existe concretamente), da essência (a essência é preferível) e a pessoa (superioridade fundada no mérito, idade, sexo etc.) são alguns exemplos.

²¹ Os esquemas de ligação são processos [...] que aproxima elementos distintos e permitem estabelecer entre estes a solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro” (Perelman, Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 215).

²² Como exemplos de argumentação quase-lógica, há a *regra da justiça*, ou seja, tratar igualmente situações e seres de uma mesma categoria; o *argumento de reciprocidade*, cujo fito é atribuir tratamento semelhante a situações correspondentes; a *inclusão da parte no todo*, a *divisão do todo em suas partes*. Além desses, os *argumentos por comparação*, que podem acontecer por oposição, ordenamento e por ordenação; *argumentação pelo sacrifício*, com vista a demonstrar que um sacrifício resultará em algo mais valioso, e as *probabilidades*, baseadas, normalmente, em estatísticas e cálculos.

Os argumentos baseados na estrutura do real²³ “[...] valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que procura promover” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.298), e não do aspecto racional, formal. Já os argumentos que visam fundar a estrutura do real²⁴ esforçam-se para “[...] reestruturar certos elementos do pensamento em conformidade com esquemas aceitos em outros campos do real” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.217). Além do esquema de ligação, há a ruptura de ligação, técnica que visa “[...] afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.467-468).

Quanto à dissociação das noções, “[...] consiste num remanejamento mais profundo, sempre provocado pelo desejo de remover uma incompatibilidade, nascida do cotejo de uma tese [...]” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 469), como exemplo, a dissociação aparência-realidade. Por certo, as técnicas aqui apresentadas não esgotam as possibilidades, e à medida que forem identificadas na análise do corpora, ampliarei a reflexão sobre seus efeitos discursivos.

Voltarei aos aspectos até aqui abordados e a outros do *Tratado* quando se fizerem necessários nas discussões seguintes. Por ora, cabe destacar mais uma vez que a proposta de Perelman e Olbrechts-Tyteca foi recolocar a retórica em seu lugar argumentativo, quando há desacordo de opinião, mas que a tentativa de acordo é indispensável para o ordenamento das relações sociais, evitando, inclusive, a prática violenta, a coação. Apresentados, pois, os conceitos de Bakhtin e seu Círculo, bem como os do *Tratado da argumentação*, volto à Análise Dialógica da Argumentação e a suas questões específicas.

3.3 OS CAMINHOS DA ADA: ORADOR, AUDITÓRIO E ADEÇÃO

Atando as pontas desta seção cujo objetivo é tratar da Análise Dialógica da Argumentação, após ter apresentado conceitos significativos de *Para uma filosofia do ato responsável* e do *Tratado de Argumentação*, bases da ADA, discorrerei sobre os dispositivos dialógicos da argumentação.

²³ Entre eles estão a *argumentação pela causa*; o *argumento pragmático*, cuja apreciação ocorre a partir das consequências positivas ou negativas de um ato; o *argumento do desperdício*, o qual incita concluir uma obra iniciada para não se perder o que já foi realizado; o *argumento da direção* ou da *ladeira escorregadia*, que faz crer que, ao se realizar um etapa, outras temerosas virão e não será fácil manter o controle; o *argumento de superação*, que desperta a sucessão de etapas, a superação de limites, sendo visto de modo positivo; o *argumento de autoridade*, entre outros.

²⁴ São representados, entre outros, pelo *exemplo*, que permite generalizações e pretende fundamentar a regra; pela *ilustração*, cujo objetivo é reforçar a adesão a uma regra conhecida; pela *analogia* e pela *metáfora* e pelo *modelo* e *antimodelo* referente à conduta.

3.3.1 A relação intersubjetiva entre orador e o auditório na construção da argumentação

Para Nascimento (2018, p.126), “O ponto de partida de uma análise profundamente dialógica da argumentação deve ser a relação entre orador e auditório enquanto relação intersubjetiva”, sendo o orador um sujeito dialógico ao qual denominou *sujeito argumentante*. Esse aspecto da ADA reforça a relação entre o lugar do orador e sua relação com o auditório, no *Tratado*, e a empatia ativa proposta por Bakhtin, posto que o orador precisará realizar o movimento exotópico na tentativa de elaborar uma resposta à questão do outro, uma vez que o auditório seria uma construção do orador a partir do seu excedente de visão, construção essa que ocorre durante todo o ato argumentativo.

Nessa aproximação exotópica, o fato de o auditório ser uma construção do sujeito orador implica que este, ante ao evento aberto da vida do outro, dá-lhe um acabamento, em que o outro significa para o eu, enquadrando-o dentro de um ambiente, de certas categorias, cosmovisões, valores. É, por assim dizer, a partir disso que há o evento argumentativo, em que é possível se posicionar argumentativamente em relação à posição do outro (Nascimento, 2018, p. 130).

Em uma abordagem enunciativa, os argumentos são analisados em seu contexto vivo, não abstrato, e são produzidos, também, em um embate entre pelo menos duas vozes. O “[...] argumento como enunciado pressupõe uma resposta de um sujeito a uma questão levantada por outro sujeito no contexto de um problema. O que há então é a materialização linguístico-argumentativa de uma resposta a um problema” (Nascimento, 2018, p. 170). Levando em consideração a retórica aristotélica, o argumento pode ser estabelecido pelos mecanismos entimemático ou pelo exemplo, mobilizando, ainda, o *ethos*, o *pathos* e o *logos*.

No *Tratado*, os argumentos podem ser quase-lógicos, os que fundam a estrutura do real e os que se fundam na estrutura do real, como já abordei anteriormente. Portanto, “Por vezes, um argumento pode ser todo um texto, noutras, cabe dentro de uma frase e, em alguns casos, um argumento pode ser apenas uma palavra. O que nunca se deve perder de vista é sua resposta a uma questão” (Nascimento, 2018, p. 171). Partindo do campo do opinável, na argumentação como vista aqui, que difere da demonstração, o elemento dóxico integra o processo.

Seu caráter axiológico é construído a partir das interações com vozes antecedentes, uma perspectiva interdiscursiva: “O discurso só adquire sentido no interior de um imenso *interdiscurso*. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não a todos os tipos de outro enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras” (Maingueneau, 2015, p. 28, grifo do autor).

Em sentido restrito, o interdiscurso pode ser conceituado como um conjunto de discursos pertencentes a um mesmo campo ou a campos distintos, os quais mantêm relações de reciprocidade. Em sentido mais amplo, é o conjunto das unidades discursivas pertencentes a discursos anteriores de um mesmo gênero ou a discursos contemporâneos de gêneros distintos, a partir dos quais um discurso particular se forma de modo explícito ou implícito (Charaudeau e Maingueneau, p.286).

3.2.2 A argumentação para além da adesão: o discurso polêmico

Ao refletir sobre o caráter interdiscursivo dos discursos, Nascimento (2018) aborda a problemática em torno do conceito de argumentação, definida pelos autores do *Tratado* como ato discursivo que visa provocar ou aumentar a adesão dos espíritos. Em consonância com o que propõe Ruth Amossy em *Argumentação no discurso* (2020), porém, amplia a visão para pensar em uma dimensão argumentativa, a qual garantiria, de algum modo, a argumentatividade de discursos que não teriam diretamente a intenção de promover a adesão. Nesse sentido, defende que “É fácil, no entanto, observar que nem toda tomada de palavra tem, explicitamente, a intenção de conquistar a adesão de um interlocutor a uma tese apresentada” (Nascimento, 2018, p. 142), e em diálogo com Amossy, afirma ser possível orientar o olhar do outro para ideias, valores, pontos de vistas defendidos.

O uso da palavra está, necessariamente, ligado à questão da eficácia. Visando a uma multidão indistinta, a um grupo definido ou a um auditório privilegiado, o discurso procura sempre produzir um impacto sobre seu público. Esforça-se, frequentemente, para fazê-lo aderir a uma tese: ele possui, então, uma *visada argumentativa*. Mas o discurso também pode, mais modestamente, procurar modificar a orientação dos modos de ver e de sentir: nesse caso, ele possui uma *dimensão argumentativa* (Amossy, 2020, p.7, grifos da autora).

Posto isso, percebe-se que, apesar de ter o *Tratado* como uma de suas bases conceituais, a fundamentação da ADA não se prende a ele, assumindo uma visão de argumentação para além da adesão, da tentativa de consenso. Quanto aos objetos de acordo, entretanto, Nascimento (2018) segue a proposta de Perelman e Olbrechts-Tyteca já apresentada quando tratei da Nova Retórica, a saber, os acordos que envolvem a estrutura do real (fatos, verdades e presunções) e relativos ao preferível (valores, hierarquias e lugares do preferível) são pontos de partida para uma argumentação e, sobretudo no que tange aos relativos ao preferível, exercem papel importante quando se deseja compreender como se posicionam “[...] determinados grupos e sua relação dialógica com seu outro, observando, por assim dizer, como essas proposições

atualizam os posicionamentos sobre as quais pairam os acordos e os desacordos, numa relação semântico-discursiva com a *memória argumentativa*” (Nascimento, 2018, p. 152, grifo do autor).

Dito de outro modo, a memória argumentativa é interdiscursiva, uma vez que é por meio das relações dialógicas entre enunciados concretos — uma relação de sentido — que os argumentos circulam socialmente. Para a ADA, “[...] não é outra coisa do que remeter os elementos da argumentação a uma memória interdiscursiva e ver na análise como ela se atualiza” (Nascimento, 2018, p. 172). À ADA interessam os *posicionamentos* dos sujeitos argumentantes, ou seja, os atos argumentativos de um determinada pessoa ou de um grupo, pois é a partir deles que os sujeitos, ancorados inicialmente em premissas, valoram. Para tal fim analítico, as noções de *cronotopo*, campo e gênero discursivo, assim como para a teoria bakhtiniana, são imprescindíveis à análise.

Existem posicionamentos que são próprios a cada campo discursivo. Por isso adotarei o critério de observar qual posicionamento central o grupo adota. Ou seja, as premissas sustentadas por determinado grupo e com quais outras elas se relacionam para então poder pensar a que campo de fato aquele discurso pertence, porque não basta um grupo está posicionado em um espaço para daí se afirmar que faz parte daquele campo, por exemplo, não é porque se está no espaço político que o discurso é meramente político (Nascimento, 2018, p. 153).

Essa relação campo/espço merecerá atenção quando analisarei os discursos do prefeito Marcelo Crivella e do vereador Alexandre Isquierdo, por exemplo, já que, mesmo discursando a partir de um espaço público político, é preciso compreender se seus discursos são representativos do campo religioso evangélico ao qual ambos estavam, no momento da polêmica, relacionados. O campo seria, dessa maneira, um feixe de posicionamentos, nunca fechado em si mesmo, mas aberto a interações dialógicas.

O campo é, de alguma maneira, um grupo de pessoas que se reúnem em torno de uma questão problemática, a qual pressupõe sempre outras questões, mas que referente à questão central, essas pessoas compartilham de uma resposta semelhante, portanto, de um posicionamento central. Nesse sentido, vê-se que o campo não é um lugar homogêneo, cujos posicionamentos teriam igual equivalência. (Nascimento, 2018, p.157)

Assim “[...] pensar o campo, enquanto construção mútua dos seres humanos, é pensar como cada um deles se atualiza em dado momento, sob dadas circunstâncias histórico-sociais e discursivas” (Nascimento, 2018, p. 155). É pensar, ainda, que cada campo se manifesta

cronotopicamente, ou seja, em *espaços discursivos*. Por exemplo, um discurso do campo religioso pode ser manifestado no espaço discursivo de uma instituição religiosa, mas também pode aparecer em programas televisivos, em uma plenária política etc. Aqui a relação com os gêneros discursivos ganha relevo, posto que os campos, em seus respectivos espaços discursivos, manifestam-se por meio de gêneros do discurso, estes já tratados quando abordei os conceitos-chave da obra de Bakhtin e de seu círculo.

Além do *cronotopo*, do campo e do gênero discursivo, à ADA interessa analisar o *ethos* dos sujeitos argumentantes, não apenas o *ethos* discursivo – aquele que “[...] o locutor constrói, deliberadamente ou não, em *seu discurso* [...]” (Amossy, 2020, p. 89, grifo da autora) –, mas também o *ethos* prévio, “[...] elaborado com base no papel que o orador exerce no espaço social[...] na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa” (Amossy, 2020, p. 90). Conhecer o *ethos* prévio corrobora o movimento exotópico do analista em direção ao sujeito argumentante cujo discurso será analisado, e a formulação de um excedente de visão sobre este. Como consequência, há uma maior compreensão acerca dos motivos para que defenda certos valores, crenças e opiniões.

E como se dão os efeitos de sentido em uma argumentação? No contexto da ADA, Nascimento (2018) faz dialogar as noções de Bakhtin e do *Tratado*, já que, nos dois casos, os sujeitos ouvintes/leitores são ativos, constroem sentidos a partir de um repertório de vivências e de conhecimentos. E no caso da Nova Retórica, é por isso que o orador, denominado por Nascimento (2018) como *sujeito argumentante*²⁵, precisa realizar o deslocamento exotópico a fim de se adaptar ao auditório, posto que isso possibilita uma maior possibilidade de elaborar discursivamente uma argumentação que produza o efeito de sentido desejado. Dito de outro modo,

Efetivamente, o enunciado se forma entre dois indivíduos socialmente organizados, e, na ausência de um interlocutor real, ele é ocupado, por assim dizer, pela imagem do representante médio daquele grupo social ao qual o falante pertence. *A palavra é orientada para o interlocutor*, ou seja, é orientada para *quem é esse interlocutor* [...] (Volóchinov, 2021, p. 2014, grifos do autor).

²⁵ Ao considerar o orador enquanto sujeito argumentante, Nascimento parte da perspectiva bakhtiniana do sujeito enquanto único, responsivo e responsável. Além disso, considera-o “[...] uma consciência capaz de se desdobrar na relação eu-outro, para deliberar a respeito de uma dada questão [...]” (Nascimento, 2018. p. 128).

Ativos no processo, os sujeitos argumentantes e ouvintes/leitores não são assujeitados²⁶, ou simplesmente regulados pela formação ideológica²⁷, mas são heterogêneos, clivados e, dialogicamente falando, responsivos e responsáveis por cada ato discursivo realizado durante o grande evento da existência. Logo, com base no dialogismos bakhtiniano e indo além da noção de argumentação enquanto tentativa de adesão a uma tese, proposta pelos autores do *Tratado*, Nascimento (2018) defende uma análise dialógica da argumentação que dê conta, também, da argumentação polêmica, cujo dissenso, a disputa de valores, normalmente não encontra um caminho consensual. Sobre esse aspecto discorrerei na seção seguinte, mas antes retomarei a questão do método da ADA.

Já demonstrei que a empatia ativa é o método fundamental à Análise Dialógica da Argumentação (Nascimento, 2018, p. 36), portanto, fiz esse movimento no processo de pesquisa. Além de ir em direção a teóricos convergentes à fundamentação da ADA, mobilizei leituras teóricas divergentes, lançando um olhar atento que me fizesse, em meio a diferentes abordagens, selecionar com clareza as lentes a partir das quais realizaria a análise proposta. Também foi necessário, quanto à análise dos *corpora*, suspender por um momento minhas crenças e valores e analisar os discursos dos reformista e dos conservadores a partir dos mesmos critérios, tendo em vista compreender os motivos de cada lado da disputa.

Precisei, ainda, ir ao encontro de pesquisadores de outras áreas além do discurso e da argumentação, a fim de entender o *cronotopo* da polêmica da Bienal e acessar uma gama de informações fundamentais à compreensão dos movimentos dialógicos realizados pelos sujeitos argumentantes em defesa de seus valores. Nesse sentido, diferentes atos exotópicos foram realizados, permitindo-me uma visão mais ampla acerca das condições de possibilidade do evento polêmico envolvendo a representação da homoafetividade em HQ da Marvel.

²⁶ O sujeito assujeitado estaria submetido a regras específicas que delimitam os enunciados produzidos. Nesse sentido, não falaria por si só, de forma autônoma, mas falaria sempre em nome de ideologias, instituições, teorias. Estaria, pois, sujeito à maquinaria discursiva, como propôs Pêcheux na fase 1 da AD (Mussalim, p. 133).

²⁷ A formação ideológica, vista como o encontro de forças discursivas em uma dada historicidade, governa a formação discursiva, lugar em que discurso e ideologia se articulam, como propôs Foucault. Assim, o sujeito visto a partir dessa perspectiva não é totalmente livre, “[...] sofre coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica (Mussalim, p. 133).

4 A POLÊMICA E SEUS EFEITOS

Seríamos muito ingênuos se pensássemos que um debate é apenas uma troca intelectual e racional entre duas posições. Quase sempre é também um confronto moral de quem detém a virtude, daquele que empreende uma batalha por valores existências e civilizatórios, contra a barbárie ou o horror (Henry Bugalho, 2022, p.47).

Polêmica é uma palavra comumente utilizada, e após a expansão da internet e de suas variadas redes sociais, é quase impossível não se deparar a todo momento com uma postagem, normalmente sensacionalista, chamando a atenção para um tema polêmico. Mas será que tudo que é assim classificado, de fato, merece ser considerado uma polêmica? Para fins deste estudo, certamente, não. Dessa maneira, apresentarei as características que constituem a polêmica na perspectiva abordada por mim, a partir das contribuições de pesquisadores que realizaram e realizam estudos sobre essa característica tão comum ao processo de comunicação: polemizar.

4.1 O QUE É MESMO A POLÊMICA?

O dissenso em torno da representação homoafetiva na HQ *Vingadores*: a cruzada das crianças (Heinberg e Cheung, 2016) não foi uma simples discordância, por isso gerou efeitos polêmicos discursivos e para além do discurso. Ele foi mobilizado pela discussão sobre um *tema sensível* (Emediato, 2023, p. 20), pauta de interesse social com significativo caráter antagonístico e agonístico, uma vez que mobiliza pessoas a se engajarem em uma disputa discursiva pautada em crenças e valores enraizados. No caso da Bienal 2019, o desacordo envolveu dois campos discursivos: *conservadores* e *reformistas* nos costumes.

De acordo com Emediato (2023, p. 23), “Pensar uma racionalidade do sensível permite-nos delimitar o conceito de tema social sensível para relações que um sujeito – ou uma comunidade enunciativa – mantém com os objetos sociais no âmbito empático-afetivo e axiológico”. Essas relações estão ancoradas em imaginários sociais, entre os quais estão os valores que sustentam as opiniões de indivíduos e grupos, motivando-os a se envolverem em uma polêmica pública.

E como dito, a polêmica seria, então, não uma mera oposição de opiniões, mas “[...] um desacordo profundo de valores em um determinado espaço, motivado pela antipatia em relação aos valores do outro, manifestando-se de forma argumentativa” (Nascimento, 2024, p. 64). Pensar o caráter argumentativo da polêmica não significa apostar em uma possibilidade de gestão de conflito que resulte em acordo, numa perspectiva retórica tradicional, visto que não

é a disputa sobre opiniões divergentes facilmente possíveis de negociar, mas sobre uma estrutura de pensamento que constrói a identidade do sujeito. Um desacordo entre um valor amado que entra em conflito com o valor amado do oponente.

Nesse sentido, a pessoa envolvida em uma polêmica, ao ver seu sistema de crenças posto em questão, é a si próprio que vê questionada, por isso, quando assume uma posição dogmática, a aversão ao discurso divergente é uma tentativa de proteger a identidade construída e vista como modelar, pois “[...] admitir expressamente que o oponente tem razão abala sua autoestima e ameaça a estabilidade de seu sistema de crenças e valores” (Rodrigues, 2021, p. 26). O sujeito argumentante sente-se, então, ferido no âmago de suas certezas, logo, “[...] guerrear polemicamente pressupõe a reação a um valor amado que está ameaçado por um valor contrário, porquanto, por um valor que se odeia por ameaçar o que se ama” (Nascimento, 2018, p. 174). Ou seja, o valor amado e quem o segue funcionam como modelos, já o valor contrário e quem o apoia, como antimodelo.

Polemizar é, portanto, resistir ao discurso ou ao comportamento do outro, este que não ocorre sem um discurso, embora silencioso, que o embasa. Na polêmica envolvendo o beijo homoafetivo na HQ da Marvel, dois sistemas de crenças entraram em conflito e sobre eles falarei adiante.

4.1.1 A má fama da polêmica e seu papel na democracia

Apesar de sua má fama, há que se considerar a importância da polêmica como sinal da liberdade de expressão tão cara à democracia, visto que contextos ditatoriais ou democraticamente enfraquecidos tendem a suprimir o direito à discordância diante de valores e crenças legitimados por aqueles que assumem o poder político. Nesse sentido, a reflexão proposta por Ruth Amossy em *Apologia da polêmica* (2017, p. 13) auxilia-nos na compreensão de que a polêmica cumpre algumas funções sociais, por exemplo, a formação de comunidades de protestos e a ação pública no seio de tensões difíceis de solucionar. Dito de outro modo, apesar da ligação com a “irracionalidade” discursiva, a polêmica é capaz de suscitar debates e mudanças sociais, posto problematizar questões de interesse público, a partir de um viés pluralista de ideias.

Partindo dessa percepção, Amossy propõe uma retórica do dissenso, a fim de que haja a gestão do desacordo em democracias, afastando-se da retórica clássica, cujo fito era chegar a um acordo, ao consenso. Em suas palavras:

Se, de fato, o conflito é inevitável em nossas democracias pluralistas e se o cerne da democracia não é o consenso, mas a gestão do *dissenso* então a polêmica como confronto verbal de opiniões contraditórias que não leva a um acordo utópico deve ser reconsiderada em profundidade. É, por conseguinte, uma retórica do *dissenso* que é necessário desenvolver, na qual a polêmica deve ter lugar de destaque (Amossy, 2017, p. 38, grifo da autora).

A reflexão proposta por Volóchinov (2021) ao afirmar que “[...] toda palavra é uma pequena arena em que as ênfases sociais multidirecionadas se confrontam e entram em embate” (2021, p. 140) pode ser considerada quando se pensa o discurso polêmico. Ao trazer para a arena discursiva (e aqui a “arena” tem, de fato, relação com o espaço de luta, de combate) um tema de interesse público em uma dada cultura e época, a polêmica o faz por meio de mecanismos retóricos, ou seja, argumentativos, embora nem sempre as escolhas dos argumentos sejam consideradas “eficientes” quando se trata da racionalidade que se espera em processos de tentativa de convencimento. Nesse sentido, “É, portanto, a atividade que consiste em trazer argumentos em favor de uma tese e contra a tese adversária que constrói a fala polêmica” (Amossy, 2017, p. 49).

O caráter combativo do discurso polêmico, às vezes, aproxima-o da erística, [...] técnica de argumentação vista como uma batalha que conduz à morte. Seu vocabulário é militar: trata-se de uma luta, de batalha, de combate, de adversários, de posições que atacamos ou defendemos, de estratégia, de vitórias ou de derrotas” (Angenot, 2015, p. 150). Os sujeitos argumentantes envolvidos em uma polêmica tendem a fazer uso desse vocabulário, acessando um “arsenal argumentativo”, ou seja, um número finito de argumentos recorrentes em determinados embates (Angenot, 2015, p. 103), o qual é também denominado por Nascimento (2018, p. 172) como “memória argumentativa”, a saber, “[...] remeter os elementos da argumentação a uma memória interdiscursiva e ver na análise como ela se atualiza”.

O discurso polêmico, sendo sempre dialógico, bivocal, pode se manifestar de forma dialogal ou não, assumindo características de uma polêmica aberta ou velada. Ao analisar a obra literária do escritor russo Dostoiévski, Bakhtin identificou a presença de ambas, diferenciando-as por estar a polêmica aberta “[...]orientada para o discurso refutável do outro, que é seu objeto” (Bakhtin, 2022, p. 224). O evento polêmico aqui analisado se enquadra nessa definição, uma vez que os sujeitos argumentantes põem em questão o objeto discursivo “homoafetividade”, mas sobretudo questionam os discursos de seus opositores (Alexandre Isquierdo se volta, inicialmente, contra os autores/editores da HQ *Vingadores*, pelo discurso homoafetivo da história, e depois contra vereadores durante uma plenária; Felipe Neto polemiza

contra discursos do prefeito Crivella, e vereadores do Rio de Janeiro entram em embate contra Isquierdo e Crivella, para citar alguns exemplos).

A polêmica velada, por sua vez, estaria orientada para o objeto do discurso e não para o discurso específico de um sujeito argumentante (Bakhtin, 2022, p. 224). No caso da Bienal, o objeto seria a “representação homoafetiva em uma HQ”, assim, todos os que fizeram pronunciamentos, em concordância ou não, estariam polemizando em apoio ou discordância à venda do livro. Se é possível dizer que polemizaram “abertamente” com relação à venda, argumentando sobre o objeto do discurso “homoafetividade em HQ”, não necessariamente retomaram discursos de outros polemizadores, na perspectiva da polêmica aberta proposta por Bakhtin.

Dando continuidade à discussão, apresentarei pontos relevantes sobre o estudo da polêmica, a partir de algumas contribuições que se aproximam do conceito que tomo como base para ancorar a análise discursiva do evento polêmico da Bienal 2019. Assumo, pois, assim como Nascimento (2018), a noção de polêmica enquanto a disputa de posicionamentos antagônicos, em um movimento dialógico entre sujeitos argumentantes, os quais se envolvem em um evento polêmico, a saber, “[...] o encontro de posicionamentos polêmicos, fundantes de dois campos discursivos antagônicos, responsáveis por atualizar entidades de outras polêmicas, ao disputarem sentidos de um mesmo objeto do discurso [...]” (Nascimento, 2018, p. 204). A polêmica enquanto um acontecimento cuja repercussão e efeitos podem estender-se para além da necessidade imediata de responder a uma questão social controversa.

Nascimento (2018, p.174) analisa a polêmica em uma perspectiva que seja considerado o efeito de sentido do ódio, uma vez que, em diversas situações polêmicas, os sujeitos argumentantes transferem o ódio ao valor do outro para o adversário. Dito de outra maneira, se o outro não ama o que eu amo, será transformado, também, em motivo de minha antipatia. Nesse sentido, as contribuições de Santo Agostinho e de Max Scheler corroboraram a concepção de polêmica defendida por Nascimento, a qual não está limitada aos estudos de Bakhtin (2022) e Amossy (2017).

Isso remete para uma ordem de valores que o sujeito abraça e outros dos quais se distancia, o que Santo Agostinho chamou de *ordo amoris*, cuja retomada Max Scheler (2001; 2008) faz para mostrar que é possível observar quais valores determinada pessoa ama ou odeia, conhecendo-a através dessas preferências, digo, a partir daquilo que o sujeito antipatiza ou simpatiza, como diz Bakhtin (2011) (Nascimento, 2018, p. 174).

Ao analisar a polêmica da Bienal enquanto um evento polêmico, em um recorte analítico que vai de 2019 a 2022, considerarei os “atos polêmicos” que o compõem, ou seja, “[...] os acordos, os argumentos, as estratégias argumentativas e os posicionamentos mobilizados no processo argumentativo imantados pelo evento polêmico” (Nascimento, 2018, p. 209). Além disso, serão postos em análise os “microatos polêmicos”, a saber, “[...] uma palavra, uma expressão valorada ou energizada por uma polêmica” (Nascimento 2018, p. 211), sobre os quais voltarei a falar no momento oportuno, ao analisar os microatos polêmicos *beijo, censura, família e homofobia*.

O evento Bienal 2019, portanto, só tem validade enquanto evento polêmico porque sujeitos argumentantes, em posições antagônicas, posicionaram-se discursivamente produzindo atos polêmicos capazes de ser recuperados, a fim de que, considerando o *cronotopo* das enunciações, sejam postos em análise. Nesse sentido, as hipóteses apresentadas por Nascimento (2018) quanto à polêmica, evento, ato e microato polêmico serão também testadas na análise aqui empreendida, analisando “[...] a polêmica a partir de sua própria lógica, não impor uma lógica da “razão” alheia, mas a do sentimento gerador” (Nascimento, 2018, p. 174).

Há outro ponto a pensar quando se empreende uma análise dialógica da argumentação polêmica: a empatia ativa. Na seção anterior, apresentei a noção bakhtiniana da empatia ativa ao abordar a exotopia, movimento de suspensão temporária dos próprios valores, seguida da tentativa de compreender o mundo do outro e o retorno ao seu mundo com um excedente de visão. Como há uma tendência de se analisar a empatia como um gesto de compreensão, de entendimento, há certa dificuldade de perceber esse ato na polêmica, posto que os sujeitos argumentantes estão em situação de desacordo profundo.

Contudo, como questionou Nascimento (2018, p. 174), “[...] na polêmica também há um movimento de empatia, mas não com um gesto de amor aos valores do outro, todavia, de ódio?”. Penso que essa é uma possibilidade plausível, pois os sujeitos argumentantes mobilizados por uma polêmica tendem a argumentar apresentando elementos negativos dos valores e crenças do oponente, e para que isso aconteça, é necessário, em alguma medida, penetrar esse mundo do outro, conhecer seus motivos, ainda que seja para discordar terminantemente ao ponto de transferir a antipatia ao valor para o oponente.

Um exemplo desse movimento foi o realizado pelo vereador Leonel Brizola em seu posicionamento na Plenária do dia 11/09/19, ao argumentar sobre a atitude de Crivella: “A tentativa de apreensão dos livros é uma clara censura realizada pelo Prefeito, *com um único critério de estar em conflito com os seus próprios princípios morais*” (CMRJ, 2019c, grifo meu). Para realizar essa afirmação, o sujeito argumentante precisou situar-se no mundo do outro

(Crivella), identificar a posição do prefeito enquanto um homem religioso, cujos valores distinguíam-se dos dele e entender que, pertencendo ao campo evangélico e ao campo político de base conservadora, o prefeito defenderia um modelo de família que não o homoafetivo. Porém, o deslocamento de Brizola e a identificação dos motivos que levaram Crivella a agir como agiu não o impediram de discordar da atitude e dos discursos do prefeito.

Ao analisar especificamente o dissenso da Bienal 2019, ratifico o pensamento de Amossy (2017) quanto à importância da polêmica para uma democracia que se quer plural e aberta a discussões de interesse público. Sem espaço para polemizar, os sujeitos argumentantes reformistas nos costumes não conseguiriam questionar a atitude de Crivella e os valores e crenças que a motivaram. Dito de outra maneira, estariam impossibilitados de questionar, propor e agir em defesa de seus valores amados.

Por outro lado, tanto Isquierdo quanto Crivella também não poderiam manifestar opiniões as quais, embora sendo vistas como legítimas por eles, são motivadoras de atos como homofobia e censura, proibidos pela legislação, mas que, uma vez colocadas em cena, permitem identificar a presença de posicionamentos vistos por parcela da sociedade como retrógrados e/ou criminosos. Tal identificação é significativa, sobretudo quando parte de representantes políticos com “poder” de proposição e decisão acerca de questões que podem impactar negativamente a vida de pessoas de determinados grupos sociais historicamente marginalizados.

4.1.2 A relação com o oponente: algumas características da polêmica

Embora a reflexão teórica acerca da polêmica aqui apresentada tenha uma relação mais direta com o estudo realizado por Nascimento (2018), cujos aspectos fundamentais já apresentei (as noções de polêmica, evento, ato e microato polêmico), por exemplo, julgo importante destacar algumas características elencadas por Amossy (2017) que ajudariam a identificar uma polêmica: a dicotomização, a polarização, a desqualificação do oponente e a violência verbal. Isso não significa que devamos partir para a análise com a finalidade de encontrar as quatro características citadas, mas que é possível que elas, em menor ou maior grau, apareçam, então é importante conhecê-las a fim de identificá-las e analisar seus efeitos de sentido.

De acordo com Amossy, quatro características são fundamentais para se compreender a polêmica. A primeira delas é a *dicotomização*, ou seja, não há polêmica sem que haja dois lados contrariamente bem definidos e posicionando-se de forma antitéticas. Nesse sentido, assumir um dos lados é, veementemente, excluir o outro. Na Bienal 2019, a dicotomização ocorreu entre

aqueles que eram contrários à homossexualidade e, por sua vez, à representação homoafetiva em livros “supostamente” para crianças, e os que defendiam o direito à vivência de orientações sexuais não heteronormativas, como pode ser percebido no trecho do posicionamento de Alexandre Isquierdo na Plenária do dia 04/09/19: “Caso algum vereador *seja favorável* a esse lixo moral, *não assine essa moção de repúdio*. Mas se você é contra isso aqui, essa covardia, *eu vou passar moção* e será publicada. Obrigado, Senhor Presidente” (CMRJ, 2019a, grifos meus). A divergência funciona como um choque de opiniões que tendem a se repelir quando há qualquer tentativa de aproximação, dificultando o acordo.

Tomando partido em um lado da querela, cuja dicotomização foi estabelecida, o que tende a ocorrer é a *polarização*, ou seja, a adesão a um grupo representativo de uma identidade ou demonstração de solidariedade a este, apoiando sua tese (Amossy, 2017, p. 57). Durante a polêmica da Bienal, foi perceptível a polarização entre dois grupos, os conservadores e os reformistas nos costumes (sobre esses dois grupos falarei posteriormente), por exemplo, no posicionamento de Felipe Neto, em 05/11/19, em seu canal no *YouTube*:

Isso foi só um exemplo das milhões de coisas que nós, como população, podemos fazer para lutar contra o autoritarismo, para contra essa vontade ditatorial de colocar as regras que vocês têm pra si pra todos os outros. *Nós não vamos viver sobre essas regras. Vocês não vão vencer essa batalha. Ok?* (Neto, 2019a, grifos meus).

A polarização é a dicotomização levada ao extremo, posto que, assim como sugere Amossy, cria-se um “nós” contra “eles”, tornando o opositor um “inimigo” a ser combatido, embora a discordância possa ocorrer apenas em um quesito do que se enquadraria uma pessoa conservadora ou reformista, pois o que vale é o que está sendo posto em questão naquele momento. Uma vez polarizados, os sujeitos argumentantes envolvidos em uma polêmica passam, em muitos casos, à *desqualificação do oponente*, tendo em vista considerá-lo um “Mal” a ser combatido, como faz o vereador Alexandre Isquierdo: “Agora, descer goela a baixo para as nossas crianças, isso é uma patifaria. Isso é *coisa de bandido, de covarde* e está sendo vendido na Bienal” (CMRJ, 2019a, grifos).

Assim, não basta desqualificar a tese do adversário, mas descredibilizá-lo, reduzindo a força de seus argumentos. Desse modo, “[...] a polêmica não é apenas um tipo de argumentação que gerencia os conflitos confrontando-os, dicotomizando-os e polarizando-os. O Oponente age nela como um adversários a confundir, até a deslegitimar” (Amossy, 2017, p. 59). Implicados no debate, os oponentes utilizam diversas estratégias para vencê-lo, sem que isso signifique convencer o lado oposto de suas ideias. Dependendo do contexto em que polemizem e para

qual auditório discurssem, a difamação do oponente pode ser explorada em maior ou menor grau.

A quarta característica é o fato de o discurso polêmico tender ao debate virulento, à *violência verbal*, sendo esta, pois, considerada pelo senso comum a qualidade definidora da polêmica, uma vez que o tom agressivo e ofensas das mais variadas podem ocorrer durante o dissenso. No entanto, “Os procedimentos discursivos que criam uma impressão de violência verbal só se tornam polêmica quando são utilizados no contexto de uma confrontação de opiniões contraditórias” (Amossy, 2017, p. 63). Assim, não basta haver violência verbal para que se possa caracterizar um discurso como polêmico. É necessário considerar qual tema está sendo posto em situação de discordância, ou melhor, de dissenso profundo, pois há discordâncias passíveis de alcançarem o consenso e outras que o repelem.

Tendo isso em vista, os sujeitos argumentantes envolvidos em uma polêmica têm seus valores arraigados e não estão dispostos a abrir mão deles, por isso, mais do que tentar convencer o opositor, desejam, em muitos casos, afrontá-lo, desequilibrá-lo, e o discurso virulento tem papel crucial nesse processo, embora demonstre, também, dependendo do nível, o desequilíbrio, premeditado ou não, de quem faz uso dele. Ainda assim, isso não transforma a polêmica em um simples discurso agressivo. Na verdade, a virulência não chega a ser um traço definidor do discurso polêmico, mesmo que intensifique a dicotomização, e nem sempre ocorre por meio de transbordamentos emotivos exagerados (Amossy, 2017, p. 169).

A violência verbal manifesta-se de variadas maneiras. Em seu estudo, Amossy (2017, p. 169-172) elenca sete possibilidades: (1) impedir a expressão discursiva do oponente, (2) ridicularizar ou desconsiderar o ponto de vista do adversário, (3) atacar a pessoa do oponente e não seus argumentos, (4) assimilar o ponto de vista ou o oponente ao Mal absoluto, (5) exprimir sentimentos violentos, por meio de marcas sintáticas, lexicais e prosódicas, (6) insultar o adversário, seja desqualificando-o, manifestando hostilidade ou incitando uma reação, (7) incitar a violência contra o adversário. Cito um exemplo da expressão discursiva do oponente sinalizada pelo vereador Alexandre Isquierdo.

[1] Vereador Leonel Brizola, *respeite a minha fala*. Presidente, ele está interrompendo a minha fala.

Só para deixar claro, Vereador Tarcísio: eu me inscrevi para falar. *Se os senhores obedecessem o tempo regulamentar, eu falaria*. Eu estava inscrito para falar (CMRJ, 2019f, grifos meus).

As interações hostis, portanto, nem sempre se apresentam por meio de xingamentos ou tom de voz elevado. Elas podem ocorrer de modo mais moderado, por meio da ironia e de outros recursos. Dependendo do espaço público no qual ocorram, os discursos polêmicos podem exacerbar ou não a virulência. No espaço digital, com a possibilidade de comentários anônimos, perfis *fakes* ou a sensação de que se está em uma “terra sem lei”, a possibilidade de descumprir regras de decoro discursivo é bastante acentuada.

No espaço político não tem sido diferente, embora devesse, em um plano ideal, ser o local em que ideias e opiniões fossem debatidas de forma mais sensata. Contudo, quando se trata de um tema polêmico, há que se fazer um contínuo exercício para que um debate não se torne uma discussão inflamada, mesmo em um contexto em que seria mais adequado o “controle” das emoções que despertam a expressão do discurso virulento, como o político. Porém, o *pathos* tem sua função na polêmica, como demonstrarei em seguida.

4.1.3 A polêmica e a expressão do *pathos*

Estando em polos opostos de uma polêmica, os sujeitos argumentantes são geralmente mobilizados pelo *pathos*, ou seja, pelas paixões/emoções, embora a violência verbal e a paixão não fundamentem a polêmica (Amossy, 2017, p. 61). O debate passional, aspecto comum à polêmica, faz com que esta seja alvo de duras críticas, posto que leva o discurso ao plano considerado da “não racionalidade”. Mas como não levar em consideração as emoções quando se discute um tema sensível? Há como demonstrar um ponto de vista diante do que se considera inaceitável sem se deixar mover pela indignação? E será, realmente, que paixão e razão não podem fazer parte de um discurso polêmico?

Como afirma Amossy (2017, p. 62), “A emoção é um resultado da implicação do locutor no seu discurso. O engajamento emocional se faz acompanhar de uma tentativa de tocar o coração dos leitores/espectadores”. Percebe-se, assim, que ao mobilizar a emoção, o sujeito argumentante não demonstra sempre um descontrole emocional, mas pode usar estratégias emotivas para suscitar afetos no auditório e conseguir sua adesão.

No caso da polêmica envolvendo a HQ *Vingadores*, alguns sujeitos argumentantes tentaram mobilizar a sensação de medo, sobretudo por meio de uma argumentação que operou com a consequência negativa de uma dada ação, bem como a indignação. Além disso, os afetos foram utilizados para sensibilizar diante da gravidade da situação que gerou a polêmica, como ocorreu com Felipe Neto:

Hoje, sexta-feira, dia 06 de setembro de 2019, *foi um dia triste pra democracia brasileira*. O dia em que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro decidiu, por um devaneio, por uma loucura dele, que um beijo entre dois homens deve ser enquadrado como pornografia, como conteúdo sexual, e que por isso qualquer obra que mostre afeto entre gays deve ser embalada com plástico preto e avisada como conteúdo impróprio (Neto, 2019a, grifo meu).

É importante ratificar que a paixão não é um traço definidor da polêmica, embora quase sempre nela esteja presente. E dependendo do recurso utilizado para expressar os afetos e tentar mobilizar os afetos do auditório, seu efeito pode ser maior potencializado.

Se a polêmica pode acontecer sem paixão, esta não deixa de recorrer um pouco à polêmica, sobretudo quando se trata de sentimentos morais que agitam os indivíduos e os grupos diante que eles considerem infrações à norma e rupturas de contato. Quando aparece no debate polêmico, a paixão o radicaliza: ela exacerba as dicotomias e a polarização; e a expressão do descrédito é lançada sobre o outro (Amossy, 2017, p. 165).

A propósito das emoções no discurso, Helcira Lima (2023, p. 51) destaca o fato de estas serem constitutivas da vida social, não devendo ser classificadas apenas como perigosas ou traiçoeiras. E como os seres humanos expressam suas emoções também por meio da linguagem verbal, e não somente por meio de gestos e expressões faciais, por exemplo, o estudo destas deve receber atenção de analistas da argumentação no discurso, visto que “A análise de Discurso lida com a materialização de formas de vida sociais na linguagem. Forma de vida em sociedade, portanto, atravessadas pelas emoções” (Lima, 2023, p. 52).

Desse modo, cabe compreender as emoções em uma perspectiva linguístico-discursiva, sem perder de vista o elemento sócio-histórico (Lima, 2023, p.57), posto que sentir e expressar determinadas emoções têm a ver com uma aprendizagem efetivada em certas circunstâncias. Acerca disso, na introdução geral de a *História das emoções*, Corbin, Courtine e Vigarello (2020, p. 22) afirmam: “Ela [a emoção] responde a um contexto, desposa um perfil de sensibilidade, traduz uma maneira de viver e de existir, dependendo ela mesma de um ambiente preciso, singular, que oriente o afeto e sua intensidade”.

Levar isso em consideração é refletir sobre o fato de que determinadas polêmicas farão emergir diferentes emoções, dependendo do tema e do contexto do dissenso, bem como dos sujeitos que estão em situação de disputa. Nesse ponto, a observação atenta do analista é necessária, tendo em vista identificar e compreender a manifestação das variadas formas de emoções nos discursos analisados, sem perder de vista suas nuances.

4.1.4 Polêmica: entre o simbólico e o diabólico

Estabelecendo um diálogo com o caráter dicotômico da polêmica, cito um trecho – longo, mas necessário – do livro *Topologia da violência* (2017), do filósofo Byung-Chul Han, cuja perspectiva parece-me ajudar a entender um pouco mais os posicionados em lados distintos de um evento polêmico, em um movimento de simbologia e diabologia.

Quem defende o consenso como a essência da linguagem não compreendeu sua diabologia. Quem, ao contrário, aproxima muito a linguagem da violência perde sua dimensão simbólica, comunicativa. *Symballein* significa ligar; em virtude de sua simbologia a linguagem estabelece ligação, isto é, é comunicativa. Mas junto com o *symbolon* vem o *diabolon*. *Diaballein* significa separar e dividir. Por causa de sua diabologia, a linguagem não apenas estabelece ligação, mas também é divisora, fere. Assim, a simbologia constitui o aspecto construtivo, comunicativo da linguagem; a diabologia, porém, concede a ela traços destrutivos (Han, 2017, p. 213-214, grifos meus).

O caráter simbólico e diabólico da linguagem apresentado por Han manifesta-se também em um evento polêmico discursivamente e na configuração dos grupos oponentes. É simbólica, agregadora, a relação entre aqueles que, ligados por valores e crenças semelhantes, defendem a mesma posição. Portanto o entendimento entre eles ocorre de modo mais semelhante no que tange à construção dos sentidos acerca do tema da disputa, e sentem-se irmanados.

Por outro lado, é diabólica, desagregadora, a relação entre os grupos polarizados, visto que, assumindo posições contrárias e de difícil consenso, tendem a não somente não construir sentidos semelhantes, por isso mesmo a desavença, mas também usar mecanismos violentos de linguagem, como os apontados por Amossy (2017) e já citados, tratando-se como inimigos. Assim, está envolvido em uma polêmica é, ao mesmo tempo, ocupar a posição de sujeito simbólico e diabólico, com potencial força de ligação e de colisão comunicativa e, em alguns casos, física.

Analisando a perspectiva simbólica e diabólica dos envolvidos em uma polêmica, é possível pensar em como os efeitos de sentido do ódio não estão dissociados dos efeitos de sentido do amor, uma vez que é por amor a um valor que os envolvidos em uma polêmica manifestam discursivamente a antipatia ou o ódio ao valor do outro. Assim, os atos dialógicos dos oponentes caminham em duas direções: (1) são respostas ao que amam igualmente, sinalizando certa irmandade, ligação; mas também (2) são respostas aos que amam de modo diferente, dessa maneira, a demarcação de afastamento no que tange ao valor amado precisa ser sinalizada.

Até aqui, a discussão acerca da polêmica explorou a relação etimológica da palavra, uma vez que esta deriva de *Pólemos*, uma divindade personificadora da guerra: “Observemos que *pólemos* está na etimologia da língua grega “*polemikos*”, não é à toa que este termo relaciona-se a uma série de metáforas, quais sejam: bateria argumentativa, jogo oratório, estratégia discursiva, jogo de massacre e guerrilha com as palavras [...]” (Nascimento, 2018, p. 177). E é sobre esse aspecto que os estudos sobre o discurso polêmico têm se dedicado com maior afinco, no entanto, o evento polêmico da Bienal ofereceu-me significativa oportunidade de ir além do lado aguerrido da polêmica, a fim de refletir sobre modos pacíficos de resistir ao discurso ou às atitudes contrárias ao que se defende. Por isso, além da análise discursiva, abordarei os *efeitos polêmicos de resistência pacífica* e suas condições de possibilidade.

4.2 EFEITO POLÊMICO DE RESISTÊNCIA PACÍFICA: O ATO PRÁTICO

No processo de seleção e análise dos *corpora* estudados, percebi que *atos práticos*, para além do discursivo, impuseram-se e exigiram atenção, sobretudo aqueles que não apresentaram caráter socialmente considerado “violento”, o que não seria difícil de ocorrer em se tratando de uma polêmica, mas por, em ambos os lados da querela, haver predisposição ao uso das vias legais de manifestar resistência ao valor do outro. Minha quarta hipótese (sobre a terceira falarei na seção seguinte) é a de que um ato polêmico, discursivo ou prático, dependendo de como é avaliado por um dos lados da polêmica em termos de risco social e não garantia de direitos, pode desencadear *efeitos de resistência* pacíficos ou violentos.

Tenho consciência de que as palavras “violência” e “pacífica” geram, bem como uma gama de outras que fazem parte do mesmo campo semântico, compreensões distintas, portanto pretendo, mais adiante, evidenciar o meu entendimento sobre o uso que faço delas neste contexto analítico.

4.2.1 Resistência pacífica: o efeito polêmico para além do aspecto aguerrido

O que estou denominando *Efeito Polêmico de Resistência Pacífica*, doravante também EPRP, a quarta hipótese deste estudo, é o *ato prático*, para além do discursivo, realizado por sujeitos envolvidos em uma polêmica, tendo em vista demonstrar firmeza de posicionamento em defesa de seus valores. Ou seja, resistir, sem descumprir certas leis²⁸ vigentes no país, ainda

²⁸ Artigo 129 do Código Penal (lesão corporal), artigo 163 do Código Penal (dano ao patrimônio), Decreto-Lei 3.688/41(vias de fato) e artigos 139 (difamação), 140 (injúria) e 147 (ameaça).

que seja contra ela, a um sistema de crenças divergente, conservador ou progressista, por considerá-lo motivador de comportamentos sociais inadequados e, até mesmo, abomináveis. Não é somente posicionar-se de forma contrária, mas também *intervir* de variadas maneiras para que o valor do outro, sobretudo legalmente falando, não seja estabelecido ou continue prevalecendo como modelar.

Uma de minhas hipóteses, dentro da hipótese mais ampla, é a seguinte: (1) quanto mais um discurso ou ação prática for lido pelos envolvidos em uma disputa como prejudicial a um determinado grupo, maiores serão as chances de que ocorra a manifestação de *efeitos polêmicos práticos de resistência*, nem sempre pacíficos, é preciso dizer. A ameaça ao valor do outro, a seus costumes, à dignidade de sua existência, nesses casos, normalmente parte de instituições públicas ou privadas (ou representantes destas) com poder de decisão sobre determinadas pautas, bloqueando ou liberando acesso a serviços e direitos, por exemplo. Ou seja, embora qualquer pessoa possa realizar atos discursivos e práticos polêmicos, nem todas estarão em posição de motivar um ato *prático de resistência*.

A segunda hipótese, mais relacionada com a polêmica da Bienal, é esta: (2) em uma escala de prioridade motivadora para a realização dos efeitos práticos de resistência no dissenso envolvendo a HQ *Vingadores*, a tentativa de censura estaria em primeiro lugar, talvez por acessar uma memória acerca da Ditadura de 1964 no Brasil (e outras ocorridas em outros países), a qual parcela da população não pretende (re)viver. Pensar a censura praticada nesse período é relembrar perseguições, exílio e, até mesmo, mortes de quem foi contrário aos ideais ditatoriais. Além disso, a censura também impede a possibilidade de os sujeitos expressarem suas ideias, artisticamente ou não.

Logo, penso que se Crivella tivesse apenas realizado um comentário em uma de suas redes sociais criticando o beijo entre super-heróis homossexuais, os efeitos polêmicos seriam apenas discursivos ou, caso ocorressem efeitos práticos, seriam de outra natureza. Voltarei a esse ponto na seção de análise dos efeitos de resistência, valendo-me, também, de elementos discursivos dos sujeitos argumentantes envolvidos na polêmica.

Com base nas hipóteses apresentadas, e no caso do evento polêmico em estudo, os *efeitos polêmicos de resistência pacífica* que me interessam são os realizados pela ala social reformista, a partir do parâmetro de que havia uma necessidade de resistir a uma atitude que punha em risco não apenas a liberdade de expressão, mas também, ainda que não de forma abertamente declarada, ao lugar social que os homossexuais foram assegurando a partir de suas lutas. Enquanto Crivella e os demais conservadores nos costumes resistiram à representação da homossexualidade em uma HQ, o que por sua vez reflete a resistência concreta, historicamente

estabelecida no país, à prática homossexual (falarei sobre isso adiante), Felipe Neto e outros reformistas resistiram contra um movimento que, duplamente, vai de encontro aos direitos constitucionais, seja quando não respeita a liberdade de gênero e sexualidade, seja quando tenta censurar uma obra artística.

Nesse sentido, ir além do ato discursivo naquele momento era uma atitude necessária, sobretudo no cenário político, que será analisado adiante, cuja pauta dos costumes e a defesa de valores antidemocráticos eram uma constante, sendo legitimada, em menor ou maior grau, pela tríade governamental Crivella/Wilson, Wiltzel/Bolsonaro.

Percebe-se, portanto, a importância de se analisar o EPRP dos reformistas, suas condições de possibilidade e possíveis impactos no cenário sociopolítico brasileiro, entendendo-o enquanto atos *pacíficos de resistência* que colocam a polêmica em um lugar para além de seu caráter aguerrido.

Em *Apologia da polêmica*, Ruth Amossy (2017) aborda a polêmica como protesto, o que corrobora parte da abordagem pretendida por mim:

Vetor importante de acusação e de denúncia, a polêmica favorece o protesto individual e social. Ela permite apontar um erro e levantar-se com força contra seus instigadores, adjuvantes ou defensores. *Trata-se de impedir qualquer coisa que se considera como insuportável*, como intolerável, que se acredita poder modificar elevando seu grito. O protesto supõe uma recusa e um desejo de mudança; inscrevendo-se numa relação de força, *ele acontece como um ato de resistência* (Amossy, 2017, p. 213, grifos nossos).

O verbo “impedir” ajuda a pensar melhor a *resistência* como a entendo, uma vez que, se é possível protestar por meio da exposição de uma opinião contrária, posicionando-se por meio da linguagem verbal (oral ou escrita) e não verbal, resistir implica uma forma de protesto na qual, ainda que não se anule o discursivo, desenvolvam-se *atos práticos* que vão de encontro ao que se problematiza, inclusive recorrendo aos meios legais, quando necessário. Sei que o discurso é também um *ato prático*, porém, para facilitar a diferenciação entre *efeito polêmico centrado no discursivo* e o *efeito polêmico de resistência*, doravante me referirei, também, a este como *ato prático* e àquele como *ato discursivo*.

Estabeleço diálogo com a perspectiva bakhtiniana para pensar o ato enquanto prática intencional. Em *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin reflete sobre o complexo evento da vida, e acerca de nosso não alibi na existência, uma vez que, do nascer ao morrer, realizamos atos de pensamento, sentimento, discursivo e de ação concreta: “[...] eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu

viver-agir” (2020, p. 44). Em “Ato/atividade e evento” (2020), Adail Sobral contribui com o entendimento da questão:

Em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin emprega, para designar ato, o termo russo *postupok*, entendido como “ato/feito”, num sentido ativo e durativo próximo de “façanha”, ato *concretamente em realização*, em vez de ato tomado apenas *post-factum*. Trata-se de ação concreta (ou seja, inserida no mundo vivido) intencional (isto é, não involuntária) praticada por alguém situado, não transcendente. Destaca-se, assim, o caráter da “responsabilidade” e da “participatividade” do agente (Sobral, 2020, p. 20, grifos do autor).

O ato seria, nesse sentido, uma resposta a alguém ou a alguma coisa, por isso responsivo; mas também um ato responsável, visto que cada sujeito deve assumir a responsabilidade pelos próprios atos. Assim, Sobral (2020, p. 20) propõe o neologismo “responsabilidade”, “[...] um responder responsável que envolve necessariamente um compromisso ético do agente”. Ao analisar a participação dos oponentes na polêmica da Bienal e seus atos responsivos, considerarei *atos discursivos* os posicionamentos tendo em vista apenas a mostrar oposição ao valor do outro ou para, além disso, propor atos cuja participação social é necessária ou, ainda, a compra de um objeto-ato como um livro. Volto a afirmar que compreendo o discurso enquanto um ato prático, contudo, era preciso diferenciar esse tipo de resposta dos *efeitos polêmicos de resistência pacífica*.

Sei que a escolha por denominar os EPRP enquanto *atos práticos* pode ser problematizada, caso esta seja vista como negadora da característica prática do discurso, o que não é o caso. Na verdade, entre possíveis possibilidades de conceituar o EPRP (ato material, ato performativo etc.), decidi por *atos práticos* pensando em uma pergunta comum quando se trata de questionar como alguém agiu diante de uma situação indesejada: O que você fez na prática? Esse questionamento direciona o olhar para uma atitude que vá além do dizer, do posicionar-se contrariamente (distribuir livros, colher assinaturas, realizar um beijato etc.), em uma tentativa, individual ou coletiva, de impedir ou interromper um outro ato prático (o recolhimento dos livros) ou resistir a valores sociais vistos como negativos (o preconceito contra homossexuais).

No caso da polêmica da Bienal, há uma característica importante nos *atos práticos* realizados. Além de eles serem a manifestação do engajamento dos sujeitos na polêmica, também foram *atos engajadores*, uma vez que mobilizaram a sociedade a uma participação ativa, no período do evento ou posterior a ele. Para fins da análise, considerarei o *ato prático* não em seu caráter geral, ou seja, partirei para a análise não com definições fechadas sobre

determinados atos de resistência/protesto. Ao contrário, observarei as nuances, por exemplo, de um ato de resistência como o beijato no que ele tem de singularidade, de irrepetível, embora sem perder de vista sua vinculação com atos anteriores.

Quanto à escolha do adjetivo “pacífica” para qualificar o tipo de resistência praticada pelos reformistas, é preciso dizer que não o compreendo no sentido de um acordo de paz, o que seria pertinente se levarmos em consideração a relação entre a polêmica e a guerra. Na verdade, como mostrarei de forma mais aprofundada, os *atos práticos* não visaram a uma conciliação com os conservadores nos costumes – até porque, enquanto tema social sensível, e por sua vez, polêmico, o acordo é dificultado –, mas a uma firmeza de posição, a um modo de combate, contudo dentro dos “limites do jogo democrático”.

E o que seria estar de acordo com o “jogo democrático” no caso da Bienal? A meu ver, seria exercer o direito à manifestação de resistência em diferentes espaços públicos e por meio de mecanismos diversos, porém sem reproduzir as seguintes práticas consideradas pela legislação brasileira como formas de violência: (1) agressão física, (2) agressão verbal/psicológica intimidadora e (3) destruição do patrimônio público e/ou privado²⁹. Violência aqui está sendo compreendida a partir de sua etimologia, do “[...] latim *violentia* que reme-te a *vis* e significa caráter violento ou brávio, força, vigor, potência, emprego de força física. Significa, também, quantidade, abundância, essência e força em ação” (Bonamigo, 2008, p. 205). Se pensarmos no contrário, teremos a ação pacífica.

E antes de continuar a discussão, chamo a atenção para dois pontos importantes: (1) aqueles que participam de um ato de resistência pacífica, especificamente manifestações presenciais de protestos como o “Beijato”, podem, na perspectiva da violência verbal e seus sete modos de manifestar-se segundo Amossy (2017), proferir um discurso violento sobre a mesma polêmica, antes ou após a ato prático de resistência. Contudo, se este ocorre durante o ato (insultar o adversário e a violência contra ele, por exemplo), sobretudo de modo generalizado, o caráter pacífico tende a perder espaço. Desse modo, a classificação de uma ação enquanto *efeito polêmico de resistência pacífica* deve privilegiar o comportamento dos participantes durante a manifestação.

O outro ponto diz respeito ao (2) entendimento que a parte oponente tem sobre o que é violento ou não. No caso do Beijato, por exemplo, os conservadores nos costumes que estavam no local ou que viram imagem do protesto podem ter interpretado o ato como violento no sentido de ser uma afronta aos seus valores, atingindo violentamente não suas estruturas físicas,

²⁹ As respectivas legislações foram apresentadas em nota da página 82.

mas suas estruturas psíquicas pouco ou nada capazes de lidar com a manifestação de afeto entre pessoas do mesmo sexo. Apesar dessa possibilidade de avaliação, reitero a classificação do ato de resistência enquanto pacífico a partir da ausência das três formas de violência já citadas (física, verbal/psicológica e contra o patrimônio).

Embora saiba da complexidade filosófica, sociológica e histórica do conceito de violência, não pretendo aprofundar tal debate, posto já ter especificado a quais tipos de violência faço referência. Contudo, creio ser válido destacar que a delimitação foi realizada pensando em comportamentos mais comuns quando uma ação de protesto/resistência ocorre e é classificada como violenta pela legislação do Brasil, o que não significa desconsiderar as condições de possibilidades para que ela acontecesse e os enfrentamentos diretos que geram, embora nem sempre de forma planejada, as agressões físicas e depredação do patrimônio.

O fato de considerar os *atos pacíficos* (o beijaço, por exemplo) como a via mais adequada de protesto em um regime democrático não significa negar que, em alguns casos, a atitude violenta não tenha sua razão de ser. Ou seja, não é meu intuito condenar de antemão as práticas manifestadas por meio dos tipos de violência já citados, uma vez que não dependem apenas da pretensão primeira dos envolvidos, mas também do modo como estes serão tratados pelos agentes de segurança (pública ou privada) ou oponentes em uma dada questão polêmica. Em situações nas quais uma manifestação é reprimida de forma hostil, há uma probabilidade maior de os participantes de um ato, inicialmente planejado para ser pacífico, agirem de forma violenta. Desse modo, cabe avaliar se esses atos praticados durante um ato de resistência foram “ações” ou “reações”.

Nesse ponto, concordo com Gandhi, um dos principais defensores da não violência, quando afirma: “Talvez nunca sejamos fortes o suficiente para não sermos violentos em pensamentos, palavras e ações, mas devemos manter a não violência como nosso objetivo e fazer progressos constantes em direção a ela” (Gandhi e Tolstói, 2021, p. 82). Dito de outro modo, o *ato pacífico* deve ser almejado, porém, sobretudo quando a integridade física de um manifestante é afetada, a “reação” violenta dele ou de outrem tendo em vista a legítima defesa é compreensível, e aqui novamente vou ao encontro de Gandhi:

Acredito que, se houvesse apenas uma escolha entre a covardia e a violência, eu aconselharia a violência. Assim, quando meu filho mais velho me perguntou o que ele deveria ter feito se estivesse presente quando eu fui quase fatalmente agredido em 1908, se deveria ter fugido e me visto morto ou se deveria ter usado a força física que tinha e queria usar para me defender, eu lhe respondi que era seu dever me defender até mesmo usando a violência (Gandhi e Tolstói, 2021, p. 50).

As ponderações realizadas até aqui estão mais relacionadas com o Beijato, posto que este foi uma manifestação presencial, diferentemente das outras cinco a serem também analisadas, aspecto que possibilitaria a prática da violência como já abordada. Apesar de serem todos *atos de resistência pacífica* cuja legislação do Brasil possibilita a realização, ou seja, o fato de o regime político brasileiro ser uma democracia foi uma condição de possibilidade importante para os atos, cada uma deles apresenta nuances que serão discutidas em seção específica.

A natureza de quatro dos *atos práticos* está relacionada à imagem que significativa parcela da ala reformista vinha apresentando em contraposição à perspectiva da extrema direita quanto à pauta dos costumes e outros temas, a saber, o combate ao discurso de ódio e ao preconceito por meio do acesso à diversidade de informações e de leitura, o que ocorreu antes e durante o mandato de Bolsonaro. Não à toa, Felipe Neto distribui livros sobre a temática LGBTQIA+ (2019), a Bancada do Livro, candidatura coletiva composta por representantes da cultura e da educação, foi lançada em 2020, concorrendo à vereança na cidade do Rio de Janeiro; Felipe Cabral publicou *O primeiro beijo de Romeu* (2021), uma história ficcional em diálogo com a polêmica da Bienal, e o pesquisador Christian Gonzatti publicou o estudo *Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?* (2022).

Quanto ao Beijato, por ser um efeito de resistência coletivo que envolveu a repetição da cena de um beijo entre pessoas homoafetivas, talvez tenha sido o que mais foi lido pela ala conservadora como uma afronta dos reformistas, posto não ser apenas um ato em defesa de pessoas LGBTQIA+, mas a própria manifestação afetiva desse grupo, em um indicativo de que não se calaria diante da tentativa de apagamento social. No caso do manifesto contra a censura, organizado por diversos escritores, configura-se também enquanto um ato coletivo cuja pauta estava primeiramente alinhada à resistência à tentativa censora de Crivella e não à questão homoafetiva. Desse modo, possivelmente aconteceria caso o tema sensível que motivou a atitude do prefeito do Rio de Janeiro fosse outro.

Durante a análise dos atos práticos, estarei atenta às condições de possibilidades de seus acontecimentos. Entre elas, e talvez a mais importante, o *regime político estabelecido no país* (democrático ou autoritário), uma vez que, se a democracia prevalece, pressupõe-se o direito à liberdade de expressão e manifestação social, ainda que, em alguns casos, agentes de segurança pública ou privada possam tentar impedir a realização de um ato, ou haja, por parte de autoridades políticas ou não, bem como da sociedade civil, o intuito de censurar ou boicotar uma materialidade de uma ato de resistência como um livro. No caso de um regime autoritário,

coercitivo, a possibilidade de manifestações diminui diante das perseguições e punições governamentais.

Outra condição de possibilidade a ser pensada é o *ethos prévio do agente primário* (organizador, realizador) *do ato prático*, seja um sujeito específico ou um grupo. E por que isso importa? Porque determinadas *atos práticos* precisam de agentes que tenham credibilidade social para serem ouvidos e agregar pessoas em torno de uma pauta, mobilizando-as a agirem. Além disso, como demonstrarei adiante, em alguns casos, a posição financeira possibilita ou não o desenvolvimento de um ato, e dominar certas habilidades, também, uma vez que nem todos têm competências necessárias para escrever um romance como um ato de resistência, por exemplo. Dessa maneira, a posição social, intelectual, profissional e financeira de um agente favorece ou não a organização/realização de um *ato prático*, e influencia tanto o alcance como os efeitos sociais desta.

Quanto ao alcance, deve ser visto em seu aspecto anterior e posterior ao ato, ou seja, tanto no que diz respeito à mobilização para participação em um ato quanto à repercussão social posterior deste, bem como à recepção de uma materialidade como um livro. Em certa medida, esse alcance dependerá de dois fatores importantes: (1) o *meio de divulgação* para a mobilização de um ato (canal aberto de rádio ou televisão, redes sociais etc.) ou circulação de um produto como um romance (e-book, impresso, disponível em número significativo de livrarias etc.); (2) o *tipo de ato prático*, uma vez que, para alguns, ir a uma manifestação, sobretudo pela proximidade em relação ao evento polêmico, é mais viável do que ler um romance como *O primeiro beijo de Romeu*, seja pelo não hábito de leitura literária ou pelo distanciamento da publicação em relação à polêmica. No caso em análise, o evento polêmico foi disparado em 2019 e Felipe Cabral publicou sua história em 2021, quando os ânimos já estavam arrefecidos.

No que concerne aos *efeitos* de um ato prático de resistência, cabe considerar se sua realização em curto prazo (distribuição de livros, beijaço, manifesto contra a censura) teve influência na modificação de uma decisão polêmica já posta ou em sua tentativa, ou se interferiu na reorientação de um discurso polêmico, por meio de retratações em redes sociais ou outras ferramentas de comunicação. Em casos de atos de médio (Bancada do Livro) ou longo prazo (publicação de romance e de estudo acadêmico), é preciso analisar se a Bancada do Livro foi bem-sucedida na empreitada, elegendo vereadores do mandato coletivo.

Em se tratando dos dois livros publicados, talvez sejam as ações com maior complexidade para a avaliação dos efeitos, posto que demandam dados sobre vendas, participação de seus autores em debates (*lives*, eventos presenciais, programas e recepção crítica das obras etc.), além da possibilidade de gerarem outros embates discursivos, já que tematizam

a homossexualidade, tema social sensível. Em seção específica, analisarei os efeitos polêmicos de resistência selecionados, suas condições de possibilidade e impacto social de acordo com o curto, médio ou longo prazo da realização, tomando como ponto de partida a tentativa de censura do prefeito Crivella. Passo, para concluir o debate acerca da polêmica, a apresentar os dois lados da disputa em torno da homoafetiva, a saber, os conservadores nos costumes e os reformistas.

4.3 A HOMOSSEXUALIDADE ENQUANTO TEMA SOCIAL SENSÍVEL: CONSERVADORES E REFORMISTAS EM DISPUTA

Como já dito, a polêmica envolve dois lados em disputa em torno de um tema social sensível. No caso do evento polêmico da Bienal 2019, houve um embate entre conservadores nos costumes e reformistas. Com relação aos *corpora* selecionados para análise dos efeitos discursivos e práticos do dissenso, os sujeitos envolvidos fazem parte de campos diversos, os quais demonstrarei melhor no momento oportuno. Passo, então, às considerações sobre as características relevantes acerca dos oponentes (conservadores e reformistas), sobretudo no que tange à homossexualidade, questão que provocou o desacordo.

4.3.1 Conservadores nos costumes e a homossexualidade enquanto ameaça

Na polêmica em análise, dois são os representantes conservadores nos costumes: o vereador Alexandre Isquierdo (Democratas) e o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos). A análise de seus *ethos* prévios indica que, na oportunidade, ambos faziam parte do campo político oficial, ou seja, eram representantes legitimamente eleitos, em cumprimento de mandato e posicionados à direita. Apesar de serem evangélicos, o que seria um fator importante quando se pensa na visão contrária à homossexualidade, quando se posicionaram contra a representação do beijo entre os super-heróis, não foi na posição de religiosos que o fizeram, mas enquanto representantes políticos que defendiam pautas conservadoras nos costumes, como será melhor apresentado adiante, embora seja necessário considerar também a influência do pensamento do campo religioso em seus atos discursivos e práticos.

É comum em embates sobre as pautas de costumes no Brasil que aqueles que são contrários às reformas sobre o tema sejam não apenas denominados conservadores, mas também assim se autointitulem. Além disso, a relação dicotômica entre os pares esquerda-direita e progressista/reformista-conservador é frequentemente evidenciada como algo dado.

No entanto, no espectro político, a questão é um pouco mais complexa, haja vista que o conservadorismo não deve ser visto somente como o desejo de conservar por conservar, seja a nível das demandas socioeconômicas, seja dos aspectos morais.

Nessa direção, o cientista político conservador João Pereira Coutinho, em *As ideias conservadoras (novamente) explicadas a revolucionários e reacionários* (2024), apresenta uma reflexão importante sobre os equívocos relativos ao uso da definição, e já de início ressalta que não há conservadorismo, mas conservadorismos, “[...] porque plurais foram as diferentes expressões da ideologia no tempo e no espaço” (Coutinho, 2014, p. 19). Contudo, segundo o autor,

Converteu-se em clichê a ideia risível de que os conservadores vivem agarrados às suas “tradições”. O conservador, nessa caricatural visão, surge medrosamente apegado a velhos costumes ou instituições por medo instintivo de os perder ou substituir por outros. Perante esse quadro fóbico, o conservadorismo, mais do que um caso político, seria sobretudo um caso clínico (Coutinho, 2024, p. 59).

Coutinho, a partir da formulação de Michael Oakeshott, fala em *disposição conservadora* para classificar pessoas com maior tendência a conservar o que é familiar, o já experimentado, aspecto que antecede o conservadorismo enquanto ideologia política.

Acontece que, por paradoxal que pareça, a disposição conservadora e o conservadorismo político nem sempre coexistem no mesmo indivíduo. E não é preciso apelar para nenhum tratado filosófico para comprovar essa sagaz observação. Basta olhar em volta. Basta olhar para ao nosso “pequeno pelotão”. Basta olhar para nós. Pessoas existem que, apesar de uma disposição conservadora, não subscrevem necessariamente uma preferência *política* pelo conservadorismo (Coutinho, 2024, p. 31).

É nesse sentido que, apesar de Isquierdo e Crivella, coincidentemente, serem representantes de partido políticos de direita, com tendência mais conservadora, o que me fez optar por enquadrá-los como defensores do *conservadorismo nos costumes* tem mais a ver com seus posicionamentos específicos em torno das pautas de costumes e não pela relação com o conservadorismo político na perspectiva abordada por Coutinho (2024). Poderia tê-los enquadrado, também, enquanto tradicionalistas, uma vez que apresentaram posicionamentos visando preservar uma “tradição” discursiva acerca dos costumes que permaneceu hegemônica durante muito tempo no Brasil, contudo levei em consideração a classificação mais “popular”, nas discussões sobre a temática, naquele contexto, inclusive utilizada como um dos

fundamentos do Partido Republicanos, ao qual Crivella era filiado: defender o conservadorismo nos costumes.

A postagem de Crivella no *Twitter*, em 06/09/16, evidencia a necessidade de “conservar” um modelo social relacionado aos modos de relacionamentos, por isso mesmo aos costumes de uma sociedade: “O que nós fizemos é para *defender a família*, esse assunto tem que ser tratado na família, não pode ser induzido, seja na escola, seja em edição de livros, seja aonde for. Nós vamos sempre continuar *em defesa da família*” (Crivella, 2019b, grifos meus). Defender a família aqui, como mostrarei mais detalhadamente na análise discursiva, significa conservar um modelo familiar formado por um casal heteronormativo.

Se ao conservador no sentido político caberia saber lidar com a pluralidade de valores e compreender que seus preconceitos, compreendidos como pré-conceitos firmados a partir de testes do tempo, “[...] não podem ser entendidos, ou confundidos, com meras ideias irracionais sobre determinados comportamentos, minorias ou indivíduos [...]” (Coutinho, 2024, p. 66), tal comportamento é mais difícil de ocorrer entre pessoas com disposição conservadora nos costumes, sejam elas políticos ou não. É justamente nesse ponto que me interessa pensar a relação entre o conservadorismo político na perspectiva apresentada por Coutinho e o discurso dito conservador acerca da pauta dos costumes no Brasil.

Em entrevista concedida ao programa Roda Viva, Coutinho (2022) reconhece que há uma tradição conservadora autoritária, nacionalista, reacionária e antiliberal, o que não deve ser omitido do debate. No entanto, ela não representa o conservadorismo como um todo, sobretudo em sua perspectiva filosófica. Assim, quando questionado sobre o fato de haver quem seja liberal na economia e conservador nos costumes, Coutinho, a partir de sua perspectiva do que é ser um conservador, afirma:

O que me interessa politicamente não é saber se o Estado determina como eu devo viver, com quem devo viver ou o que eu devo fazer com minha vida privada. Eu acho que isso não é função do Estado ou da política sequer. A política deve tratar as coisas muitos mais simples, que têm a ver sobretudo em manter uma certa ordem, em zelar pela lei, pela justiça etc. (Coutinho, 2022).

Como evidenciado, Alexandre e Isquierdo e Marcelo Crivella, representantes do conservadorismo nos costumes, são também evangélicos. Nos discursos selecionados para compor os *corpora* dessa pesquisa, o que será demonstrado na seção de análise discursiva, os dois evitaram usar argumentos relacionados à religião, pois era do lugar político que se posicionaram, contudo seria inocência desconsiderar o fato de que os valores defendidos pelas

denominações religiosas das quais faziam parte, respectivamente Assembleia de Deus e Igreja Universal, contribuíram de algum modo para a visão deles com relação à homoafetividade. Isso porém não significa dizer que todos os evangélicos e denominações apresentem o mesmo juízo de valor sobre a questão, ou que todo fiel reproduza os discursos das igrejas que frequentam. Afinal, a parcela da população evangélica brasileira não é homogênea, fato que assegura modos diversificados de pensar e lidar com a homoafetividade.

Por outro lado, se é possível dizer que o pensamento heteronormativo no Brasil tem base religiosa, inicialmente católica e posteriormente evangélica, ele vai além dessa base, uma vez que, ao longo dos anos, não foram apenas os argumentos bíblicos que legitimaram o combate à homossexualidade e a perseguição aos homossexuais, mas também teses médico-científicas³⁰, por exemplo. Nesse sentido, “[...] no Brasil juntaram-se contra a prática homossexual vários sistemas de controle e repressão, tornando tênue a fronteira de intervenção jurídico-psiquiátrica e a ação da polícia [...]” (Trevisan, 2018, p. 186).

Refletindo sobre os sujeitos argumentantes conservadores nos costumes, Isquierdo e Crivella, e a intersecção entre a formação religiosa destes e a função política que ocupavam quando da polêmica da Bial, não se pode ignorar a presença do que se tem denominado Bancada Evangélica, nas Câmaras municipais, estaduais e Federal, bem como no Senado, cujo fito tem sido continuamente a defesa dos costumes relativos à formação familiar e religiosa, mas não apenas desses, o que inclui a resistência quanto à aprovação de projetos que beneficiem a comunidade LGBTQIA+ e, até mesmo, a tentativa de invalidar direitos conquistados. Mais adiante, voltarei a essa questão. Por ora, apresentarei as características dos reformistas nos costumes, oponentes dos conservadores no dissenso em torno da HQ *Vingadores*: a cruzada das crianças.

4.3.2 Reformistas e a homossexualidade enquanto manifestação legítima da sexualidade

Na polêmica em análise, os reformistas, ou seja, aqueles mais abertos a reformas sociais, inclusive relativas à legitimação de determinados costumes individuais e de grupos, são representados pelo influencer Felipe Neto que, na oportunidade, não era filiado a nenhum partido, tampouco exercia cargo político; pelos vereadores do Rio de Janeiro, Renato Cinco,

³⁰ Trevisan (2018, p. 181) discorre sobre como, desde as primeiras décadas do século XX no Brasil, já circulavam ideias sobre tratamento hormonal para reverter a homossexualidade, recorrendo-se à endocrinologia, aplicando-se no organismo do “invertido” “[...] sucos de vários órgãos de animais, para corrigir o mau funcionamento das glândulas humanas de secreção interna [...]”, como aconselhava o médico-legista Aldo Sinisgalli.

Leonel Brizola Neto e Tarcísio Motta, os três filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); e pela vereadora Teresa Bergher, filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O PSOL é um partido declaradamente de esquerda, bastante engajado nos debates em torno das pautas de costumes, como sinalizado negativamente pelo vereador Alexandre Isquierdo na Plenária do dia 11/09/2019:

Qual é o partido que defende o *aborto*? PSOL.
Qual o partido que *libera as drogas*? PSOL. Qual é o partido que libera que uma criança de 14 anos *mude de sexo* sem o consentimento dos pais? PSOL.
(CMRJ, 2019f, grifos meus).

Já o PSDB configura-se enquanto um partido de centro, às vezes mais à direita, outras, mais à esquerda. E já que os representantes reformistas, em sua maioria, fazem parte do campo político, considero oportuno discutir como o reformismo nos costumes tem relação com a visão mais alinhada à esquerda, embora não exclusivamente, apesar de reconhecer a dificuldade para definir, diante das variações, o que seja a esquerda e a direita hoje, e nos limites deste trabalho não é o intuito aprofundar tal debate.

De modo geral, são termos excludentes, uma vez que representam contrastes entre ideologias, e como afirmou Norberto Bobbio (2011, p.49), “[...]nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda”. Embora algumas premissas possam ser defendidas por ambas, em geral, apresentam divergentes visões e estas modulam os modos de pensar e construir ações políticas, isso desde a Revolução Francesa (1789) e da conceituação direita-esquerda baseada na ocupação espacial que determinava, também, aspectos ideológicos daqueles que se posicionaram em lados distintos do plenário³¹, quando da elaboração da primeira Constituição Francesa.

A posição espacial inicial foi, ao longo dos anos, tomada como referência metafórica para distinguir partidos favoráveis à manutenção de certa ordem social e política daqueles que proclamavam a necessidade de igualdade de direitos sociais e de participação política. Outro marcador importante e ainda atual é a metáfora temporal, “[...] que permite distinguir os inovadores dos conservadores, os progressistas dos tradicionalistas, os que se deixam guiar pelo sol do futuro dos que precedem guiados pela inextinguível luz do passado” (Bobbio, 2011, p.

³¹ Enquanto à direita estavam os membros da alta burguesia, os girondinos, que defendiam o antigo regime, sendo, pois, mais conservadores e defensores de privilégios pessoais e políticos, à esquerda estavam os membros da baixa burguesia, os jacobinos, os quais se posicionaram a favor de reformas políticas que trouxessem benefícios sociais sobretudo para as camadas mais oprimidas da sociedade.

84-85), respectivamente relacionados à esquerda e à direita, aos reformistas e aos conservadores.

As dicotomias citadas marcaram a distinção entre a esquerda e a direita desde seu surgimento, contudo, quando se trata de defini-las hoje, é preciso levar em consideração a marcação temporal e espacial, a fim de observar as especificidades das experiências contemporâneas. No caso deste estudo, pensar a atuação política da esquerda e da direita no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000, é fundamental para entender de que modo as visões defendidas por ambas impactam as ações políticas e sociais (inclusive quanto à pauta dos costumes), sobretudo em um contexto no qual é possível falar em esquerda e direita moderadas e extremistas.

De acordo com Thomas Sowell (2012, p. 20-21), “[...] políticas baseadas em uma determinada visão de mundo têm consequências que se espalham pela sociedade e reverberam durante anos, ou mesmo por gerações e séculos. Visões determinam os temas tanto para o pensamento quanto para a ação”. Ainda segundo esse autor, as visões podem ser restrita e irrestrita, e apesar de serem algumas vezes simplistas, “[...] são a base sobre a qual as teorias se constroem” (Sowell, 2012, p. 18).

Visões baseiam-se, afinal, em algum sentido da natureza do homem – não simplesmente suas práticas, mas seu potencial e suas limitações últimas. Aqueles que veem as potencialidades da natureza humana como muito além do que se manifestam em um dado momento têm uma visão social bem diferente daqueles que veem os seres humanos como criaturas tragicamente restritas, cujos impulsos egoístas e perigosos podem ser contidos somente por estratégias sociais, que, por sua vez, produzem efeitos colaterais infelizes (Sowell, 2012, p. 43).

Na visão *restrita*, os ideais são avaliados em relação ao custo de alcançá-los. Na visão *irrestrita*, por sua vez, prefere-se uma maior aproximação aquilo que é ideal (Sowell, 2012, p. 42, grifos meus).

Moldadoras silenciosas do pensamento, as visões podem ser morais, políticas, religiosas e econômicas, e quando visões distintas estão em conflito, é muito mais difícil chegar a uma conciliação do que quando há apenas conflitos de interesse. Ainda segundo Sowell, em conflito de interesses é possível compreender com mais facilidade a questão posta e avaliar as perdas e ganhos, o que amplia a possibilidade de acordos. Por sua vez, em um conflito de visões, nem sempre há consciência de seus pressupostos fundamentais, ou as partes demonstram menos interesse em examinar questões teóricas “[...] quando há questões urgentes, de ordem ‘prática’

a serem confrontadas, cruzadas a serem empreendidas, ou valores a serem defendidos a qualquer preço” (Sowell, 2012, p. 13).

É nesse sentido que é possível dizer que há conflito de visão, e não apenas de interesses, entre a esquerda e a direita enquanto (também entre conservadores e reformistas nos costumes) “ideal” de direcionamento partidário, mas, na prática, o “jogo” político é mais complexo, uma vez que lida com a individualidade real de seus participantes, os quais podem mudar de visão e, conseqüentemente, de partido; realizar alianças em prol de interesses particulares (e sociais) e agir de modo contrário à visão dos partidos, o que impede uma classificação simplista acerca da visão restrita ou irrestrita da esquerda e da direita. No entanto, a partir da análise de Sowell (2012), há como perceber a tendência restrita ou irrestrita de ambas³². Posto isso, volto o olhar para a questão brasileira.

Em artigo intitulado “Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual”, Madeira e Tarouco (2011) chamam a atenção para a complexidade quando se pensa em relacionar a dimensão esquerda-direita e a dimensão liberal-conservador. Dessa maneira, afirmar que um partido é de esquerda ou de direita porque se classifica enquanto tal não é contraproducente, no entanto, deve-se avaliar se, para além disso, de fato, o comportamento e decisões deste, incluindo posicionamentos de seus membros em votações parlamentares, condizem com o conteúdo programático proposto.

Essa questão é relevante para se pensar a pauta dos costumes nos programas políticos dos partidos, e o estudo citado ressalta que o reformismo, em contraposição ao conservadorismo político, inclui elementos “[...] como a defesa de direitos e liberdades individuais contra a intervenção do Estado; a *defesa de direitos de minorias contra a discriminação e a segregação social*; a defesa dos cidadãos contra arbitrariedades dos governos (Tarouco e Madeira. 2013, p. 100, grifo meu). Entre a defesa dos direitos das minorias estariam as pautas LGBTQIA+, por exemplo, a qual provocou o engajamento dos vereadores na polêmica, entre os quais estava Tarcísio Mota, que afirmou: “A Prefeitura está *tratando de forma diferente uma relação homossexual de uma relação heterossexual*. E o prefeito, o secretário de ordem pública, o

³² Se pensarmos em uma noção mais generalizada do que seriam a esquerda e a direita, é possível afirmar que há, por parte daquela, uma manifestação maior da visão irrestrita, uma vez que, apenas para citar um exemplo, estaria mais alinhada à ideia de tratamento social compensatório, e as ações afirmativas são um exemplo. Por outro lado, a direita dialogaria melhor com a visão restrita, o que não significaria rejeitar a demanda por justiça social, mas agir por meio de outros mecanismos, respeitando processos nos quais recompensas seriam resultados de mérito e não de compensações voltadas para o resultado de igualdade desejada.

Procurador-Geral do município *não podem fazer isso*. Isto é crime. Isto é crime” (CMRJ, 2019e, grifos meus).

O resultado da análise dos conteúdos programáticos dos partidos (1979 a 2001) demonstrou que há possibilidade de um partido de esquerda mostrar-se conservador quanto à adesão a certas pautas de costumes, não necessariamente combatendo-as, mas não se engajando com determinadas problemática. Isso porque “[...] a rigor nada impede que a defesa dos interesses da classe trabalhadora conviva com padrões culturais e de comportamentos ditados pela tradição, dado que esse conservadorismo em princípio pode não constituir obstáculos direto à luta por políticas redistributivas, por exemplo” (Tarouco e Madeira, 2013, p. 104).

Definidos, pois, meu entendimento sobre ser *conservador* e *reformista* nos costumes no campo da ação política, deixo evidente que tais formas de pensar e agir são também manifestadas pela sociedade civil vinculada ou não à participação política mais ativa. Desse modo, não é necessário ter plena consciência das ideias defendidas por partidos políticos à direita ou à esquerda para que se possa ter uma disposição conservadora ou reformista, uma vez que outros fatores podem corroborar determinada visão, como a religião.

Portanto, quando se pensam os costumes, o modo de vida individual ou de pequenos grupos como a família, representantes do pensamento conservador mais reacionário, assim como já abordado, tendem a não apenas discordar da homossexualidade, mas também a combatê-la, visto que a consideram uma ameaça a seu sistema de crença heteronormativo, fazendo-os entrar em conflito não somente com o grupo LGBTQIA+, mas também com simpatizantes deste. Voltarei a essa questão adiante, explicitando melhor de que modo o embate no que tange aos costumes tem ocorrido no Brasil, enfatizando os esforços dos reformistas para assegurar direitos à comunidade LGBTQIA+, bem como a resistência dos conservadores diante das pautas favoráveis a esse grupo.

Também darei destaque à apresentação do *ethos* prévio dos sujeitos argumentantes, a fim de que seja melhor compreendida a posição deles no dissenso. Até aqui o intuito foi apresentar aspectos gerais dos dois lados da disputa, situando-os quanto ao tema motivador da polêmica da Bienal 2019. Na seção seguinte, tratarei do *cronotopo* da Bienal, posto ser este importante na compreensão das condições de possibilidade do evento polêmico.

5 A BIENAL 2019 E O CRONOTOPO DO EVENTO POLÊMICO

A pauta dos costumes é o instrumento próprio para a despolitização da pólis através da substituição do debate de questões estruturais pela imposição de um falso moralismo, cuja dicção maniqueísta favorece a produção contínua de narrativas polarizadas e a identificação do novo inimigo da próxima semana (Rocha, 2023, p. 20).

A edição da XIX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, ocorrida entre 30 de agosto e 08 de setembro de 2019, no Riocentro, Barra da Tijuca, e que teve como tema “Muito além de um mundo de histórias”, foi o cenário disparador do *evento polêmico* envolvendo a HQ *Vingadores: a cruzada das crianças* (Heinberg e Cheung, 2016). A polêmica ocorreu devido à representação³³ do relacionamento homoafetivo entre as personagens Wicanno e Hulkling, jovens vingadores, resultando na tentativa de censura da HQ por parte do então prefeito do Rio, Marcelo Crivella, a qual motivou atos discursivos e práticos em combate e em apoio à sua atitude.

Considerado o maior evento literário do Brasil, a Bienal teve sua primeira edição em 1983 organizada por um grupo de editores e livrarias, sendo inicialmente denominada Feira Internacional do Livro, e ocorreu no Hotel Copacabana Palace. O Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), ainda hoje um dos organizadores da Bienal, existe desde 1941 e “[...] tem como finalidade o estudo e a coordenação das atividades editoriais, bem como a proteção e a representação legal da categoria de editores de livros e publicações culturais em todo o Brasil” (Nossa).

Ao longo da história, as atividades desenvolvidas durante o evento foram sendo ampliadas, assim, o foco deixou de ser apenas a venda de livros e passou a incluir o debate sobre temas atuais, a possibilidade de conexão entre autores e leitores, consolidando-se enquanto um evento cultural que agrega escritores de gêneros diversos e outras atividades relacionadas com o universo da escrita, literária ou não. Amparada pelo direito constitucional à liberdade de expressão, a Bienal é uma oportunidade de contato com textos de diferentes autores, abordagens variadas, proporcionando discussões importantes durante a realização de mesas, oficinas, palestras e outras atividades.

³³ O conceito de *representação* será discutido no momento da apresentação específica da HQ *Vingadores* e sua relação com o campo da literatura.

Com o investimento de 44 milhões, apoio da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cultura, da Lei Municipal de Incentivo à Cultura³⁴ da cidade do Rio de Janeiro, além do patrocínio do Banco Itaú, a edição de 2019 foi realizada pelo SNEL e a GL *exhibitions*. De acordo com informações do SNEL, seria a “Bienal mais diversa de todos os tempos, com conteúdos múltiplos e debates sobre temas como democracia, feminismo, Fake News, meio ambiente, história, diversidade, fé etc.” (Está, 2019). Após dez dias de programação, a Bienal recebeu mais de 600 mil visitantes e alcançou a marca de mais de 4 milhões de livros vendidos (Nitahara, 2019).

A temática geral do evento e as dos debates sinalizavam para a preocupação diante da conjuntura sociopolítica daquele ano, primeiro do mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito com cerca de 55% dos votos, cujas ideias, suas e de seus aliados, eram pautadas no conservadorismo nos costumes, no negacionismo científico e no “ataque” à democracia, desde o processo de campanha eleitoral. Era também o primeiro do governador do Rio de Janeiro, Wilson Wiltzel, juiz federal que abandonou a magistratura em 2018 para ser candidato pelo Partido Social Cristão (PSC) que, em 2023, foi incorporado ao Podemos (PODE).

Além disso, o prefeito do Rio de Janeiro à época era o Bispo Marcelo Crivella, filiado ao Partido Republicanos, cujo um dos pontos da missão apresentada no site é “[...] vocalizar os valores do conservadorismo de costumes [...]” (Missão), e os valores por ele defendidos representavam muito do que o líder da nação propagava. Nesse sentido, é importante analisar tal conjuntura sociopolítica, uma tríade federal, estadual e municipal preocupada com a pauta dos costumes, uma vez que ela, certamente, favoreceu a atitude do prefeito Crivella de mandar, sem autorização judicial, recolher da Bienal os exemplares da HQ *Vingadores*, o que apresentei como *terceira hipótese* dessa pesquisa.

5.1 A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E A PAUTA DOS COSTUMES NO BRASIL

Na seção anterior, ao tratar da questão do conservadorismo e do reformismo nos costumes, abordei as definições de esquerda e direita em uma perspectiva que levou em consideração a complexidade destas. É o momento, agora, de compreender o que tem sido denominado extrema direita no Brasil e de que modo as ideias defendidas pelos extremistas impactam as decisões, no campo político, no que tange às pautas relativas aos costumes.

³⁴ Lei 5.553/13 – Lei do ISS. Disponível em: <https://carioca.rio/servicos/incentivo-cultural-fomento-indireto-atraves-da-lei-do-iss/>. Acesso em: 20 de jan. 2026.

5.1.1 Mídiosfera extremista e expansão da extrema direita no Brasil

Pensar o *cronotopo* (Bakhtin, 2018) da polêmica da Bienal 2019 é ter que voltar um pouco mais atrás e analisar a ascensão política da extrema direita, ou direita reacionária, e a constituição do fenômeno bolsonarismo. Desde antes da campanha eleitoral de 2018, o Brasil já enfrentava uma séria crise no que se refere aos valores democráticos e aos direitos humanos, uma vez que se tornaram menos envergonhados, por parte de apoiadores da extrema direita, discursos e atitudes em defesa do autoritarismo, da pauta de costumes e do que João Cezar de Castro Rocha (2023, p. 33) denominou *pedagogia da desumanização do outro*.

E, sim, havia um projeto explícito de certa ala da direita, este que, se não era apresentado detalhadamente nos conteúdos programáticos dos partidos, era abertamente declarado nos discursos de políticos e civis e, no caso do bolsonarismo, o arremate, para fazer crer quem ainda duvidava do caráter autoritário da proposta, ocorreu em oito de janeiro de 2023, durante a invasão e destruição do Congresso por políticos e civis insatisfeitos com a vitória de Lula à presidência, ato que levou à prisão e à condenação inúmeros participantes, inclusive, Bolsonaro.

Voltando ao cronotopo brasileiro anterior a 2019 e ao processo político extremista, a figura de Jair Messias Bolsonaro tem forte relevância. Apesar de não ser o único a defender ideias reacionárias – e a trajetória política dos pastores Magno Malta e Marcos Feliciano é um exemplo –, Bolsonaro foi, por diversos fatores, assumindo um lugar de liderança popular, aproveitando-se da visão caricatural que parcela da sociedade fazia dele, uma vez que foi considerado por muitos anos apenas um homem desprovido de inteligência, sem oferecer perigo concreto à cena política, para projetar-se nacionalmente até conquistar a cadeira da presidência.

À medida que foi alcançando visibilidade, o número de apoiadores civis e políticos aumentou, e o resultado foi a sua vitória na eleição 2018, após quase três décadas exercendo cargos políticos, um como vereador e seis como deputado federal, além de transferir votos para seus familiares. Marcelo Badaró Mattos, doutor em História Social, em artigo intitulado “Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil”, contextualiza esse percurso.

O salto de representante dos interesses corporativos da «tropa» [militares], com atuação apagada no Congresso Nacional, visto como apenas mais um integrante do «baixo clero» – jargão parlamentar para descrever congressistas de pequena projeção –, para liderança política nacional, com ambições presidenciais, deu-se a partir do início da década de 2010, quando passou a compartilhar das pautas conservadoras relativas aos costumes, muitas delas

propagandeadas pelos parlamentares eleitos como arautos das igrejas neopentecostais [sic] (Mattos, 2022, p. 26).

Não se pode desconsiderar, no entanto, que a ascensão da extrema direita e a eleição de Bolsonaro estão relacionadas não apenas com as pautas de costumes, mas também com a crise econômica enfrentada pelo Brasil a partir de 2008, a qual acentuou o descrédito do governo do Partido dos Trabalhadores (PT); nos movimentos de rua de 2013, na operação Lava Jato e no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Contudo, não me aprofundarei nesses pontos, pois não há necessidade diante de nosso recorte analítico, visto que o foco é refletir sobre o conservadorismo nos costumes.

O certo é que houve, no período em que o Brasil foi governado pelo PT, entre 2003 e 2016 – já que, com o *impeachment* da Dilma Rousseff, Michel Temer assume a presidência e seus posicionamentos políticos estariam mais alinhados à direita – uma contínua disputa de valores entre as alas políticas reacionárias e reformistas no que concerne à pauta dos costumes. Se por um lado havia um governo de esquerda no poder, ampliando os debates sobre os direitos das mulheres e do grupo LGBTQIA+, a legalização do aborto e as novas configurações familiares, do outro lado havia uma forte resistência por parte da bancada reacionária (e em boa parte religiosa), seja a nível municipal, estadual ou federal.

Em 2013, por exemplo, a Comissão dos Direitos Humanos, da Câmara dos Deputados, aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) apresentado em 2011 pelo deputado João Campos (PSDB/Goiás), cujo fito era permitir legalmente a intervenção de profissionais da Psicologia em tratamento de “cura gay”, prática que havia sido proibida pelo Conselho Federal de Psicologia. Em seu artigo 2º, o PDC dispõe: “Fica sustada a aplicação do Parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual” (Campos, 2011).

Após alguns dias da aprovação, porém, o deputado João Campos solicitou o cancelamento da tramitação da proposta, pois o PSDB, seu partido, mostrou-se contrário ao PDC. No entanto, os debates acerca da “cura gay” continuaram, e em 2016 o deputado Ezequiel Teixeira, do Partido Trabalhista Nacional (PTN/RJ), apresentou o PL 4931, outra proposta de “cura gay”, a qual dispõe:

Art. 1º Fica facultado ao profissional de saúde mental, atender e aplicar terapias e tratamentos científicos ao paciente diagnosticado com os transtornos psicológicos da orientação sexual egodistônica, transtorno da

maturação sexual, transtorno do relacionamento sexual e transtorno do desenvolvimento sexual, visando auxiliar a mudança da orientação sexual, deixando o paciente de ser homossexual para ser heterossexual, desde que corresponda ao seu desejo (Teixeira, 2016).

O PL 4931 gerou discussões polêmicas, não foi aprovado, mas a “cura gay” continuou (e continua) sendo um tema que suscita debates polêmicos. Em 2023, a deputada Erika Hilton (PSOL/SP), primeira mulher negra transexual a assumir esse cargo, apresentou o PL 5034/2023, propondo que as terapias de conversão sexual fossem equiparadas ao crime de tortura.

Temos que, os tratamentos de “cura gay”, são verdadeiras práticas de tortura e agressão à toda a população LGBTQIA+, cuja orientação sexual ou designação de gênero são características inerentes a cada sujeito, sendo impossível sua alteração. As “terapias de conversão sexual” pretendem-se métodos de assujeitamento dos corpos, das identidades sexuais e da orientação sexual de pessoas LGBTQIA+ para a submissão, nulidade e alteração da autodeterminação dos indivíduos, por isso, precisam ser tipificadas como crime de tortura e combatidas em todo o território nacional (Hilton, 2023).

Isso ocorreu após a divulgação da morte da influenciadora digital Karol Eller, apoiadora de Bolsonaro que havia se submetido a práticas de “cura gay” para deixar de ser lésbica. Diante de mensagens publicadas nas redes sociais, a morte de Eller foi vista como suicídio, resultado do embate entre as ideias reacionárias de base cristã e o exercício de sua sexualidade vista como desviante.

Além dos projetos de lei acerca da “cura gay”, houve disputas também com relação à noção de família. Para citar algumas, o PL 6.583/13, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR/PE), pretendia aprovar o Estatuto da Família, definindo-a como “[...] entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um **homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Ferreira, 2013, grifos do autor). Percebe-se, portanto, uma visão mais conservadora sobre a família, uma vez que não inclui na definição os casais homoafetivos, embora a união homoafetiva houvesse sido reconhecida em maio de 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STJ) e, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tenha, por meio da Resolução 175/13, tornado obrigatória a realização da união homoafetiva em Cartórios de Registros Civil do Brasil.

No mesmo ano, a senadora Lídice da Mata (PSB/BA) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS 470/13), dispondo sobre o Estatuto das Famílias, uma perspectiva mais plural, menos conservadora, uma vez que não restringia o conceito de família à união entre um homem

e uma mulher. Enquanto o PL 6583/13 foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 2015, o PLS 470/13 foi arquivado em 2018, e no contexto da Bienal 2019, os embates continuaram, mas não é meu intuito realizar um histórico das discussões sobre o tema ocorridas na Câmara dos Deputados e no Senado.

Os exemplos foram apresentados para que fosse possível demonstrar o quão, no período da ascensão da extrema direita no Brasil, a pauta dos costumes (e aqui com recorte específico para a questão da homoafetividade) esteve em disputa, sendo utilizada tanto pelos reformistas quanto pelos conservadores mais reacionários como bandeira política. E além das questões anteriormente postas, não ficaram de fora os debates sobre a criminalização da homofobia (PL 122/06- Iara Bernadi/PT) e sobre o combate à ideologia de gênero (PL 10.577/18 – Cabo Daciolo/PATRI).

Entretanto, embora a polêmica aqui analisada esteja relacionada com a pauta dos costumes, não posso deixar de pontuar outras questões problemáticas da extrema direita no período, sobre as quais falei brevemente quando tratei do politicamente incorreto, como as apontadas por Mattos sobre o comportamento de Bolsonaro, representante mais expressivo do extremismo de direita no período da polêmica da Bienal:

O conteúdo de suas declarações, nas últimas décadas, como deputado, na campanha eleitoral e, a partir de 2019, no exercício da presidência, envolve todo o tipo de elogio da violência, especialmente a violência da polícia e dos «cidadãos de bem» contra os «bandidos», mas incluindo também a apologia à tortura e à ditadura militar, com fortes doses de misoginia, lgbtfobia, racismo e xenofobia (Mattos, 2022, p. 26).

É preciso considerar, portanto, que as declarações rotineiras de Bolsonaro, inclusive já ocupando a presidência, incitavam manifestações, nas redes sociais ou fora delas, daqueles que compartilhavam de seus valores, ainda que seus comportamentos estivessem em desacordo com leis do País. Ou seja, uma vez que o líder da nação defendia publicamente certas pautas, alguns de seus apoiadores sentiam-se confortáveis para reproduzir suas ideias, envolvendo-se em polêmicas diversas, como as relacionadas à ideologia de gênero e à Escola sem Partido.

Contudo, deve-se levar em consideração a complexidade dessa conjuntura durante a qual se acentuou o bolsonarismo, classificado pelo historiador português Manuel Loff, em entrevista concedida a Ricardo Viel, como “[...] uma somatória de nostalgia da ditadura militar, com demagogia anticorrupção e um discurso político centrado na questão moral” (2019). Bolsonaro era apenas a figura central de um movimento muito mais amplo, ancorado em valores

ultraconservadores, aliado aos ideais da extrema direita brasileira, com viés notadamente religioso cristão. Segundo Matos e Silva (2021, p. 3):

Embora a nova direita brasileira tenha se apresentado publicamente na esteira do turbilhão de efervescência social após as manifestações de junho de 2013, tenha ganhado as ruas entre 2015 e 2016, e, por fim, conquistado o Executivo Federal apenas em 2018 – *pari passu* ao processo de crise do lulismo –, sua gestação coincide com o auge da popularidade do governo Lula (entre 2006 e 2010) [...].

De acordo com o filósofo Renato Janine Ribeiro (2015), “O que distingue a extrema-direita hoje no Brasil é quase que mais uma agenda de costumes do que uma agenda política”. Ainda segundo Ribeiro, “A extrema-direita está se distinguindo do restante por um ódio cabal aos direitos humanos”. Nesse sentido, defensores do conservadorismo nos costumes, centrados nos debates acerca da família, da religião e outras pautas de cunho moralistas, não somente defendem o direito de viverem suas experiências de fé e de relacionamentos, mas também criam e estimulam verdadeiras “cruzadas” contra aqueles que pensam de forma distinta. E uma maneira de agirem é ocupando cargos políticos, formando bancadas conservadoras cada vez mais fortalecidas para aprovar leis em defesa de Deus, da pátria e da família, como foi e tem sido amplamente demonstrado.

Em *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico* (2023), Rocha apresenta significativas reflexões sobre a extrema direita encarnada, no Brasil, no fenômeno bolsonarista, sem deixar de refletir sobre o contexto transnacional, sobretudo referente aos Estados Unidos, destacando que “O triunfo eleitoral da extrema direita, cujo instrumento decisivo é precisamente a manipulação do universo digital e mais particularmente a adoção da lógica das redes sociais, transportada sem mais para o plano da disputa política” (Rocha, 2023, p. 18), teve a ver com o que se costuma denominar guerra cultural.

A guerra cultural somente triunfa ao potencializar as causas dos processos históricos, isto é, ao concretizar o falso moralismo da pauta de costumes em indivíduos que passam a canalizar a violência gerada pela radicalização ideológica, tornando-se alvos de perseguição marcada pelo ódio e mesmo pelo desejo de eliminação física do outro (Rocha, 2023, p. 21).

Na perspectiva de Rocha, a guerra cultural teria a função de criar constantemente “[...] inimigos imaginários, cuja existência gera um pânico social, gera medo, gera receio. A resposta usual a esse medo, a esse pânico social é o ódio direcionado contra o próprio inimigo imaginário” (Rocha, 2024). Ainda segundo ele, a expansão do bolsonarismo foi favorecida pela

midiosfera extremista “[...] sistema informacional dotado de um altíssimo nível de coerência interna e, na prática, imune a críticas ou verificações externas” (Rocha, 2023, p. 34), composta por quatro elementos, três internos e um externo: correntes de *WhatsApp*, canais do *YouTube*, redes sociais, aplicativos como a TV Bolsonaro no *Facebook* (internos) e a “mídia amiga”, como a Rádio e TV Jovem Pan (externo). Todos esses elementos corroboraram um ecossistema de desinformação e favoreceram a divulgação de teorias conspiratórias, resultando no fenômeno da dissonância coletiva,

[...] ou seja, a criação de um mundo alternativo, de uma autêntica realidade paralela cujos delírios são tomados como verdade absoluta porque não mais ocorrem no plano individual, mas na arena pública, reunindo dezenas de milhões de pessoas conectadas o tempo todo por meio das redes sociais (Rocha, 2023, p. 37).

Nesse sentido, houve dificuldade para atenuar a crescente ação da extrema direita, já que “[...] os participantes da midiosfera extremista comprometem-se a somente se informar no seu interior, numa recusa obstinada de qualquer outra fonte de informação” (Rocha, 2023, p. 36). O que foi visto, não apenas antes e durante as eleições de 2018, mas também durante o governo Bolsonaro, foi um cenário de desinformação (kit gay, mamadeira erótica), do combate à suposta ideologia de gênero e da ameaça comunista, e um destaque acentuado para as questões envolvendo pautas de costumes.

De acordo com Rocha (2024), o bolsonarismo teria como base o seguinte tripé: uma visão do mundo bélica (Lei de Segurança Nacional de 1969), que implicaria a eliminação do inimigo interno; seria pautado na teoria estabelecida pelo *Orvil*, e a linguagem que o popularizou foi a retórica do ódio (Rocha, 2024). O *Orvil* (livro ao contrário) é uma resposta ao livro *Brasil: nunca mais* (1985), resultado de seis anos de pesquisas sobre a ação da ditadura militar, um compilado de documentos que denunciavam a prática da tortura, o assassinato e o desaparecimento político.

Em contraposição ao *Brasil: nunca mais*, “[...] os militares comandados pelo Leônidas Pires Gonçalves decidiram escrever o livro que expusesse, em sua visão, os horrores da luta armada, isto é, o livro que a esquerda gostaria de ocultar [...]” (Rocha, 2013, p. 105). Mas sua publicação foi vetada pelo presidente José Sarney, em 1989, a fim de evitar a radicalização e a polarização. Em suas mil páginas de documentos, o *Orvil* “[...] considera que todos os guerrilheiros eram terroristas, que não lutavam pela democracia” (Rocha, 2023, p. 106).

Um aspecto central do *Orvil* que reverbera nos discursos da extrema direita brasileira atual é a teoria conspiratória de que, no século XX, o Brasil vivenciou constante investidas do

movimento comunista internacional para imposição de uma ditadura do proletariado. Isso teria ocorrido em 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PC do B); no período após o suicídio de Vargas até o golpe civil-militar de 1964; durante as lutas armadas, entre 1968 e 1974, e em um quarto momento:

Na narrativa dos militares do Exército, em 1974, mais uma vez derrotada militarmente, a esquerda mudou de rumo e decidiu adotar a técnica gramscina – que os incultos da guerra cultural bolsonarista, em hostilidade constante com a língua portuguesa, insistem em dizer “gramiscista” –, infiltrando-se na cultura, acima de tudo nas universidades e nas artes, para a médio prazo tomar o poder. Essa é a explicação do Orvil. Em outras palavras, a esquerda triunfou somente quanto (*sic*) o aparato repressivo foi desativado (Rocha, 2023, p. 109).

A análise realizada por Rocha (2023 e 2024) possibilita compreender inúmeros aspectos da ascensão da extrema direita no Brasil e a configuração de seu projeto político pautado, entre outras características, na existência de um inimigo imaginário que precisa ser combatido. Dessa maneira, a extrema direita mobiliza o medo, afeto importante para a adesão de suas crenças, seja quando propaga a ideia de uma ditadura comunista ou quando, por meio do pânico moral³⁵, envolve-se em polêmicas sobre as pautas de costumes como a homossexualidade.

Feitas essas considerações, ressalto que o extremismo político brasileiro, na segunda década do século XXI, cuja polarização era acentuada, e continua sendo, não distava do que estava ocorrendo em outros países, como os Estados Unidos. O processo de campanha, eleição e mandato presidencial de Donald Trump, do Partido Republicano, eleito em 2016, por exemplo, também foi marcado pela defesa de valores antidemocráticos e atitudes reacionárias, as quais eram abertamente elogiadas e repetidas por Bolsonaro. Nesse sentido, ainda que haja especificidades, a extrema direita, por razões nem sempre semelhantes, expandia-se pelo mundo e provocava fissuras nas democracias.

É nesse *cronotopo* que a 19ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro foi organizada. E nas palavras do então presidente do SNEL, Marcos da Veiga Pereira:

O propósito da Bienal é incentivar o hábito da leitura para transformar o Brasil e esse é um desafio cada vez maior. Ler é, acima de tudo e a cada dia mais, um ato de coragem e de construção. Conquistados pela leitura, *abriremos a mente e o caminho para pensar no que é diferente*, no que é melhor do que nós mesmos, no que é verdadeiramente disruptivo e inovador. *A leitura pode ser o antídoto para a distopia que existe hoje no mundo [...]* (Está, 2019, grifos meus).

³⁵ Voltarei a esse tema adiante.

Considerando o tema da Bienal 2019 e a assertiva de Marcos da Veiga Pereira, é possível observar o quanto a organização do evento estava preocupada em promover discussões em consonância com o contexto social, econômico, político e cultural do país. Dessa maneira, a Bienal se impõe não somente como um evento fomentador da leitura, mas enquanto um espaço público de discussões, reflexões e, também, em defesa de valores considerados caros à democracia brasileira, como o respeito às diferenças de gênero, de sexualidade, religiosas e outras. Apresentado o *cronotopo* da Bienal, refletirei sobre a homossexualidade enquanto tema social sensível e gerador de polêmica.

5.2 O OBJETO DO DESACORDO: A HQ *VINGADORES* E A TENTATIVA DE CENSURA

Passarei à apresentação do enredo da HQ *Vingadores*, visando situar a história da Marvel em um *cronotopo* mais amplo de produção e, também, demonstrar quais elementos discursivos (verbais e não verbais), motivaram o desacordo entre as partes envolvidas na polêmica da Bienal 2019. Destacarei, ainda, a polêmica interna, ou seja, que ocorre entre as personagens da narrativa.

5.2.1 Os jovens Vingadores e a trajetória até o polêmico beijo entre Wiccano e Hulkling

Ao tratar do beijo entre os super-heróis homossexuais na HQ *Vingadores*, decidi classificá-lo como representação da homossexualidade, pensando no caráter ficcional da história, cujas personagens vivenciam questões que *mimetizam* a realidade empírica. A esse respeito, é preciso dizer que mimese não está sendo usada aqui como sinônimo de imitação deformada ou cópia da realidade, mas enquanto uma *representação artística* de situações e comportamentos individuais e coletivos ocorridos no que denominamos ‘mundo real’. Luiz Costa Lima, em *Mímesis e modernidade* (2003), ajuda-nos a refletir sobre a questão:

[...] o discurso mimético é uma das formas do discurso do inconsciente, o qual será reconhecido como artístico quando o receptor encontra no texto uma semelhança com a própria situação histórica. A situação histórica funciona portanto como o possibilitador do significado que será alocado no texto. A obra, enquanto tal, é um significante a que o leitor empresta um significado (Lima, 2003, p. 81).

A representação seria o modo como o agente (no caso da HQ, os autores) tematiza o mundo por meio da linguagem (Lima, 2003, p. 92), ou seja, como subjetivamente posiciona-se em sua criação diante do que está posto no mundo, ainda que não se deva desconsiderar a influência dos fatores externos que a constituem. Posto isso, embora uma obra artística tome como referencial cenários, situações e comportamentos da realidade concreta, o resultado desta *representará* não a realidade em si, mas o olhar de quem a criou.

Nesse sentido, diante de seu caráter literário, narrativo, ainda que com particularidade de composição que não devem ser desconsideradas, a HQ *Vingadores* precisa ser vista não como uma cópia da realidade, mas a representação “particular, subjetiva” desta. Assim, ao tratar da *representação homoafetiva* na HQ *Vingadores*, entendo-a como uma entre outras possibilidades de abordar o tema, a partir dos valores de seus autores, o roteirista Heinberg, declaradamente homossexual, e o desenhista Cheung, ambos criando em consonância com uma proposta aceitável pela Marvel. Adiante, abordarei a distinção entre *representação* e *representatividade*. Por ora, retomo as informações sobre a HQ, parte delas abordadas em artigo publicado (Santos e Moraes, 2025).

Originalmente a HQ *Vingadores: a cruzada das crianças* foi publicada em 2010 e 2012³⁶, nos Estados Unidos, em formato de *graphic novel*³⁷, e seus autores, Allan Heinberg e Jim Cheung, apresentaram a sequência narrativa iniciada em 2005, cujo núcleo era formado por um grupo de adolescentes superpoderosos inspirados nos Vingadores originais, abordando questões como os incômodos da adolescência e desafios de relacionamentos. As doze edições dos *Jovens Vingadores* obteve boa receptividade e já contavam com a presença de Wiccano e Hulkling, assumidamente gays, tornando-se posteriormente namorados (Gonzatti, 2022a, p. 196).

É interessante que Heinberg, o roteirista, antecipa uma possível polêmica em torno de sua história, uma vez que a homossexualidade é um tema sensível, e no momento da criação reflete sobre a não aceitação por parte da Marvel. Sobre isso, relatou:

De início, *achei que a Marvel não aprovaria a história de amor homossexual*, então Teddy começou como uma metamorfa chamada Quimera. Ela e Billy se apaixonariam e, mais tarde, descobririam que Teddy era, na verdade, um

³⁶ A edição de 2012, mais completa, reúne nove edições da HQ lançadas entre 2010 e 2012.

³⁷ *Graphic Novel* é um termo norte-americano traduzido no Brasil como “romance gráfico” ou “novela gráfica”. Além da característica estética, normalmente uma publicação impressa com capa dura e papel de melhor qualidade, o romance gráfico apresenta uma história fechada, mais longa, diferentemente das séries de HQs. Seu conteúdo varia, podendo ser uma história inédita, uma releitura de um livro já publicado ou, como no caso da HQ *Vingadores*, uma reunião de várias séries de uma HQ, garantindo a ideia de unidade geral da narrativa. Em “Categoriação e análise de *graphic novels* brasileiras”, Santos e Chinen (2020) apresentam relevante abordagem sobre a caracterização da expressão desde o seu surgimento, o que serve para estudo mais aprofundando e crítico sobre o tema, o que julgo não necessário ao estudo aqui proposto.

príncipe skrull. Mas nosso editor, Tom Brevoort, pensou: ‘*Por que não fazer deles um casal adolescente gay desde o começo?*’, e essa decisão mudou a vida de verdade (Heinberg e Cheung, 2016, grifos nossos).

Ainda que a temática homossexual já houvesse aparecido em histórias da Marvel, Heinberg, não sem antes enfrentar resistência de editores contrários à representação das sexualidades dissidentes, ao criar o relacionamento entre Wiccano e Hulkling, coloca-se em posição de desconfiança quanto à aprovação do roteiro, certamente pelo fato de a relação homossexual ocorrer entre jovens e não entre adultos. Na década de 1990, por exemplo, a personagem Estrela Polar assume sua homossexualidade.

Estrela Polar é um dos personagens mais representativos da *Marvel*. Ele surgiu como um membro da Tropa Alfa, uma equipe de mutantes canadenses, em 1979, sendo mais presente nas histórias a partir de 1983. *Havia sido concebido desde o início como gay, mas o Comics Code e a editora conservadora da empresa não permitiram que esse movimento fosse realizado canonicamente* – mas a falta de interesse do super-herói em mulheres era uma estratégia para comunicar isso de maneira subliminar. Em 1992, ele anuncia que é gay em uma história na qual combate a compreensão errônea de que a AIDS seria uma “doença homossexual”. Em 2012, na *Astonishing X-Men* #51, protagoniza o primeiro casamento entre dois homens dos super-heróis da Marvel – o que foi feito para celebrar a legalização do casamento entre pessoas do mesmo gênero nos Estados Unidos (Gonzatti, 2022a, p. 170, grifos meus).

Sem desconsiderar os enfrentamentos para que representações como a de Estrela Polar viessem a público, Gonzatti (2022a) elenca outras personagens (gays, lésbicas e transgêneros) criadas pela Marvel ao longo dos anos. Nesse processo, também pensando em interesses econômicos, já que havia leitores interessados pela temática, a inclusão do que se poderia chamar “diversidade” (de gênero, raça, etnia etc.) foi ocorrendo, em decorrência de uma demanda social por *representatividade*, ou seja, pelo anseio de certos grupos subalternizados por inserção no campo político ou outros espaços de prestígio e de poder. Essa inserção garantiria não apenas a participação ativa em decisões relacionadas aos seus direitos, mas também possibilitaria a outros membros de um grupo minorizado enxergarem-se para além dos estereótipos negativos que lhes foram atribuídos.

A democracia carece de representação e representatividade. Do contrário ela fica frágil, perde a oportunidade de que muitos segmentos tomem a palavra. Ou seja, muitas pautas e grupos digam o que pensam do mundo e como desejam que a sociedade se organize. *A democracia é a arena de choque de desejos, um esforço feito por instituições fiadoras de que as narrativas mais diversas convivam e possam disputar o estabelecimento de práticas sociais.* O equilíbrio precisa que grupos em oposição tenham lugar (Nogueira, 2019).

É preciso, pois, fazer distinção entre representação e representatividade, uma vez que “A representatividade não está relacionada somente à agenda; mas, ao corpo que representa” (Nogueira, 2019). Afinal, pautas relacionadas a determinados grupos podem, sim, ser defendidas por outros, ou seja, estes serem representados. Contudo, a representatividade vai mais além e ocorreria quando os sujeitos subalternizados ocupam espaços de *proposição* e de *decisão*, reivindicando e decidindo sobre questões de seus interesses. E nesse ponto, tanto com relação à comunidade LGBTQIA+ quanto a outros grupos sociais, a reflexão proposta por Nogueira sobre a “síndrome do vampiro” corrobora o entendimento sobre a invisibilidade destes.

Na vida política, tanto quanto emocionalmente, a representatividade é algo demasiadamente importante. Uma pessoa ou um grupo que viva sob a síndrome do vampiro não consegue ter uma vida política, reconhecimento público.

O vampiro é um personagem que simboliza a falta de imagem no espelho, habitação da noite, uma vida clandestina que sobrevive vampirizando, se aproveitando de outras pessoas. Por síndrome do vampiro podemos entender uma pessoa ou grupo que é invisível, temido e que desperta o desejo “legítimo” das “pessoas de bem” de se organizar para eliminar esse “risco” da sociedade. Vampiro é uma força marginal que suga a vida das “pessoas normais” e que merece ser caçado como uma perigosa aberração (Nogueira, 2019, grifos nossos).

Avançando na discussão, é comum também pensar a representatividade enquanto desejo de ver a “própria imagem” refletida nas diferentes manifestações artísticas (novela, filme, HQ, teatro, literatura, arte plástica etc.), por meio de uma representação não estereotipada e que valorize o protagonismo daqueles que ou foram, em sua maioria, representados negativamente, ou sequer apareciam nas artes (negros, LGBTQIA+, pessoas com deficiência etc.). Logo, é importante que ocorra a representatividade nas artes, mas que esta dê conta da complexidade, evitando estereótipos que, por muito tempo e ainda hoje, reforçam preconceitos e reduzem a autoestima de pessoas pertencentes a grupos inferiorizados e estigmatizados por uma parcela da sociedade.

Posto isso, para que haja representatividade artística mais significativa, cabe refletir se ocorre a participação dos sujeitos minorizados no processo de criação, produção e distribuição das obras, ou seja, a existência de uma rede inclusiva que possibilite a presença ativa desses sujeitos nas diferentes etapas de circulação de um produto artístico, o que ainda não é uma realidade constante. No caso da HQ *Vingadores*, não é somente a representação da homoafetividade que ocorre, mas esta é criada por um roteirista declaradamente homossexual. No entanto, não se deve desconsiderar as tentativas de representação que não são criadas,

produzidas pelo grupo representado, uma vez que são, também, possibilitadoras de reflexão acerca de determinadas temáticas.

Após essas considerações, volto às informações sobre a história dos *Jovens Vingadores*, dessa vez retomando um trecho da apresentação da edição brasileira de *Vingadores*, de autoria de Marco M. Lupoi, diretor de publicações da Panini na Europa e América Latina:

Embora esse grupo de heróis adolescentes tivesse uniformes e poderes inspirados nos Vingadores originais, suas personalidades e aventuras não podiam ser mais diferentes. Repleto de fúria adolescente e problemas de relacionamento, no veio dos melhores quadrinhos produzidos pela Marvel, o título trabalhava em diferentes níveis. Sob os superpoderes e trajes colantes, *Jovens Vingadores falava de um problema simples*, com o qual quase todos podem se relacionar, especialmente os jovens. Essencialmente, tratava-se de uma bela *metáfora sobre a dificuldade de encontrar seu lugar no mundo e aceitar quem você é – algo que, na verdade, é bem mais difícil do que parece* (Heinberg e Cheung, 2016, grifos meus).

Reunindo as nove edições presentes na publicação norte-americana de 2012, a HQ *Vingadores* foi traduzida e publicada no Brasil em formato de *graphic novel*³⁸ pela editora Salvat. A trama gira em torno da busca de Wiccano, um dos sete fãs superpoderosos dos Vingadores (Célere, Hulkling, Rapaz de Ferro, Visão, Patriota, Gaviã Arqueira e Estatura), por sua suposta mãe, A Feiticeira Escarlata (Wanda Maximoff). Os jovens decidiram se reunir após a dispersão dos Vingadores adultos, e Wiccano, nessa jornada, tenta encontrar sua suposta mãe, que havia desaparecido logo após perder o controle de suas poderes, provocar mortes e criar um universo no qual significativa parte dos mutantes ficaram sem seus poderes. Por causa disso, ela é vista como ameaça tanto para os *X-Men* quanto pelos primeiros Vingadores.

A Feiticeira Escarlata teve dois filhos, Billy e Tommy, com o super-herói Visão. Entretanto, ao longo da trama, fica-se sabendo que, na verdade, os garotos são frutos da magia de um demônio chamado Mephisto, que os destruiu. Utilizando-se de seus poderes, Wanda, então, faz com que as crianças reencarnem como Billy Kaplan (Wiccano) e seu irmão gêmeo, Thomas Shepherd (Célere), filhos do casal Jeff e Rebecca. *Vingadores*: a cruzada das crianças é, portanto, a trajetória de Wiccano em busca de sua mãe, atitude que o coloca em perigo, posto que o retorno dela é visto como ameaçador. Inicialmente, há uma aliança entre os *X-Men*, que estão, ao lado de Magneto, pai de Feiticeira Escarlata e de Mercúrio, tentando reconstruir Utopia, ilha na qual alguns mutantes viviam e desejavam construir uma sociedade melhor.

³⁸ Tendo em vista a classificação original da série *Vingadores* enquanto HQ, optarei por assim classificá-la, mesmo quando estiver falando sobre versão brasileira em formato de *graphic novel*.

Magneto, avô dos gêmeos, descobre a existência dos jovens Vingadores por meio de uma transmissão realizada em um computador da ilha.

Até encontrar sua mãe, a qual estava prisioneira do Dr. Destino, Wiccano envolve-se em uma sucessão de intrigas com os *X-Men* e os Vingadores adultos. A Feiticeira, com a ajuda do filho, recupera a memória e os poderes, tenta devolver as habilidades dos mutantes, mas a magia dá errado e Dr. Destino, assumindo o nome de Victor, assume o poder da Força Vital e afirma ter a missão de construir, ao lado de Wanda, um mundo sem pobreza ou guerras. Porém, ao final ele se torna um supervilão, mata Cassie, membra dos Jovens Vingadores, mas é derrotado pela união da magia de Wiccano e da Feiticeira. Nesse momento Wanda decide apenas cuidar dos filhos e deixa de ser perseguida pelos *X-Men* e Vingadores.

Era de se esperar que, com a resolução do problema da mãe, Wiccano ficasse bem, no entanto, os Jovens Vingadores separam-se e Wiccano (Billy) assume uma profunda tristeza e culpa pela morte de dois amigos do grupo. Recolhido, solitário, recebe o apoio Teddy (Hulkling) e Thomas (Célere), os quais tentam fazê-lo voltar aos trabalhos, utilizando como estratégia notícias sobre uma epidemia de aranhas ocorrida em Manhattan, manobras militares realizadas pela Coreia do Sul e a perseguição aos *X-Men*, tentativa que o dissuade do isolamento. O beijo entre Billy e Teddy ocorre justamente nesse contexto de recolhimento e de abandono da missão dos jovens Vingadores, na antepenúltima página da série 9 da HQ. O diálogo³⁹ a seguir ocorre na página anterior, quando Teddy bate à porta do quarto de Billy, encontrando-o com um semblante entristecido:

Teddy: Chega disso. Tentei ser paciente e dar apoio, mas você precisa conversar comigo, ou com a Wanda, ou com alguém agora mesmo.

Billy: Desculpa.

Teddy: É bom mesmo. Porque se aprendi alguma coisa com tudo isso é que a vida é curta demais pra você ficar aqui sentado desperdiçando a sua. E a minha.

Billy: Está terminando comigo?

Teddy: E te dar mais um motivo pra sentar no escuro sem fazer nada? Sinto muito, Kaplan. Cê não vai escapar de mim. Até que a morte nos separe.

Billy: Teddy Altman acabou de me pedir em casamento?

Teddy: Depende. Vai mexer seu traseiro e fazer alguma coisa?

(Heinberg e Cheung, 2016)

³⁹ Diálogo adaptado, uma vez que na HQ ele aparece em forma de balões, mas foram mantidos os textos integralmente.

O enunciado de Teddy, “Sinto muito, Kaplan. Cê não vai escapar de mim. Até que a morte nos separe”, possibilita uma dupla construção de sentido. Primeiramente, ele dialoga com o juramento comum em cerimônias matrimoniais, um voto tradicional para indicar o desejo de uma relação duradoura, mas também pode possibilitar uma reflexão sobre a vulnerabilidade dos homossexuais que, em alguns países mais do que em outros, são vitimados pelo crime de homofobia, tendo suas vidas ceifadas devido ao preconceito, o que interromperia suas relações homoafetivas.

Quanto ao beijo, ele sinaliza a continuidade do namoro e a possibilidade de reestruturação emocional de Wiccano. Os jovens já eram namorados desde 2005, quando foi lançada a HQ *Jovens Vingadores*, mas o beijo ocorre pela primeira vez na edição de 2012 publicada nos Estados Unidos, já como *Vingadores: a cruzada das crianças*.

Figura 1 — Reprodução do beijo entre Wiccano e Hulkling



Fonte: Reprodução da obra

É importante analisar a composição da página em que ocorre a cena do beijo, uma vez que a imagem ocupa quase que a totalidade da página, ou seja, percebe-se a intenção de destacá-la, e levar em consideração a perspectiva multimodal da HQ. A partir dos estudos de Kress e van Leeuwen (1996) e Kress (2003 e 2010), Medeiros (2014) explica a multimodalidade:

Para esses autores, o texto multimodal é aquele cujo significado se realiza por mais de um código semiótico. Isso nos leva a entender que não se caracteriza como multimodal apenas o texto que contém imagens, gráficos, tabelas, etc. Palavras, espaçamentos de parágrafos e linhas, títulos, cores, caixa alta, enfim, elementos por vezes tomados como invisíveis ou transparentes, na verdade não o são. Podemos ter a imagem no sentido estrito, mas também o verbal como imagem, ou seja, diagramação, paragrafação, fundo colorido, leiaute, não são mera organização, produzem sentidos.

O fundo totalmente branco reforça o destaque e pode ser lido como a eliminação da cena do cenário do quarto, espaço mais reservado a um encontro íntimo, em uma tentativa de não restringir os gestos afetivos entre pessoas homossexuais a locais privados. O beijo é discreto, estando os jovens de pé, envolvidos pela cintura e pescoço em um gesto de abraço, sendo interrompidos pela chegada de Estatura, avisando que o Capitão América precisa deles na mansão, para onde os três dirigem-se em seguida. O Capitão afirma que, aos olhos do grupo dele, os jovens são e serão sempre Vingadores. Conclui-se, pois, a história.

5.2.2 Ressignificação da “Cruzada das Crianças” e o combate aos Filhos da Serpente: a polêmica interna

A HQ *Vingadores* não provocou apenas uma polêmica social, externa. Internamente, há o discurso polêmico em seu enredo, mas antes de abordá-lo, tratarei de seu título e de como este aciona a memória de um evento histórico envolvendo a Igreja Católica no século XIII, a Cruzada das Crianças, no entanto, estabelecendo novos sentidos. O referido episódio ocorrido em 1212 é controverso, posto existir diferentes versões sobre ele. Segundo Mark Cartwright (2018), a Cruzada foi um movimento religioso popular liderado por Estevão de Cloyes, um jovem francês, e um menino alemão, Nicolau de Colônia, ambos dedicados a conquistar Jerusalém para a cristandade, após o insucesso do exército de cavaleiros adultos.

Enquanto a Cruzada dos cavaleiros havia sido convocada pela Igreja, a das crianças originou-se de uma mobilização voluntária que reuniu milhares de pessoas, não necessariamente apenas crianças, uma vez que o termo “pueri”, utilizado nos registros medievais, pode indicar crianças, adolescentes e adultos, “[...] alguns monges normandos e alpinos registram que pueri, neste caso, incluía adolescentes e pessoas mais velhas” (Mark Cartwright, 2018). Relatos sobre as Cruzadas das Crianças registram que muitos participantes morreram, já que não tinham preparação, ou foram escravizados durante o deslocamento até a Terra Santa, por isso o caráter negativo da empreitada.

Sejam quais forem os exatos eventos da confusa história da “Cruzada das Crianças”, o episódio ilustra que havia uma simpatia popular pelo movimento das Cruzadas entre o povo comum e que não foram somente e (sic) cavaleiros que se sentiram forçados a assumir a cruz e defender os cristãos e seus locais sagrados na Terra Santa, durante a Idade Média (Cartwright, 2018).

Denominou-se Cruzada das Crianças a investida de pessoas cristãs católicas dispostas a arriscarem a vida na tentativa de ocuparem Jerusalém, local sagrado para os cristãos, tendo em vista usufruírem de possíveis benefícios, materiais ou espirituais, diante da bravura. Na HQ *Vingadores*, a cruzada inicial é contra outros inimigos e teve início com os *Jovens Vingadores*: “[...] uma guerra civil super-heroica, uma invasão secreta da Terra e um cerco contra Asgard” (Heinberg e Cheung, 2016). Os jovens Vingadores imbuíram-se da missão de proteger a sociedade, organizando-se em grupo, e nas primeiras páginas da Cruzada 1 é apresentado outro inimigo a ser combatido, os Filhos da Serpente, que se intitulam “[...] uma seita paramilitar dedicada a manter a pureza racial e moral” (Heinberg e Cheung, 2016) e que também havia sido combatida pelos primeiros Vingadores.

Logo nas primeiras páginas da Cruzada 1, os jovens Vingadores estão em disputa com Filhos da Serpente e daí advém a *polêmica interna*, ou seja, constitutiva da própria história, envolvendo o desacordo acerca das questões de dissidência de gênero e sexualidade. Nesse momento, Gaviã Arqueira afirma que “Pra ser justa, eles [Os Filhos da Serpente] também odeiam gays e lésbicas. Então devemos ser a equipe de super-heróis de quem eles menos gostam” (Heinberg e Cheung, 2016). Há, portanto, um embate físico e discursivo nas cenas iniciais, colocando os dois grupos em posição de inimigos. Vejamos como a disputa discursiva ocorre.

Durante a luta entre os oponentes, Hulkling, namorado de Wiccano, envolve-se em uma discussão com um membro dos Filhos da Serpente, o qual diz: “Assim como a serpente expulsou Adão e Eva do Éden... nós também iremos expulsar os ineptos... os inferiores”. Hulkling, em seguida, rebate: “Está usando a Bíblia pra justificar assassinatos?”. E o membro indaga: “O que você conhece sobre Bíblia, sodomita?” (Heinberg e Cheung, 2016). O roteirista Heinberg, ao construir a polêmica interna, refere-se a um elemento importante no que tange ao pensamento de base cristã com relação à homossexualidade, visto que parâmetros bíblicos são comumente utilizados por aqueles contrários à afetividade entre pessoas do mesmo sexo.

O discurso do membro da seita, ao definir Hulkling como “sodomita” por ele ser homossexual, retoma a referência bíblica, a partir da visão popularizada na história de Sodoma narrada no livro de Gênesis, cidade destruída após um episódio envolvendo Ló, sua família e

anjos enviados por Deus. Segundo a versão apropriada pelo cristianismo, moradores do local tentaram invadir a casa de Ló para violentar sexualmente os homens/anjos, por isso, para protegê-los e respeitando a regra da hospitalidade, Ló havia oferecida as duas filhas virgens para os moradores. Tomando como base essa narrativa, estabelece-se, posteriormente, a relação entre a homossexualidade e sodomia, pecado grave e digno de punição.

Baseando-se em interpretações bíblicas seletivas e de cunho universal, a Igreja passaria a fabricar um coletivo de representações que fizeram da cidade de Sodoma um lugar perflhado por indivíduos homossexuais. Sodomia passou a ser, desta forma, o nome pelo qual os teólogos, especialmente medievais, denominavam o que acreditavam ser a atividade sexual característica desses habitantes: o sexo entre homens.

Análises exegéticas e revisionistas acerca de Sodoma sustentam, porém, que a atitude reprovável levada a cabo pelo grupo de sodomitas não consistira nas práticas sexuais em si, mas, sobretudo, na violação do código hospitalidade vigente à época (Correio, E. e Correio, W., 2016, p. 268).

Sodomia tornou-se, então, uma palavra classificatória da prática “antinatural” do sexo anal entre homens, e sodomita o seu praticante, ainda que nem sempre tenha sido assim interpretada. Heinberg recupera a expressão polêmica no diálogo entre Hulkling e o membro dos Filhos da Serpente, bem como outras referências bíblicas que servirão, também, como contraposição ao discurso homofóbico. Durante a luta entre o super-herói e o membro dos Filhos da Serpente, por exemplo, Hulkling diz: “Este sodomita estudou num colégio episcopal durante seis anos. Então, se quiser trocar versos bíblicos, que tal Êxodo 21, versículo 24...Olho por olho” (Heinberg e Cheung, 2016).

É interessante notar que, embora não explicita em sua fala, o discurso de Hulkling apresenta um argumento implícito, a saber, se é para acreditar na Bíblia, que seja em sua totalidade e não apenas em recortes específicos para fundamentar questões referentes à sexualidade. Assim, se seu adversário estava tentando destruí-lo, seria pertinente agir como sugere o Antigo Testamento, com a mesma medida violenta. Na continuidade do embate, o adversário de Hulkling diz: “Vamos lá. Faça de mim um mártir e mostre ao mundo exatamente que tipo de monstro você é” (Heinberg e Cheung, 2016). Esse discurso ratifica uma característica da polêmica, a saber, o “nós” contra “eles”, já que o supremacista define-se como um possível mártir, alguém que será morto por agir de forma correta, justa, assumindo, portanto, a encarnação do Bem, enquanto classifica Hulkling como “o outro”, o Mal a ser eliminado, um monstro.

Hulkling, nesse momento, tem uma atitude inesperada, ao retirar a cena do contexto violento, posto que, de forma surpreendente, beija a face do adversário, o qual afirma que

Hulkling “Vai queimar no inferno por isso” (Heinberg e Cheung, 2016). Nesse sentido, o beijo é lido pelo supremacista como uma afronta, um pecado. Hulkling então argumenta: “Espera... Você passa seu tempo livre matando pessoas, mas eu vou para o inferno por te beijar?”, ao que o adversário responde: “Provérbios 12:28. ‘A vida está na vereda da justiça...’”. Após essa disputa física e discursiva, o Capitão América chega, ajuda os jovens e completa: “o caminho do ódio, porém, conduz à morte” (Heinberg e Cheung, 2016).

Nessa breve análise sobre a polêmica interna da HQ *Vingadores*, ficou evidente a ressignificação da Cruzada das Crianças, tendo em vista que no episódio histórico as crianças são as representantes dos ideais cristãos, mas no caso da HQ, os jovens Vingadores, ao entrarem em disputa com os supremacistas brancos, participam de uma cruzada contra valores homofóbicos ancorados em ideias defendidas pelos textos bíblicos que fundamentam o cristianismo. Quanto à argumentação desenvolvida por Heinberg na história ficcional, é possível resumi-la na seguinte assertiva: determinados grupos utilizam de forma indevida textos bíblicos para justificar a condenação da homossexualidade e a perseguição aos homossexuais. Tratarei, em seguida, da polêmica externa.

5.2.3 A polêmica externa: Crivella e a tentativa de censura da HQ *Vingadores*

A HQ *Vingadores*, como já discutido, apresenta em sua narrativa o embate polêmico interno e este, pelas mesma razão da narrativa, ou seja, a questão homoafetiva, também aconteceu por meio de vozes dissensuais acerca do beijo entre os super-heróis Wiccano e Hulkling, quando da venda dos exemplares do livro durante a Bienal de 2019. Entre as vozes contrárias à representação do beijo e participante direto na polêmica externa estava o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella que, enquanto autoridade municipal, tentou censurar a HQ, inicialmente em 05/09/19, determinando à organização da Bienal o recolhimento dos exemplares e, em seguida, enviando ao Riocentro, espaço onde o evento acontecia, em 06/09/19, fiscais da Secretaria Municipal de Ordem Pública para que recolhessem as HQs.

Ainda que o vereador Alexandre Isquierdo tenha apresentado um discurso contrário à venda na Plenária da Câmara no dia 04/09/19, a decisão de Crivella permitiu maior visibilidade à polêmica, uma vez que ele, ao autorizar o recolhimento arbitrário da obra, teve sua atitude interpretada por parcela da sociedade como um ato de censura. Assim, “As declarações do político, somadas à atuação dos fiscais, geraram um levante em massa de livreiros e editoras, que consideraram o ato uma grave ameaça para a liberdade de expressão” (Jucá, 2019). Nesse

sentido, ao analisar o alcance da polêmica, é possível perceber que a tentativa do ato censor potencializou o alcance e a duração da polêmica, sobretudo no que diz respeito aos efeitos polêmicos de resistência pacífica.

Quanto à palavra censura, utiliza por um dos lados envolvidos no dissenso (aquele a favor da representação do beijo), como mostrarei na análise dos efeitos polêmicos discursivos, é um *microato polêmico*, visto que ela também gera disputa em torno de seu sentido, posto não ser compreendida pelo lado adversário da mesma maneira. Crivella e seus defensores consideraram o ato apenas um gesto de proteção às crianças, utilizando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como base para justificar o recolhimento dos livros, classificando a representação do beijo como imprópria para os menores e indicando medidas que deveriam ser usadas em caso de conteúdo pornográfico: material plastificado e contendo informação sobre conteúdo adulto.

Entretanto, a ordem para o recolhimento dos exemplares da HQ pode, sim, ser classificada como uma tentativa de censura, indo de encontro ao estabelecido pela Constituição acerca da liberdade de expressão, em seu artigo 5º: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988). Primeiramente, porque a HQ não infringia a legislação brasileira, e em segundo lugar, caso isso acontecesse, a ação correta do prefeito seria recorrer à instância jurídica, a fim de que as medidas necessárias ocorressem legalmente.

Interessa-me, portanto, refletir sobre a minha *terceira hipótese*, as saber, que a ascensão da extrema direita e a governança da tríade Bolsonaro/Wiltzer/Crivella foram relevantes no que tange à tentativa censora de Crivella, primeira em anos de realização da Bienal do Rio, estando relacionada também aos debates realizados pela ala mais conservadora da política brasileira com relação às pautas de costumes. Acredito que a governança da tríade potencializou a confiança do prefeito na concretização do ato censor, impulsionando-a a agir, uma vez que estaria amparado por instâncias governamentais lideradas por políticos que partilhavam os mesmos valores conservadores nos costumes que ele. Acerca disso, Beatriz Jucá (2019) sinalizou, no período de efervescência da polêmica, duas outras situações a fim demonstrar o quanto a atitude de Crivella não era isolada:

Três dias antes, o governador de São Paulo, João Dória, havia mandado recolher das escolas estaduais paulistas um material didático de Ciências para adolescentes de 13 anos que, segundo ele, fazia apologia à “ideologia de gênero”. Ele se referia a uma apostila que continha o texto Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, com uma explicação sobre as diferenças entre os termos “transgênero”, “homossexual” e “bissexual”. No

mesmo dia da determinação de Dória, *o presidente Jair Bolsonaro* — que já havia se envolvido em uma polêmica no período pré-eleitoral por mentir sobre livro de educação sexual que integraria o que chamou de kit gay nas escolas públicas — *pediu ao Ministério da Educação para elaborar um projeto de lei contra o que chama de "ideologia de gênero" no Ensino Fundamental*. (Jucá, 2019, grifos meus).

Após a atitude do prefeito, no dia 06/09 organizadores da Bienal solicitaram um mandato de segurança ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) com o fito de garantir a comercialização dos livros, o que foi acatado. Nesse mesmo dia, o influenciador Felipe Neto polemizou abertamente contra a decisão de Crivella, por meio de um vídeo publicado em seu canal no YouTube, avisando, também, sobre um dos efeitos polêmicos de resistência pacífica que irei analisar, ou seja, a distribuição de cerca de 14 mil livros com temática LGBTQIA+ (Gonzatti, 2022a, p. 2016), que ocorreria dia 07/09. Na data programada, os livros foram distribuídos em uma embalagem preta que continham um adesivo com a seguinte mensagem: “Este livro é impróprio para pessoa atrasadas, retrógradas e preconceituosas”.

Dando continuidade à disputa, no dia 07/09/19, Claudio de Mello Tavares, presidente do TJRJ, suspendeu a decisão que barrava a apreensão e os fiscais retornaram ao local do evento, porém não encontraram livros para censurar. Diante da repercussão do caso, o Supremo Tribunal Federal interveio, determinando a legalidade da apreensão dos livros no dia 08/09/19. Na oportunidade, ministro Dias Toffoli, na “Medida cautelar na suspensão de liminar 1.248 Rio de Janeiro”, citou a violação do princípio de igualdade por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro, representada por Crivella, bem como o caráter preconceituoso por trás da suposta proteção às crianças.

No caso, a decisão cuja suspensão se pretende, *ao estabelecer que o conteúdo homoafetivo em publicações infanto-juvenis exigiria a prévia indicação de seu teor*, findou por assimilar as relações homoafetivas a conteúdo impróprio ou inadequado à infância e juventude, *ferindo, a um só tempo, a estrita legalidade e o princípio da igualdade, uma vez que somente àquela específica forma de relação impôs a necessidade de advertência*, em disposição que — sob pretensa proteção da criança e do adolescente — *se pôs na armadilha sutil da distinção entre proteção e preconceito* (Toffoli, 2019, p. 07, grifos meus).

Embora os debates nas redes sociais e fora dela continuassem, já não havia possibilidade de censurar a HQ, posto que a Bienal foi encerrada dia 08/09, após dez dias de evento, e os exemplares do livro esgotaram. E aqui fica uma pergunta: Será que a investida de Crivella para retirar os livros de circulação estava pautada apenas no “medo” de que um beijo entre super-heróis homossexuais corrompessem as crianças? Em “Retórica antigênero e ordem pública: a

cruzada das crianças” (2020), Pérez Navarro (2020, p. 477) apresenta reflexão oportuna sobre o caso da Bienal:

Se as bichas não se podem beijar entre as páginas do *comic*, o poderiam fazer na rua, à vista de qualquer pessoa? Se o espaço público se define pela acessibilidade por parte de quaisquer corpos, incluindo os corpos – e os olhos – das crianças, pode ou não pode o corpo transviado, como o chama Berenice Bento, circular pelo espaço público? Se sim, com quais limitações, em quais horários, com quais roupas, com quais trejeitos?

Os questionamentos realizados por Pérez Navarro propõem uma reflexão para além da censura de uma obra artística, uma vez que possibilitam pensar sobre o quanto tal censura refletiria um desejo de limitar, e até impedir, a circulação social de corpos “desviantes” e suas manifestações afetivas. Desse modo, tendo em vista que o Brasil é uma país com alto índice de crimes contra a população LGBTQIA+, o caso da Bienal não pode ser visto apenas como a tentativa de retirada do mercado de um livro cujas personagens homossexuais não seriam afetadas pelo “apagamento” social. Na verdade, Wiccano e Hulkling representam artisticamente a vida de inúmeras pessoas reais que, por contrariarem a heteronormatividade, ao longo da história foram “apagadas” de diferentes maneiras, das mais sutis, como a sua não aparição em obras artísticas, até as mais cruéis, como tortura e assassinato.

Crivella assume o *ethos* protetor das crianças (analisarei esse aspecto mais adiante) atribuindo a elas, de modo implícito, características de inocência e vulnerabilidade diante das “más” influências, no caso da HQ, a referência homossexual. A oferta de proteção às crianças seria legitima caso, de fato, estivessem diante de uma situação perigosa. Entretanto, a atitude do prefeito, ao classificar o “beijo” entre os super-heróis homossexuais como impróprio, favoreceu o pânico moral, já que propagava a ideia de que as crianças estavam em risco com relação à formação de sua sexualidade, mobilizando, assim, os conservadores nos costumes.

Estabelecendo relação entre pânico moral e controle social, Richard Miskolci (2007), ao refletir sobre a polêmica acerca do casamento gay no Brasil, destaca que o conceito foi criado por Stanley Cohen, na década de 1960, “[...] para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos” (Miskolci, 2007, p. 11). No caso da HQ, o rompimento seria com a heteronormatividade defendida por Crivella. Ainda segundo Miskolci (2007, p. 112), “[...] o pânico é moral porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um *status* valorizado, como a família ou o casamento”.

Seguindo essa linha de raciocínio, aqueles que se sentem ameaçados em seus valores, os conservadores nos costumes, por exemplo, se estiverem em condições, propõem e até impõem alternativas para o controle social, por meio da condenação pública de certos estilos de vida e práticas, ou pela proposição de leis que não apenas assegurem o direito de serem como são e agirem como agem, mas que, em geral, impossibilitem pessoas cujos modos de vida são distintos de serem tratados com igualdade de direitos. O pânico moral “[...] fica plenamente caracterizado quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais” (Miskolci, 2007, p. 114). Dito de outro modo, o pânico resulta da capitalização de um agente dos temores que já fazem parte de uma coletividade, denotando resistência a modificações relativas a valores vistos como modelares.

A polêmica da Bienal é, portanto, um episódio de policiamento dos costumes e propagação de pânico moral “[...] em nome da vulnerabilidade de uma criança imaginada sempre como cisgenérica e heterossexual, e sempre em risco de deixar de sê-lo” (Pérez Navarro, 2020, p. 477), por isso a necessidade de controlar o trânsito não apenas dos discursos sobre a diversidade sexual e de gênero, mas também dos corpos que performam essa pluralidade. Na Bienal, a tentativa de controle ocorreu por meio não de um corpo de censores de artes, como é comum nas histórias das ditaduras, mas, como demonstrou Pérez Navarro (2020, p.477), por meio da intervenção direta de uma Secretaria cuja função é assegurar a ordem pública, evitando perturbações do sossego dos cidadãos, estacionamentos e circulações indevidas de veículos etc.

Apesar de Crivella não ter sido o único a polemizar contra a venda da HQ sem a sinalização enquanto conteúdo impróprio para crianças, sua autorização para que os exemplares fossem recolhidos, sem dúvida, garantiu à polêmica um maior alcance, uma vez que agregou ao caráter homofóbico dos discursos anteriores um elemento novo e também problemático: a tentativa de censura. Posto isso, como já demonstrei os *efeitos polêmicos de resistência pacífica* selecionados para análise nesta pesquisa não teriam todos acontecido, ou assumiriam outros formatos, se Crivella apenas criticasse o conteúdo da HQ.

Diante da tentativa de censura, algumas cidadãos utilizaram o humor, por meio dos *memes*, “[...] elementos culturais nativos da internet que se propagam na esfera pública por replicação e transformação nas redes e comunidades digitais” (Paveau, 2021, p. 349), para criticar a decisão do prefeito e cobrar soluções para problemas reais do Rio de Janeiro. “Na sua conta no Twitter, Tie Vasconcelos, colunista do jornal A Voz da Comunidade, postou um meme com o casal de 'Vingadores' em meio a um buraco da Av. Itacoca, na Zona Norte. Bastou essa postagem para que outras imagens denunciassem o descaso em várias esferas” (Memes, 2019).

Figura 2 – Memes criticam tentativa de prefeito de censurar livro de HQ na Bienal



Fonte: O Globo (2019)

A figura 2 representa um entre os diversos memes difundidos na internet, e ao realizar a sobreposição da imagem do beijo da HQ na imagem de um buraco na avenida, o efeito de sentido possível é o de provocar em Crivella o olhar para problemas estruturais da cidade, e como talvez o prefeito não estivesse dando a devida atenção a essas questões, aproximar as duas imagens seria uma forma de redimensionar o olhar dele, já que o beijo homoafetivo foi capaz de mobilizá-lo.

Além do meme sobre a avenida Itacoca, há outros seguindo o mesmo padrão de sobreposição de imagens, denunciando a lotação no transporte público, problemas relativos a enchentes, acúmulo de lixo e fechamento da Avenida Niemeyer, por exemplo (O Globo, 2019). No caso da polêmica da Bienal, os memes foram atos responsivos não para propagação de conteúdos considerados “banais”, mas posicionamentos sociais de denúncia tanto da tentativa de censura por parte de Crivella quanto da má administração pública do governo municipal. Dito isso, passarei à análise dos posicionamentos dos conservadores nos costumes.

6 CONSERVADORES NOS COSTUMES E SEUS POSICIONAMENTOS

[...] o tabu da homossexualidade é um dos mais sólidos ferrolhos morais das sociedades pós-industriais, com base em novos e velhos argumentos” (Trevisan, 2018).

Como já demonstrei, a polêmica da Bienal 2019 envolveu o embate entre conservadores nos costumes (vereador Alexandre Isquierdo e o prefeito Marcelo Crivella) e reformistas nos costumes (o *influencer* Felipe Neto e os vereadores Renato Cinco, Leonel Brizola Neto, Tarcísio Motta e Teresa Bergher). Uma vez que houve disputa de valores quanto ao entendimento acerca do sentido de família, homossexualidade, beijo e censura, analisarei os posicionamentos dos dois campos, observando como se deu a construção da argumentação polêmica. Para isso, recursos linguísticos serão postos em análise, bem como o caráter responsivo dos discursos.

Interessa-me, também, já que este estudo inscreve-se em uma Análise Dialógica da Argumentação, analisar o *alter ethos* dos sujeitos argumentantes, os atos e os microatos polêmicos, na perspectiva de Nascimento (2018), e os *ethos* prévio e discursivo (Amossy, 2020) dos envolvidos, além de outros elementos discursivos de uma polêmica, como o *pathos*. Todas essas observações são relevantes para se compreender o embate polêmico e as razões de ser para que cada campo defendesse certo ponto de vista e não outro.

6.1 EM NOME DAS FAMÍLIAS E DAS CRIANÇAS: A TENTATIVA DE CENSURA DO BEIJO HOMOAFETIVO

Toda polêmica nasce de uma discordância acerca de um valor caro aos oponentes, o que tende a suscitar justificativas em defesa de um ponto de vista. Já demonstrei que o evento polêmico da Bienal ganhou maior repercussão após a tentativa de censura de Crivella, ao solicitar o recolhimento da HQ *Vingadores* devido à imagem do beijo entre Wiccano e Hulkling. Porém, dos *corpora* selecionados para análise fazem parte, também, o discurso do vereador Alexandre Isquierdo realizado na Plenária da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 04/09/19, ou seja, antes da decisão de Crivella.

Desse modo, tanto seu discurso dessa data quanto o realizado na Plenária do dia 11/09/19 serão analisados, posto que, em ambos, há a defesa de ideias contrárias à venda do livro no evento. No caso dos posicionamentos de Crivella, a defesa do recolhimento dos exemplares é uma questão fundamental diante da mobilização social provocada por sua atitude. Os dois representantes do conservadorismo nos costumes seguem direção semelhante na defesa

de seus posicionamentos, como veremos. Iniciarei pela análise do *ethos* protetor da família tradicional e do *ethos combativo* à família homoafetiva.

6.1.1 Os *ethos* protetor e combativo: defesa da família tradicional e combate à família homoafetiva

O sujeito argumentante Crivella, em postagem no *Twitter* (06/09/19) um dia após à divulgação de autorização para recolhimento dos livros, explicou em legenda: “A decisão de recolher os gibis na Bienal teve apenas um objetivo: cumprir a lei e *defender a família*” (Crivella, 2019b). Em um vídeo anexado à postagem, ele retoma: “O que fizemos é *para defender a família* [...]” (Crivella, 2019b). É perceptível que o prefeito tenta sustentar seu posicionamento com base na linguagem dos direitos, ou seja, lança mão de preceitos legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para justificar sua decisão.

Esse comportamento argumentativo representa o que Nascimento (2025, p. 73), ao analisar polêmicas envolvendo evangélicos, enquadrrou, a partir do estudo realizado por Rafael Bruno Gonçalves (2016)⁴⁰, na terceira fase de ajuste de linguagem dos políticos cristãos no parlamento. Na primeira (2003 a 2024), sustentavam-se posicionamentos em preceitos bíblicos; na segunda (2025 a 2010), apresentavam-se justificativas científicas e, por fim, a fase (a partir de 2011) em que, seja recorrendo à liberdade de expressão ou a outras legislações, como o ECA, posições com relação a temáticas polêmicas, a questão LGBTQIA+, por exemplo, são postas como válida.

Crivella, na polêmica aqui analisada, não cita a questão bíblica. Seu discurso reforça a legitimidade do ato censor a partir do fundamento jurídico, o ECA, uma possível tentativa de atenuar as acusações de homofobia, posto desviar o debate para a proteção das crianças quanto a conteúdo impróprio. Sobre essa lei, falarei mais adiante, por ora, analisarei a construção do *ethos protetor* da família e o *ethos combativo* ao modelo familiar homoafetivo, também apresentado em postagem do dia 08/09/19, quando o prefeito afirma querer “[...] *lutar em defesa das famílias brasileiras* [...]” e “[...] *vamos lutar em defesa da Constituição e da família*” (Crivella, 2019c, grifos meus).

Os trechos destacados dão ênfase ao núcleo vocabular (família, defender, lutar) de constituição dos *ethos* analisados. Mas qual seria o modelo familiar defendido por Crivella? Se no plano linguístico a definição não é explicitamente demonstrada, embora seja possível

⁴⁰ Tese de doutorado “O discurso religioso na política e a política no discurso: Uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2023-2014)”.

recuperá-la por se tratar de uma polêmica em torno de um beijo homoafetivo, o *ethos* prévio do prefeito oferece significativas informações para que se construa sentido sobre a noção de família a ser defendida. Crivella tem formação religiosa evangélica, e durante o evento polêmico, era pastor licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), além de ser membro do Republicanos, partido cuja missão, como já apresentei, é dar voz ao conservadorismo nos costumes.

E o que prega o conservadorismo nos costumes quanto ao modelo aceito de família? O mesmo estabelecido até pouco tempo pela legislação brasileira como “a família” e ainda defendido por parcela significativa da comunidade cristã (católicos e evangélicos): um casal (homem e mulher) e seus filhos. Seria, portanto, uma família heteronormativa e, no caso do prefeito, com base na concepção religiosa de relacionamento afetivo. Para compreender melhor a posição de Crivella no embate, é preciso acessar a discursos dos *corpora* de apoio, uma vez que nos discursos dos *corpora* principais ele não se utiliza de argumentos religiosos.

Em 2016, “O candidato a prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB), defendeu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, mas afirmou que, quanto a união no religioso, *‘a família deve ser mantida como ela é’*” (Schmitt, 2016, grifo meu), enfatizando uma possível separação entre política e religião: “Eu concordo com as igrejas católicas e evangélicas: *a família é outra coisa*. Os direitos civis são consagrados, todos nós respeitamos e amamos os homossexuais” (Schmitt, 2016, grifo meu). Enfatizo a importância de se “rastrear sentidos” quando se pretende analisar discursos na perspectiva dialógica, uma vez que, por exemplo, ao voltar a um discurso de Crivella em 2016, é possível identificar a base religiosa de sua concepção de família, ainda que ele não a manifeste em sua argumentação no evento polêmico da Bienal, talvez por ter se pronunciado na condição de prefeito.

Crivella realiza um movimento dialógico duplo ao se posicionar contrário à venda da HQ *Vingadores*. Ele responde aos conservadores nos costumes, sobretudo aos seus eleitores evangélicos, no intuito de mostrar que os valores do grupo estão sendo defendidos, e faz isso respondendo ao grupo oponente de modo combativo, uma vez que não apenas demonstra contrariedade em relação ao conteúdo da HQ, mas intenta retirar os exemplares de circulação. O ato responsivo direcionado ao grupo conservador nos costumes, embora polemizando com o oponente, pode ser percebido, por exemplo, na postagem do dia 05/09/19: “Pessoal, precisamos proteger as nossas crianças” (Crivella, 2019a). A questão do *ethos* protetor das crianças será analisada adiante, mas cabe destacar, por ora, que o uso do verbo na terceira pessoa do plural (precisamos) inclui um coletivo que defenderia o mesmo sistema de valores. Seria, nesse

sentido, a manifestação, por parte do prefeito, de seu compromisso em defesa de um valor que não é apenas dele.

Em postagem do dia 06/09/19, é notório o ato responsivo direcionado mais especificamente ao grupo oponente, uma vez que as discussões acerca da tentativa de censura já circulavam na mídia: “Há uma certa controvérsia na mídia pela decisão da prefeitura de mandar recolher os livros que tinha conteúdo homossexual [...]” (Crivella, 2019b). A controvérsia, como mostrarei adiante, teria relação com as acusações de homofobia e censura recebidas pelo prefeito. Nesse processo de proteção do valor amado (a família tradicional), instaura-se uma sensação de ameaça, daí advém a reverberação de um arsenal argumentativo (Angenot, 2015) combativo, por meio do uso dos verbos “lutar e defender”, linguisticamente responsáveis por construir o *ethos* combativo ao modelo homoafetivo de família.

A seleção dos verbos não é aleatória, sobretudo quando se pensa na situação polêmica motivada por um tema social sensível. Para que haja a necessidade de defesa, é preciso que o grupo oponente sinta-se ameaçado; para se livrar da ameaça, é necessário lutar, agir. Logo, uma leitura possível da atitude de Crivella informa que: (1) seu valor amado é a família tradicional (heteronormativa); (2) a publicação de uma HQ com um beijo homoafetivo é uma ameaça ao valor amado dele e (3) retirar a HQ de circulação é uma maneira de impedir acesso a um conteúdo que pode colocar em desordem o modelo familiar amado.

Reconstruindo a argumentação, uma vez que não estamos diante de uma estrutura formal, têm-se o seguinte argumento baseado na estrutura do real, que parte de um sistema de significação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 298), cujo fito é estabelecer, no caso analisado a seguir, uma relação de causa e consequência:

Quadro 1: Reconstrução de argumento de Crivella sobre proteção da família

Premissa 1	A desordem na configuração familiar tradicional pode ser causada pelo acesso a conteúdo homoafetivo.
Premissa 2	A HQ <i>Vingadores</i> na Bienal apresenta conteúdo homoafetivo.
Conclusão	Logo, é necessário retirar de circulação a HQ <i>Vingadores</i> , impedindo sua venda na Bienal e, conseqüentemente, a desordem na configuração familiar tradicional.

Fonte: Elaboração própria

A análise da reconstrução exemplifica um esquema argumentativo (relação entre premissas) por implicação (Fiorin, 2023, p. 157), ou seja, *a* implica *b*, sendo *a* ‘o acesso a conteúdo homoafetivo’ e *b* ‘a desordem na configuração familiar tradicional’. O esquema

reconstruído permite a percepção sobre uma visão acerca da homossexualidade contrária ao que foi estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1993, a saber, que esta seria uma condição e não uma escolha, uma patologia.

Um elemento que reforça, não apenas por parte de Crivella, mas também de Isquierdo, a visão da homossexualidade enquanto uma prática que pode ser aprendida por meio da observação, do exemplo, é a construção discursiva de um *ethos* protetor das crianças, como demonstrarei a seguir.

6.1.2 Os *ethos* indignado e protetor das crianças: a indignação diante da “influência” homoafetiva na formação infantil

Tanto Crivella quanto Isquierdo utilizaram a proteção das crianças como um argumento para justificar a inadequação da venda da HQ *Vingadores*. No caso de Isquierdo, evangélico e defensor de valores semelhantes aos de Crivella, a construção do *ethos* protetor fez-se em paralelo à do *ethos* indignado, este discursivamente desenvolvido por meio de um vocabulário marcado pelo *pathos*, pelo arrebatamento com fito de suscitar no auditório algum nível de adesão às suas ideias, e pela desqualificação do objeto (HQ) criticado. A indignação, como aqui posta, é um sentimento de insatisfação diante de uma situação vista como inaceitável. Para Isquierdo, no que tange à polêmica da Bienal, a publicação de um conteúdo homoafetivo (a imagem do beijo entre super-heróis) em uma HQ, visto ser esse modelo de livro dedicado ao público infantil.

Em seu discurso na Plenária da CMRJ em 04/09/19, durante uma “Questão de ordem”, Isquierdo, diante de um auditório compósito (Amossy, 2020, p. 69) e presencial, formado por vereadores de diferentes partidos e posicionamentos axiológicos distintos, em sessão também transmitida via *Youtuber* pelo canal da Câmara Municipal, expressou sua indignação: “Gostaria da atenção dos senhores sobre um *absurdo* de um livro que está sendo comercializado na Bienal do Rio de Janeiro. É esse livro aqui: ‘Vingadores – A Cruzada das crianças’” (CMRJ, 2019a, grifo meu). O uso do adjetivo “absurdo” exprime o sentimento de indignação, o qual será justificado durante o tempo de fala cedido ao vereador (três minutos). Diante das várias possibilidades semânticas para o adjetivo, a que se aplica ao uso do sujeito argumentante é, definida pelo dicionário Michaelis é “Que foge às regras ou normas estabelecidas” (Absurdo), como tratarei adiante.

Nesse sentido, a construção do *ethos* protetor das crianças ocorre em paralelo ao do *ethos* indignado: “Aí o autor, que é assumidamente gay, nas últimas páginas, coloca dois super-

heróis se beijando e tendo *relação homossexual*. Ao ler esse livro... E não tem como eu [não] externar aqui minha *indignação* contra essa *covardia* que estão fazendo com as nossas crianças” (CMRJ, 2019a, grifos meus). A indignação manifestada por Isquierdo difere daquela abordada por Aristóteles na *Retórica*, uma vez que o filósofo a definiu como “[...] o sofrimento experimentado diante da visão do êxito não merecido de uma pessoa [...]” (Aristóteles, 2011, p. 154), ou seja, demonstração de insatisfação diante de uma situação em que alguém não merecedor foi beneficiado por bens materiais ou outros.

No caso de Isquierdo, demonstrar-se indignado seria uma maneira de provocar o medo no auditório, “[...] uma perturbação gerada pela representação de um mal vindouro de caráter destrutivo ou penoso” (Aristóteles, 2011, p. 136). Desse modo, ao considerar a publicação uma “covardia” com as crianças, Isquierdo (1) demonstra entender o afeto homoafetivo como não legítimo, por isso as crianças devem permanecer distante de sua representação artística. Isso porque (2) a homoafetividade pode ser aprendida e (3) crianças, por serem inocentes, devem ser protegidas de influências negativas para sua formação. E cabe destacar o fato de, certamente para suscitar a indignação do auditório, o vereador afirmar que os super-heróis estão “tendo relação homossexual”, o que não se confirma na história, porém assegura o tom mais grave à situação.

A argumentação de Isquierdo segue reforçando a indignação e desqualificando a HQ e os responsáveis pela publicação: “Agora, não dá para admitir *covardia* contra nossas crianças”, “Agora, *descer goela abaixo* para as nossas crianças, isso é uma *patifaria*. Isso é coisa de *bandido*, de *covarde* e está sendo vendido na Bienal” (CMRJ, 2019a). O vocabulário selecionado está inserido no campo semântico da desonestidade, do mau-caratismo, visto que “covardia” aqui não foi utilizada enquanto “falta de coragem para”, mas enquanto “fazer algo contra alguém que não está em condições de discernir o certo do errado”. Do mesmo modo, “patifaria”, que vem de “patife”, desavergonhado, indigno, vil (Michaelis), complementa a ideia de que uma ação desonesta está sendo realizada, e quem age contra as regras é “bandido”.

A desqualificação do oponente não é estranha à polêmica, como já visto em Amossy (2017), não necessitando da presença destes (os responsáveis pela venda da HQ na Bienal) para que ocorra. Ao desqualificar a ação do oponente (a venda da HQ para crianças) e, por conseguinte, o oponente, na verdade, o sujeito argumentante está desqualificando o valor do seu adversário, ou seja, o direito à igualdade de representação artística entre heterossexuais e homossexuais, representado no discurso verbo-visual da HQ *Vingadores*. Se o grupo conservador nos costumes não fizesse distinção de valor entre um beijo entre heterossexuais e

entre homossexuais, certamente a imagem do beijo entre Wiccano e Hulkling não teria sido vista como imprópria para as crianças.

É interessante analisar, ainda, o uso do pronome possessivo “nossas” para se referir às crianças em geral, quando o sujeito argumentante poderia não usá-lo. Contudo, o pronome imprime ao discurso um tom de pertencimento no problema, já que o “nossas” retira a criança de um lugar de abstração para inseri-la na vida daqueles que terão acesso, no momento ou posteriormente, ao discurso de Isquierdo. “Nossas crianças” pode ser lido como nossos filhos, sobrinhos, irmãos e outros parentes, mas também como todas as crianças cuja responsabilidade, de acordo com o ECA, é da família, da sociedade e do Estado. Portanto, o uso do pronome reforça a emoção do discurso e pode ser um elemento para provocar a indignação no auditório.

Há, também, outro ponto a considerar: a venda da HQ e, por consequência, o contato da criança com seu conteúdo enquanto atos violentos. Isso pode ser observado a partir do uso da expressão “descer goela abaixo”, cujo sentido socialmente construído é indicativo de “fazer engoli à força”. Dito de outro modo, a situação parece não ser lida por Isquierdo apenas como a indução à leitura de uma história homoafetiva, mas como a imposição, a obrigatoriedade, e recorrer ao ditado popular para expressar seu ponto de vista pareceu-me garantir uma maior força expressiva à indignação.

Na sequência de seu pronunciamento, em momento algum ele explica diretamente as razões pelas quais as crianças não podem ter acesso ao conteúdo da HQ. Seu discurso é construído por meio de contínuas marcas emotivas e desqualificadoras, como “esse lixo moral”, para descrever a HQ, e “coisa de bandido”, para descrever os responsáveis pela publicação, até o momento em que apresenta uma moção de repúdio e solicita a assinatura dos presentes. Quanto à moção de repúdio, realizei busca na internet, mas não encontrei uma cópia para que pudesse ser analisado seu conteúdo.

O *ethos* indignado também é demonstrado em publicação no *Twitter* (05/09/19), “Um crime absurdo!” (Isquierdo, 2019), utilizando a sinalização de perigo (“Um alerta aos pais!), já que a história estaria “[...] sendo vendida lacrada na Bienal do Livro e nas livrarias, os pais só percebem o conteúdo depois” (Isquierdo, 2019). É importante evidenciar que, se na Plenária do dia 04/09/19 o sujeito argumentante Isquierdo mais “ataca” (o objeto da polêmica e seus responsáveis) do que defende seu posicionamento, talvez porque, naquela oportunidade, não havia se formado um debate sobre o tema, mas, em etapa da Plenária denominada “Pela Ordem”, ele apresentou, assim como outros vereadores, pautas variadas, no dia 11/09/19, em situação de debate com oponentes reformistas, sua argumentação torna-se mais desenvolvida.

Inicialmente, ele parabeniza Crivella pela “[...] atitude corajosa de não censurar nenhuma publicação no Brasil, mas tão somente *proteger as crianças* que frequentaram a Bienal” (CMRJ, 2019e), isso porque outros vereadores haviam criticado a postura “censora e homofóbica” do prefeito. No entanto, diferentemente do discurso do dia 04/09/19, o sujeito argumentante cita o Estatuto da Criança e do Adolescente para justificar o recolhimento dos exemplares, equiparando equivocadamente um beijo homoafetivo a conteúdo impróprio (pornografia) que, segundo o ECA, deveria ser sempre sinalizado. O que vereador e o prefeito fazem, assim como sujeitos engajados em outras polêmicas, é usar o ordenamento jurídico para justificar discursos e práticas, ainda que não da maneira devida, ou seja, recorreram ao ECA para justificar uma questão que não estava enquadrada no Estatuto.

Isquierdo também faz uso de informações descontextualizadas e, por isso, distorcidas, uma vez que cita um dos últimos trechos da HQ, quando, após muita insistência, Hulkling consegue conversar com o namorado, Wiccano, visando retirá-lo da situação de isolamento após o afastamento do grupo dos Vingadores: “Aí, você vai folhear o livro e olha o que diz antes do beijo gay. Olha o diálogo dos super-heróis gays e ele diz assim: ‘Acabou de me pedir em casamento?’”. O outro gay diz assim para ele. Aí o outro diz assim: ‘Depende, vai *mexer seu traseiro* e fazer alguma coisa’” (CMRJ, 2019e, grifo meu). No contexto da HQ, a expressão “mexer seu traseiro” foi utilizada em tom convocatório, no sentido de “você vai sair desse lugar”, pois, assim como demonstrei em 4.1.2, estavam sendo noticiados muitos acontecimentos sociais problemáticos que exigiam o retorno da atuação da equipe dos Jovens Vingadores.

E por que é importante analisar o uso descontextualizado do trecho? Porque, em se tratando da polarização política de 2019, a circulação de informações falsas, sejam elas criadas ou, como nesse caso, manipuladas fora do contexto, serviria para ampliar ou reforçar o preconceito contra homossexuais. Uma vez que a sessão plenária era também transmitida via *Youtuber*, não seria difícil, por exemplo, o corte do trecho e sua divulgação expressiva em redes sociais como *WhatsApp* e *Instagram*, não apenas reforçando os valores dos conservadores nos costumes, mas também induzindo outras pessoas a fazerem um julgamento de valor de um produto artístico sem que seu conteúdo, de fato, representasse o perigo apontado por Isquierdo.

Ainda sobre o *ethos* protetor das crianças, o vereador afirma: “Nós estamos falando de proteger a mente das crianças. Criança é um Hard Disk (HD) vazio” (CMRJ, 2019e). Esse enunciado é significativo para se compreender a visão da infância enquanto fase formativa e de inocência, em que a falta de discernimento levaria a reproduzir, no presente ou o futuro, comportamentos. Nesse sentido, o sujeito argumentante faz uso do argumento pelo antimodelo

(Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 213), ou seja, o afeto homoafetivo é um exemplo de conduta a não ser seguido, um não exemplo, e “[...] identificar alguém com um antimito é uma forte maneira de desqualificá-lo” (Fiorin, 2023, p.200). Embora tenha tentado desenvolver melhor a argumentação na Plenária do dia 11/09/19, Isquierdo (CMRJ, 2019e, grifos meus) também explora bastante a desqualificação do objeto da disputa, a HQ, como pode ser visto em “Isso é uma *canalhice*”, “vender essa *porcaria* aqui” e “Defender esse *lixo moral* é uma vergonha”.

Quanto a Crivella, em sua sequência de postagens realizada entre 05 e 12 de setembro, também assume o *ethos* protetor das crianças: “Não é correto que elas tenham acesso precoce a assuntos que não estão de acordo com suas idades” (Crivella, 2019a), “Queremos, apenas, preservar nossas crianças [...]” (Crivella, 2019a). Sua argumentação baseia-se no ordenamento jurídico, o ECA, embora, assim como Isquierdo, usando a equivalência equivocada entre conteúdo sexual e um beijo homoafetivo: “Livros assim precisam tá embalados em plástico preto e lacrados e, do lado de fora, avisando o conteúdo” (Crivella, 2019a).

Reconstruindo a argumentação que endossa a construção do *ethos* protetor das crianças, tem-se, assim como na análise do *ethos* protetor da família tradicional, um esquema argumentativo por implicação, visto que *a* (ter acesso a conteúdo homoafetivo na infância) implica *b* (repetição, por exemplo, da prática homoafetiva).

Quadro 2: Reconstrução do argumento de Isquierdo e Crivella sobre proteção das crianças

Premissa 1	O acesso a conteúdo inapropriado interfere na formação sexual/de gênero da criança, por isso ela deve ser protegida por adultos desses conteúdos.
Premissa 2	O beijo homoafetivo da HQ <i>Vingadores</i> é um conteúdo inapropriado para crianças.
Conclusão	Logo, é preciso impedir que as crianças tenham acesso à HQ <i>Vingadores</i> .

Fonte: Elaboração própria

A análise da construção dos *ethos* protetor da família e da infância demonstra que os sujeitos argumentantes Crivella e Isquierdo operam com o pânico moral (Miskolci, 2007), assim como abordei em 4.1.4, pois propagam um perigo irreal que desestabilizaria a ordem moral do que eles entendem por família. E não fazem isso a partir de um perigo “novo”. Eles acionam um temor que já faz parte da experiência coletiva e foi, ao longo dos anos, reelaborado para que a homossexualidade continuasse sendo vista como perigosa, um antimito de vivência da sexualidade.

Além disso, é possível dizer que a crítica de Isquierdo à HQ *Vingadores* e a tentativa de censura por parte de Crivella seriam representativas do *politicamente correto conservador* como demonstrei na seção 5, já que há a defesa de que determinado conteúdo não deve ser acessado pelas crianças. E uma das características do politicamente correto, conservador ou reformista, quando se trata de livros cujo público pode ser infantil, é tentar impedir o acesso das crianças às obras, por meio do boicote ou retirada dos exemplares de circulação, sobretudo em escolas.

No caso dos conservadores nos costumes, os temas incômodos, não politicamente corretos, estariam mais relacionados com as questões de sexualidade, gênero e religião. Já para os reformistas, abordagens vistas como racistas, homofóbicas ou envolvendo preconceitos contra outros grupos minorizados têm mais relevância. Dando sequência à discussão, apresentarei a análise do *alter ethos* homofóbico.

6.2 OS MICROATOS POLÊMICOS HOMOFOBIA E CENSURA EM DISPUTA

6.2.1 O *ethos* não homofóbico em reposta ao *alter ethos* homofóbico e o microato polêmico homofobia

Quando de seu posicionamento durante a plenária da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 04/09/19, Alexandre Isquierdo, antecipando efeitos de sentido acerca de seu discurso, afirmou: “Quem fala aqui *não é nenhum homofóbico*, porque em minha biografia e na minha história não há nenhum ato contra pessoas” (CMRJ, 2019a, grifo meu). Esse enunciado evidencia uma “Uma imagem-resposta à imagem que o outro faz do eu, o *alter ethos*” (Nascimento, 2018, p. 440), e sua análise é profícua para pensar a construção da argumentação não apenas a partir do que o sujeito argumentante pensa sobre si, mas como, tendo conhecimento acerca dos valores de seu auditório, que no caso não era homogêneo, não somente elabora seu *ethos* discursivo (Amossy, 2016) (indignado e protetor das crianças), como também responde antecipadamente à imagem que supõe estar sendo criada dele (homofóbico), ou seja, aciona um *ethos* não homofóbico.

Nesse processo dialógico polêmico, Isquierdo elabora seu discurso levando em consideração o auditório projetado e o *ethos* prévio de seus membros (vereadores a favor e contrários a seus valores), em um duplo movimento: aumentar adesão dos aliados (e os *ethos* discursivos *indignado* e *protetor das crianças* foram importantes nessa etapa) e contra-argumentar o *alter ethos* homofóbico. Ou seja, foi necessário que se visse no olhar do outro

para articular uma argumentação que não apenas reforçasse a convicção daqueles que pertenciam a seu grupo, mas também uma autodefesa diante dos acusadores imaginados.

O *alter ethos* é, portanto, um outro do *ethos* “[...] a imagem contrária⁴¹ ao que o orador faz de si mesmo, que lhe é atribuída ao associar-lhe determinados atos, contra a qual o sujeito tenta argumentar” (Nascimento, 2028, p.444). Retomando, ao enunciar o *ethos* não homofóbico, Isquierdo o faz após ter, como já demonstrei, posicionado-se contrário à venda da HQ *Vingadores* por causa do beijo homoafetivo. A imagem que faz de si e enuncia é a de indignado diante da exposição das crianças a conteúdo homoafetivo, contudo, entendendo que seu auditório também era formado por vereadores reformistas nos costumes, e assim como em uma contraposição ao *alter ethos*, tenta “[...] corrigir sua imagem diante de seu auditório ou interlocutor, afinando-a à imagem que julga ideal” (Nascimento, 2018, p. 444).

Após afirmar não ser homofóbico, a argumentação é introduzida por meio da conjunção explicativa “porque”, seguida de “em minha biografia e na minha história não há nenhum ato contra pessoas [homossexuais]”. Aqui nos interessa pensar a palavra⁴² “homofobia” enquanto um microato polêmico, uma vez que é uma palavra energizada por uma polêmica e seu sentido pode variar de acordo com a posição dos sujeitos nos campos em disputa (Nascimento 2018, p. 460), no caso da polêmica da Bienal, conservadores e reformistas nos costumes. O sujeito argumentante Isquierdo alega não ser possível estar sendo homofóbico, pois não há registro de que o tenha sido um dia, afirmação que não comprovaria, necessariamente, seu não preconceito no caso específico da HQ.

A questão é que o seu entendimento sobre homofobia está centrado na ação direta contra pessoas homossexuais, provavelmente agressões verbais e físicas, o que estaria mais em consonância com a ideia de fobia, aversão, repulsa. Por outro lado, a palavra também é utilizada para exemplificar o que seriam outras formas de preconceitos, inclusive com relação à linguagem (o politicamente correto reformista) e críticas a representações artísticas, como a que o vereador realiza à HQ *Vingadores*. Portanto, homofobia tem seu sentido disputado, e enquanto microato polêmico, terá uso argumentativo distinto, a depender dos valores defendidos pelos oponentes.

Acerca da variação de entendimento sobre o significado de homofobia, Costa e Nardi (2015, p.717) destacam que, desde a década de 1970, quando o termo foi popularizado a partir

⁴¹ Assim como em Nascimento (2018, p. 444), o *alter ethos* não necessariamente precisa ser a imagem contrária à que o orador faz de si, mas, no caso em análise, ela se confirma contrária.

⁴² Optei por usar “palavra” em vez de “lexema” a partir da definição de Ferrarezi Junior (2022, p. 23), o qual considera ambos os termos da língua como unidade funcional em português, capaz de funcionar plenamente em uma frase, sendo formada por um ou mais morfemas.

da publicação do livro *A sociedade e o homossexual saudável* (1972), de George Weinberg, as divergências quanto à adequação do uso foram postas. Para George Weinberg, a homofobia seria o pavor de estar próximo a homossexuais, uma patologia, e assim sendo, sua classificação foi utilizada pelo judiciário norte-americano para atenuar práticas preconceituosas contra pessoas homoafetivas. Posteriormente, o termo homofobia “[...] foi gradativamente perdendo força e sendo reconceitualizado a partir da psicologia do preconceito” (Costa e Nardi, 2015, p. 719). E o preconceito ocorreria de diferentes modos.

Em resumo, [...] pode se dizer que em um primeiro nível, mais próximo da ideia de *heteronormatividade*, o preconceito se manifesta no conhecimento compartilhado que desqualifica sexualidades, identidades, comportamentos e comunidades não heterossexuais, demarcando grupos sociais e valorando diferentemente esses grupos e seus membros. Um segundo nível, se expressa na estrutura da sociedade, nas relações de poder e instituições, por exemplo, negando o acesso a direitos fundamentais à população LGBT. Esse nível corresponde ao que se tem definido como *heterossexismo*. Por fim, os indivíduos são formados a partir desses modelos e, por meio de suas atitudes e crenças, os reforçam, constituindo o terceiro nível, que pode ser denominado *preconceito contra diversidade sexual* (Costa e Nardi, 2015, p. 719, grifos meus).

Ao enunciar o *ethos* não homofóbico em embate com *alter ethos* homofóbico, o sujeito argumentante Isquierdo não o faz de forma aleatória. Embora existisse uma “[...] família de palavras, que não são palavras ligadas por um sistema de derivações, mas expressões aparentadas pelo seu sentido” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.170), como as destacadas no fragmento anterior, a escolha por “homofobia” (eu não sou homofóbico) estaria mais alinhada ao discurso combativo do campo reformista nos costumes (a quem responde) e, socialmente falando, também mais usual, uma vez que, inclusive, em 2004 o governo federal havia criado o Programa Brasil sem Homofobia, cujo fito era defender que “[...] a promoção dos direitos humanos incluem o *combate a todas as formas de discriminação* e de *violência* e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira” (Brasil, 2004, p.12, grifos meus).

Isquierdo, ao contrário de seus oponentes, não incluía na prática homofóbica um desacordo com relação à representação, em uma HQ, de um beijo entre super-heróis, considerado por ele um antitemodelo de conduta para as crianças. Por isso, sua argumentação para justificar o “eu não sou homofóbico” parte, como já demonstrei, da enunciação do *ethos* protetor das crianças: “*Não há nenhum ato homofóbico aqui*, tão somente proteger as nossas

crianças” (CMRJ, 2019a, grifo meu). Dessa maneira, o embate seria perpetuado, pois os dois lados da disputa atribuíam sentidos diferentes à palavra “homofobia”.

Complementando sua argumentação, o vereador evidencia o possível respeito à diversidade de orientação sexual: “É o que eu digo: *cada um faz o que bem quiser da sua vida*. Se um homem quer deitar com outro homem, o problema é dele. Se a mulher quer ter relacionamento sexual com outra mulher, o problema é dela” (CMRJ, 2019a, grifo meu). É perceptível que o sujeito argumentante tenta livrar-se da acusação de homofobia, essa que, em junho de 2019, havia sido equiparada ao crime de racismo pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse processo, o discurso de Isquierdo constrói-se por meio de um conflito com o qual deve lidar: defender a homossexualidade enquanto um antimitelo para as crianças e fazer com que seu ponto de vista não fosse caracterizado como uma atitude homofóbica, logo, criminosa.

Levando em consideração seu *ethos* protetor das crianças e outros elementos de seu discurso, é possível reconstruir sua argumentação sobre o *ethos* não homofóbico da seguinte maneira:

Quadro 3: Reconstrução do argumento de Isquierdo sobre o *ethos* não homofóbico

Premissa 1	Homofóbico é quem não é a favor de relacionamentos entre adultos do mesmo sexo.
Premissa 2	Eu acho que cada adulto faz o que quiser de sua vida sexual.
Conclusão	Logo, não sou homofóbico.

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, a partir do que ele formula sobre o *alter ethos* homofóbico, a imagem que supõem que os oponentes fariam dele, e tendo em vista compreender que a palavra homofobia não tinha o mesmo sentido para conservadores e reformistas nos costumes, o argumento dos adversários de Isquierdo na polêmica pode ter sido construído por ele antecipadamente como posto no quadro a seguir:

Quadro 4: Reconstrução do argumento base do *alter ethos* homofóbico

Premissa 1	Considerar a homossexualidade um antimitelo para as crianças é ser homofóbico.
Premissa 2	Isquierdo deseja proteger as crianças das representações afetivas homossexuais.
Conclusão	Logo, ele é homofóbico.

Fonte: Elaboração própria

Apesar de, na Plenária do dia 11/09/19, Isquierdo voltar à questão da homofobia, considere analisar o *ethos* não homofóbico em embate com o *alter ethos* homofóbico no discurso do dia 04/09/19, posto que nesse a antecipação da imagem que o outro cria dele ocorre de forma efetiva, pois ele não estava, como no dia 11/09/19, em um momento de debate no qual vereadores oponentes haviam classificado a ação de Crivella e as críticas ao beijo homoafetivo como homofóbica, portanto, seu discurso, nesse momento, seria uma resposta direta aos discursos enunciados pelos adversários e não mais uma suposição.

Quanto ao sujeito argumentante Crivella, em postagem no Twitter do dia 08/09/19, enuncia “Não é censura nem *homofobia* como muitos pensam” (Crivella, 2019c, grifo meu). Embora ele expresse o *ethos* não homofóbico, seu ato responsivo não partiu da percepção do *alter ethos* homofóbico, uma antecipação da imagem que poderiam fazer dele, mas das respostas a seu ato de tentativa de censura divulgado no dia 05/09/19, as quais circulavam nas redes sociais e nos noticiários. Isso pode ser notado em “como muitos pensam”, ou seja, o discurso de acusação homofóbica já existia, e o vídeo de Felipe Neto, divulgado em 06/09/19, é um exemplo.

Como já demonstrei, sendo a homofobia um microato polêmico, suscita sentidos diversos para os sujeitos argumentantes de cada lado da polêmica. Enquanto parcela da sociedade considerou homofóbico o ato de Crivella, o prefeito afirmou que “A questão envolvendo os gibis na Bienal tem um objetivo bem claro: cumprir o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente” (Crivella, 2019c). Nesse sentido, para justificar seu *ethos* não homofóbico, acionou os *ethos* protetor das crianças e o defensor das famílias, analisados em 6.1.1 e 6.1.2. Dito isso, passarei à análise do microato polêmico “censura”.

6.2.2 O microato polêmico censura e o *ethos* não censor

Assim como “homofobia”, na polêmica da Bienal “censura” também funcionou como um microato polêmico, uma vez que a iniciativa de Crivella de mandar recolher os livros de temática LGBTQIA+ não foi lida da mesma maneira pelos dois lados da querela. Etimologicamente, a palavra deriva do latim “[...] censeo [e] significa “emitir um juízo”, enquanto sua derivação - censura - refere-se a exame, avaliação, crítica de um lado, e a uma postura moral rigorosa, de outro, além de designar o ofício de censor” (Roßbach, 2025, p. 7). Segundo Roßbach (2025, p. 13), contemporaneamente, haveria uma censura formal e informal, contudo, na linguagem cotidiana a distinção não seria tão evidente, conferindo ambiguidade à semântica da palavra.

Por *censura formal* compreende-se geralmente um controle de expressões de opinião exercido pelo Estado ou por uma instância autorizada, com base em regulamentos, normas administrativas e penais, e medidas correspondentes. Em contrapartida, no caso da *censura informal*, o controle não é realizado por órgãos autorizados dotados de poder censório, mas por meio de pressões psicológicas, econômicas e políticas, por exemplo; os limites de todas as formas possíveis de controle do discurso e da comunicação social são tênues. (Roßbach, 2025, p. 13).

Se em um primeiro momento a autorização para o recolhimento dos livros poderia ser lida como censura formal, pois Crivella ocupava a posição de um líder municipal, faltava-lhe a base em regulamentos legais para que sua atitude fosse legitimada, pois a Prefeitura, enquanto instituição pública, e o prefeito não tinham poder censor, fato que, possivelmente, potencializou o dissenso. Além disso, não se pode esquecer de todo o debate envolvendo a questão dos limites da liberdade de expressão, o que dificulta, em certas situações, o consenso sobre o caráter censor ou não de um ato, seja ele formal ou não.

É nesse sentido que, enquanto o prefeito justificou seu ato construindo um *ethos* protetor das crianças e defensor da família, seus oponentes classificaram-no como censura, o que o fez apresentar um *ethos* não censor, como em vídeo postado no *Twitter* dia 06/09/19: “Há uma *controvérsia* na mídia pela decisão da prefeitura de mandar recolher os livros [...]” (Crivella, 2019b, grifo meu). A controvérsia, ou seja, a disputa de ponto de vista, referia-se à acusação de censura e homofobia que circulava na mídia após sua publicação do dia 05/09/19. No dia 06/09/19, por exemplo, em vídeo já citado, Felipe Neto declara: “Eu espero que, mesmo que você seja uma pessoa que não tem simpatia pela causa LGBT, que você enxergue o nível mais profundo de *censura e repressão* que isso representa” (Neto, 2019a, grifo meu). É perceptível que o *influencer* estabelece uma hierarquia de valor entre a prática de homofobia e de censura, sendo a liberdade de expressão um valor prioritário e que deveria ser capaz de mobilizar pessoas simpatizantes ou não do direito à liberdade sexual e de gênero (voltarei a essa questão posteriormente).

Na postagem do dia 06/09/19, porém, Crivella não cita a questão da censura diretamente, o que fará apenas dia 08/09/19, em postagem no *Twitter*, após a repercussão do vídeo de Felipe Neto, da distribuição de livros realizada pelo *influencer* na Bienal, bem como do destaque que o caso ganhou na mídia: “*Não é censura* nem tampouco homofobia, claro que existe um setor da imprensa que tenta manipular informações e usa a militância de esquerda pra fins meramente políticos [...]” (Crivella, 2019b, grifo meu). E por que tentar livrar-se da acusação de censura? Certamente devido à prática ser considerada indevida pela Constituição Brasileira a qual, em

seu artigo 5º, inciso IX, declara: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (Brasil, 1988).

O que Crivella havia feito não foi questionar o conteúdo de uma obra, mas, sem autorização judicial e comprovação de que esta infringia algum aspecto da legislação, autorizar o recolhimento dos exemplares. Nesse sentido, seu ato foi classificado como censura por parte da população e da mídia, e até o então governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que havia ordenado o recolhimento de cartilhas escolares no início de setembro por explicar os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, considerou a atitude do prefeito um “exagero”, talvez para não falar em ato censor:

Não quero entrar no mérito da questão, só acho que *ele exagerou*. Talvez com boa intenção, pessoalmente, mas aí ele *perdeu a razão, porque se trata de uma feira do livro, você não pode estabelecer nenhum tipo de limitação* [Censura?]. É um patamar que não está ao alcance do prefeito de uma capital (Crivella, 2019, grifos meus).

A disputa em torno do microato polêmico censura prosseguiu após o final da Bienal, posto que, na Plenária da CMRJ, em 11/09/19, vereadores continuaram divergindo quanto ao caráter censor ou não da atitude de Crivella, por meio de um processo dialógico que acionou episódios históricos em que o autoritarismo imperou e, como uma das consequências, atos censores. Renato Cinco, vereador pelo PSOL, afirmou em seu discurso: “‘Baixou’ o *Mussolini* no Prefeito Marcelo Crivella, e ele achou que a Guarda Municipal é uma *Guarda Talibã*, uma polícia política, uma polícia da moral e dos bons costumes, uma *Guarda Pretoriana*, e *invadiu* a Bienal do Livro [...]” e “Isso me lembrou de tudo o que li sobre os tribunais italianos, os tribunais alemães, cancelando a *ascensão de Hitler* e de *Mussolini*” (CMRJ, 2019b, grifos meus).

Valendo-se de comparações, em polêmica aberta com Crivella, embora o prefeito não estivesse presente, o vereador cita quatro exemplos de autoritarismo, acionando uma memória discursiva de forte impacto para aqueles que veem a democracia enquanto um valor a ser preservado. A Guarda Pretoriana era formada por militares responsáveis pela guarda dos imperadores de Roma, a qual “[...] acompanhava o imperador em campanhas, entrando em combate como soldados, teve múltiplas funções, incluindo as de polícia secreta, espionagem e operações clandestinas (como assassinar inimigos do Estado)” (Antón, 2018). Já a Guarda Talibã refere-se aos militares do Talibã, movimento político fundamentalista que surgiu no Afeganistão nos anos 1990, cuja [...] interpretação do islamismo exclui qualquer desvio da ortodoxia. Seu código penal impõe castigos físicos que recordam a Idade Média” (Espinosa,

2021), e o policiamento dos costumes é um aspecto relevante, sobretudo no que tange aos papéis de gênero e questões sexuais.

Ao citar Mussolini e Hitler, líderes autoritários da primeira metade do século XX, respectivamente do fascismo, na Itália, e do nazismo, na Alemanha, o vereador Renato Cinco intensifica seu olhar acerca da gravidade do ato de Crivella. Por meio do argumento *reductio ad Hitlerum* (Angenot, 2015, p. 174), ele visa equiparar os atos totalitários de Adolf Hitler aos do prefeito, assumindo um tom exagerado, posto que a tentativa censora de Crivella distava do conjunto de atrocidades praticadas pelos políticos citados.

As comparações têm papel importante no desenvolvimento da argumentação, pois “Mussolini, Hitler, Guarda Pretoriana e Guarda Talibã” condensam um repertório de informações sobre autoritarismo político e práticas de controle dos costumes, possibilitando uma *economia discursiva*, ou seja, o estabelecimento de relações comparativas cuja força exemplificadora reduz a necessidade de retomar, de forma exaustiva, características repetíveis de um ato individual, coletivo ou institucional, por exemplo, sobre a qual o sujeito argumentante emite um juízo de valor.

Mas, para que a *economia discursiva* seja eficiente, é necessário que os interlocutores partilhem a mesma memória discursiva que a acionada pelo sujeito argumentante. Dito de outra maneira, que partilhem o repertório sócio-histórico utilizado por quem enuncia o discurso, pois apenas assim a construção de sentido ocorrerá na direção esperada, no caso da proposta pelo vereador Renato Cinco, a relação entre as referências citadas e a atitude de Crivella quanto à censura a conteúdos relativos ao conservadorismo nos costumes. Além das comparações, o sujeito argumentante seleciona o verbo “invadir” para falar da presença da Guarda Municipal na Bienal do Livro, isso porque, como Crivella enviou inicialmente os agentes sem autorização judicial, a presença deles, ou melhor, a ação que iriam realizar no local, não era legítima.

Ainda na Plenária do dia 11/09/19, outros vereadores posicionaram-se para registrar o caráter censor da ação de Crivella. Leonel Brizola, por exemplo, argumentou sobre o “[...] deplorável episódio da *tentativa de censura* a obras na Bienal [...]”, “[...] prática autoritária, nefasta, que nos *remete à ditadura*, à censura!”, ato “[...] perigosíssimo, não só para a democracia como para o próprio processo civilizatório [...]” (CMRJ, 2019c, grifos meus). A vereadora Teresa Bergher, por sua vez, destacou a “[...] *questão bastante autoritária* do Prefeito [...]” e considerou que “[...] se o Prefeito, realmente, por motivos religiosos, não o Prefeito, mas, sim, o Marcelo Crivella, pessoa física, quisesse proibir aquele livro, *que apelasse à Justiça*, somente a Justiça poderia agir naquela situação” (CMRJ, 2019d, grifos meus). Já o vereador Tarcísio Motta considerou o ato da Prefeitura, de Crivella, “[...] *censura baseada*

numa coisa: homofobia. Porque considera própria a relação heterossexual e imprópria a relação homossexual” (CMRJ, 2019d, grifo meu).

Após a fala individual e sem interrupção, ocorre na Plenária do dia 11/09/19 um momento de debate entre os vereadores Alexandre Isquierdo, posicionado a favor de Crivella, e Tarcísio Motta e Renato Cinco, seus oponentes. Este último, a fim de enfatizar a importância de se combater o ato de Crivella, faz uso do argumento de direção, ou seja “[...] se você ceder esta vez, deverá ceder um pouco mais na próxima e sabe Deus aonde você vai parar” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 321).

Agora, o que mais me preocupa é quando a gente junta o prefeito que abusa da autoridade e que mente sobre os motivos da sua ação. *Quem pode me garantir que na próxima Bienal do Livro o Prefeito Marcelo Crivella não vai mandar a Guarda Municipal para lá para apreender, por exemplo, esse livro aqui “Orixás em Guerra”?* Quem me garante que o Prefeito Marcelo Crivella, se ele acha que um beijo gay pode ser impróprio, ele também pode achar que a ostentação da cultura de origem afro-brasileira é imprópria e tem que ser censurada (CMRJ, 2019e, grifos meus).

A questão, senhores vereadores e senhoras vereadoras, é que nós não podemos autorizar o Prefeito Marcelo Crivella a tirar da cabeça o que deve e o que não deve ser censurado na nossa cidade. *Não é só a obra da Marvel que está ameaçada* quando o Prefeito se coloca no lugar de censor e acha que tem o poder de despachar a Guarda Municipal para agir como poder de polícia: *é toda a nossa cultura e a nossa liberdade de expressão que ficam ameaçadas quando a liberdade de expressão de um autor é atacada* (CMRJ, 2019e, grifos meus).

O uso do argumento de direção, apesar de não ser uma prova de que necessariamente a concretização da censura na Bienal levaria a outros atos censórios no futuro, funciona como um alerta cujo fito é provocar ou ampliar a adesão acerca da defesa da liberdade de expressão.

A análise do *ethos* não censor de Crivella aponta para a divergência de entendimento sobre a prática entre os dois lados da polêmica. Enquanto o prefeito tentou defender-se das acusações justificando seu ato a partir da necessidade de proteger crianças de conteúdos considerados impróprios, portanto, resguardado pelo ECA, seus oponentes recorreram a experiências históricas reconhecidamente autoritárias, bem como à compreensão de censura enquanto um ato arbitrário de cerceamento do direito à expressão. Passarei, adiante, à análise da retomada de polêmicas sobre sexualidade e gênero nos discursos dos conservadores nos costumes.

6.3 RETOMANDO POLÊMICAS EM TORNO DA SEXUALIDADE E DO GÊNERO

Ao apresentar sua definição de *evento polêmico*, Nascimento (2018, p. 26) destaca o quanto este tem potencial de atualizar entidades de outras polêmicas acerca do tema. Durante o dissenso da Bienal, a temática em disputa foi o beijo homoafetivo, contudo ela faz parte de uma rede mais ampla de discussões envolvendo sexualidade e gênero, o que motivou a retomada de outros debates polêmicos, ainda que nem sempre diretamente.

Como exemplo, cito o trecho do vídeo publicado por Crivella no *Twitter*, dia 06 de setembro: “[...] esse assunto tem que ser tratado na família, *não pode ser induzido, seja na escola, seja em edição de livros, seja aonde for*. Nós vamos sempre continuar em defesa da família” (Crivella, 2019 b, grifo meu). Além desse, o trecho do discurso de Alexandre Isquierdo na CMRJ, em 11/11/19: “Qual é o partido que libera que *uma criança de 14 anos mude de sexo* sem o consentimento dos pais? PSOL” (CMRJ, 2019e, grifo meu).

Rastreando os sentidos do discurso do prefeito, é perceptível que o uso do verbo “induzir” não foi aleatório e remete à discussão em torno da chamada ideologia de gênero, bem como o enunciado de Isquierdo citado, “[...] uma pauta conservadora mobilizada por grupos de direita no campo da moralidade, dos costumes e práticas sexuais” (Aragusuku, 2020, p. 107). Induzir seria encorajar a fazer algo, incitar, e como os conservadores nos costumes tendem a considerar as discussões sobre educação sexual, a qual envolveria temas como sexualidade e gênero, uma possibilidade de ensinar a ser o antimodelo temido, essa educação estava, no momento, e continua sendo duramente combatida.

Não à toa Crivella cita a escola, pois como já demonstrei, situações de recolhimento de materiais escolares que tematizavam as pautas citadas não eram incomuns, e a atitude do governador de São Paulo, dias antes da Bienal, já apresentada, é um exemplo. Nesse sentido, segundo Aragusuku (2020, p. 107), no Brasil o discurso sobre a existência da ideologia de gênero foi primeiramente difundido por conservadores católicos já nos anos 2000, tornando-se presente no vocabulário político de alguns representantes da direita, religiosos ou não, pelos idos de 2010. Ao adentrar os espaços institucionais de deliberação política por meio desses representantes, esse discurso interferiu nas tomadas de decisões relativas às questões de sexualidade e gênero, afetando propostas legislativas e a realização de políticas públicas voltadas para as referidas pautas.

Em estudo sobre a aparição do termo “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados entre 2003 e 2019, Aragusuku (2020, p.109) analisa 225 pronunciamentos em Plenário e 27 projetos legislativos, destacando três fases. A primeira (2003-2014) refere-se à inserção gradual

do termo nas discussões; a segunda (2015-2018) sinaliza a consolidação do uso do termo na agenda política da direita, e a terceira, referente ao ano 2019, primeiro do mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro, representa a legitimação do combate à ideologia de gênero âmbito do Governo Federal.

Enquanto na primeira fase (2003-2014) o termo foi pouco usual na esfera legislativa e pública, sendo utilizado sobretudo por membros da direita vinculados a conservadorismo cristão, na segunda, após a realização de diferentes ações políticas e sociais acerca da questão envolvendo sexualidade e gênero, tais como o Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, a criação Conselho Nacional LGBT, em 2010, a eclosão das Paradas do Orgulho LGBT, por exemplo, a postura dos grupos conservadores tornou-se mais combativa (Aragusuku, 2020, p. 2010).

[...]a década de 2010 definiu um momento em que tais grupos conservadores *abandonaram uma posição majoritariamente defensiva e, gradualmente, assumiram uma agenda ofensiva*, mais propositiva em termos político-legislativos. A emergência do uso do termo “ideologia de gênero”, após 2014, ocorreu em paralelo e evidenciou a consolidação desta ofensiva conservadora no campo das políticas sexuais (Aragusuku, 2020, p. 111, grifos meus).

Aragusuku (2020, p. 2013) sinaliza o crescimento do uso do termo em discussões na Câmara em 2014, quando dos debates sobre o Plano Nacional de Educação, e o papel do então deputado Bolsonaro (PP/RJ) na ofensiva contra a ideologia de gênero, este que ganhava notoriedade na cena política nacional desde 2011, ao defender o combate contra o “kit gay”. No entanto, a noção de “ideologia de gênero” “[...] ainda dava passos iniciais no processo de se tornar fluente no léxico conservador e de adentrar, de forma significativa, na pauta política dos grupos de direita” (Aragusuku, 2020, p. 114), o que acontecerá a partir de 2015.

No período entre 2015 e 2018, foram realizados 160 pronunciamentos em que o termo “ideologia de gênero” apareceu, inclusive em discursos de políticos alinhados à esquerda, os quais questionavam o uso pelos conservadores. Em significativa parte do aparecimento, as discussões envolviam a temática educativa, uma vez que os parlamentares conservadores viam as políticas de gênero e sexualidade “[...] como ameaças à educação moral das crianças, por promoverem a desconstrução da família e dos valores cristãos e, conseqüentemente, a desestruturação da sociedade” (Aragusuku, 2020, p. 115). Assim, “ideologia de gênero” deixa de ser um termo pouco conhecido e torna-se um conceito de sustentação retórica utilizado por parcela de políticos da direita no que tange ao debate em torno das moralidades nos costumes (Aragusuku, 2020, p. 115), sobretudo pela base evangélica.

Realizando um panorama geral dos pronunciamentos, é significativa a participação de parlamentares evangélicos na difusão desse discurso. Ao longo deste período, os *deputados evangélicos realizaram mais de dois terços dos pronunciamentos* (102 no total) que citaram o termo, demonstrando um maior engajamento em relação aos católicos (Aragusuku, 2020, p. 118).

Passando para a terceira fase analisada por Aragusuku (2020), a que contempla o ano 2019, o mesmo da ocorrência da polêmica da Bienal, a configuração política era bastante favorável ao combate à chamada ideologia de gênero. Era o primeiro mandato de Bolsonaro e o Partido Social Liberal (PSL), ao qual era filiado, havia formado a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, fatores que ampliaram a oposição às políticas voltadas à sexualidade e ao gênero (Aragusuku, 2020, p. 121). Tal oposição ficou evidenciada no discurso de posse de Bolsonaro, ao declarar: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, *combater a ideologia de gênero*, conservando nossos valores” (BRASIL, 2019).

Dessa maneira, 2019 representou uma crescente relevância do combate à “ideologia de gênero”, não apenas nas discussões apresentadas na Câmara dos Deputados, mas também por meio de posicionamentos oficiais de setores do Governo Federal. Desse modo, houve “[...] uma renovação das direitas e de suas pautas no Brasil, sendo a luta contra a “ideologia de gênero” uma parte fundamental desta renovação político-ideológica” (Aragusuku, 2020, p. 124). É nesse contexto que Crivella e Isquierdo fazem referência, ainda que indireta, à ideologia de gênero, retomando outras polêmicas.

O vereador Leonel Brizola, representante reformista nos costumes nesse dissenso, retomou, durante a Plenária do dia 11/10/19, a questão do combate à “ideologia de gênero” realizado pelos conservadores nos costumes, quando argumentava contra a atitude censora de Crivella: “E não querem criar políticas públicas de defesa que passam pela igualdade de gênero e pela diversidade sexual” (CMRJ, 2019c). Além dele, o vereador Tarcísio Motta, ao questionar a falta de preocupação de Crivella com o número de abusos sexuais contra criança no país, principalmente ocorridos em seus lares, volta a outro ao debate polêmico sobre educação sexual nas escolas.

Para uma criança diferenciar isso, se o crime de abuso está acontecendo dentro de casa, *onde é que ela vai aprender senão na escola?* É a escola o lugar onde se pode educar a criança para que ela entenda com consciência e tranquilidade o que é amor e o que é abuso. [...] E são essas mesmas pessoas que querem censurar o beijo entre dois homens que *querem impedir que as escolas tenham educação sexual* (CMRJ, 2019d, grifo meu).

A breve análise acerca da retomada de outras polêmicas no dissenso da Bienal demonstrou o que já havia sido apontado por Nascimento (2018) quanto a uma das características de um evento polêmico, a saber, a capacidade de reacender outras polêmicas em torno de um mesmo núcleo temático. No caso da HQ Vingadores, o tema sensível envolvia a questão da sexualidade homoafetiva, por isso, tanto os sujeitos argumentantes conservadores (Crivella e Isquierdo) quanto os reformistas nos costumes (Brizola e Motta) recuperaram debates dissensuais sobre a pauta da sexualidade e gênero, com ênfase na crítica a uma “ideologia de gênero” ou na discordância com relação a essa crítica.

7 REFORMISTAS NOS COSTUMES E SEUS POSICIONAMENTOS

A família não está sendo ameaçada por uma história em quadrinhos dos Vingadores, está sendo ameaçada porque não tem casa, porque não tem educação, porque não tem saúde. É Crivella, aquele que ameaça as famílias cariocas (CMRJ, 2019e [Tarcísio Motta]).

Nesta seção, analisarei os discursos dos sujeitos argumentantes reformistas nos costumes envolvidos na polêmica da Bienal 2019. Os *corpora* selecionados são compostos por um vídeo de Felipe Neto disponível no *YouTube* e por pronunciamentos realizados na sessão Plenária da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 2019, pelos vereadores Renato Cinco, Leonel Brizola, Teresa Berguer e Tarcísio Mota.

Assim como fiz ao analisar os discursos dos sujeitos argumentantes conservadores nos costumes, observarei a construção do *ethos* prévio, os microatos polêmicos e demais recursos argumentativos utilizados durante a argumentação. Alguns pontos importantes do dissenso serão abordados na seção 8, quando analisarei a modalização discursiva. Início, pois, pela análise dos *ethos* prévios.

7.1 EM DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: O ENGAJAMENTO DOS REFORMISTAS NOS COSTUMES NA POLÊMICA

A polêmica da Bienal 2019 foi iniciada, como já demonstrei, a partir da tentativa de censura de Crivella (05/09/19), embora o vereador Alexandre Isquierdo, no dia anterior, houvesse demonstrado na Plenária Câmara Municipal do Rio de Janeiro opinião contrária à venda do HQ Vingadores. Após a decisão do prefeito, houve o engajamento dos sujeitos argumentantes reformistas nos costumes no dissenso.

Como analisado na seção 6, a divergência de opinião foi manifestada não apenas pela construção discursiva de *ethos* prévio, ou seja, da imagem que os sujeitos argumentantes tentaram representar de si, mas também pela argumentação em torno de algumas palavras vistas de modo divergente por cada lado da disputa, os microatos polêmicos, e outras estratégias argumentativas. Nesse sentido, farei o mesmo percurso analítico com os discursos dos reformistas nos costumes, iniciando pela análise do *ethos* prévio de Felipe Neto, mantendo a postura empática, exotópica, a fim de compreender as razões dos reformistas quanto à defesa de seus valores.

7.1.1 O *ethos* ativista de Felipe Neto

O primeiro posicionamento que considero mais expressivo e de maior alcance, em oposição à tentativa de censura por parte de Crivella (polêmica aberta), foi o do *influencer* Felipe Neto em vídeo⁴³ do seu canal no *YouTube*, no dia 06/09/19. Interessa-me, inicialmente, analisar a construção do *ethos* ativista por parte de Neto, o que também é importante quando se pensa no *efeito polêmico prático de resistência pacífica*, a distribuição de livros realizada pelo influenciador, sobre a qual tratarei na seção 9. Outros aspectos do discurso de Neto já foram analisados na seção 6 ao tratar dos microatos polêmicos homofobia e censura.

Para abordar a questão do *ethos* ativista, retomo a discussão proposta por Gonçalves-Segundo (2020) ao analisar esse mesmo vídeo com a finalidade de abordar a (re)construção do *ethos* em cadeia digital, e endosso sua visão acerca de que nenhuma definição do *ethos* ativista deve ser generalizante, pois exigiria a análise de um *corpus* amplo de vídeos de diferentes ativistas (Gonçalves-Segundo, 2020, p.76). Logo, é preciso analisar a construção desse *ethos* por parte de Neto de acordo com a imagem projetada por ele no vídeo específico.

Em primeiro lugar, a projeção do *ethos* ativista do *youtuber* estaria diretamente relacionada ao engajamento dele na polêmica, pois ele poderia apenas ter se manifestado contrário à tentativa de censura e ao discurso de Crivella sem se colocar na posição de quem deveria agir. Gonçalves-Segundo (2020, p. 76), a partir de Silva & Ruskowski (2016) e Nogueira & Câmara (2018), define o ativista enquanto um “[...] ator social engajado em práticas sociodiscursivas orientadas à defesa de uma causa que excede o plano individual e que visa transformar a sociedade”, o que nos ajuda a pensar o ativismo de Neto no caso da Bienal.

Felipe Neto, que se tornou em 2019 o segundo maior influenciador em número de visualizações no mundo, na ocasião da polêmica já havia construído um *ethos* prévio não somente de uma referência de entretenimento, mas sua inserção em debates acerca de temas políticos diversos estava em processo de consolidação, demonstrando uma modificação em seu perfil. Nessa perspectiva, a constituição do discurso aqui analisado apresenta elementos

⁴³ Na perspectiva do gênero discursivo como o entendemos aqui, considero o vídeo divulgado por Felipe Neto não como um gênero em si, o qual poderia ser classificado enquanto gênero “vídeo do *YouTube*”, uma vez que as possibilidades de produção de vídeos nessa plataforma são inúmeras, como videoaulas e tutorias diversos, por exemplo, cujas funções comunicativas são distintas. É preciso compreender a complexidade do ordenamento discursivo do *influencer* e seus propósitos comunicativos, uma vez que ele inicia a gravação com um “posicionamento” contrário à atitude de Crivella, em seguida faz uma “convocação” para que o público lute contra a atitude do prefeito; posteriormente, dá um “informe” sobre a distribuição gratuita de livros para, depois, convidar as pessoas a irem à Bienal receber os exemplares. Dessa maneira, compreendo a totalidade do vídeo enquanto um *posicionamento responsivo polêmico* na esfera digital, cuja base argumentativa dissensual é uma marca, o qual poderia não apresentar o “informe” e o “convite”, mas ainda assim representaria uma resposta de Felipe Neto à tentativa de censura. Reconheço, portanto, a complexidade da classificação do vídeo.

linguísticos significativos na configuração do que seria o *ethos* ativista: uso da modalidade deôntica negativa, construções utilizadas para estabelecer unidade com o endogrupo (Gonçalves-Segundo, 2020, p.77) e outras que revelam o potencial de ação dos sujeitos envolvidos na polêmica (Gonçalves-Segundo, 2020, p. 78).

O primeiro recurso, a modalidade deôntica negativa, que será melhor explorada na seção 8, indicou “[...] posições de enfrentamento e de interdição a ações orientadas a censurar estilos de vida LGBTQI+” (Gonçalves-Segundo, 2020, p.77). Essa modalidade foi utilizada em “Amor não é pornografia, amor *não deve ser censurado*, afeto *não pode ser proibido* para menores” e, em “E nós como sociedade, *nós não podemos aceitar*” (Neto, 2019a, grifos meus), para indicar o desacordo quanto ao enquadramento da relação homoafetiva como pornografia e, consequentemente, a tentativa de censura.

Quanto a estabelecer a unidade com o endogrupo, a saber, com aqueles que defendiam os mesmos valores em relação à questão LGBTQIA+, Neto enuncia “Baseado nisso, galera, *a gente precisa de união [...]*”, para que os conservadores nos costumes percebam “[...] que *nós temos o controle do País, que a população que determina o futuro da nação, que nós unidos somos muito mais forte* que qualquer repressão que eles possam tentar implementar” (Neto, 2019a, grifos meus). A busca pela unidade do endogrupo é uma característica do discurso ativista fundamental no que tange à convocação social para um ato de resistência, seja ele discursivo ou prático, pois tem potencial mobilizador, uma vez que coloca a solução da problemática questionada como uma responsabilidade coletiva.

Quadro 5: Reconstrução do argumento ativista de Felipe Neto

Premissa 1	A sociedade é responsável pelo cumprimento dos direitos democráticos no Brasil.
Premissa 2	A liberdade de expressão, direito democrático, foi afetada com a tentativa de censura por parte de Crivella.
Conclusão	Logo, a sociedade deve se articular para combater o ato sensor e garantir a liberdade de expressão.

Fonte: Elaboração própria

Ainda com relação à unidade do endogrupo, Gonçalves-Segundo (2020, p. 77) aponta o uso do *frame* de guerra, ou seja, “[...]um procedimento analógico que transfere nossos conhecimentos sobre guerra para o campo do ativismo, intensificando o grau de oposição entre os grupos”. Esse recurso aproxima-se do que discuti acerca do arsenal argumentativo ao analisar o discurso dos conservadores nos costumes, posto que ocorre uma seleção de palavras

relacionadas ao universo de batalhas, no caso de Neto, “lutar, reprimir, vencer, ganhar”, como evidenciado no excerto a seguir:

Crivella, estou falando com você agora. Eu fiz isso pra te mostrar que *não tem como você ganhar isso*, é impossível, não tem como vocês reprimirem a população em pleno 2019. Isso foi só um exemplo das milhões de coisas que nós, como população, podemos fazer para *lutar contra o autoritarismo*, para *lutar contra essa vontade ditatorial* de colocar as regras que vocês têm pra si pra todos os outros. Nós não vamos viver sobre essas regras. *Vocês não vão vencer essa batalha*. Ok? (Neto, 2019a, grifos meus).

Para concluir a análise da construção do *ethos* ativista de Felipe Neto, destaco o último aspecto abordado por Gonçalves-Segundo (2020, p. 78): a demonstração de capacidade de atuação. Após seu processo argumentativo, o influenciador enuncia “Então, *eu tô tentando fazer a minha parte*, pelo menos um pouquinho, *pra gente ter uma sociedade mais igual, com mais aceitação, com mais inclusão*” (Neto, 2019a, grifos meus) e retoma a tentativa de unidade com o endogrupo, reforçando a solicitação de engajamento no ato proposto:

Então, pra poder passar um recado de união e pra poder mostrar pra essas pessoas que eles não irão censurar conteúdos LGBT, *eu tomei uma atitude hoje. Eu comprei todo o estoque de todos os principais livros* com temática LGBT da Bienal do Livro do Rio de Janeiro. Todos eles serão entregues de graça para quem estiver na Bienal e quiser um livro de graça”. (Neto, 2019a, grifos meus).

Após a análise da construção do *ethos* por parte de Felipe Neto, foi possível perceber que sua imagem projetada de ativista revelou comprometimento com questões sociais relevantes (homofobia e censura), não somente por meio do ato discursivo, mas também pela organização de um ato prático. Dito de outro modo, Neto colocou-se em estado de resistência frente ao discurso e à ação de Crivella, fazendo uso de uma seleção vocabular que reforçou sua posição de combate, a qual poderia também ser analisada enquanto construção de um *ethos* combativo.

Contudo, considerei a análise do *ethos* ativista pelas características dos recursos citados por Gonçalves-Segundo (2020), entre eles o uso da modalidade deôntica para explicitar o que “deveria ou não” ser aceito e feito. Além disso, por entender que, mais do que se colocar em posição de combate, em uma atitude individual, Felipe Neto investiu na mobilização social, na atuação coletiva capaz de “frear” comportamentos considerados preconceituosos e excludentes.

7.1.2 Reformistas e o *ethos* combativo ao discurso e à ação de conservadores nos costumes

A construção do *ethos* combativo já foi aqui abordada quando analisei o discurso de Crivella (6.1.1) e seu posicionamento conservador com relação ao modelo de família aceitável. Em contraposição ao discurso e à atitude do prefeito, representantes reformistas nos costumes também acionaram esse *ethos*, como demonstrei ao analisar o *frame* de guerra no discurso de Felipe Neto (7.1.1). Além do influenciador, o vereador Renato Cinco apresentou uma imagem projetada de combatente:

Agora, entendam, *senhores fundamentalistas, desistam!* Bispo Edir Macedo, *renuncie* ao que você escreveu no livro “Projeto de Poder”! O senhor não tem o direito de tentar implantar uma república evangélica no Brasil. O seu sobrinho e assecla Prefeito Marcelo Crivella passou de todos os limites ao utilizar a Guarda Municipal para fazer repressão moral.

[...]

Desistam desse projeto, pois ele será combatido de todas as formas. O máximo que vocês vão conseguir é aumentar a violência religiosa no nosso país. *Não conseguirão fundar uma república evangélica*, protestante, ainda mais comandada pelo Edir Macedo” (CMRJ, 201b, grifos meus).

Ao contrário do discurso de Felipe Neto, marcado pelo uso repetido do verbo “lutar”, além dos verbos “vencer” e “ganhar”, Cinco fez uso do verbo “desistir”, que pode ser relacionado ao verbo “recuar” quando se pensa no vocabulário de um combate, bem como da locução verbal “será combatido”. Nos dois casos, a resistência ao projeto de poder baseado em valores evangélicos é acionada, e o sujeito argumentante Renato Cinco demonstra segurança quanto à capacidade de “barrar” a ação do oponente, seja especificamente a de Crivella, seja a de todos os que defendem os mesmos valores que o prefeito.

O vereador Leonel Brizola, por sua vez, acionou o *ethos* combativo por meio do uso dos verbos “resistir” e da locução verbal “continuar lutando”: “Não cabe ao Estado fazer julgamentos morais dessa natureza. Cabe a nós *resistir* e continuar *lutando* por um Brasil diverso para o seu povo” (CMRJ, 2019c, grifos meus). O uso do pronome “nós” indicou um “dever fazer” coletivo (a modalidade deôntica será analisada na seção 8) e o gerúndio do verbo “lutar” sinalizou a necessidade do combate contínuo, o qual antecedia à polêmica específica da Bienal.

Tarcísio Motta também mobilizou o *ethos* combativo, por meio do uso dos substantivos “resistência” e “lutas”, enunciando “Terão a nossa *resistência*, terão a nossa palavra, terão as nossas claríssimas *lutas contra o fundamentalismo*. Aqui, nós não nos tornaremos um talibã”

(CMRJ, 2019f). Assim como no exemplo de Cinco, o uso do pronome “nós” indicou um combate coletivo e é significativo no que tange ao entendimento de uma luta que não se faz sozinho, uma vez que é resultado de atos que, por mais que sejam individuais em certos momentos, são reflexos de uma estrutura social mais ampla.

Concluo, assim, que a análise da construção dos *ethos* ativista e combativo dos sujeitos argumentantes reformistas nos costumes demonstrou a importância destes na manifestação de resistência quanto aos valores e atitudes dos oponentes. Enquanto o *ethos* ativista de Felipe Neto deu conta de uma sinalização de resistência mais direta, uma vez que também foi o anúncio de e a convocação para um ato prático, o *ethos* combativo sinalizou uma resistência menos específica, posto que não foram apresentadas as formas diretas de combate, mas apenas a posição de enfrentamento dos sujeitos argumentantes. Feitas essas considerações, passarei à análise dos microatos polêmicos.

7.2 OS MICROATOS POLÊMICOS BEIJO E FAMÍLIA EM DISPUTA

Em 6.2, analisei a presença dos microatos polêmicos “homofobia e censura” na polêmica envolvendo a HQ *Vingadores* e como os sentidos dessas palavras foram construídos por cada lado da disputa. Pretendo agora analisar os microatos “beijo e família”, uma vez que o dissenso em torno dessas palavras foi bem demarcado nos discursos dos sujeitos argumentantes. A escolha por abordar esses dois microatos durante a análise da argumentação dos reformistas tem a ver com o fato de haver, em seus discursos, inúmeros exemplos de contraposição ao entendimento dos conservadores nos costumes acerca de como estes classificaram o beijo entre Wiccano e Hulkling e apresentaram uma visão de família considerada pelos oponentes como preconceituosa e excludente.

7.2.1 O microato polêmico beijo

A polêmica da Bienal 2019, como já apresentado, ocorreu devido à cena do beijo entre os super-heróis Wiccano e Hulkling. Ou melhor, a partir da avaliação de Crivella dessa cena, uma vez que a considerou imprópria para crianças, o que motivou a tentativa de censura. Durante a análise dos discursos dos sujeitos argumentantes Isquierdo e Crivella, na seção 6, demonstrei as qualificações utilizadas e a tentativa de enquadrar o beijo homoafetivo na definição de pornografia, posto que tanto o vereador quanto o prefeito citaram o ECA e sua

regulação acerca da identificação de conteúdo inadequado ao público infantil, enfatizando que a Bienal estaria descumprindo a legislação.

O dicionário Michaelis (Beijo) apresenta a seguinte definição para a palavra: “Ação de tocar com os lábios em algo ou alguém, fazendo certa pressão ou movimento de suave sucção, comumente para expressar carinho, ternura etc.”, além de “Ato de beijar com forte sucção”. Nessa definição, não há juízo de valor acerca do ato, o que será estabelecido de acordo com o contexto e com a intensidade da prática, de quem a pratica e dos valores e crenças de quem julga determinado ato de beijar, ou seja, cada beijo é uma repetição em termos de padrão mínimo para um beijo, mas é também um ato único.

Ao longo da história, sociedades diferentes praticaram e atribuíram sentidos diferentes tipos de beijo. Os romanos, por exemplo, realizavam

[...] o *ósculo* (um beijo na bochecha que significava afeto social ou familiar sem implicações românticas, também usado como sinal de polidez), o *bário* (um beijo nos lábios que significava um relacionamento mais próximo entre familiares ou amantes, mas sem conotação sexual) e o *savio* (um beijo nos lábios que significava desejo erótico ou sexual entre parceiros românticos) (Lameira, 2024).

No caso do beijo na boca representado na HQ, não destoaria do que culturalmente se aceita como manifestação de afeto entre casais, mas foi questionado pelos conservadores nos costumes por ser realizado por pessoas homoafetivas. Dessa maneira, contra à classificação do beijo como “pornográfico” e “impróprio”, os sujeitos argumentantes reformistas nos costumes enunciaram várias vezes, não apenas apresentando suas classificações/qualificações, como questionando o ponto de vista dos oponentes. O vereador Renato Cinco, em Plenária do dia 11/09/19, argumentou:

Bem, a outra coisa grave é a seguinte: o Prefeito disse que esta obra tinha que ser apreendida porque ela tem conteúdo impróprio. Bem, o conteúdo impróprio – não sei se a Rio TV Câmara pode dar um close aqui – seria este *beijo na boca absolutamente comportado*, a mão do rapaz, inclusive, está acima da cintura do colega dele, *um beijo na boca, careta, aqui não tem nenhum conteúdo erótico*. Quem olha para esta imagem aqui e diz que isso é conteúdo impróprio para menores, está cometendo crime de homofobia, porque se você tira um dos rapazes desta cena e coloca uma moça, deixa de ser conteúdo impróprio para menores, está cometendo crime de homofobia, porque se você tira um dos rapazes desta cena e coloca uma moça, deixa de ser conteúdo impróprio? Então, o conteúdo impróprio, nesta imagem, é o fato de ser um casal homossexual?” (CMRJ, 2019b, grifos meus).

Os trechos sublinhados retomam a qualificação do beijo por parte de Crivella, e os em *italico* indicam a valoração de Cinco, que considerou o beijo bem comportado e careta. Logo, é perceptível o funcionamento da palavra enquanto um microato polêmico (Nascimento, 2018), visto que ela é motivo de divergência na construção do sentido. O sujeito argumentante Renato Cinco ressalta o quanto a qualificação de Crivella está relacionada não com a prática em si, mas é negatizada porque a visão dele sobre a homoafetividade é negativa.

Desse modo, o beijo não é valorado por si só, mas a partir da valoração atribuída pelo prefeito à homoafetividade, por isso a pergunta “Então, o conteúdo impróprio, nesta imagem, é o fato de ser um casal homossexual?” (CMRJ, 2019b). A argumentação de Cinco aciona o argumento *regra da justiça*, ao afirmar que “Não há cenas impróprias para menores nessa revista! *Ou qualquer cena de beijo tem que ser considerada imprópria* ou o que há é preconceito contra o beijo de homossexuais” (CMRJ, 2019f, grifo meu).

O vereador Leonel Brizola, na mesma sessão que Cinco, também disputou sentido no que tange à palavra beijo, ao considerar que “*Um beijo entre pessoas do mesmo sexo não pode ser considerado pornográfico* – e não é – ou impróprio para ser exibido a crianças” (CMRJ, 2019c, grifo meu). O sujeito argumentante utilizou a modalidade deôntica negativa, à qual voltarei na seção 8, para, ao dizer o que não “deve ser”, enunciar implicitamente o que “dever ser”, ou seja, considerar o beijo homoafetivo como tão apropriado quanto um beijo entre pessoas heterossexuais.

O sujeito argumentante Tarcísio Motta, retomando a fala de Cinco, enunciou: “O Vereador Renato Cinco já mostrou aqui que a cena mais forte neste caso é um *simples beijo* entre dois homens” (CMRJ, 2019e, grifo meu). Seguindo a mesma lógica que o vereador citado, Motta também utilizou o argumento regra da justiça, a fim de reivindicar equivalência avaliativa entre um beijos: “Portanto, se esse diálogo entre Wiccano e Hulkling *e esse beijo entre esses dois super-heróis for considerado inadequado, todo e qualquer beijo, em qualquer livro de HQ, deveria ser considerado inadequado*” (CMRJ, 2019 g, grifo meu). Ele também usou a modalidade deôntica negativa em “Um gesto de afeto *não pode, não deve ser criminalizado* venha de onde vier. É um beijo. É um beijo” (CMRJ, 2019e, grifo meu), para reforçar o princípio da igualdade de tratamento.

A análise do microato polêmico “beijo”, o disparador dissensual da polêmica da Bienal 2019, revelou modos distintos de construir sentido acerca dessa palavra. Enquanto os conservadores nos costumes construíram sentido não a partir do beijo em si, mas da questão sexual dos sujeitos que o representaram na HQ, os sujeitos argumentantes reformistas nos costumes atribuíram sentido ao beijo a partir da perspectiva de valoração igualitária do ato,

independentemente da sexualidade dos praticantes. Como o entendimento sobre o sentido do beijo dependeu da posição axiológica dos sujeitos quanto à homoafetividade e esta era inconciliável, o desacordo permaneceu. Passarei, em seguida, à análise do microato família.

7.2.2 O microato polêmico família

Em 6.1.1 abordei os *ethos* protetor e combativo, respectivamente a defesa da família tradicional e o combate à família homoafetiva, ambos discursivamente construídos pelos sujeitos argumentantes conservadores nos costumes. A enunciação desses *ethos* por parte de Crivella e Isquierdo provocou a reação dos vereadores Renato Cinco, Leonel Brizola e Tarcísio Motta, trazendo ao debate o microato polêmico “família”, ou seja, uma disputa de sentido em torno dessa palavra.

Sobre esse microcosmo social, a historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco, em *A família em desordem* (2023), reflete sobre três períodos na evolução da família. No primeiro, esta é classificada como *tradicional* e teve em vista assegurar permanência de patrimônio, por meio de casamentos que, em geral, eram arranjados, sendo a célula familiar um núcleo imutável. Já a família *moderna*, fundada no amor romântico, impõe-se entre o século XVIII e meados do XX, valoriza a reciprocidade dos sentimentos e a divisão do trabalho. Na dita fase *contemporânea*, a partir dos anos 1960, a família une dois indivíduos que anseiam realização sexual e experiência íntima mais profunda (Roudinesco, 2003, p. 19).

Isso não significa que um modelo deixa de existir quando outro surge. Na verdade, o que houve e há foi/é sempre uma tensão diante de rupturas de padrões legitimados, havendo quem deseje perpetuar uma configuração. Em várias sociedades, talvez em todas, as famílias seguem passando por transformações em diferente âmbitos, seja na desconstrução do poder total da figura masculina (o pai) sobre todos os outros membros, seja na configuração que contemple a comunidade LGBTQIA+. É nesse sentido que Roudinesco (2003, p 199) afirma que “A família do futuro deve ser mais uma vez reinventada”.

Voltando à polêmica da Bienal e à disputa em torno do sentido de família, segue um trecho do pronunciamento do vereador Renato Cinco durante a Plenária do dia 11/09/19.

Nós, do PSOL, defendemos todas as famílias, todas as famílias. Defendemos a família formada pelo pai e pela mãe e pelos seus filhos [1]; defendemos a família mais numerosa do Brasil, que é a família formada por mães, viúvas ou abandonadas pelos homens [2], que cuidam sozinhas dos seus filhos. Mas defendemos, também, as famílias formadas por casais homossexuais [3] – defendemos todas as famílias!

Nós defendemos essas famílias defendendo *o direito a todas as famílias existirem*, a todas as formas de famílias existirem” (CMRJ, 2019b, grifos meus).

O sujeito argumentante Renato Cinco posicionou-se contrário ao entendimento unilateral dos oponentes quanto ao sentido de família, sem excluir o modelo defendido por Crivella e Isquierdo [1]. A visão de família dos dois políticos conservadores apresenta elementos possíveis de identificar ao analisar a história da família no Brasil, marcada, legal e religiosamente, pela defesa da união heterossexual, cuja figura masculina detinha poder sobre os demais membros. Juridicamente, a noção de família no Brasil “[...] sofreu fortes influências do Direito Romano, Direito Canônico e do Direito Germânico, engessada em um padrão sacralizado e patriarcal” (Figueiredo, 2022, p. 207), desconsiderando outras formas de configurações familiares.

Até a Constituição Federal de 1988, a família tinha os traços da discriminação social, com a formatação imposta pelo Estado e pela Religião, em modelo único, hierarquizado, patrimonialista e patriarcal. O pai era o chefe da família e em nome da proteção do patrimônio familiar, o pátrio poder, hoje poder familiar, era totalmente concentrado em suas mãos (Figueiredo, 2022, p. 204).

Com a aprovação da Constituição de 1988, legalmente a família não está mais atrelada ao casamento heterossexual, sendo reconhecida a união estável, por exemplo, embora este ainda continuasse um fator legitimador para alguns cristãos católicos e evangélicos. No entanto, passaram-se anos para que a união estável entre pessoas homoafetivas fosse considerada uma configuração familiar, o que só ocorre em 2011, após decisão do Supremo Tribunal Federal, e em 2013 o Conselho Nacional de Justiça, por meio das Resolução nº 175, proíbe que cartórios recusem-se a realizar o casamento civil homoafetivo (Brasil, 2013).

Em consonância com a legislação vigente, Cinco incluiu em sua defesa as famílias lideradas por mulheres solteiras [2] e as homoafetivas [3], estas últimas diretamente implicadas na polêmica da Bienal 2019, uma vez que Crivella reiterou em suas postagens a necessidade de proteger as “famílias”, ou seja, apenas o seu modelo “amado”, o heterossexual, o que foi criticado por Cinco: “Vamos parar de palhaçada, de posar de defensor da família *quando se defende apenas um modelo e ataca todos os outros modelos de família*” (CMRJ, 2019f, grifos meus). E foi com base nesse reconhecimento legal que o sujeito argumentante Leonel Brizola afirmou que “Todas as famílias, heterossexuais ou homossexuais, elas têm os mesmos direitos perante a lei” (CMRJ, 2019b).

O vereador Tarcísio Motta também questionou a posição de Crivella em defesa de um único modelo de família quanto à questão sexual: “Porque o Crivella usa o discurso, e aqui está o pulo do gato, ele diz que está defendendo as famílias. Significa que ele está definindo o que é família própria, o que é família imprópria. *Uma família de um casal homossexual é uma família imprópria?* Mais uma vez, homofobia” (CMRJ, 2019e, grifo meu). Percebe-se, portanto, que não há conciliação de sentido quanto ao conceito de família, uma vez que Crivella restringe-o a um modelo específico enquanto Tarcísio Motta e os outros sujeitos argumentantes defendem uma perspectiva conceitual mais diversa e inclusiva.

Logo, evidencio a importância de se analisar a presença de microatos em um evento polêmico, pois eles exemplificam bem a dificuldade de consenso diante de uma disputa na qual os oponentes, seja partindo de pressupostos legais ou de crenças que se distanciam destes, encontram em certas palavras motivação para acirrar ainda mais um dissenso. Analisados, portanto, os discursos dos sujeitos argumentantes reformistas nos costumes, passarei à análise da modalização na construção da argumentação.

8 A MODALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO POLÊMICA

Qualquer palavra realmente dita não possui apenas um tema e uma significação no sentido objetivo, conteudístico, dessas palavras, mas também uma avaliação, pois todos os conteúdos objetivos existem na fala viva, são ditos ou escritos em relação à certa ênfase valorativa (Volóchinov, 2021, p. 233).

O discurso polêmico, uma vez que é dissensual e construído a partir do embate entre pelo menos duas vozes, exige posicionamento, ou seja, implicação argumentativa desenvolvida por meio de recursos linguístico-discursivos que expressem a avaliação do sujeito argumentante diante do discurso do outro ou de suas atitudes. Nesse sentido, analisar como ocorre linguística e discursivamente esse processo é importante, uma vez que corrobora a compreensão sobre os valores, os desejos, o modo de sentir e pensar dos sujeitos envolvidos em uma polêmica.

Nesta seção, conceituarei modalização e modalidade, apresentarei as modalidades utilizadas pelos sujeitos argumentantes conservadores e reformistas nos costumes, e analisarei de que modo os recursos linguístico-discursivos corroboraram a construção de sentido dos posicionamentos defendidos pelos oponentes. Dito de outro modo, será uma análise do engajamento dos sujeitos argumentantes na produção de seus discursos.

Existem modos de dizer que expressam maneiras de pensar, sentir, desejar entre outras, sendo o como dizer tão importante quanto o que é dito. Às atitudes dos sujeitos, seu olhar diante do enunciado, denomina-se *modalização*, enquanto *modalidade* é a expressão de atitude desse sujeito com relação ao que é dito. Dito de outra maneira, modalização é [...] o processo que traz uma modalidade ao enunciado (Emediato, 2022, p. 236). Na análise discursiva, e no caso aqui proposto, com ênfase na argumentação polêmica, atentar-se às modalidades utilizadas auxilia a compreensão acerca da concordância, discordância, indiferença, surpresa, dúvida, desejos entre outras reações do sujeito argumentante diante de um tema sensível.

Pelos *modos* de dizer, o texto [o discurso] expressa pontos de vista, atitudes, sentimentos e percepções do sujeito; pode mostrar fatos como reais, hipotéticos, possíveis ou desejáveis; pode insinuar efeitos de sentido que queira causar no destinatário, comportamentos e reações que queira ver desencadeados, volições de sujeito; enfim, o enunciador pode usar a linguagem de modo argumentativo, orientando seus enunciados para que produzam determinadas conclusões, ou iniciativo, provocando no interlocutor/destinatário uma orientação para a ação (Emediato, 2022, p. 236-237, *itálico do autor*).

O excerto anterior dialoga com o que propôs Volóchinov (2021, p. 233), ao afirmar que todas as palavras possuem um avaliação, ou seja, certa ênfase valorativa. Assim, as modalidades e os recursos linguísticos utilizados para que elas sejam enunciadas são significativos, sobretudo em contexto de dissenso. E muitos são os recursos linguístico-discursivos indicativos de modalização, tais como os atos performativos, verbos auxiliares modais, predicados formados pelo verbo “ser” com adjetivo, advérbios modalizadores, verbos de atitude proposicional, operadores argumentativos, quantificadores, expressões de grau, adjetivos e marcadores de entonação, por exemplo (Emediato, 2022, p. 237-238).

Para evitar ser exaustiva, à medida que os recursos citados aparecerem na análise, ampliarei a discussão sobre eles. Por ora, cabe ainda citar a entonação e a prosódia também como índices de modalização, bem como marcações gráficas em caso de textos escritos (Emediato, 2022, p. 239). Embora haja diversas categorizações sobre modalidades e modalidades nos estudos sobre o tema, seguirei a proposta por Emediato (2022, p. 240), a saber, uma tipologia triádica: modalização objetiva, modalização subjetiva e modalização interlocutiva-ilocucionária.

Na *modalização objetiva*, o sujeito enunciador evita o uso de marcas linguísticas que deem ênfase valorativa e sentimental ao enunciado. Desse modo, toma o ponto de vista como uma verdade aceita, algo dado. Há, dessa maneira, o “apagamento enunciativo” (Emediato, 2022, p. 240), ou seja, a tentativa de esconder ou disfarçar a presença do “eu”. A *modalização subjetiva*, ao contrário, evidencia marcas de opinião, julgamento, sentimento, logo, há o “investimento do sujeito” (Emediato, 2022, p. 241) no discurso. No caso da *modalização interlocutiva-ilocucionária*, o sujeito evidencia a força de intenção ao dizer, bem como expressa uma relação direta com o interlocutor, ao manifestar “[...] ordem, advertência, injunção, conselho, pedido, solicitação, autorização, proibição interrogação etc.” (Emediato, 2022, p. 241).

Quanto às modalidades, classificarei apenas aquelas que serão, posteriormente, analisadas nos discursos dos sujeitos argumentantes em disputa: ilocucionária/interlocutiva, volitiva, deôntica, epistêmica, axiológica e evidencial. Continuarei seguindo a perspectiva classificativa de Emediato (2022) e, durante a análise, serão evidenciados os recursos linguístico-discursivos utilizados e seus efeitos de sentido na construção do discurso polêmico. Segue a classificação da modalidades:

Modalidade ilocucionária/interlocutiva: expressa a intenção do enunciador ao proferir um enunciado, seja porque o que diz é, ao mesmo tempo, um fazer, como em casos de bênçãos, condenações, parabenizações, seja porque é o que pretende fazer, uma promessa. Além disso,

a força ilocucionária também manifesta injunções, ou seja, pedidos, ordens, orientações; avisos, agradecimentos, interrogações etc.

Modalidade volitiva: expressa a vontade do enunciador, seus desejos e intenções, sendo o uso dos verbos “querer”, “desejar”, “esperar” e “querer”, por exemplo, bastante comum no processo de modalização.

Modalidade deôntica: associada à conduta, expressa o que deve ou não ser realizado a partir de parâmetros de regras legais ou morais. Indica como algo deve ser, porque assim está estabelecido legalmente ou é parte da crença de certos grupos; ou porque há necessidade de que seja de determinada maneira e não de outra.

Modalidade epistêmica: expressa o nível de certeza, dúvida ou desconhecimento do enunciador em relação ao que enuncia.

Modalidade axiológica: expressa um juízo de valor acerca do que é dito, podendo ser sobre uma pessoa, uma atitude, uma ideia etc.

Modalidade evidencial: expressa, de forma menos ou mais precisa, a fonte da informação apresentada por um enunciador.

Posto isso, reitero, assim como Emediato (2022, p. 251), a importância de integrar o fenômeno da modalização nos processos de análise discursiva e argumentativa, tendo em vista observar seu funcionamento enunciativo. Apresentarei, a seguir, as modalidades utilizadas pelos sujeitos argumentantes conservadores nos costumes.

8. 1 A MODALIZAÇÃO DISCURSIVA DOS CONSERVADORES NOS COSTUMES

8.1.1 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade ilocucionária.

Quadro 6: Modalidade ilocucionária/interlocutiva

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso modalizador
Alexandre Isquierdo	“Caso algum vereador seja favorável a esse lixo moral, <u>não assine</u> essa moção de repúdio. Mas se você é contra isso aqui, essa covardia [<u>assine</u>], eu vou passar a moção e será publicada” (CMRJ, 2019a). [1]	<u>Verbos</u> no imperativo e <u>advérbio</u> de negação.
	“ <u>Assista</u> e <u>compartilhe</u> o discurso contra o livro infantil da Marvel que propaga o homossexualismo para as CRIANÇAS” (Isquierdo, 2019). [2]	<u>Verbos</u> no imperativo.
	“Vereador Dr. João Ricardo, <u>olhe</u> o diálogo do livro que ele defende para criança” (VCRJ, 2029f). [3]	<u>Verbo</u> no imperativo.

	“<u>Deixem</u> as crianças em paz! [4] “[...] <u>quero parabenizar</u> o Prefeito Marcelo Crivella pela atitude corajosa [...]” (CMRJ, 2019e). [5] “<u>Eu desafio</u> o pai, independente de religião” (CMRJ, 2029f). [6] “<u>Eu desafio</u> os senhores a fazerem uma pesquisa na sociedade” (CMRJ, 2029f). [7] “<u>Onde</u> tem censura nisso? <u>Qual</u> é a censura nisso? (CMRJ, 2019e). [8] “<u>Será que</u> a família brasileira aceita isso?” (CMRJ, 2029f). [9] “<u>Onde</u> a gente vai parar? <u>Onde</u> que a sociedade vai parar? <u>Onde</u> é que nós vamos parar? <u>Onde</u> que isso é gibi infantil?” (CMRJ, 2019e). [10]	<u>Verbo</u> no imperativo. <u>Locução verbal</u>. <u>Verbo</u> no presente do indicativo. <u>Verbo</u> no presente do indicativo. <u>Pronome</u> e <u>advérbio</u> interrogativos. Expressão interrogativa iniciada pelo <u>verbo</u> “ser”. Sequência de perguntas iniciadas pelo <u>advérbio</u> interrogativo onde.
Marcelo Crivella	“<u>Assistam</u>, neste vídeo, o posicionamento do Vereador Alexandre Isquierdo [...]” (Crivella, 2019d). [11]	Verbo <u>assistir</u> no imperativo.

Fonte: Elaboração própria

Os sujeitos argumentantes conservadores nos costumes utilizaram a *modalidade ilocucionária* em três situações distintas. Na primeira, a perspectiva injuntiva (por meio dos verbos no imperativo) foi utilizada pelo vereador Alexandre Isquierdo para realizar uma *solicitação* [1], em um contexto de demonstração de repúdio ao conteúdo da HQ *Vingadores*. Ao se direcionar a seus pares políticos, cujo grau hierárquico era semelhante, o uso do verbo “assinar” provocou o efeito de sentido de uma “solicitação” e não de uma ordem. Em [4], o verbo “deixar” expressa a *indignação* do vereador, e pelo mesmo motivo de [1], e também porque o enunciado estava sendo direcionado aos oponentes, não produziu o efeito de sentido de uma ordem.

Em [3], o uso verbo “olhar”, em enunciado direcionado especificamente ao vereador Dr. João Ricardo, pode ser entendido como um *pedido de atenção* à fala que será, em seguida, enunciada. O enunciado [2] foi direcionado a outro auditório, posto que corresponde a uma postagem no *Twitter*. Nesse sentido, os verbos “assistir” e “compartilhar” foram utilizados para realizar uma *recomendação* a um auditório projetado que partilharia os mesmos valores de Isquierdo. No enunciado [11], produzido pelo prefeito Crivella, o verbo “assistir”, pelos mesmos motivos do enunciado [2], evidencia também uma *recomendação*.

Destaco, portanto, que o uso dos verbos no modo⁴⁴ imperativo em [1], [2], [3], [4] e [11] produziu efeito de sentido de *solicitação, indignação, pedido de atenção e recomendação* de acordo com a relação hierárquica entre os interlocutores, bem como do propósito enunciativo atrelado à imagem projetada do auditório para o qual o enunciado foi direcionado. Assim, apenas a presença do verbo no modo imperativo não foi suficiente para a produção de sentido referente a uma ordem ou pedido, mas há necessidade de se observar a relação intersubjetiva entre os sujeitos argumentantes e como estão posicionados na hierarquia de poder.

A segunda situação de uso da modalidade ilocucionária ocorreu por meio de atos de fala, “[...] que têm a propriedade de poder, em certas condições, realizar o ato que eles denotam [...]” (Charaudeau e Maingueneau, 2020, p. 172), como proposto por Austin e desenvolvido por Searle. Em [5], o uso da locução verbal “quero parabenizar” indica que, no mesmo momento em que foi enunciada, o ato de parabenização também ocorreu. Isquierdo realiza essa modalidade para ratificar seu posicionamento favorável à atitude de Crivella, embora o prefeito não estivesse presente na Plenária. Em [5] e [6], o verbo “desafiar”, no presente do indicativo, também sinaliza um dizer que é um fazer. Ao enunciar “Eu desafio”, o desafio já está posto, em [5], aos pais, e em [6], aos vereadores. Nos dois casos, o desafio estava relacionado a saber se haveria a aceitação da HQ por parte dos pais, uma vez que esta apresentava um beijo entre dois jovens.

A terceira situação corresponde às interrogações. Em [8], Isquierdo inicia as duas orações, respectivamente, com o advérbio interrogativo “onde” e o pronome interrogativo “qual”, a fim de questionar a acusação de censura sofrida pelo prefeito Marcello Crivella. Em [9], a interrogação é introduzida pela expressão “será que”, ainda como forma de questionar a aceitação, por parte da “família brasileira”, do conteúdo da HQ. Em [10], há uma sequência interrogativa em que o advérbio interrogativo “onde” inicia as quatro perguntas, enfatizando a indignação de Isquierdo quanto às consequências futuras, vistas por ele como negativas, da representação homoafetiva em quadrinhos.

Nos enunciados [8] e [10], as perguntas são retóricas, pois Isquierdo não está interessado em uma resposta. Ao questionar onde estaria a censura [8], ele não o faz por desejar um

⁴⁴ Usei a classificação “modo” imperativo porque é a que vigora nas gramáticas tradicionais, porém estou de acordo com Ferrarezi Junior ao afirmar que o imperativo não é um modo verbal, mas uma “forma” verbal, visto que ele “[...] não afeta de forma alguma o sentido que atribuímos às formas como as coisas vão se concretizar/realizar (Ferrarezi Junior, 2023, p. 42). Outros pontos apresentados pelo autor são o fato de o imperativo não possuir uma forma privativa, mas fazer uso do indicativo e do subjuntivo, bem como de não utilizarmos o imperativo para representar “[...] eventos do mundo nem temos como localizar suas formas verbais imperativas na linha do tempo, pois sequer sabemos se elas vão acontecer” (Ferrarezi Junior, 2023, p. 43). Se o modo verbal é a forma como é possível imaginar a concretização de um evento descrito (certeza/indicativo e possibilidade/subjuntivo) (Ferrarezi Junior, 2022, p. 43), de fato, o imperativo não corresponderia à função.

explicação, mas está convicto de que não houve um ato censor por parte de Crivella, e isso pode ser percebido quando o parabeniza [5]. Em [10], a pergunta já é uma afirmação de que a HQ *Vingadores* não seria um gibi, e ao repetir onde “a gente, a sociedade, nós” vamos parar?”, estaria apenas enfatizando o caráter negativo do conteúdo do livro.

Se [9] parece ser genuinamente uma pergunta ao auditório, ao questionar se a “família brasileira aceita isso”, o conteúdo do gibi, ela não seria capaz de gerar uma resposta por parte dos vereadores, porque eles não teriam, naquele momento, dados sobre a questão. Assim, nos três usos das interrogações por parte do vereador, é possível dizer que as perguntas não foram realizadas com o intuito de obter resposta, mas para reforçar crenças e pontos de vista do sujeito argumentante, reforçando a natureza retórica da interrogação polêmica. Dito isso, passarei a análise da *modalidade volitiva*.

8.1.2 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade volitiva.

Quadro 7: Modalidade volitiva

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso modalizador
Alexandre Isquierdo	“ <u>Gostaria</u> da atenção dos senhores sobre um absurdo [...]” (CMRJ, 20119a). [12]	<u>Verbo</u> no futuro do pretérito do indicativo.
	“ <u>Eu quero ser</u> respeitado, Vereador Leonel Brizola. A fala é minha” (CMRJ, 2019e). [13]	<u>Verbo</u> no presente do indicativo.
Marcelo Crivella	“ <u>Queremos</u> , apenas, preservar nossas crianças [...]” (Crivella, 2019c). [14]	<u>Verbo</u> no presente do indicativo.

Fonte: Elaboração própria

A *modalidade volitiva* foi utilizada pelos sujeitos argumentantes conservadores em três situações. Em [12], o uso do verbo “gostar” no futuro do pretérito, por parte de Isquierdo, não indica apenas o desejo de ser ouvido, mas solicita a atenção diante da situação considerada grave pelo sujeito argumentante, classificada por ele como absurda. Já em [13], o vereador usa o verbo “querer” no presente do indicativo para reivindicar seu direito de fala, uma vez que havia solicitado “Pela Ordem” na Plenária e estava se sentindo interrompido. Marcelo Crivella, por sua vez, usa o verbo “querer na primeira pessoa do plural do presente do indicativo para sinalizar a intenção não apenas dele, mas a de todos que concordam com sua posição em relação à tentativa de censura.

Considero, portanto, que o uso dos verbos “gostar” e “querer” por Isquierdo encaminha o discurso, respectivamente, para uma *solicitação* e uma *reivindicação*, enquanto o uso do

verbo “querer” por Crivella direciona o discurso para uma *intencionalidade*. Desse modo, a construção de sentido a partir da análise dos modais volitivos deve estar atrelada ao contexto mais amplo de produção discursiva, pois é importante não apenas saber “que se deseja”, mas “o que se deseja”.

Além disso, cabe observar o modo e tempo verbais utilizados pelos sujeitos argumentantes, pois enquanto em [12] o futuro do pretérito do indicativo corrobora o sentido de solicitação, já que não se poderia exigir a atenção dos outros vereadores, em [13] o presente do indicativo marca uma exigência, pois o decoro legislativo exige o respeito ao turno de fala. Em [14], o presente do indicativo sinaliza um desejo ancorado em valores conservadores e possível de ser questionado, uma vez que implica o descumprimento da liberdade de expressão legalmente estabelecida. Logo, os sujeitos argumentantes fazem escolhas gramaticais quanto ao uso dos verbos levando em consideração o desejo enquanto uma possibilidade e um direito. Posto isso, analisarei a seguir a *modalidade deôntica positiva*.

8.1.3 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade deôntica positiva

Quadro 8: Modalidade deôntica positiva

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso linguístico-discursivo
Marcelo Crivella	“Livros assim <u>precisam tá</u> embalados [...]” (Crivella, 2019a). [15]	Locução verbal.
	“De acordo com o Eca, as obras <u>deveriam estar</u> lacradas [...]” (Crivella, 2019a). [16]	Locução verbal.
	“[...] esse assunto <u>tem que [deve]</u> ser tratado na família [...]” (Crivella, 2019b). [17]	Locução verbal
Alexandro Isquierdo	“O livro ‘Vingadores, a Cruzada das Crianças’, que é uma indicação infantil, <u>deveria vir</u> assim, olhem” (CMRJ, 2019e). [18]	Locução verbal.
	“ <u>Tem que [deve] vir</u> lacrado” (CMRJ, 2019e). [19]	Locução verbal.
	“Quem comete crime <u>tem que [deve]</u> ser preso” (CMRJ, 2019e). [20]	Locução verbal.
	“ <u>Tinha que [deveria]</u> cassar o alvará da Bienal, caso eles insistissem em vender essa porcaria aqui” (CMRJ, 2019e). [21]	Locução verbal.
	“Isso aqui é lixo! <u>Tem que [deve]</u> ser queimado” (CMRJ, 2019e). [22]	Locução verbal.

Fonte: Elaboração própria

A *modalidade deôntica positiva*, ou seja, a expressão de um “dever fazer”, foi utilizada pelos conservadores nos costumes tanto para expressar obrigações supostamente amparadas na legislação quanto para exprimir um “dever fazer” pautado em questões axiológicas. Em [15] e [16], o sujeito argumentante Crivella usa as locuções verbais “precisam tá [estar]” e “deveriam estar” para sinalizar uma obrigatoriedade legal estabelecida pelo ECA quanto à sinalização de obras com conteúdo impróprio para crianças, embora o beijo entre Wiccano e Hulkling não se enquadrasse no que ele considerou pornografia.

Do mesmo modo, em [18], [19], [20] e [21], o vereador Alexandre Isquierdo também cita o “dever fazer”, a obrigatoriedade, a partir do que preconiza o ECA, em consonância com a visão do prefeito sobre o acesso de crianças a conteúdo homoafetivo. Em [17], a modalidade deôntica enuncia não um dever legalmente estabelecido, mas a percepção de Crivella, baseada em valores conservadores, acerca da possibilidade de abordagem da temática homoafetiva para crianças, e como já abordei em 6.1.5, relacionada à discussão em torno da ideologia de gênero. Em [22], Isquierdo também enuncia um “dever fazer” sem base legal e com um caráter problemático, pois afirma que os livros devem ser queimados, o que aciona uma memória discursiva sobre práticas censoras ditatoriais, embora tivesse defendido a ação de Crivella como não censora.

Os oito enunciados em que a modalidade deôntica positiva apareceu dão conta de uma argumentação (1) contrária ao acesso de criança a conteúdo homoafetivo, (2) que equipara um beijo homoafetivo à pornografia e, por isso, (3) realiza uma interpretação equivocada do ECA para legitimar o recolhimento dos livros sem sinalização de conteúdo impróprio para menores. Tanto quando o verbo auxiliar da locução verbal aparece no futuro do pretérito do indicativo (deveria) quanto quando aparece no presente do indicativo (tem), o efeito de sentido é sempre de uma certeza sobre o que deve ser feito e não de uma sugestão do que se “poderia fazer”, uma possibilidade de ação entre outras. Feitas essas considerações, passarei à análise da *modalidade deôntica negativa*.

8.1.4 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade deôntica negativa.

Quadro 9: Modalidade deôntica negativa

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso linguístico-discursivo
Alexandre Isquierdo	“Agora, <u>não dá para admitir</u> covardia contra nossas crianças” (CMRJ, 20119a). [23]	Advérbio de negação + verbo +preposição + verbo.

Marcelo Crivella	“Não é <u>correto</u> que elas tenham acesso precoce a assuntos que não estão de acordo com suas idades” (Crivella, 2019a). [24]	Advérbio de negação + verbo ser + adjetivo.
------------------	--	---

Fonte: Elaboração própria

A *modalidade deôntica negativa*, ou seja, aquela que diz o que “não se deve fazer”, foi utilizada pelos sujeitos argumentantes Alexandre Isquierdo e Marcelo Crivella com a mesma finalidade: expressar a opinião contrária ao acesso de crianças a conteúdo com temática homoafetiva. Tanto em [23] quanto em [24] o beijo entre os super-heróis é caracterizado enquanto antimodelo, como abordei em 6.1.2, por isso a afirmação de que não se deve admitir covardia contra os menores [23] e que as crianças não devem ter acesso a assunto precoce [24].

Nos dois casos, os sujeitos argumentantes não partem de base legal para defender a não exposição de crianças ao conteúdo da HQ, mas de percepções pautadas no conservadorismo nos costumes, em seus valores e crenças. Os recursos linguísticos utilizados diferem da modalidade deôntica positiva (locuções verbais com os verbos auxiliares “ter” e “dever”), mas é possível reconstruir o enunciado e observar que a noção de (não) dever está implícita. O enunciado [23] pode ser lido como “não devo/devemos admitir covardia”, e o [24] como “elas não devem ter acesso precoce a assuntos que não estão de acordo com a linguagem”. Dito isso, passarei à análise da *modalidade axiológica*.

8.1.5 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade axiológica.

Quadro 10: Modalidade axiológica

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso modalizador
Alexandre Isquierdo	“Gostaria da atenção dos senhores sobre um <u>absurdo</u> de um livro [...]” (CMRJ, 20119a). [25]	Substantivo.
	“E não tem como eu externar a minha indignação contra essa <u>covardia</u> que estão fazendo contra as nossa crianças” (CMRJ, 2019a). [26]	Substantivo.
	“Agora, descer goela abaixo para nossas crianças, isso é uma <u>patifaria</u> , Isso é <u>coisa de bandido</u> [bandidagem], <u>de covarde</u> [...]” (CMRJ, 2019a). [27]	Substantivo e locução adjetiva.
	“Caso algum vereador seja favorável a esse <u>lixo moral</u> [...]” (CMRJ, 2019a). [28]	Expressão qualificadora (substantivo + adjetivo).

	“[...] quero aqui parabenizar o Prefeito Marcelo Crivella pela atitude <u>corajosa</u> de não querer censurar nenhuma publicação na Bienal [...]” (CMRJ, 2019e). [29] “Isso é livro infantil? Isso é uma <u>canalhice</u>” (CMRJ, 2029e). [30] “Isso aqui é <u>inapropriado</u> para crianças, ok?” (CMRJ, 2029e). [31] “Desafio ao pai desavisado a comprar essa <u>porcaria</u> e depois ler, permitir que seu filho leia esse <u>lixo</u> aqui” (CMRJ, 2029e). [32] “Deixa de ser <u>hipócrita</u>!” (CMRJ, 2019e). [33] “Se um homem quer deitar com outro homem, o <u>problema</u> é dele. [34] “É uma <u>vergonha</u> dizer que isso aqui é livro” (CMRJ, 2019e). [35] “Quem apoia essa causa aqui são vocês! <u>Conversa fiada</u>, rapaz!” (CMRJ, 2019e). [36]	Adjetivo. Substantivo. Adjetivo. Adjetivos. Adjetivo. Substantivo. Substantivo. Expressão popular (substantivo + adjetivo).
Marcelo Crivella	“[...] recolhessem os livros com conteúdos <u>impróprios</u> para menores” (Crivella, 2019a). [37] “Não é correto que elas tenham acesso precoce a assuntos que <u>não estão de acordo</u> com suas idades” (Crivella, 2019a). [38]	Adjetivo. A expressão “que não estão de acordo” equivalente a “inapropriados”.

Fonte: Elaboração própria

A *modalidade axiológica* reflete juízo de valor e foi utilizada por Isquierdo e Crivella, preponderantemente, para desqualificar a HQ *Vingadores*, o conteúdo da HQ [a homossexualidade], o ponto de vista do oponente na disputa e a atitude dos responsáveis pela criação e venda do gibi. Isquierdo, por exemplo, classifica o livro como “absurdo” [25], “lixo moral” [28], “canalhice” [30], “porcaria” [32] e “lixo” [...]. Os substantivos e adjetivos utilizados pelos vereador remetem a uma semântica negativa a qual não indica uma análise estética do objeto artístico, mas um julgamento de valor baseado em crenças do campo conservador nos costumes. Nesse sentido, o que faz a HQ ser um “lixo moral” é seu conteúdo temático, a homossexualidade.

Isso pode ser evidenciado no enunciado [31], pois Isquierdo afirma “Isso aqui [a HQ] é *inapropriado* para crianças”. O que torna a HQ *inapropriada* é a presença do beijo entre os super-heróis, uma vez que reflete o antitema para crianças, como já demonstrei. Além de

desqualificar a HQ, ele desqualifica a ação dos responsáveis pela criação e venda da HQ, classificando-a como “covardia [26], “patifaria” e “coisa de bandido” [27], aspecto já analisado.

O discurso dos oponentes na disputa também sofre desqualificação, sendo apresentado como “hipocrisia” [33], já que ele enuncia “Deixa de ser hipócrita”; “vergonha” [35] e “conversa fiada” [36]. No que tange à prática homoafetiva, ela é vista por Isquierdo como um “problema” [34] de quem a pratica. A qualificação positiva é utilizada pelo vereador apenas para classificar a atitude de Crivella — que partilha os mesmos valores que os seus —, considerada pelo sujeito argumentante como “corajosa” [29].

Crivella, por sua vez, utilizou a modalidade axiológica para desqualificar o conteúdo temático da HQ, também visto por ele como antimodelo para as crianças, ao afirmar que não estaria de acordo com os menores [38], considerando não apenas a HQ, mas todos os livros com temática semelhante, enquanto “impróprios” [39]. Entendo, portanto, a partir da análise aqui realizada, que essa modalidade tem função importante na desqualificação — uma das características da polêmica apresentada por Amossy (2017) —, seja do objeto da disputa, do oponente ou de seu discurso, durante um evento polêmico. Isso posto, passarei à análise do uso pelos reformistas nos costumes.

8.1.6 Conservadores nos costumes e o uso da modalidade evidencial.

Quadro 11: Modalidade evidencial

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso linguístico-discursivo
Marcello Crivella	“De acordo com o <u>ECA</u>, as obras deveriam estar lacradas e identificadas quanto ao conteúdo” (Crivella, 2019b). [39] “A questão envolvendo os gibis na Bienal tem um objetivo bem claro: cumprir o que prevê o <u>Estatuto da Criança e do Adolescente</u>” (Crivella, 2019c). [40]	Citação direta da fonte de informação. Citação direta da fonte de informação.
Alexandre Isquierdo	“Qual é a censura nisso? Quem comete crime não é o Prefeito Crivella. Vou ler aqui o art.78, do <u>Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)</u>, que diz assim: ‘As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagens lacradas, com advertência de seu conteúdo’” (CMRJ, 2019). [41]	Citação direta da fonte de informação.

Fonte: Elaboração própria

A *modalidade evidencial* foi utilizada pelos conservadores nos costumes por meio da citação direta da fonte de informação, a fim de apresentar provas sobre um ponto de vista defendido. Tanto o sujeito argumentante Crivella [40] quanto Isquierdo [41] citaram o ECA para justificar a necessidade de recolhimento da HQ *Vingadores* e de outros livros com temática homoafetiva. Contudo, como a interpretação acerca do que o ECA entende por pornografia e o que os vereadores consideravam pornográfico não era a mesma, a citação da legislação não funcionou como elemento para a comprovação da legitimidade do ponto de vista, mas para reforçar a polêmica, uma vez que os reformistas nos costumes questionaram a atitude de utilizar o ECA como base para justificar o que eles consideravam preconceito. Apresentada a análise das modalidade utilizadas pelos conservadores nos costumes, analisarei a modalização discursiva dos reformistas nos costumes.

8. 2 A MODALIZAÇÃO DISCURSIVA DOS REFORMISTAS NOS COSTUMES

8.2.1 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade ilocucionária.

Quadro 12 :Modalidade ilocucionária/interlocutiva.

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso modalizador
Felipe Neto	“<u>Escute</u>, <u>ouça</u>, isso é o que mais falta pras pessoas preconceituosas, é ouvir, é escutar, é entender, é ler também” (Neto, 2019a). [42] “<u>Vá lá</u>, pegue seu livro grátis amanhã na Bienal do Livro” (Neto, 2019a). [43] “Praça central da Bienal do Livro, milhares de exemplares, <u>pegue</u> o seu, <u>espalhe</u> o amor, espalhe a inclusão, espalhe a aceitação” (Neto, 2019a). [44]	<u>Verbos</u> no imperativo. <u>Verbo</u> no imperativo. <u>Verbos</u> no imperativo.
Renato Cinco	“Agora, <u>entendam</u>, senhores fundamentalistas, <u>desistam</u>! Bispo Edir Macedo, <u>renuncie</u> ao que você escreveu no livro “Projeto de Poder”!” (CMRJ, 2019b). [45]	<u>Verbos</u> no imperativo.
Tarcísio Motta	“É isso? O Crivella está defendendo que famílias? As famílias de abusadores?” (CMRJ, 2019e). [46]	Sequência interrogativa.

Fonte: Elaboração própria

A modalidade ilocucionária foi utilizada pelos sujeitos argumentantes reformistas nos costumes para realizar injunção, por meio dos verbos no imperativo, e interrogações,

demarcando interlocução com o auditório. Felipe Neto usou-a para orientar o público quanto à participação da distribuição de livros, em [42], [43] e [44]. O uso dos verbos no imperativo não funcionou como uma ordem, uma vez que o influenciador não estava em posição de poder para ordenar, mas apenas desejava mobilizar/convidar aqueles que assistissem ao vídeo a ir à Bienal a fim de participar de seu ato de resistência.

O vereador Renato Cinco, por sua vez, em Plenária da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, também usou verbos no imperativo, porém com intencionalidade diferente da de Neto. Em [45], os verbos “entendam, desistam e renuncie”, direcionado aos oponentes, ou seja, aos conservadores nos costumes, funcionaram como um alerta de resistência diante do valor do outro, de suas atitudes, e não como ordem ou orientação, também pela questão da hierarquia de poder entre os interlocutores e pelo fato de serem direcionados aos oponentes. Já o vereador Tarcísio Motta usou a modalidade ilocucionária por meio de sequência interrogativa [46], sendo uma das perguntas retórica, cujo fito não era obter uma resposta, pois essa seria apresentada na terceira interrogativa da sequência.

Logo, a análise dos enunciados de Felipe Neto e de Renato Cinco demonstrou que o efeito de sentido do uso de verbos no imperativo dependerá da intencionalidade discursiva e da hierarquia de poder entre os interlocutores, indo além do sentido de ordem, pedido ou orientação. O enunciado de Tarcísio Motta, a pergunta retórica, serviu para enfatizar um ponto de vista que não permaneceu disfarçado, pois o sujeito argumente enunciou-o em seguida. Passarei, adiante, à análise da modalidade volitiva.

8.2.2 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade volitiva

Quadro 13: Modalidade volitiva

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso modalizador
Felipe Neto	“<u>Eu espero</u> que, mesmo que você seja uma pessoa que não tem simpatia pela causa LGBT, que você enxergue o nível mais profundo de censura [...]” (Neto, 2019a). [47] “Baseado nisso, galera, <u>a gente precisa de união</u>, a gente precisa de união pra que esses políticos que hoje estão no poder e que acham que vão o que não precisa ser consertado” (Neto, 2019a). [48]	<u>Verbo</u> no presente do indicativo. <u>Verbo</u> no presente do indicativo.
Renato Cinco	“[...] a discussão se a gente tem ou não uma democracia para romper <u>eu quero fazer</u> também, mas depois” (CMRJ, 2019b). [49]	<u>Verbo</u> no presente do indicativo.

Leonel Brizola	“<u>Queria manifestar aqui minha alegria</u> de escutar nesta Tribuna discursos profundos e que, de fato, mudam a vida das pessoas” (CMRJ, 2019Cc). [50] “[...] <u>eu ficaria muito feliz</u>, muito feliz, Senhora Presidente, se o Senhor Prefeito Marcelo Crivella realmente cumprisse o que está escrito no Estatuto da Criança e do Adolescente [...]” CMRJ, 2019c). [51] Então, <u>eu queria deixar o meu repúdio</u> a esse ato autoritário do Prefeito Bispo intolerante Marcelo Crivella” (CMRJ, 2019c). [52]	<u>Verbo</u> no presente do indicativo. <u>Verbo</u> no futuro do pretérito. <u>Verbo</u> no futuro do pretérito.
----------------	---	--

Fonte: Elaboração própria

Os sujeitos argumentantes reformistas nos costumes expressaram volição para sinalizar desejos realizáveis no momento da fala, em curto prazo e como anseio para concretização futura. Como exemplo realizável no ato a fala, Leonel Brizola enunciou em [50] o desejo de manifestar a alegria por escutar discursos em consonância com o seu, além de, em [52], sinalizar repúdio à atitude de Crivella. Nos dois casos, o conteúdo do desejo, assim que enunciado, cumpre-se, portanto, há também a manifestação paralela da modalidade ilocucionária. Em [51], o vereador usa o verbo “ficar” no futuro do pretérito para indicar o sentimento de felicidade cuja concretização só ocorreria mediante atitude do prefeito, nesse sentido, haveria o desejo de que Crivella agisse da forma que ele esperava. Em [49], Renato Cinco enuncia uma vontade temporariamente adiada, a saber, o “querer” discutir a questão democrática no Brasil, o que indica uma hierarquia sobre o que é mais relevante na sequência discursiva.

Quanto a Felipe Neto, em [47], ao enunciar o verbo “esperar”, no sentido de “desejar”, também o fará para expressar uma hierarquia não sobre o que será enunciado, mas com relação ao comportamento esperado do auditório para o qual se dirige: a compreensão da gravidade do ato censor de Crivella mesmo que não haja simpatia pela causa LGBT. Em outro momento [48], o influenciador usa a modalidade volitiva para expressar a necessidade de resistência (“a gente precisa de união”) diante da tentativa de recolhimento dos livros na Bienal.

Os seis enunciados dão conta do uso da modalidade volitiva pelos reformistas nos costumes para expressar desejos dependentes dos interlocutores ([47], [48] e [51]), demonstração de emoção diante de certa realidade ([47] e [49]) e para hierarquizar um tema a ser tratado [49]. Dito isso, realizarei a análise da modalidade axiológica.

8.2.3 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade axiológica.

Quadro 14: Modalidade axiológica

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso modalizador
Felipe Neto	“Hoje, sexta-feira, dia 06 de setembro de 2019, <u>foi um dia triste</u> pra democracia brasileira” (Neto, 2019a). [53] “O dia em que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro decidiu, por um <u>devaneio</u>, por uma <u>loucura dele</u>” (Neto, 2019a). [54] “Enquadrar o afeto homossexual dentro da Lei de pornografia e conteúdo impróprio para menores é <u>censura em último nível</u>, é <u>baixo</u>, é <u>covarde</u>” (Neto, 2019a). [55] “[...] nós unidos somos muito <u>mais forte</u> que qualquer repressão que eles possam tentar implementar” (Neto, 2019a). [56] “[...]serão esses debates que vão acontecer lá, que são <u>incríveis</u> [...]” (Neto, 2019a). [57]	Adjetivo. Substantivos. Substantivo e adjetivos. Adjetivo. Adjetivo.
Renato Cinco	“O Prefeito arvorar-se tal poder é uma <u>atitude ditatorial</u> [...]” (CMRJ, 2019b). [58] “[...] mas é romper com a Nova República para enterrar o pouco da <u>fraca</u>, da <u>incipiente democracia</u> que nós conseguimos construir no país depois do regime empresarial militar” (CMRJ, 2019b). [59] “Bem, a outra coisa <u>grave</u> é a seguinte: o Prefeito disse que esta obra tinha que ser apreendida [...]” (CMRJ, 2019b). [60] “[...] seria este <u>beijo na boca absolutamente comportado</u>, a mão do rapaz, inclusive, está acima da cintura do colega dele, um beijo na boca, <u>careta</u>, aqui não tem nenhum conteúdo erótico” (CMRJ, 2019b). [61] “É <u>muita hipocrisia</u> de quem usa o discurso a favor de um só tipo de família para atacar os direitos dessa mesma família” (CMRJ, 2019b). [62] “Esse é o projeto de poder do Edir Macedo, manifestado pelo Marcelo Crivella. <u>Isso representa o que tem de pior</u> no pensamento de extrema direita hoje no Brasil” (CMRJ, 2019b). [63]	Adjetivo. Adjetivos. Adjetivo. Advérbio e adjetivos. Substantivo. Adjetivo. Advérbio e adjetivo.

	“Agora, fica <u>mais grave</u> quando o Prefeito usa de mentira para justificar a sua ação” (CMRJ, 2029Ff). [64] “São <u>manipuladores</u>; usam o nome da família brasileira para atacar os direitos das famílias brasileiras” (CMRJ, 2019e). [65]	Adjetivo.
Leonel Brizola	“O <u>deplorável</u> episódio da tentativa de censura a obras na Bienal do Livro, por parte do Prefeito Marcelo Crivella [...]” (CMRJ, 2019). [66] “A Prefeitura promoveu um <u>estardalhaço autoritário</u> [...]” (CMRJ, 2019). [67] Se isso não é <u>autoritarismo</u> e <u>intransigência</u>, melhor rasgarmos o Dicionário Aurélio” (CMRJ, 2019c). [68] “Suas argumentações carecem de amparo legal e razoável, se demonstrando apenas uma prática <u>autoritária</u>, <u>nefasta</u>, que nos remete à ditadura, à censura!” (CMRJ, 2019c). [69] “O povo do Rio de Janeiro sabe que o discurso <u>moralista</u> – no caso, <u>falso moralista</u> – de Crivella nada tem a ver com cuidar das pessoas ou se preocupar com as crianças, pelo contrário” (CMRJ, 2019c). [70] “Trata-se de uma completa <u>distorção</u> da interpretação da lei, de acordo com uma prática, essa sim, <u>ilegal</u>, <u>intolerante</u> e <u>autoritária</u>” (CMRJ, 2019c). [71] A tentativa de apreensão dos livros é uma <u>clara censura</u> realizada pelo Prefeito, com um único critério de estar em conflito com os seus próprios princípios morais. É o <u>absurdo do absurdo</u>” (CMRJ, 2019c). [72] Esta, sim, que é uma <u>verdadeira balbúrdia</u>, que é o que eles fizeram” (CMRJ, 2019c). [73] O Bispo e atual Prefeito Crivella é um <u>nocivo</u> e <u>perigoso</u> representante do <u>fanatismo</u> e da <u>intolerância</u> evangélica[...]” (CMRJ, 2019c). [74] “Isso é <u>perigosíssimo</u>, não só para a democracia como para o próprio processo civilizatório [...]” (CMRJ, 2019c). [75] <u>E tem a cara de pau</u> de querer censurar um livro?” (CMRJ, 2029c). [76]	Adjetivo. Substantivo adjetivo. e Substantivos. Adjetivos. Adjetivos. Substantivo e adjetivos. Adjetivo e substantivos. Adjetivo e substantivo. Adjetivos e substantivos. Adjetivo. <u>Expressão popular</u> “cara de pau”.

	“Aquilo, sim, é um <u>crime pornográfico</u> do Prefeito” (CMRJ, 2029c). [77] “Crivella ataca o Carnaval, a nossa Cultura, a nossa Ancestralidade – essa <u>mistura maravilhosa</u> que é o povo brasileiro [...]” (CMRJ, 2019c). [78] “<u>Promíscua</u> é a forma com que distorcem a realidade” (CMRJ, 2029c). [79]	Substantivo e adjetivo. Substantivo e adjetivo. Adjetivo.
Teresa Bergher	“Aliás, o Prefeito Marcelo Crivella foi um <u>divulgador fantástico</u> do livro” (CMRJ, 2019d). [80] “Então, é <u>lamentável</u> quando vemos nossas crianças, Vereador Brizola, a questão do estupro é <u>muito grave</u>, a questão dos crimes praticados contra a mulher é <u>gravíssima</u>, o feminicídio cresce a cada dia [...]” (CMRJ, 2019d). [81] “Isso tudo, que me desculpe o Senhor Prefeito, o que ele quis foi aparecer – e <u>lamentavelmente</u> conseguiu [...]” (CMRJ, 2019d). [82]	Substantivo e adjetivo. Adjetivos e advérbio. Advérbio.
Tarcísio Motta	“[...] quero falar das <u>atitudes arbitrárias, autoritárias e homofóbicas</u> do Prefeito Marcelo Crivella, do Secretário de Ordem Pública, do Procurador-Geral do Município, que corroboraram numa atitude <u>absolutamente grave</u>, numa situação <u>muito grave</u> para os tempos em que nós vivemos” (CMRJ, 2019e). [83] “Primeiro, o <u>absurdo</u> da censura homofóbica de Marcelo Crivella” (CMRJ, 2019e). [84] O Vereador Renato Cinco já mostrou aqui que a cena mais forte neste caso é um <u>simples</u> beijo entre dois homens” (CMRJ, 2019e). [85] “[...] o primeiro deles é entrando no debate de que o ato da Prefeitura foi um <u>ato de censura homofóbica</u>; e o outro lado desse debate, de que a Prefeitura faz isso como um cálculo político deliberado, para desviar a atenção da <u>desastrosa administração</u> de Marcelo Crivella sobre a cidade” (CMRJ, 2019e). [86] “É uma <u>cegueira</u> patrocinada por <u>hipocrisia</u>!” (CMRJ, 2019e). [87] “O seu prefeito, Marcelo Crivella, um <u>desastroso</u> prefeito [...]” (CMRJ, 2019e). [88]	Substantivo, adjetivos e advérbios. Substantivo. Adjetivo. Substantivo e adjetivos. Substantivos. Adjetivo.

	“A gente devia estar discutindo como a gente equipa as salas de leitura das escolas, as bibliotecas de bairro. Isso, sim, é um elemento <u>importante</u>. (CMRJ, 2019e). [89]	Adjetivo.
	“Afinal, um prefeito <u>absolutamente incompetente</u> para administrar a Cidade do Rio de Janeiro [...]” (CMRJ, 2019e). [90]	Advérbio e adjetivo.
	“[...] acabam patrocinando assassinatos na nossa sociedade, exclusão, bullying, tudo em nome de um fundamentalismo <u>interesseiro</u>, <u>hipócrita</u>, <u>demagogo</u>, só para ganhar votos” (CMRJ, 2019e). (CMRJ, 2019e). [91]	Adjetivos.

Fonte: Elaboração própria

A modalidade axiológica foi amplamente utilizada pelos sujeitos argumentantes reformistas nos costumes. Felipe Neto usou-a para mobilizar a emoção do auditório [53], ao classificar o dia pós o anúncio de Crivella sobre o recolhimento da HQ como “triste” para a democracia; também o fez para desqualificar a atitude do prefeito Marcello Crivella [54] e [55], considerando-a “devaneio” e “loucura”. Além disso, para qualificar negativamente o enquadramento do afeto homossexual na Lei de pornografia, fato que considerou “baixo” e “covarde”. Positivamente, a modalidade foi utilizada por ele para qualificar a união das pessoas na resistência contra o conservadorismo nos costumes [56] e os debates que estavam acontecendo na Bienal [57], vistos como “incríveis”.

O sujeito argumentante Renato Cinco usou-a para desqualificar a atitude de Crivella em ditatorial [58] e grave [60/64]”, respectivamente, e diante da ameaça da censura, qualificou a democracia brasileira como “fraca” e “incipiente” [59]. Quanto ao beijo homoafetivo, compreendido por Crivella e Isquierdo enquanto um ato impróprio para crianças, Cinco considerou-o “absolutamente comportado” e “careta” [61], desse modo, a palavra “beijo” funcionou, no dissenso da Bienal, como um microato polêmico, assim como a palavra “censura”, aspecto já analisado.

Com relação àqueles que citaram a proteção da família como justificativa para proibir a venda da HQ ou para defender valores conservadores nos costumes, o vereador classificou-os como “manipuladores” [65] e “hipócritas” [62], uma vez que afirmou ser “[...] muita hipocrisia de quem usa o discurso a favor de um só tipo de família [...]”. Ao afirmar em [63] que “Isso é representa o que tem de pior no pensamento de extrema direita”, Cinco utilizou o adjetivo “pior”

para qualificar o intento de Edir Macedo, em seu livro *Projeto de Poder*, de implantar uma república evangélica no Brasil.

O sujeito argumentante Leonel Brizola utilizou a modalidade axiológica inúmeras vezes, sobretudo para qualificar negativamente o oponente, seu discurso e atitudes. A tentativa de censura por parte do prefeito foi qualificada como “deplorável [66],” estardalhaço autoritário” [67], “autoritarismo e intransigência [68]; “ilegal, intolerante e autoritária” [71]; “nefasta” [69], “clara intolerância” e “absurdo do absurdo” [69]. O discurso de Crivella foi considerado “falso moralista [70], “distorção” da lei [71], que por sua vez foi adjetivada como “promíscua” [79], “balbúrdia” [73] e “perigosíssimo” para o processo civilizatório [75], enquanto o prefeito foi classificado como “nocivo”, perigoso” e representante fanatismo e intolerância evangélica [74].

Em contraposição ao discurso de Crivella comparando o beijo homoafetivo à pornografia, Leonel Brizola citou diversos problemas sociais, entre eles a situação de miséria da Escola Olga Benário, afirmando que “Aquilo, sim, é um crime pornográfico do Prefeito” [77]. O vereador usou a qualificação positiva ao falar sobre o carnaval, a cultura e a ancestralidade, componentes dessa “mistura maravilhosa” que é o povo brasileiro [78], isso em um momento em que acusa Crivella de ataque aos elementos citados. Assim como Felipe Neto e Renato Cinco, Leonel Brizola utilizou majoritariamente a modalidade axiológica para expressar juízo de valor negativo com relação aos oponentes conservadores nos costumes, mais especificamente em relação a Crivella, seu discursos e atitude censora.

O sujeito argumentante Teresa Bergher modalizou axiologicamente para qualificar Crivella [80], ironicamente afirmando que ele foi um “divulgador fantástico” da HQ, porque foi devido à sua tentativa de censura que o gibi ganhou destaque na mídia e os exemplares, na Bienal, esgotaram, e por essa razão ele seria contratado para divulgações. Quanto a ação do prefeito, Bergher evidenciou que Crivella “quis aparecer”, o que considerou uma atitude lamentável [81]. Durante sua argumentação, retomando dados apresentados pelo vereador Leonel Brizola sobre o abuso infantil, considerou a situação “lamentável”, além de destacar a “gravíssima” [82] questão do feminicídio. Como seu pronunciamento foi mais curto que o dos outros vereadores, o uso da modalidade axiológica foi menor do que o dos outros vereadores.

O sujeito argumentante Tarcísio Motta também qualificou a(s) atitude(s) de Crivella como “arbitrárias”, “autoritárias”, “homofóbicas” e “absolutamente grave” [83]; um “absurdo de censura” [84]. O prefeito foi classificado como “desastroso” [88] e “absolutamente incompetente”, devido à sua administração municipal também “desastrosa” [86]. Assim como

Renato Cinco e retomando o discurso dele, polemizou sobre o sentido do beijo entre os super-heróis, caracterizando-o como “simples” beijo [85].

O ato de querer proibir determinados livros, de acordo com Motta, é uma “cegueira patrocinada por hipocrisia” [87], e aqueles que, em nome do amor a Cristo, condenam a homoafetividade, em sua opinião, fazem isso “em nome de um fundamentalismo interesseiro, hipócrita e demagogo” [91]. Diante da questão polêmica, Motta afirmou que havia outra pauta mais “importante” [89] a ser discutida, qual seja a questão melhoria na infraestrutura da escola.

A análise do uso da modalidade axiológica pelos sujeitos argumentantes reformistas nos costumes demonstrou a recorrência do uso para desqualificar oponentes, suas ações e posicionamentos, mobilizar emoções e, também, para qualificar positivamente aspectos que estavam de acordo com seus valores. Nesse sentido, é uma modalidade importante na construção da argumentação polêmica, posto mobilizar adjetivos, advérbios e outros recursos linguísticos na expressão de crenças, valores e posicionamentos em disputa.

8. 2.4 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade deôntica positiva

Quadro 15: Modalidade deôntica positiva

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso modalizador
Renato Cinco	“Os casais homossexuais são iguais aos casais heterossexuais, têm os mesmos direitos, <u>precisam ter</u> o mesmo tipo de imagem de comportamento sexual explícito para ser considerado material impróprio” (CMRJ, 2019b). [92]	Locução verbal.
Leonel Brizola	O Prefeito <u>deveria deixar</u> de lado os seus ataques morais e <u>dar</u> preferência na formulação e na execução de políticas públicas e sociais sólidas, como prevê o art. 4º do ECA. [...]” (CMRJ, 2019c). [93] <u>Cabe a nós resistir</u> e continuar lutando por um Brasil diverso para o seu povo” (CMRJ, 2019c). [94]	Locução verbal e verbo. <u>Verbo</u> caber no presente do indicativo.
Teresa Bergher	“Eu acho que isto [abuso sexual infantil] <u>tem que ser</u> combatido com muita firmeza” (CMRJ, 2019d). [95]	<u>Locução verbal.</u>
Tarcísio Motta	O Prefeito <u>precisa fazer</u> isso de acordo com o ordenamento jurídico existente (CMRJ, 2019e). [96] “Que nós <u>deveríamos estar pensando</u> em políticas para que a criança, na idade em que ela está, infantil	<u>Locução verbal.</u> Locução verbal + verbo no gerúndio.

	ou adolescente, possa entender e diferenciar o que é um carinho do afeto de um parente do que o carinho do abuso, do que é a carícia” (CMRJ, 2019e). [97]	
	“ <u>É preciso</u> que a gente defenda a família como um todo e todas as famílias. <u>É preciso</u> que a gente perceba que o Prefeito Marcelo Crivella contribuiu para a onda de ódio que estamos vivendo em nossa sociedade” (CMRJ, 2019e) [98]	Verbo e adjetivo.
	“Nós <u>temos que ter</u> um diálogo importante com a população [...]” (CMRJ, 2019e). [99]	Locução verbal.
	“A gente <u>devia estar discutindo</u> como a gente equipa as salas de leitura das escolas, as bibliotecas de bairro” (CMRJ, 2019e). [100]	Locução verbal + verbo no gerúndio.
	“No caso de o prefeito achar que é impróprio, <u>deveria ter</u> mencionado e acionado o Judiciário [...]” (CMRJ, 2019e). [101]	Locução verbal+ verbo no particípio.
	“Isquierdo, que você não tenha a hombridade de vir aqui, às 14 horas, para discutir e queira tumultuar a Sessão, eu entendo [...] mas, pelo menos, como vereador, você <u>tinha que sacar</u> um pouquinho mais da lei” (VCRJ, 2919f). [102]	Locução verbal.

Fonte: Elaboração própria

A *modalidade deôntica positiva*, ou seja, a expressão de um “dever fazer”, foi utilizada pelo sujeito argumentante Renato Cinco para sinalizar o princípio de igualdade de tratamento entre pessoas homossexuais e heterossexuais [92], o que está assegurado pela Constituição. Leonel Brizola, por sua vez, utilizou-a para defender a necessidade de Crivella preocupar-se com políticas públicas concretas em defesa das crianças e adolescentes [93], como preconiza o ECA, e para destacar a importância da resistência da sociedade diante da atitude dos conservadores nos costumes [94]. Nos exemplos [93] e [94], o “dever fazer” estaria amparado pela legislação, fato que asseguraria maior grau de obrigatoriedade.

A vereadora Teresa Bergher também fez uso da modalidade, não para expressar um “dever fazer” relacionado com a questão homoafetiva ou censora, mas acerca da necessidade de se combater o abuso infantil [95], tema que foi pautado durante a plenária por ter relação com a disputa em torno da verdadeira proteção das crianças. O vereador Tarcísio Motta, contrapondo-se a Crivella, afirmou ser preciso que o prefeito cumprisse o ordenamento jurídico em caso de conteúdo impróprio para crianças [96/101], além de chamar atenção para a

obrigação dos vereadores (nós, a gente], ou dos políticos de forma geral, discutirem políticas para a proteção das crianças de abuso infantil [97].

Em [98], Motta defende o tratamento igualitária dos diferentes tipos de família e chama a atenção para que haja uma compreensão acerca da contribuição de Crivella para a “onda” de ódio que estaria ocorrendo no país. Sua argumentação também destaca o papel dos políticos na realização de diálogo com a população acerca de que o perigo para as crianças não estaria em um gibi [99], mas não falta de discussão nas escolas sobre temas relacionados à sexualidade. Quanto à questão da proibição dos livros na Bienal, após criticar a possível falta de leitura de Isquierdo, Motta ressaltou que “[...] o papel de um vereador e de um prefeito é o de incentivar que as feiras literárias aconteçam” (CRVJ, 2019e), e que os políticos deveriam discutir como equipar salas de leituras em escolas e bibliotecas em bairro [100].

Por fim, o sujeito argumentante Tarcísio Motta criticou o discurso de Isquierdo em torno da relação entre o conteúdo homoafetivo da HQ e o que o ECA preconiza sobre temas inapropriados para o público infantil, ressaltando o dever de o oponente, enquanto vereador, ter conhecimento adequado da legislação citada. A análise das ocorrências da modalidade deôntica positiva utilizadas pelos reformistas nos costumes e realizadas por meio do uso de verbos como dever”, “precisar”, “caber”, “ter” e outros recursos linguísticos sinaliza a importância dessa modalidade na expressão do que os sujeitos em disputa entendem por obrigações legais ou morais a serem cumpridas de modo particular, coletivo ou institucional. Dito isso, passarei à análise da modalidade deôntica negativa.

8.2.5 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade deôntica negativa

Quadro 16: Modalidade deôntica negativa

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso linguístico-discursivo
Felipe Neto	“Amor não é pornografia, amor <u>não deve ser censurado</u> , afeto <u>não pode ser proibido</u> para menores” (Neto, 2019a). [103]	Advérbio de negação + locução verbal.
	E nós como sociedade, nós <u>não podemos aceitar</u> ” (Neto, 2019a). [104]	Advérbio + locução verbal.
Leonel Brizola	“Um beijo entre pessoas do mesmo sexo <u>não pode ser</u> considerado pornográfico – e não é – ou impróprio para ser exibido a crianças” (CMRJ,2029c). [105]	<u>Advérbio</u> de negação + <u>locução adverbial</u> .
	<u>Não cabe</u> ao Estado fazer julgamentos morais dessa natureza” (CMRJ, 2019c). [106]	<u>Advérbio</u> de negação + verbo.

Tarcísio Motta	“Vou fazer um parêntesis porque eu vou fazer a crítica da fala agora porque <u>não podemos deixar passar</u>” (CMRJ, 2019e). [107] “A Prefeitura <u>não pode entender</u> desta forma. <u>Não pode agir</u> de acordo com as convicções religiosas do prefeito” (CMRJ, 2019e). [108] “Um gesto de afeto <u>não pode</u>, não <u>deve ser</u> criminalizado venha de onde vier” (CMRJ, 2019e). [109] “E, portanto, <u>não cabe</u> à Prefeitura interpretar o Estatuto da Criança e do Adolescente dessa forma” (CMRJ, 2019e). [110]	<u>Advérbio</u> de negação + <u>locução verbal</u>. <u>Advérbio</u> de negação + <u>locução verbal</u>. <u>Advérbio</u> de negação + <u>locução verbal</u>. <u>Advérbio</u> de negação + <u>verbo</u>.
Renato Cinco	“[...] nós <u>não podemos</u> autorizar o Prefeito Marcelo Crivella a tirar da cabeça o que deve e o que não deve ser censurado na nossa cidade” (CMRJ, 2019e). [111]	<u>Advérbio</u> de negação + <u>locução verbal</u>.

Fonte: Elaboração própria

A *modalidade deôntica negativa* foi utilizada pelos reformistas nos costumes, em geral, para sinalizar como não caracterizar o afeto homoafetivo e não agir diante da representação deste. O sujeito argumentante Felipe Neto utilizou-a a fim de questionar a relação estabelecida pelos conservadores entre o beijo homoafetivo e a pornografia [103] e, por sua vez, a proibição da venda da HQ [103]. O não dever fazer, nesse caso, não estaria pautado na simples opinião do influencer, mas, ainda que não expresso por ele, no que assegura a legislação.

Seguindo a mesma posição de Neto, Leonel Brizola usou essa modalidade em [105], além disso, fez uso para enfatizar que não caberia ao Estado realizar juízo moral acerca da homoafetividade. Tarcísio Motta, por sua vez, repete [109] a opinião de Neto apresentada em [105] e [106], destaca o equívoco na forma como a prefeitura do Rio de Janeiro interpretou equivocadamente o ECA [110], não devendo, ainda, agir com base nos valores religiosos do prefeito [108]. Em [107], o vereador expressa um “não fazer” que é, na verdade, um fazer, pois “não deixar passar” seria questionar o discurso do secretário de segurança pública, Amendola, ao direcionar uma notificação para a Bienal na qual utilizava o termo homotranssexualismo, considerado por Motta como inadequado e preconceituoso.

O vereador Renato Cinco usou a modalidade deôntica negativa para manifestar uma forma de resistência à atitude de Crivella quanto à proibição de livros [111], uma vez que “nós não podemos autorizar” estaria no campo de sentido do “não podemos permitir”, e o modo viável de se fazer isso seria questionando e combatendo a atitude. Nesse enunciado, Cinco não

tratou apenas do caso da Bienal, pois esse já havia passado, mas do ato de censura de um modo geral, a partir de valores religiosos e conservadores. Após essas ponderações, analisarei o uso da modalidade epistêmica.

8.2.6 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade epistêmica

Quadro 17: Modalidade epistêmica

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso linguístico-discursivo
Felipe Neto	“O livro que você vai ganhar vai ser na sorte, todos eles vão tá embalados com um plástico opaco, né, então <u>eu não sei</u> qual vai ser o que você vai receber [...]” (Neto, 2019a). [112]	Advérbio + verbo indicando dúvida.
Leonel Brizola	“ <u>Eu acho que</u> o nome de Deus nessa turma é apenas um slogan para enxugar suas economias privadas” (CMRJ, 2019c). [113]	<u>Verbo</u> indicado opinião.
Teresa Bergher	<u>Eu acho que</u> , a qualquer momento, ele deve estar sendo contratado por todas as editoras que vendem livros direcionados, principalmente, à comunidade LGBT. <u>Com toda certeza</u> , ele vai ser contratado, porque vai vender muito livro” (CMRJ, 2019d). [114] Mas <u>eu acho que</u> a nossa cidade vive problemas muito sérios [...]” (CMRJ, 2019d). [115]	Verbo e expressão “com toda certeza” para indicar, ironicamente, possibilidade. <u>Verbo</u> indicando opinião.
Tarcísio Motta	“ <u>Eu acho</u> , Vereador Leonel Brizola, que a gente aqui tem que abordar esse assunto em dois campos” (CMRJ, 2019e). [116] “Mas <u>acho</u> que o papel de um vereador e de um prefeito é de incentivar que as feiras literárias aconteçam” (CMRJ, 2019e). [117]	<u>Verbo</u> indicado opinião. <u>Verbo</u> indicando opinião.

Fonte: Elaboração própria.

A *modalidade epistêmica* foi utilizada pelos sujeitos argumentantes reformistas nos costumes sobretudo por meio do uso do verbo “achar”, nem sempre para sinalizar simples opinião. Leonel Brizola utilizou-a em [113] para manifestar ponto de vista, Teresa Bergher expressou ironicamente a possibilidade de Crivella ser contratado por editoras para a divulgação de livros, tanto por meio do uso da expressão “eu acho” quanto pelo uso de “com toda certeza [114]. Ou seja, a vereadora não estava expressando uma possibilidade considerável, mas apenas ressaltando o fato de que, ao tentar censurar a HQ, Crivella provocou sua expressiva divulgação. Ela também fez uso ao sinalizar que a cidade do Rio de Janeiro vivia problemas mais sérios que precisavam de atenção.

Tarcísio Motta, por sua vez, também utilizou o verbo “achar” em duas ocorrências: uma [116] para demonstrar qual seria a sequência argumentativa que usaria em seu discurso para abordar a atitude de Crivella (censura homofóbica e cálculo premeditado para desviar o foco de atenção da má administração municipal), e outra para sinalizar qual seria o papel dos vereadores e do prefeito no que se refere às feiras literárias. Felipe Neto fez uso do expressão “eu não sei” para sinalizar o desconhecimento acerca dos títulos dos livros, pois eram diversos e as embalagens estariam lacradas.

A análise demonstrou a recorrência do uso do verbo “achar” na construção da modalidade epistêmica dos reformistas nos costumes, e que esse verbo, dependendo da situação de uso, corrobora sentido de um ponto de vista possível de comprovação por meio da observação da realidade [115], uma opinião acerca de um “dever fazer” [117], de uma situação de não fácil comprovação [113] ou do posicionamento sobre o conteúdo do próprio discurso a ser apresentado [116]. Além disso, o “eu acho” sinalizou também um posicionamento irônico [114], visto que, sendo Crivella conservador nos costumes, dificilmente seria convidado para fazer publicidade de livros com temática homoafetiva. Dito isso, analisarei a ocorrência da modalidade evidencial.

8.2.7 Reformistas nos costumes e o uso da modalidade evidencial

Quadro 18: Modalidade evidencial

Sujeito argumentante	Enunciado	Recurso linguístico-discursivo
Renato Cinco	“Aliás, a esquerda sempre foi acusada de ser contra a família. Tanto que lá, no <u>Manifesto Comunista de 1848</u> , o Marx se defende das acusações de que os comunistas são contra a família, demonstrando que quem é contra a família é a burguesia[...]” (CMRJ, 2019b). [116]	Citação precisa da fonte da informação.
	“Dizem que defendem os valores cristãos, mas quando o <u>quinto mandamento</u> , que diz: “não matará” é desrespeitado, eles batem palmas para os assassinos! (CMRJ, 2019b) [117]	Citação direta da fonte da informação.
Leonel Brizola	“Se isso não é autoritarismo e intransigência, melhor rasgarmos o <u>Dicionário Aurélio</u> ” (CMRJ, 2019c). [118]	Citação direta da fonte da informação.
	“A <u>Justiça</u> , o <u>Supremo</u> , a <u>Defensoria</u> , todos se mostraram contrários a essa arbitrariedade retrógrada do prefeito” (CMRJ, 2019c). [119]	Citação direta da fonte da informação.

	“Todas as famílias, heterossexuais ou homossexuais, elas têm os mesmos direitos perante a <u>lei</u> [Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça]” (CMRJ, 2019c). [120] “A <u>Associação de Moradores da Rocinha</u> denunciou que são seis mil adolescentes fora da escola na Rocinha” (CMRJ, 2019c). [121] “O Prefeito deveria deixar de lado os seus ataques morais e dar preferência na formulação e na execução de políticas públicas e sociais sólidas, como prevê o art. 4º do <u>ECA</u>” (CMRJ, 2019c). [122]	Citação imprecisa da fonte da informação, mas possível de reconhecer. Citação direta da fonte da informação. Citação direta da fonte da informação.
Teresa Bergher	“Mas me chamou atenção, muito especialmente, a <u>última fala do Vereador Brizola</u>, com relação ao aumento absurdo de crimes de estupro” (CMRJ, 2019d). [123] “E <u>as pesquisas mostram</u> que em 2017 e 2018... Em 2018, nós tivemos 66.041 estupro no nosso país” (CMRJ, 2019d). [124]	<u>Citação precisa da fonte</u> da informação. <u>Citação imprecisa da fonte</u> da informação.
Tarcísio Motta	“A Prefeitura, nestes atos, está <u>forçando uma interpretação do ECA</u>, e aqui eu vou ler rapidinho o que o estatuto diz: ‘As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada com advertência de seu conteúdo’” (CMRJ, 2019e). [125] O que diz o <u>ordenamento jurídico</u> [Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça] existente, Vereador Babá? Desde 2011 [Decisão do Supremo Tribunal], o casamento homossexual, o casamento entre dois homens ou entre duas mulheres é aceito na sociedade brasileira” (CMRJ, 2019e). [126] “O <u>anúário agora da violência no Brasil</u> mostrou que os casos de estupro aumentaram e muito na sociedade brasileira. E provam, mais uma vez, que esses casos ocorrem dentro de casa [...]” (CMRJ, 2019e). [127] “Hoje, <u>há pesquisas</u> que mostram que o acesso – não ao beijo entre dois homens – à pornografia se dá de forma cada vez mais fácil, de forma cada vez mais massiva, através das telas do celular” (CMRJ, 2019e). [128] “A <u>legislação brasileira</u> hoje diz que é ilegal e fere o princípio da igualdade tratar homossexuais e	<u>Citação direta</u> da fonte para comprovar a distorção de informação. <u>Citação imprecisa da fonte</u> de informação, mas de possível identificação. Citação direta da fonte de informação. <u>Citação imprecisa da fonte</u> de informação. Citação pouco precisa da fonte, mas de fácil identificação.

	heterossexuais de forma diferente” (CMRJ, 2019e). [129]	
--	---	--

Fonte: Elaboração própria

A *modalidade evidencial* tem papel importante na construção de uma possível legitimidade discursiva e os reformistas nos costumes recorreram a ela em diversos momentos. O sujeito argumentante Renato Cinco utilizou a evidência citatória para provar a afirmação de que a esquerda “sempre” foi acusada de ser contra a família [116], citando a defesa de Marx, no Manifesto Comunista, contra tal acusação. Nesse caso, a família da qual a esquerda seria contra representaria o modelo aceito pelos conservadores nos costumes, a saber, não homoafetivo.

O vereador também citou um dos mandamentos bíblicos para contrapor o posicionamento de quem diz pregar os valores cristãos, porém aplaude assassinatos [117], o que sinalizaria uma contradição de comportamento, uma vez que não se estaria cumprindo o que o quinto mandamento preconiza. Nesse sentido, percebe-se que Cinco demonstrou conhecimento relevante para o campo reformista, ao citar Marx, bem como para o campo conservador, ao citar o texto bíblico. No entanto, o último exemplo, embora estivesse mais relacionado com o campo conservador, foi utilizado contra seus membros.

O sujeito argumentante Leonel Brizola, por sua vez, utilizou a modalidade evidencial ora por meio da citação direta, ora por meio de referência pouco precisa. No caso da evidência citatória, usou-a quando discutiu sobre entendimento acerca do que seria ou não autoritarismo, recorrendo ao Dicionário Aurélio [118]. Para reforçar a discordância quanto à atitude de Crivella, citou a Justiça, o Supremo e a Defensoria [119]; o ECA foi citado para indicar ações que Crivella deveria realizar para proteger crianças e adolescentes [122].

Ao argumentar sobre as crianças da Rocinha que estariam fora da escola, Brizola utilizou a informação de que a Associação de Moradores da Rocinha já havia denunciado a situação [121], o que comprovaria o problema. Além disso, o vereador fez uso de citação pouco precisa, mas de possível reconhecimento [120], pois ao afirmar que todas as famílias têm os mesmo direitos perante a lei, estava tratando da Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça.

Quanto à vereadora Teresa Bergher, fez uso da modalidade evidencial para retomar uma fala do vereador Leonel Brizola sobre abuso infantil [123] e para e para citar dados de pesquisas acerca do crime de estupro [124]. Como não citou diretamente a fonte, para que a informação fosse vista como legítima, seria necessário que os interlocutores reconhecessem os dados e sua

fonte. Esse mesmo recurso de citação pouco precisa foi utilizado por Tarcísio Motta, aos citar que pesquisas afirmavam que o acesso à pornografia por parte das crianças ocorria por meio do uso de celulares [128].

O vereador Tarcísio Motta também utilizou a evidência citatória ao afirmar que Crivella estaria forçando uma interpretação do ECA [125] e ao apresentar informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre o estupro [127]. De forma menos precisa, porém identificável, citou o “ordenamento jurídico” [126] e a “legislação brasileira” [129] com o fito de argumentar, respectivamente, sobre a legitimidade do casamento homoafetivo e o direito ao tratamento igualitário entre homossexuais e heterossexuais. A análise sobre a modalidade evidencial utilizada tanto por conservadores quanto por reformistas nos costumes aponta para a importância desse recurso na construção da argumentação, uma vez que oferece, caso sejam selecionadas e interpretadas adequadamente, informações cruciais que corroboram a legitimidade do ponto de vista, ou seja, a pertinência dos argumentos.

De modo mais amplo, como apresentei nessa seção, a modalização imprime subjetividade ao discurso, evidenciando opinião, incertezas ou certezas, emoções, relação direta com interlocutores entre outros. As modalidades ilocucionária, volitiva, deôntica positiva e negativa, axiológica, evidencial e epistêmica aqui analisadas corroboram a compreensão de que tanto conservadores quanto reformistas nos costumes utilizaram estratégias semelhantes no processo argumentativo.

Algo que chamou a atenção foi o fato de Crivella e Isquierdo usarem a modalidade evidencial apenas para citarem o ECA, enquanto os reformistas nos costumes citaram várias fontes de informação para tentar justificar, comprovar seus pontos de vistas, de episódios históricos a dados de pesquisa, demonstrando a tentativa de desenvolver um processo argumentativo mais elaborado. No caso de Crivella, pode ser justificável, pois seus posicionamentos foram divulgados no Twitter, espaço em que não é permitido textos longos, e os vídeos por ele anexados também não eram longos.

Quanto a Isquierdo, ele teve oportunidade, nas Plenárias, de falar por pelo menos três minutos, ainda assim, sua indignação foi demonstrada mais por meio da desqualificação da HQ e de seus autores, bem como dos vereadores oponentes, por meio, sobretudo, da modalidade axiológica, citando o ECA em apenas uma das Plenárias. Após este percurso e encerrando a análise dos atos discursivos, passarei à análise dos atos práticos, ou seja, dos efeitos polêmicos de resistência pacífica.

9 ANÁLISE DOS ATOS POLÊMICOS PRÁTICOS DE RESISTÊNCIA PACÍFICA

Isso foi só um exemplo das milhões de coisas que nós, como população, podemos fazer para lutar contra o autoritarismo, para lutar contra essa vontade ditatorial de colocar as regras que vocês têm pra si pra todos os outros (Neto, 2019).

Início esta seção tomando como epígrafe um trecho do discurso de Felipe Neto ao divulgar o vídeo no qual polemizava com Crivella e convidava seu público para a distribuição de livros durante a Bienal 2019. É um excerto que define bem a natureza de um ato polêmico de resistência pacífica (fazer alguma coisa para resistir a algo). Retomando brevemente o que foi abordado na seção 4, o *efeito polêmico de resistência pacífica* é um ato prático, para além do discursivo, realizado por um ou mais sujeitos envolvidos em uma polêmica, ou seja, um ato responsivo, em curto, médio ou longo prazo, cujo fito é demonstrar resistência a um valor indesejado, seja ele já estabelecido socialmente ou a se estabelecer. Sua realização não deve ser ‘baseada no ato violento (físico, psicológico ou contra o patrimônio) e não necessariamente visa à conciliação com o oponente, mas à firmeza na defesa do valor amado, a fim de que esse possa ser manifestado livremente.

No contexto de um evento polêmico, quanto mais um discurso, seguido ou não de uma ato prático, for interpretado como um sinal de perigo para um determinado grupo, maiores serão as chances de o ato prático de resistência acontecer, de acordo com condições de possibilidades de um dado *cronotopo*. Como já demonstrei, duas serão as principais condições de possibilidades analisadas: o *regime político* estabelecido no país e o *ethos* prévio do agente realizador/organizador de um ato de resistência. Além desses pontos, serão observados o *alcance* anterior (na articulação e mobilização) e posterior (participação e repercussão), e os possíveis *efeitos* de uma ato de resistência pacífica.

Levarei em consideração, ainda, quando da necessidade de engajamento social no ato, a argumentação prática (Gonçalves-Segundo, 2025) realizada pelo agente tendo em vista provocar a adesão do público-alvo, embora os *corpora* selecionados para a análise discursiva, com exceção do discurso de Felipe Neto, não estejam relacionados com os discursos dos realizadores/organizadores dos atos de resistência. Essa análise será útil, uma vez que atos coletivos exigem um processo de convite/convocação que, sobretudo diante da pauta polêmica da tentativa de censura, tende a ser acompanhado por argumentos que justifiquem a participação direta ou indireta daqueles que são convidados/convocados.

Todos os atos práticos de resistência da polêmica da Bienal aconteceram durante o regime democrático brasileiro, ainda que, como demonstrado nas seções 4 e 5, entre 2018 e 2021 o Brasil estivesse sob o governo de Bolsonaro, defensor de valores da extrema direita, como o autoritarismo. Contudo, legalmente falando, o direito à liberdade de expressão e de manifestação prevalecia, o que favoreceu a iniciativa dos agentes dos atos de resistência, pois, tendo a possibilidade de livre expressão do pensamento assegurada, o engajamento público em ato de protesto individual ou coletivo torna-se menos arriscado, bem como expressar ideias por meio da linguagem escrita, como os dois livros analisados nesta pesquisa. Além disso, a criação de uma candidatura coletiva (Bancada do Livro) foi facilitada pelo regime democrático, este que assegura a pluralidade de partidos e de organizações de alianças partidárias em uma eleição.

Isso, porém, não significa que, em caso de regimes ditatoriais, não ocorram atos de resistência, pois a história já mostrou o contrário. Significa, na verdade, que a configuração dos atos práticos tende a assumir formatos distintos, visto que onde o medo da punição, branda ou severa, existe, a adesão a uma manifestação individual ou coletiva é avaliada a partir de outros critérios. Assim, exhibir-se em uma rede social, sair às ruas, assinar um texto ou um manifesto e organizar-se partidariamente são atitudes a ser melhor ponderadas diante dos riscos à integridade física de quem as realiza.

Nesse sentido, estratégias como o anonimato, o uso de pseudônimos, a busca pelo exílio são saídas para que se possa combater um ato discursivo ou prático, sobretudo quando este parte de um representante político com poder de decisão sobre a vida população. Entretanto, embora haja o risco, inúmeras são as pessoas que estão dispostas a enfrentá-lo a fim de defender seus valores, a própria vida ou as de outrem. À medida que a análise dos atos práticos for apresentada, voltarei à questão da condição de possibilidade relacionada com o regime político, caso haja alguma especificidade para abordar, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos.

E como proceder ao escolher analisar atos práticos de resistência? Em primeiro lugar, verificar o impacto social do ato, a fim de perceber se é viável selecioná-lo como objeto de análise. Em geral, o impacto é perceptível pelo alcance midiático, por exemplo, sobretudo em tempos de *internet*, em que tanto a divulgação quanto a cobertura de um evento, ou a divulgação de um objeto-ato, como um livro, têm mais facilidade de acontecer, o que possibilita a verificação por parte do pesquisador ou pesquisadora. E dependendo de quem seja o agente organizador do ato, do seu *ethos* prévio, a visibilidade será maior, assim como ocorreu com Felipe Neto.

Em seguida, analisar criteriosamente o ato discursivo e/ou prático ao qual responde, ou seja, a quem responde, visto que todo ato é realizado por alguém, seja de forma individual ou coletiva. Isso pode acontecer de duas maneiras. No caso desta pesquisa, a ideia primeira era analisar os efeitos discursivos da polêmica da Bienal, mas durante o processo fui identificando vários atos práticos de resistência, então já conhecia bem o ato motivador e seu agente. Contudo, é possível que se conheça primeiro o ato de resistência e, a partir dele, investigar com profundidade o ato/agente motivador.

Selecionado o ato e resistência para a análise e de porte de conhecimentos necessários tanto sobre ele quanto sobre o ato motivador da resposta, empreende-se a análise do ato de resistência, levando em consideração os aspectos já citados: *ethos* prévio do agente organizador/realizador, a relação entre o meio de divulgação e o alcance do público, o impacto do ato de resistência para barrar o ato ao qual reponde, esteja este em curso ou na iminência de acontecer. E, por fim, cabe observar se a escolha do tipo de ato foi coerente diante da condição de curto, médio ou longo prazo de sua realização, o que significa avaliar se alcançou os resultados esperados, total ou parcialmente.

Retomando a polêmica da Bienal, o quadro 19 apresenta a relação dos atos práticos de acordo com a temporalidade de ocorrência de cada um deles, demonstrando a necessidade de resistência para além da tentativa específica de censura de um livro com temática homoafetiva, ou seja, persistir na defesa da liberdade de expressão e do respeito à diversidade sexual, ambos garantidos por lei, mas nunca plenamente assegurados, uma vez que a legislação de um país pode ser modificada. Como mostrarei adiante, dependendo da menor ou maior aproximação com a atitude motivadora do ato de resistência, este terá objetivo e efeito distintos.

Quadro 19: Cronologia dos atos polêmicos de resistência pacífica

CRONOLOGIA	ATOS PRÁTICOS DE RESISTÊNCIA PACÍFICA
Curto prazo	Distribuição de livros, Beijato e Manifesto contra a censura (2019).
Médio prazo	Bancada do livro (2020).
Longo prazo	Publicação de livros (2021 e 2022).

Fonte: Elaboração própria

A análise será apresentada a partir da condição de curto/imediato, médio e longo prazo de realização dos atos, levando em consideração a atitude de Crivella mandar recolher os livros na Bienal, iniciando, dessa forma, pela distribuição de livros organizada por Felipe Neto, o primeiro movimento relevante de resistência.

9.1 NA EFERVESCÊNCIA DA POLÊMICA: OS ATOS EM CURTO PRAZO

Os atos em curto prazo aconteceram nos dias 07 e 08 de setembro de 2019, após Crivella ter anunciado, no dia 05/09/19, sua autorização para o recolhimento de livros na Bienal. Pela proximidade temporal da atitude do prefeito e devido à circulação de fiscais da prefeitura no espaço da Bienal, dois dos três atos de resistência que serão apresentados inicialmente tiveram caráter de enfrentamento, posto que havia possibilidade de as obras serem recolhidas durante o período em que as decisões judiciais estavam em desacordo. Resistir, nesses casos, foi uma forma de chamar a atenção da sociedade para a problemática, demonstrar firmeza de posicionamento diante de direitos garantidos e, também, uma tentativa de fazer Crivella retroceder em sua atitude censora. Três atos distintos, com características organizacionais, de alcance e efeito variados.

9.1.1 Felipe Neto e a distribuição de livros de temática LGBTQIA+

O primeiro ato prático de resistência pacífica ao discurso de Crivella e à tentativa dele de mandar recolher a HQ *Vingadores* durante a Bienal de 2019 a ser analisado foi a distribuição de mais de 10 mil livros por parte do *influencer* Felipe Neto. Como já demonstrei na seção 6 informações do *ethos* prévio do influenciador, ao analisar sua ação discursiva, retomarei aqui apenas alguns aspectos quando julgar importantes. Por ora, cabe dizer que o ato de resistência foi divulgado por meio de um vídeo no canal de Felipe Neto no *YouTube*, no dia 06/09/19 (sexta), em resposta à postagem de Crivella realizada no *Twitter* dia 05 de setembro (quinta), às 20h21.

A distribuição dos livros foi programada para o dia 07 (sábado). Logo, diante do gerenciamento necessário para a compra e embalagem específica dos livros, bem como da quantidade de exemplares adquiridos, o que deveria ser realizado apenas em um dia, é preciso levar em consideração as condições de possibilidade para a realização eficiente do ato programado.

9.1.1.1 A posição social de Felipe Neto como potencializadora da ato de resistência

Em 2019, Felipe Neto, que já não era um *influencer* apenas em prol do entretenimento, mas usava sua visibilidade para tratar de pautas relativas a grupos minorizados e a temas políticos, tornou-se o segundo maior influenciador digital mais assistido no mundo, de acordo com o

ranking *YouTube Rewind*, divulgado pela própria plataforma, com um número expressivo de visualizações e de horas de conteúdo consumido. Ele atingiu a marca de 3.5 bilhões de visualizações e chegou a quase 500 milhões de horas de conteúdo consumido, sendo o único da lista a produzir conteúdo em português (Felipe, 2019).

A posição do influenciador no ranking possibilita o entendimento do possível alcance da divulgação de seu ato por meio do vídeo e como foi a recepção da notícia nos meios de comunicação. No que tange à divulgação e mobilização, é possível dizer que o *influencer* possuía um *ethos* prévio (Amossy, 2020) *forte* para atrair quem desejava, sobretudo após usar seu canal e outras redes para defender pautas de grupos minorizados e problematizar questões sociais. Quanto ao meio de divulgação da ação, o *YouTube*, seria a escolha mais apropriada para alcançar o público-alvo pretendido por Felipe Neto, uma vez que ele poderia produzir um vídeo de 5:38 minutos argumentando a favor da adesão ao ato de resistência, já que os usuários dessa ferramenta comunicativa estariam mais dispostos a conteúdos longos. Diante de sua visibilidade, *sites* relevantes noticiaram⁴⁵ o ato, no mesmo dia da divulgação, ampliando o alcance da informação.

Além da visibilidade de Felipe Neto, outro fator foi decisivo para que o ato escolhido fosse realizado em curto prazo: sua condição financeira. Empresário e milionário, dispunha, além do dinheiro necessário para a compra dos 14 mil exemplares anunciados, de uma equipe de profissionais que poderia gerenciar toda a ação sem precisar da participação direta dele, seja na aquisição ou na distribuição dos livros. Nesse sentido, o ato de resistência organizado pelo influenciador estava alinhado a condições de possibilidade para a execução em curto prazo.

Quanto à produção e divulgação do vídeo em resposta à Crivella, não apenas para informar sobre a distribuição dos livros, mas para demonstrar sua indignação em relação ao discurso e à atitude do prefeito, ter uma equipe de trabalho facilitou a gravação, edição e divulgação em menos de 24 horas após a primeira postagem do prefeito sobre o caso, o que exigiu, anteriormente, uma decisão sobre qual ato prático de resistência seria realizado, a compra dos livros, posto que ele divulgou uma quantidade estimada, e a produção das embalagens com mensagem específica em adesivo. Dessa maneira, tanto o material da divulgação quanto o ato

⁴⁵ **VEJA**. Felipe Neto distribuirá 14 mil livros com temática LGBT na Bienal. 06 set. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/felipe-neto-distribuir-14-mil-livros-com-tematica-lgbt-na-bienal/>. Acesso em: 24 ago. 2025; **CARTA CAPITAL**. Após censura, Felipe Neto distribuirá livros com tema LGBT na Bienal. 06 set. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/apos-censura-felipe-neto-distribuir-livros-com-tema-lgbt-na-bienal/>. Acesso em: 24 ago. 2025; ZORZI, André Carlos Felipe Neto distribuirá 14 mil livros com temática LGBT na Bienal: 'Resposta à intolerância'. **Estadão**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/gente/felipe-neto-distribuir-10-mil-livros-com-tematica-lgbt-na-bienal-resposta-a-intolerancia/?srsltid=AfmBOorDVwYxpolHHb3gEbXN-XrbDpiUx3Xsap0aeliiA0iEs-9V1Aww>. Acesso em: 24 ago. 2025.

prático indicam que nem todo agente realizador/organizador de um ato de resistência poderá realizar qualquer tipo de ação, sobretudo em curto prazo. E alguns atos práticos, embora desejados, podem esbarrar na questão financeira e na falta de apoio logístico, o que não ocorreu com Felipe Neto.

A finalidade do ato fica evidente no discurso do influenciador e segue duas direções, a saber, a igualdade sexual e de gênero, uma vez que afirma “Então, eu tô tentando fazer a minha parte, pelo menos um pouquinho, pra gente *ter uma sociedade mais igual, com mais aceitação, com mais inclusão*” (Neto, 2019a, grifo meu); e o combate à censura: “Isso foi só um exemplo das milhões de coisas que nós, como população, podemos fazer para *lutar contra o autoritarismo, para lutar contra essa vontade ditatorial de colocar as regras que vocês têm pra si pra todos os outros*” (Neto, 2019a, grifo meu). O discurso de Felipe Neto aponta para uma atitude individual (“eu tô fazendo a minha parte”) e para a importância da articulação da sociedade com relação ao tema polêmico (“Isso foi só um exemplo das milhões de coisas que nós, como população, podemos fazer”).

Como o vídeo foi uma forma de convite/convocação para o ato, é importante analisar a argumentação prática⁴⁶ desenvolvida por Felipe Neto para convencer seu público e outras pessoas a irem à Bienal para receberem o livro e mostrarem resistência à tentativa de censura. Nesse sentido, parcela de seus argumentos estaria a serviço da argumentação prática, ou seja, da “busca por uma intervenção na realidade, intervenção essa que está orientada a modificar positivamente a situação presente de acordo com a orientação dos **compromissos de valor** dos atores envolvidos” (Gonçalves-Segundo, 2025, p. 124, grifo do autor).

Diante da *exigência X*, a situação que leva o agente a fazer a pergunta “o que fazer diante disso?”, no caso de Felipe Neto, “o que fazer diante da tentativa de censura de uma obra com temática LGBTQIA+?”, houve a *demanda* por ação. A decisão do influenciador foi pela distribuição dos livros, ato que reuniria um número significativo de pessoas e revelaria apoio aos valores defendidos por ele. E como a presença do público era necessária, o *youtuber* argumentou:

*Enquadrar o afeto homossexual dentro da Lei de pornografia e conteúdo impróprio para menores é censura em último nível, é baixo, é covarde. E nós como sociedade, nós não podemos aceitar. **A partir do momento que a gente abrir concessão para aceitar que o prefeito Crivella faça isso na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, nós simplesmente abrimos uma porta para a repressão, uma porta que pode degradingolar para um controle absoluto e***

⁴⁶ Abordei a questão na seção 5.

autoritário do entretenimento que a gente consome (Neto, 2019a, grifos meus).

Uma vez que o discurso de Felipe Neto já foi analisado de forma mais detalhada na seção 6, retomo o trecho anterior para exemplificar o caráter prático de sua argumentação, visto que tenta convencer aqueles que assistem ao vídeo a agirem diante do que considera um problema. Primeiramente há um ponto de vista sobre a questão polêmica (“*censura em último nível, é baixo, é covarde*”), seguido de um chamado à ação (“E nós como sociedade, nós não podemos aceitar”), pois não aceitar é, de alguma forma, agir para evitar uma situação.

Por fim, faz uso do *argumento de direção* (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.321), ou *rampa escorregadia*, chamando a atenção para o fato de que é preciso barrar a atitude de Crivella naquele momento, a fim de evitar atitudes mais perigosas (“*abrimos uma porta para a repressão, uma porta que pode degradingolar para um controle absoluto e autoritário do entretenimento que a gente consome*”). O *argumento de direção* mobiliza a sensação de descontrole que, por sua vez, intensifica o medo, ainda que nada assegure que uma atitude levará necessariamente a outras. Após isso, segue reforçando o convite para a ação: “Baseado nisso, galera, a gente precisa de união, a gente precisa de união pra que esses políticos que hoje estão no poder e que acham que vão consertar o que não precisa ser consertado” (Neto, 2019a).

Além do convite para a retirada do livro, Felipe Neto também argumenta sobre a importância de as pessoas irem à Bienal e assistirem aos debates sobre diversidade: “Escute, ouça, isso é o que mais falta pras pessoas preconceituosas, é ouvir, é escutar, é entender, é ler também” (Neto, 2019a). O uso da modalização deôntica “*nós não podemos aceitar*”, que pode ser lida como “*nós não devemos aceitar*”, aciona o ‘dever ou não dever agir’ a partir dos valores defendidos e dos rechaçados; “*você pode pedir* o seu exemplar de graça” é uma modalização deôntica que indica permissão para agir. Os dois casos corroboram a argumentação prática em seu processo de suscitar a adesão ao ato e ao direcionar o que deve ser feito caso essa ocorra.

Apesar de Felipe Neto ser o financiador e divulgador, a distribuição dos livros foi um ato que exigiu participação coletiva significativa, não apenas pela quantidade de exemplares adquiridos, mas pelo curto prazo para sua realização, como noticiaram Gobbi e Macedo (2019):

Segundo a agente literária Alessandra Ruiz e amiga do youtuber, a ideia de fazer alguma coisa em resposta ao prefeito começou com a compra da revista censurada. Mas como a HQ era antiga e havia poucos exemplares, logo eles desenvolveram o projeto maior. Ela ajudou o Felipe a organizar a compra de todos os títulos LGBT da Bienal.

Para a ideia ganhar forma, houve um mutirão envolvendo voluntários da Bienal, das editoras e autores para embalar as obras. A gráfica ficou rodando as etiquetas ao longo de toda a madrugada.

O mutirão para a organização do ato de resistência evidencia o fato de que apenas a visibilidade e o poder aquisitivo de Felipe Neto não seriam suficientes diante da urgência do ato. Ou seja, não bastaria ser quem ele é e ter o poder de compra que ele tem. O ato prático escolhido exigia “quem” soubesse fazer” e “quem estivesse em condições de fazer”, já que havia o processo de contato e negociação para a compra (que foi favorecido pela amiga e agente literária) e a necessidade de circulação no espaço da Bienal, o que seria difícil para ele, uma vez que é uma figura pública amplamente conhecida. Ao mesmo tempo, ser quem ele é e ter o *status* financeiro que ele tem foram aspectos facilitadores para que encontrasse quem soubesse e pudesse fazer o que ele planejava.

É preciso considerar também que o engajamento das editoras e de autores tem relação com a quantidade de livros vendidos e com o impacto direto de uma ação censora para estes. Nesse sentido, o engajamento seria motivado não apenas pela questão financeira (o lucro diante das vendas), mas também pela necessidade de combater a censura, esta que impactaria diretamente o processo de edição e publicação de livros. Dito de outra maneira, os dois grupos citados estavam diretamente implicados na polêmica, o que corroborou a adesão ao mutirão que possibilitou a realização do ato de resistência em tempo hábil. Se a tentativa de censura foi motivada pelo conteúdo de uma HQ, a concretização da ação censora atingiria várias outras obras.

Feitas essas ponderações, passarei à análise da execução da ação, levando em consideração seu alcance e possíveis efeitos.

9.1.1. 2 O alcance da distribuição de livros e possíveis efeitos da ato de resistência

A distribuição de livros organizada por Felipe Neto ocorreu na tarde de 07/09/19 (sábado), na Praça Central da Bienal, e a fila foi sendo formada ainda pela manhã. Os exemplares estavam embalados em saco preto, cada um com um adesivo branco e vermelho contendo a seguinte informação: “Este livro é inapropriado para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas. Felipe Neto agradece sua luta pelo amor, pela inclusão e pela diversidade”.

A área próxima ao ponto de entrega ganhou ares de Copa do Mundo: como as obras vinham embaladas em um saco preto, o momento de rasgá-lo lembrava abertura de um pacote de figurinhas, com comemorações diante de livros desejados — ou a busca imediata pela troca. Foram distribuídos cerca de 10 mil livros e o restante será doado em uma nova rodada, às 18h (Gobbi e Macedo, 2019).

O *influencer* não esteve presente no local, cabendo à sua equipe e aos voluntários a tarefa de distribuir os exemplares. A adesão ao ato, no sentido de ir ao espaço, foi alta, atraindo “uma verdadeira multidão de adolescentes” (Ferreira, 2019b) e adultos, e alguns fatores para isso precisam ser analisados. Primeiramente, por ser uma ação durante o dia, quando o público da Bienal é maior, a participação tenderia a ser expressiva. Em segundo lugar, o fato de os participantes receberem um livro, uma “recompensa”, embora não soubesse qual seria, também foi um fator de estímulo, o que não significa que todas as pessoas foram motivadas apenas pela “gratificação”.

O *caráter educativo* da ação foi evidenciado por alguns participantes entrevistados, como Jocilene Tavares, que estava acompanhada pelos filhos e foi a primeira a receber o livro: “Acho importante que as pessoas, principalmente os adolescentes, que agora estão tendo a oportunidade de ter acesso a isso, saibam que existe e que devem respeitar a diversidade [...]” (Rouvenat, 2019). Quanto aos efeitos, tendo em vista a participação do público na retirada dos livros, é possível afirmar que a ação de Felipe Neto foi bem-sucedida e cumpriu seu objetivo imediato: mostrar a Crivella que a representação literária de personagens LGBTQIA+ continuaria circulando livremente.

Por outro lado, no que tange à possibilidade de que a quebra do preconceito fosse motivada por meio da leitura, de imediato o resultado já não seria tão satisfatório quando se analisa o público presente, uma vez que a ação não atingiu, ou atingiu minimamente, pessoas conservadoras nos costumes, aquelas com menor abertura para acessar um conteúdo sobre temática homoafetiva. Algumas pessoas presentes no ato carregavam símbolos do movimento LGBTQIA+, reforçando a perspectiva de resistência de afirmação do direito à existência.

Figura 3 — Participante do ato de distribuição de livros na Bienal



Fonte: Fernanda Rouvenat/ G1

Posteriormente ao ato, porém, em médio ou longo prazo, haveria a possibilidade de algumas obras distribuídas alcançarem um público em formação quanto aos valores ou com posição formada sobre o tema, mas aberto a posições contrárias, o que poderia resultar em uma modificação de ponto de vista. Em um primeiro momento, portanto, a ato prático de resistência pacífica organizada por Felipe Neto funcionou para reforçar valores e crenças de pessoas homoafetivas ou alinhadas ao ideal reformista nos costumes.

Após a distribuição, o influenciador fez uma postagem em sua conta no *Instagram*, destacando o caráter combativo da ação, bem como a tentativa dos agentes da prefeitura de impedir o ato de resistência.

7 de setembro, tinha que ser nesse dia, o nosso dia, o dia do BRASIL! O dia em que *mandamos um recado claro para a censura e os opressores*: vocês nunca irão calar o amor! O bem sempre vence e sempre vencerá. Foram 14 mil livros de temática LGBTQ+ distribuídos gratuitamente. Foi o recorde de público da história da Bienal do Livro em 39 edições! *Foi lindo, foi amor, foi luta por um mundo melhor! No final, chegaram os carros dos agentes da censura de Crivella e 20 homens armados prontos para recolher todos os livros*. Só tinha um problema, TODOS já tinham sido entregues de graça. Hoje, o amor venceu! Hoje, o Brasil venceu! Feliz 7 de setembro. Comemore hoje, a luta continua amanhã (Neto, 2019b, grifos meus).

Embora o *post* anterior não faça parte do *corpora* principal da análise discursiva (já realizada), julgo importante tecer breves considerações sobre ele. A ênfase no fato de que a ação “tinha que ser nesse dia”, 7 de setembro, remete à comemoração da Independência do Brasil, data socialmente vista como momento de luta pela liberdade em relação ao domínio da sede da Colônia, Portugal. Em seu discurso, Felipe Neto retoma o sentido de resistência e combate do evento histórico e atualiza-o na perspectiva da resistência à “censura e [a]os opressores” em defesa da liberdade sexual, de gênero e de expressão.

Ao afirmar que “O bem sempre vence e sempre vencerá”, fica subentendido que há uma luta contra o “mal”. Nesse sentido, os reformistas, os que estariam do lado do amor (da diversidade sexual e de gênero) representariam o Bem, enquanto os conservadores (os preconceituosos) representariam o Mal. Aqui está justamente um aspecto importante do discurso polêmico, o nós contra eles, sendo sempre o “eles” a encarnação do mal a ser combatido, o inimigo contra o qual vale a pena entrar em uma disputa.

E como era de se esperar em se tratando de uma ação envolvendo um tema social sensível em disputa, os efeitos contrários aconteceram. Houve reação de conservadores nos costumes, seja por meio da criação da *hashtag* #PaisContraFelipeNeto, que entrou no ranking de assuntos mais discutidos no dia 8 de setembro (Gortázar, 2019), ou por meio da distribuição de livros

contrários à questão de gênero e sexual, realizada pela deputada estadual de Pernambuco pelo Partido Social Cristão (PSC), Clarissa Tércio, que afirmou: “Já que Felipe Neto distribuiu 10 mil exemplares com livros em que se exalta essa temática, a ideologia de gênero, o relacionamento homossexual para enganar as nossas crianças, nós também vamos fazer algo aqui em Pernambuco (Contra, 2019).

A deputada, ligada ao público evangélico, como resposta a Felipe Neto decidiu comprar 10 mil exemplares do livro *Macho nasce macho, fêmea nasce fêmea: desmascarando a falaciosa ideologia de gênero* (2018), do pastor, teólogo e filósofo Isaac Silva, para distribuir em seu estado. A atitude de Clarissa Tércio pode ser classificada, também, como um *efeito polêmico de resistência pacífica*, porém da ala conservadora; ou melhor, um efeito de um efeito prático de resistência. Desse modo, a polêmica da Bienal encadeia uma série de atos responsivos, discursivos ou práticos, a partir dos discursos dos sujeitos argumentantes e dos agentes realizadores/organizadores envolvidos no dissenso. E quanto mais uma resposta, discursiva ou prática, é lida como perigosa pelo grupo oponente, maior a possibilidade de ação imediata para combatê-la.

Por ora, mas sem a pretensão de ter dado conta de todas as possibilidades de analisar a distribuição de livros realizada por Felipe Neto enquanto uma ato prático de resistência, retomo alguns pontos: (1) o lugar social do influenciador (visibilidade midiática e poder aquisitivo) foi importante para todas as etapas de uma ação em curto prazo (organização, divulgação, realização); (2): o período (tarde) e local (Bienal) da distribuição corroboraram a alta adesão ao ato, atrelados ao fato de que seus participantes seriam beneficiados com um livro.

Além desses dois aspectos, (3) o fato de os livros distribuídos serem sobre a temática LGBTQIA+ , um tema social sensível, possibilitou a adesão ao ato, majoritariamente, de pessoas do mesmo lado da polêmica, não surtindo efeito, pelo menos de imediato, para uma leitura possibilitadora da quebra do preconceito a ser combatido; (4) sendo uma ação de alto alcance e visibilidade, a distribuição de livros gerou um novo elo na cadeia polêmica, motivando outro efeito prático de resistência, dessa vez por parte da ala conservadora nos costumes, o que indica como os oponentes avaliaram o nível de perigo do ato realizado por Felipe Neto. Dito isso, passarei à análise do segundo ato prático de resistência pacífica.

9.1.2 Beijato: o beijo coletivo enquanto ato político

O segundo ato prático de resistência pacífica no caso da Bienal foi o beijaço, manifestação coletiva normalmente realizada por pessoas da comunidade LGBTQIA+, divulgada no dia 6 de

setembro e realizada no dia 07/09/19, assim como aconteceu com a distribuição de livros organizada por Felipe Neto. O evento foi intitulado “Beijato”, reforçando a ideia de manifestação, uma vez que é comum a palavra ato ser utilizada quando se pretende realizar algum tipo de protesto, por exemplo, “ato em defesa da democracia”. Nesse sentido, o neologismo, semanticamente, agrega não apenas um símbolo de afeto (o beijo), mas a possibilidade de expressá-lo a partir de uma perspectiva política (ato), ou seja, a atuação pública de sujeitos envolvidos em uma questão sensível envolvendo um grupo socialmente minorizado.

Outros beijaços já haviam acontecido no Brasil em ocasiões diferentes, e uma delas foi em setembro de 2014, quando ativistas protestaram no vagão do Museu de Arte Moderna (Masp) contra a fala de Levy Fidelix, então candidato à Presidência pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), durante um debate na TV Record. Ao ser questionado pela candidata Luciana Genro (PSOL) sobre o casamento gay, Fidelix afirmou que era preciso combater os homossexuais, estabelecendo relação entre homossexualidade e pedofilia (Ativistas, 2014). O beijo coletivo, portanto, é um evento responsivo de afirmação do direito à igualdade de expressão pública do afeto, sendo motivado pela necessidade de combater discursos considerados homofóbicos os quais, em alguns situações, indicam ameaça mais direta ao grupo homoafetivo, como o de Fidelix, já que “combater” pode ser lido como eliminar. Voltando ao Beijato, apresentarei, em seguida, o *ethos* prévio da agente organizadora do evento.

9.1.2.1 O Beijato enquanto ato responsivo em curto prazo e o *ethos* prévio Giowana Cambrone, sua organizadora

O Beijato foi organizado por Giowana Cambrone, mulher transexual, advogada, atriz professora de Direito e ativista dos direitos humanos, sobretudo das causas envolvendo a comunidade LGBTQIA+. De 2015 a 2018, Cambrone foi advogada do Programa Rio sem Homofobia, criado em 2010, atuando na garantia dos direitos das vítimas de violência homofóbica ou transfóbica⁴⁷. Em decreto de 2020, o Programa, iniciativa do estado do Rio de Janeiro, passou a ser denominado Rio sem LGBTfobia e, em 2021, foi sancionada a Lei 9.496, pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), a qual tornou o programa de governo um programa de estado⁴⁸.

⁴⁷ Disponível em: https://w.prosas.com.br/empreendedores/35331#!#tab_vermais_descricao. Acesso: 13 ago. 2025.

⁴⁸ CARDOSO, Rafael. Com 15 anos, Rio Sem LGBTIfobia tem desafio de ampliar alcance. **Agência Brasil**. 29 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-06/aos-15-anos-rio-sem-lgbtifobia-tem-desafio-de-ampliar-alcance>. Acesso: 13 ago. 2025.

Percebe-se, a partir das informações prévias sobre a agente organizadora do evento, quando de seu acontecimento, que ela possuía um *ethos* prévio *forte* em se tratando da possível imagem que pessoas homoafetivas poderiam construir dela, ou seja, seu papel social assegurava-lhe um bom nível de legitimidade quanto à pauta LGBTQIA+, fato importante para uma possível adesão à manifestação. Sua formação acadêmica, atuação profissional, transexualidade e seu ativismo representavam, certamente, elementos relevantes no que tange à construção de uma figura de autoridade capaz de ser ouvida pelo grupo convocado para o ato de resistência.

Cambrone não era apenas uma pessoa falando em defesa de um grupo, mas alguém que pertencia a ele, conhecendo mais de perto os dilemas de ser um corpo “desviante”. Interpelada pela polêmica de forma direta, agiu responsivamente em curto prazo para defender seu valor amado: a diversidade sexual e de gênero. Ao escolher o Beijato como tipo de manifestação, houve provavelmente a percepção das condições de possibilidade de sua realização, uma vez que não seria difícil reunir pessoas homoafetivas durante um evento (Bienal) que tem um fluxo grande de participantes e, para aqueles que desejassem visitar a feira literária motivado pelo Beijato, bastaria adquirir um ingresso cujo custo era de 20 (meia-entrada) e 40 reais (inteira).

Além dos pontos apresentados, manifestar-se no local onde a venda da HQ *Vingadores*, objeto da polêmica, acontecia, seria uma atitude bastante simbólica em termos de resistência, indicando para os contrários à representação do beijo entre homossexuais na história em quadrinho que não apenas a ficcionalização da temática homoafetiva continuaria, mas que pessoas homoafetivas não recuariam diante de direitos conquistados. E como apenas o *ethos* prévio não é suficiente para promover a adesão a uma manifestação, em seguida, analisarei, assim como fiz no caso da distribuição de livros, o meio de divulgação do Beijato e sua influência no alcance do público para o qual o evento estava destinado.

9. 1.2.2 O Facebook como ponto de partida para o ativismo além das redes

O Beijato foi divulgado por Cambrone em sua conta do *Facebook* no dia 06 de setembro de 2019, quando essa rede social era bastante utilizada para promover discussões sobre diferentes pautas, inclusive polêmicas, servindo também para articulação e divulgação de atividades, por meio de uma seção denominada “Evento”. Foi esse o recurso utilizado pela ativista para divulgar o ato de resistência. A postagem, cujo título era “Beijato contra a censura”, apresentava a imagem do beijo entre as personagens Wiccano e Hulkling e o seguinte texto na chamada:

Diante dos discursos fundamentalistas e ações de CENSURA promovidas pelo bisprefake Marcelo Crivella contra a liberdade de expressão e a caça às bruxas contra todas as produções literárias com temática LGBTI+ na Bienal do livro no Rio de Janeiro, vamos *reagir* e mostrar que nossas vivências importam!

Vamos *resistir* ao conservadorismo que nega as nossas existências.

NENHUM BEIJO A MENOS! (Cambrone, 2019, grifos meus)

Embora o discurso de Cambrone nessa postagem não faça parte do *corpora* de análise das ações discursivas (já realizada), considero relevante pontuar alguns aspectos de sua argumentação prática. Dois verbos significativos quando se pensa a ato prático aparecem no texto do convite: *reagir e resistir*. Ambos são anteceditos pelo verbo “ir” na primeira pessoa do imperativo afirmativo, reforçando a convocação para um evento contrário ao fundamentalismo, ao conservadorismo e à censura, esta última destacada em letras maiúsculas, assim como o enunciado final “NENHUM BEIJO A MENOS!”.

A ativista usa o neologismo “bisprefake”, em um jogo semântico que agrega duas funções de Crivella (bispo e prefeito) e a palavra em língua inglesa que significa “falso” (*fake*), mas que, no contexto integral do neologismo, poderia ser lida também como “mentiroso”. O termo criado é indicativo de que Cambrone levou em consideração não apenas a função política ocupada por Crivella, mas sua formação e atuação religiosa de base conservadora nos costumes, o que levaria a um discurso classificado pela organizadora do evento como fundamentalista. O objetivo do evento seria, de acordo com Cambrone, “reagir e mostrar que nossas vivências importam” e “resistir ao conservadorismo que nega as nossas existências”. Portanto, seria um ato de afirmação do direito à existência não no sentido geral, mas a de um grupo específico (LGBRQIA+), cujo discurso e ato prático de Crivella deslegitimavam, como pontuou Cambrone:

O que vamos fazer?

Mostrar que a nossa forma de amar importa em um grande beijato.

O tempo urge e precisamos mostrar nossa força contra o obscurantismo, o conservadorismo, e o fundamentalismo que criminaliza nossas vivências e as formas de amor diversas (Cambrone, 2019, grifos meus).

O evento, organizado para a realização em curto prazo, já que havia a urgência da ação, foi marcado para o dia 07 de setembro (sábado), às 19h, e a ativista usou a modalização deôntica (“*precisamos mostrar nossa força*”) para enfatizar o dever de participação diante do risco social acenado pela tentativa de censura do prefeito, convidando “Qualquer pessoa dentro ou fora do Facebook” (Cambrone, 2019). Quanto ao alcance e resposta direta ao convite, consta na

postagem que 3,8 mil pessoas responderam e, entre elas, 738 confirmaram presença e as demais demonstram interesse.

A divulgação do Beijato no *Facebook*, portanto, sinalizava o uso dessa rede para fins ativistas, não apenas no que tange à ação discursiva, mas como um meio de articulação para a ato prático. Diante do curto prazo para a realização do ato, a escolha pela divulgação em uma rede social de amplo alcance garantiria uma maior possibilidade de acesso à informação, uma vez que é comum que os usuários encaminhem informações para outras pessoas interessadas pela causa e também divulguem em suas contas. No entanto, ainda que o alcance da divulgação seja considerável, isso não significa necessariamente que haverá um número significativo de adesão ao ato. Tratarei, em seguida, da realização do evento e seus possíveis efeitos.

9.1.2.3 A realização do Beijato e seus efeitos

O Beijato foi realizado no dia 07 de setembro, no Pavilhão Verde, na arena #Semfiltro, durante a apresentação da mesa “Literatura arco-íris”, por volta das 19h, como estava programado. De acordo com notícia do *site* UOL, “Apesar da movimentação nas redes sociais ter sido alta, com a hashtag “Censura na Bienal” no topo das discussões do Twitter, a adesão ao ato foi baixa. Marcado para um horário já de baixo movimento [...]” (Ferreira, 2019a). Segundo outro *site*, “alguns casais do público fizeram um beijo simultâneo” (Público, 2019). A repercussão do ato foi tímida, há comentários breves em alguns sites, o que impossibilita uma visão mais ampla do evento. Não foi encontrada, por exemplo, a informação sobre o/a responsável por sinalizar o momento do beijaço acontecer. Na conta do *Facebook* de Giowana Cambrone, a organizadora, também não há postagem sobre a realização do Beijato.

Figura 4 — Beijato na Bienal 2019



Fonte: G1

Na imagem divulgada pelo site G1, percebe-se que há público na arena, porém, o beijo ocorre entre poucos casais, e não há como saber se parte das pessoas estava desacompanhada, não era homoafetiva ou preferiu não participar. Como o Beijato aconteceu durante uma mesa sobre literatura de temática LGBTQIA+, é possível concluir que o público presente no espaço era majoritariamente favorável à abordagem e às vivências homoafetivas, ou seja, concordantes com o ato. Nesse sentido, a ato prático funcionou como afirmação do direito à existência da população homoafetiva, mas com pouco impacto sobre uma possível mudança de atitude do prefeito Crivella ou de outros conservadores nos costumes.

A análise do Beijato demonstrou que (1) não basta o agente organizador de uma ato prático de resistência pacífica apresentar um *ethos prévio forte* e divulgar o evento em uma rede social de amplo alcance para que a adesão ao movimento ocorra de forma satisfatória. Há outros fatores que interferem na participação presencial. Além disso, acredito que, (2) caso o beijaço ocorresse em um espaço não consensual⁴⁹, como era a arena “Semfiltro” e durante a mesa já citada, os efeitos poderiam ser maiores, pois geraria um “choque”, um desconforto e, possivelmente, uma maior repercussão. Portanto, o Beijato durante a Bienal 2019 pode ser classificado como um *efeito polêmico de resistência pacífica* de afirmação do grupo proponente, cumprindo o papel de, como afirmou a organizadora, “Mostrar que a nossa forma de amar importa [...]” (Cambrone, 2019).

9.1.3 Manifesto contra a censura na bienal

Seguindo a ordem cronológica dos atos de resistência, analisarei o “Manifesto contra a censura”, cujas assinaturas indicaram um posicionamento público em defesa da liberdade de expressão e da diversidade. Apesar de reconhecer o manifesto enquanto um gênero discursivo, optei por analisar sua perspectiva de ato prático de resistência, uma vez que não foi apenas um recurso de posicionamento em linguagem verbal, mas um chamado ao engajamento de escritores e editores envolvidos diretamente na Bienal, ou seja, um convite à ação.

9.1.3.1 Autores e editores em resistência

O “Manifesto contra a censura” foi uma iniciativa de Laurentino Gomes, Pedro Bandeira e Thalita Rebouças, escritores diretamente ligados à edição 2019 da Bienal, e surgiu em um momento de indignação diante da ação de fiscais da Secretaria de Ordem Pública que estiveram

⁴⁹ Estou chamando de espaço consensual um local onde as pessoas reunidas apresentam baixa capacidade de discordância quanto a um tema.

no local para recolher exemplares de livros, obedecendo à autorização do prefeito Crivella. Segundo Rebouças, “Foi bem assustador. Estávamos eu, o Laurentino e o Pedro Bandeira, e a gente falou: ‘A gente precisa fazer alguma coisa’. Nós, autores, não podemos nos calar agora [...]” (Coelho, 2019). Duas modalizações deônticas são utilizadas por Rebouças, “*precisa fazer*” e “*não podemos nos calar*”, demonstrando o “dever agir” diante de uma situação que se mostrava um entrave para o exercício do ofício dos escritores.

O texto do manifesto passou a ser lido na tarde de domingo (09/09/19), último dia da Bienal, ao final de cada mesa. Além do manifesto, 24 autores gravaram um vídeo com trechos da canção “Apesar de você”, de Chico Buarque, divulgado na redes sociais dos escritores e da Bienal, e exibido no Fantástico, ainda no domingo (Torres, 2019). Apesar de ser uma ação em curto prazo, não houve dificuldade para o planejamento e execução, uma vez que a presença de escritores e editores na Bienal era constante, e como o tema era de interesse deles, a adesão teria maior probabilidade de acontecer.

Enquanto uma ação direcionada a um grupo específico (autores e editores), o manifesto objetivou demonstrar o engajamento deste no dissenso. Embora o grupo citado fosse o maior prejudicado em caso de censura, independentemente do tema censurado, seu envolvimento prático na questão, que poderia ter sido talvez o primeiro, já que redigir o texto de um manifesto e colher assinaturas em um local onde a presença de interessados era certa, só ocorreu dia 09, após as ações organizadas por Felipe Neto e de Giowana Cambrone, e no quarto dia após Crivella determinar o recolhimento dos livros.

O texto do manifesto foi escrito na primeira pessoa do plural, indicando um ato coletivo. Uma vez que, para assinar o manifesto, seria necessário conhecer seu conteúdo e concordar com ele, é possível dizer que nele também houve o desenvolvimento de uma argumentação prática, portanto, citarei alguns trechos para que se conheça o seu conteúdo. Inicialmente há o destaque para a história e importância da Bienal e, em seguida, a apresentação da motivação para o manifesto e a argumentação em defesa da liberdade de expressão.

Se engana quem pensa que o alvo era a Bienal Internacional do Livro. O alvo somos todos nós cidadãos brasileiros, pois não precisamos ter quem determine o que podemos ler, pensar, escrever, falar ou como devemos nos relacionar. O brasileiro não precisa de tutor. Precisa de educação para que cada um possa fazer suas escolhas com consciência e liberdade (Manifesto, 2019, grifo meu).

Em trecho seguinte, ressalta-se a importância da intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso e o papel deste para inibir que outras atitudes como a de Crivella ocorressem. Nesse sentido, a argumentação enfatiza a consequência negativa de permitir a censura no caso da Bienal.

Foi com alívio e muito orgulho que recebemos as duas decisões de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) neste domingo (8/9) impedindo que a Bienal Internacional do Livro continuasse sofrendo assédio à literatura e aos seus leitores. *Do contrário, se criaria uma jurisprudência que colocaria todos os eventos culturais, autores, editoras e livrarias do Brasil à mercê do entendimento do que é próprio ou impróprio a partir da ótica de cada um dos 5.470 prefeitos do país* (Ninja, 2019, grifo meu).

Após essa breve análise da organização e realização do “Manifesto contra a censura”, considerarei alguns pontos importantes: (1) o *ethos* prévio dos organizadores (Laurentino Gomes, Pedro Bandeira e Thalita Rebouças) não foi necessariamente o potencializador da ação, visto que, como o ato foi organizado para um grupo formado por pessoas com *ethos* semelhantes (escritores e editores), no contexto da Bienal havia outros nomes significativos para liderar o movimento e alcançar o mesmo objetivo; (2) em termos de hierarquia temática, a possibilidade da censura veio primeiro do que a questão homoafetiva, isso porque um ato censor, embora na Bienal estivesse relacionado com o tema homoafetivo, seria, como o texto do manifesto demonstrou, uma abertura para que outras tentativas de censura ocorressem, prejudicando diretamente pessoas envolvidas na escrita, produção e distribuição de outros livros com abordagens vistas como polêmicas.

Quanto ao alcance e ao efeito do “Manifesto”, se este não interferiu na atitude de Crivella, visto ser realizado no último dia da Bienal e a justiça já havia proibido qualquer atividade censora no local, ampliou o debate e a visibilidade midiática do dissenso, sobretudo após a divulgação, nas redes sociais e no Fantástico, do vídeo realizado pelos 24 escritores. Enquanto ato de resistência pacífica, o “Manifesto” funcionou como manifestação de posicionamento de um grupo de modo a resistir, e não a mudar a atitude do oponente, a valores indesejados (censura e preconceito). Dito isso, passarei à análise da ato prático “Bancada do Livro”.

9.2 O PERIGO ESPECÍFICO PASSOU, MAS NÃO A PAUTA POLÊMICA: O ATO EM MÉDIO PRAZO

Considereei a criação da Bancada do Livro um ato de resistência em médio prazo por não ter ocorrido durante a Bienal. Minha escolha também tem a ver com os atos em longo prazo (as publicações de livros) realizados em 2021 e 2022. Dessa maneira, a formação da Bancada estaria entre os atos ocorridos na efervescência da polêmica e os mais afastados temporalmente. Defini o início das atividades a partir da primeira postagem no *Instagram* do coletivo, em abril de 2020, sete meses após a Bienal do Rio de Janeiro, tendo consciência de que as atividades de articulação foram iniciadas antes, porém não encontrei registros sobre essa etapa.

9.2.1 A Bancada do Livro: ato contínuo em defesa da leitura e da liberdade de expressão

A Bancada do Livro foi mais um ato de resistência pacífica motivado pela tentativa de censura ocorrida durante a Bienal. Influenciado pelo debate polêmico, o coletivo formado por professores, ativistas, produtores culturais e artistas da cidade do Rio de Janeiro tinha como objetivo inicial discutir questões relacionadas com o tema da leitura e do acesso ao livro. As atividades foram iniciadas por meio de reuniões e *lives* temáticas. É possível acompanhar a trajetória do coletivo em sua conta do *Instagram*⁵⁰, em cujo perfil há a seguinte descrição: “Ativistas da cidade do Rio de Janeiro que lutam pelos Livros, pela Educação e pela Cultura”.

A primeira postagem no *Instagram* do grupo é de 20 de abril de 2020, período pandêmico, um convite para um bate-papo on-line com José Castilho, ex-secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), sobre o tema “Plano Nacional do Livro e o Brasil de hoje”. Na legenda, além das informações sobre o evento, pode-se ler: “A #BancadaDoLivro é um coletivo da cidade do Rio de Janeiro que acredita que o livro é uma das principais ferramentas de transformação social. Acredita também que a política é um dos caminhos de criação e efetivação dessas propostas transformadoras (Bancada do Livro, 2020a).

Desde então, a rede social do coletivo foi utilizada para divulgar reuniões, *lives*, eventos, notícias e outros, e a última postagem⁵¹ é de 1º de julho de 2024, ano de eleições municipais, tendo em vista demonstrar apoio a possíveis pré-candidaturas interessadas na pauta da leitura e dos livros.

Lideranças que defendem o livro e toda sua cadeia produtiva aqui no Estado do Rio de Janeiro, cadê vocês? Vamos construir um caminho juntos?
A Bancada do Livro nasce em 2020 por um motivo. Exatamente o mesmo motivo que nos mobiliza neste momento: construir um país de leitores. Um país em que a educação transformadora seja uma realidade.
Este ano, nossos amigos, parceiros e articuladores entenderam que ajudar a potencializar novas lideranças no Estado todo será nossa contribuição!
Vamos juntos construir esse futuro? *Marque aqui nos comentários um pré-candidato, uma pré-candidata que defende as pautas do livro e deseje o nosso apoio!* Vamos? (Bancada do Livro, 2024, grifo meu).

A postagem é uma convite/convocação aos seguidores da conta que desejavam continuar apoiando a defesa da leitura e dos livros. O uso da locução verbal “Vamos construir” indica o comprometimento da Bancada diante da pauta e ressalta a importância do engajamento

⁵⁰ @banacadadolivro

⁵¹ A data de referência: 13 de setembro de 2025.

coletivo. Apresentarei, a seguir, o envolvimento direto da Bancada do Livro nas eleições municipais de 2020.

9.2.1.1 Da instância cidadã à instância política: a candidatura coletiva da Bancada do Livro

Se em 2024 houve a declaração de apoio a candidaturas, em 2020 o grupo havia ampliado suas ações para além de discussões e, refletindo sobre a “[...] a pouca visibilidade e protagonismo que a literatura e os projetos de incentivo à leitura alcançam na cidade do Rio de Janeiro” (Costa, 2022, p. 132), decidiu apresentar candidatura coletiva à vereança pelo partido Cidadania, cuja proposta era pautar os projetos educativos e culturais de fomento à leitura, tendo como direcionador o Plano Nacional do Livro e Leitura. Nesse modelo de candidatura, um CPF seria inscrito e seu portador responderia às questões oficiais, mas as decisões, em caso de vitória, seriam em acordo com todos os membros.

Em postagem do dia 24 de julho de 2020, há a divulgação de um vídeo informando a possibilidade da candidatura coletiva, voluntária e independente: “Um novo legislativo. Uma nova política. Um novo Rio. A Bancada do Livro chega para transformar o Rio de Janeiro de maneira inovadora e tendo a educação e cultura como pautas substanciais” (Bancada do Livro, 2020b). A apresentação da candidatura garantiu à denominação Bancada um sentido ainda mais significativo, uma vez que, no espaço da política oficial, uma bancada é a aliança, a partir da defesa de determinados valores, projetos e ideias, entre políticos eleitos, sejam eles de um mesmo partido ou não. Nesse sentido é que se fala em bancada do boi, bancada evangélica, bancada da bala, por exemplo.

Ao disputarem uma vaga para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro no ano seguinte à polêmica da Bienal, assumindo como bandeira a defesa do livro e de outras práticas culturais, quando Crivella era candidato à reeleição, os membros da Bancada do Livro reforçavam o compromisso de parcela da sociedade com relação à valorização da leitura e da liberdade de expressão. E isso seria importante porque o grupo sairia da posição de apenas *instância cidadã* (Charaudeau, 2018), em que os sujeitos analisam e julgam programas e decisões de governo ou fomentam debates acerca de demandas sociais, para uma representação na *instância política* (Charaudeau, 2018), lugar de deliberação, governança, podendo interferir na criação e execução de políticas públicas voltadas para a pauta defendida por eles, como construir “[...] um Plano Municipal do Livro, Leitura e Bibliotecas na cidade, processo que chegou a ser iniciado em 2015, mas nunca foi concluído” (Barbon, 2020).

A chapa coletiva foi formada por nove candidatos: *Vanessa Daya*, a representante legal da candidatura, idealizadora do projeto de leitura “Ler e saber na comunidade”, na favela Buriti; *Ygor Lioi*, mestrando em História, professor da rede municipal do Rio e coordenador do Pré-Vestibular Social da Portela; *Gledson Vinicius*, publicitário e pós-graduado em administração pública; *Elza Morenno*, especialista em literatura infantojuvenil e fundadora do Poesia Viral Produções; *José Couto Júnior*, professor e mestre em educação, eleito em 2018 como educador do ano do Prêmio Educador Nota 10; *Caroline Guedes*, mestra e doutoranda em História; *Eliseu Neto*, psicólogo, psicanalista, psicopedagogo e assessor legislativo no Senado Federal, falecido em maio de 2024, e *Paloma Maulaz*, licenciada em Letras, atuando na educação popular em uma organização do terceiro setor (Bancada, 2020).

Não é minha intenção explorar o *ethos* prévio de todos os representantes do coletivo. A breve apresentação serviu para demonstrar a formação e atuação de cada um deles no momento da candidatura, para que se tenha ideia da área de atuação e como poderiam gerar intencionalidade de votos de acordo com a proposta do grupo, uma vez que não eram candidatos com trajetória na política partidária em termos de concorrer a uma eleição. A candidatura coletiva obteve 3. 306 votos, não conseguindo a vaga na Câmara Municipal, contudo o compromisso com o debate continuou.

Não conquistamos uma vaga na Câmara Municipal, mas nos aprimoramos no diálogo, no conhecimento da cidade, na troca rica com muita gente que também acredita que o livro transforma!

A Bancada do Livro nasceu antes das eleições e seguirá após as eleições, buscando contribuir para que o Rio de Janeiro seja uma cidade literária, onde educação e cultura sejam prioridades!

Seguimos juntos! (Bancada do Livro, 2020c, grifos meus)

Diferentemente das três ações de resistências analisadas (beijaço, distribuição de livros, e manifesto contra a censura), não foi possível identificar quem foi que teve inicialmente a ideia de articular um grupo em defesa dos livros e da leitura. A Bancada tinha uma liderança, basicamente os membros que compuseram a chapa coletiva, porém possivelmente quis fazer prevalecer as ideias de coletividade não dando ênfase a um idealizador ou uma idealizadora.

9.2.1.2 Efeitos da Bancada do Livro

Como o objetivo primeiro não era a candidatura, mas os debates e estratégias de reivindicações, não se pode dizer que não foi bem-sucedida no ato de resistência, uma vez que não apenas as discussões, mas também a exposição da candidatura durante a campanha,

alcançou, seja na participação direta ou no conhecimento da atividade, inúmeras pessoas. Além disso, um dos membros da Bancada, Gledson Vinicius, foi convidado em 2021 pelo prefeito eleito, Eduardo Paz, para presidir a Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, patrimônio cultural desde 2018.

Enquanto ato de resistência não imediato, por isso mesmo sem embate direto com o prefeito Crivella, a Bancada do Livro teve um caráter formativo e propositivo de longa duração, uma vez que iniciou os trabalhos em 2020, os quais perduraram até julho de 2024 (com base nas postagens da conta no *Instagram*). O coletivo fomentou o debate acerca da importância da leitura e de atividades culturais na cidade do Rio de Janeiro, por meio de um movimento que não visou apenas combater qualquer iniciativa contrária à liberdade de expressão e censura de livros, mas garantir à população, de forma geral, o acesso aos livros, à leitura e a outras manifestações culturais. Passarei, em seguida, à análise dos atos práticos em longo prazo.

9.3 A FICCIONALIZAÇÃO E O ESTUDO ACADÊMICO DA POLÊMICA: OS ATOS EM LONGO PRAZO

Além dos atos de resistência imediatos (Beijato, distribuição de livros e Manifesto contra a censura) e em médio prazo (Bancada do Livro), a polêmica da Bienal gerou atos práticos que ocorreram em um distanciamento temporal significativo, isso porque demandaram tempo de planejamento e execução, uma vez que exigiram um trabalho de pesquisa e escrita de maior fôlego. São eles os livros *O primeiro beijo de Romeu* (2021) e *Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?*, que serão analisados em seguida.

9.3.1 O primeiro beijo de Romeu: a polêmica da Bienal ficcionalizada

O primeiro beijo de Romeu, romance publicado por Felipe Cabral em novembro de 2021, um dos livros selecionados para a análise, ficcionaliza o dissenso da Bienal, evento no qual o autor participou da organização, como afirmou no texto “Leia com orgulho” apresentado ao final do livro.

Convidado para fazer a mediação e curadoria de suas mesas compostas por autores LGBTQIA+ na Arena #SemFiltro, eu presenciei toda a tensão instaurada pelos corredores daquela feira literária em seu último final de semana. Discursos inflamados durante as mesas na Arena, autores aflitos nos estandes, até uma grande marcha contra a censura e a favor das histórias e vidas LGBTQIA+ (Cabral, 2021).

Cabral esteve diretamente implicado no dissenso, tanto pela sua participação na organização quanto pelo tema que motivou a tentativa de censura por parte de Crivella: a homossexualidade. Para analisar seu ato de resistência pacífica, iniciarei pela motivação que me levou a analisar a perspectiva prática do ato em primeiro plano e não a discursiva.

9.3.1.1 Os atos discursivo e prático de resistência na ficcionalização do dissenso

Embora o romance seja, também e sobretudo, uma ação polêmica discursiva, optei por analisar neste momento seu aspecto de ato prático, levando em consideração alguns pontos. O primeiro deles diz respeito ao não imediatismo do ato responsivo escrito, cujo discurso poderia ser apresentado por meio de uma escrita mais circunstancial (um artigo de opinião, um texto em uma rede social etc.). Em segundo lugar, houve a necessidade de um suporte material (o livro impresso) para a circulação da versão ficcional da disputa de valor acerca da homoafetividade e da liberdade de expressão. O suporte escolhido conferiu ao discurso de Felipe Cabral o *status* de objeto, uma materialidade indicativa de que “algo foi feito” além da expressão oral ou escrita, em ambiente virtual ou outros, de suas reflexões acerca do embate. Ou seja, o livro, enquanto ato de resistência pacífica é um objeto-ato.

Mas há outro ponto importante além do “resultado palpável” do ato de resistência de Cabral. Escrever uma história ficcionalizando a polêmica da Bienal e lançá-la dois anos depois foi a demonstração de que o episódio não seria, ou ao menos não deveria ser, esquecido. O resistir nesse caso estaria relacionado com o fato de que a tentativa de censura da HQ *Vingadores* não iria fazer retroceder o processo de ampliação da representação LGBTQIA+ em textos literários. Dito de outro modo, para efetivar a resistência a Crivella e aos demais conservadores nos costumes, Cabral escreveu uma história repetindo a cena de um beijo entre dois jovens, e dessa vez não mais super-heróis, mas a representação de pessoas reais, vivendo em um mundo real, não em um universo de superpoderes.

Portanto, sem descartar a importância de uma análise discursiva do romance na perspectiva do estudo da polêmica, o que poderá ser realizado no futuro, optei por analisá-lo aqui enquanto *efeito polêmico prático* pelos motivos já citados, sendo o mais significativo deles para a decisão a materialidade do objeto livro, o objeto-ato. Uma vez posto em circulação em bibliotecas pessoais e públicas, o romance, cada vez que for lido, atualizará a polêmica e colocará em cena pontos de vistas divergentes sobre a questão.

Nesse sentido, se a pergunta “O que você fez de prático diante da atitude de Crivella?” fosse realizada, Felipe Neto diria “doei livros”; Giowana Cambrone, “articulei um beijato”;

escritores, “articulamos um manifesto”; artistas, professores e agentes culturais do Rio, “formamos uma Bancada do Livro”, e Felipe Cabral, “publiquei um livro ficcionalizando a polêmica e posicionando-me contrariamente aos conservadores nos costumes”. Todos os atos citados foram formas de resistência, seja à tentativa de censura, buscando questioná-la e impedi-la, seja ao discurso de Crivella e de todos os conservadores nos costumes, ao realizar ações que defendiam a liberdade de expressão e os direitos da comunidade LGBTQIA+.

E como escrever um romance exige habilidades bastante específicas, e publicá-lo demanda passar pela aprovação de um editor ou pagar pela publicação, é importante conhecer o *ethos* prévio do autor e da editora do livro, posto serem os dois elementos importantes quando se pensa na condição de possibilidade da realização da ato prático de resistência.

9.3.1.2 O ofício profissional de Felipe Cabral enquanto facilitador da escrita e da publicação do livro

O primeiro beijo de Romeu foi o romance de estreia de Felipe Cabral, mas sua relação com a palavra escrita em termos ficcionais já acontecia com frequência. Jornalista e ator, profissionalizou-se como roteirista, dramaturgo e diretor. Quando da publicação do livro, já havia sido autor-colaborador de duas novelas da Rede Globo (*Totalmente demais e Bom sucesso*), bem como assinado a redação final da série *5x Comédia* (Amazon Prime) e escrito roteiros do *Vai que cola* (Multishow).

Além disso, escreveu a comédia dramática *40 anos esta noite*⁵² e seis curtas-metragens premiados, enfatizando o protagonismo LGBTQIA+. Cabral também é o criador do canal no *YouTube Eu leio LGBT*, no qual publica, desde 2017, análises sobre livros e recebe convidados para debater questões relacionadas com o tema central do canal. Assumidamente homossexual, defende a importância de se fortalecer a cultura LGBTQIA+ para que haja uma sociedade mais plural.

Como um jovem gay, faz todo sentido usar a arte para expressar meus conflitos. Ela tem o poder de mudar uma sociedade em favor da diversidade. A importância de fortalecermos uma cultura LGBTI+ é ocupar espaços, dar visibilidade aos nossos dramas e criar espaços de afeto para todo mundo se encontrar e aprender, com as diferenças, a se tornar um ser humano melhor (De Paula, 2019).

⁵² Em entrevista para O Globo, quando da estreia da peça, Felipe Cabral afirmou: “É uma peça superleve e que, ao mesmo tempo, fala sobre assuntos necessários, como as novas famílias. O grande desejo da peça é mostrar que não apenas um homem e uma mulher são considerados família. As famílias LGBTs existem e têm tanto afeto e amor quanto as outras” (De Paula, 2019).

O *ethos* prévio de Cabral oferece-nos elementos importantes para entendermos as condições de possibilidade de escrita e publicação do romance. A primeira delas é (1) a familiarização com a escrita ficcional realizada para a televisão e o teatro, ou seja, não era a primeira vez que enveredava pelo universo da criação literária, afinal, ficcionalizar um episódio histórico em um texto de mais de 400 páginas exige certa prática de escrita. Em segundo lugar, está (2) o conhecimento sobre a temática, não apenas por ser homossexual, mas por escrever sobre a pauta e também debatê-la em seu canal, fato que certamente exigia dele pesquisas sobre o tema.

Os dois aspectos apresentados corroboraram o movimento de criação, e o primeiro deles, a experiência profissional, pode ser lido como um facilitador do processo de publicação, uma vez que publicar uma obra no Brasil, sobretudo abordando, desde o título, um tema polêmico não é uma tarefa fácil, o que faz com que alguns escritores busquem produções independentes, custeando a divulgação de seus escritos. Felipe Cabral, ao contrário, conseguiu publicar pela Galera, um selo da editora Record, cuja proposta é, segundo o site⁵³ da editora, “[...] levar narrativas que proporcionem representatividade e diversidade, para que todo jovem leitor possa se sentir reconhecido dentro das histórias que ocupam sua estante”.

Sem dúvida, a rede de contato do autor advinda, entre outras atuações, de seu trabalho para a televisão, pode ter facilitado o interesse da editora Record, fundada em 1942, consolidada no mercado e com um trabalho amplo de distribuição de suas publicações, pela obra de Cabral. É preciso analisar, ainda, o fato de o romance abordar uma versão ficcionalizada da polêmica da Bienal, o que poderia fomentar o interesse do público pela leitura da história. Portanto, é possível dizer que Cabral possuía condições de possibilidade favoráveis à escrita e à publicação de seu romance, uma resposta a longo prazo à tentativa de censura de Crivella.

9.3.1.3 Os textos de apresentação do romance enquanto estratégia para adesão ao objeto-ato

Antes de tratar brevemente do enredo do romance, tendo em vista demonstrar como se deu a ficcionalização da polêmica, discorrerei sobre os textos de apresentação da obra (orelhas e contracapa), cuja finalidade é oferecer ao leitor avaliações de “pessoas de autoridade” as quais justificam a importância de um livro, recurso importante para atrair leitores e fazê-los adquirir um exemplar. Na orelha 1, há dois excertos curtos, o primeiro de Stefano Volp, escritor,

⁵³Disponível em:

<https://www.record.com.br/editoras/galera/?srsltid=AfmBOoplyaNXkHRfNE4kLMmmr2cIoQTzKNhLTgaCDQvf-QT1qeVqwjuj>. Acesso em: 27 set. 2025.

roteirista e jornalista, autor de *Homens pretos (não) choram*: “Se todos os garotos tivessem a chance de ler a história de Romeu ainda na adolescência, milhares de armários estariam vazios”.

O segundo é da escritora Thalita Rebouças, bastante conhecida entre o público adolescente e uma das organizadoras do “Manifesto contra a censura” analisado anteriormente: “Leve e profundo ao mesmo tempo, tão bem-humorado quanto sério, Felipe faz um golaço e esfrega na cara de todo mundo o que já devia ser óbvio: o amor é para ser celebrado. Sempre”. Nos dois casos, há a indicação para o público adolescente e jovem, o que está de acordo com o perfil da editora Galera. Enquanto Volp destaca diretamente a importância de garotos lerem a história, Rebouças enfatiza o tom leve e bem-humorado da obra, o que seria um atrativo para a faixa-etária.

Iniciado na orelha 1 e concluído na orelha 2, há um texto de três parágrafos de Jean Wyllys, escritor, jornalista e ex-deputado federal (2011-2019) pelo PSOL e filiado ao PT em 2021. Homossexual e militante das causas LGBTQIA+, Wyllys destaca em seu texto a conquista de direitos desse grupo ao longo dos anos, a tentativa censora de Crivella e o fato de Felipe Cabral ter sido testemunha ocular da polêmica, reagindo contra a decisão no momento e posteriormente: “Este livro que você tem agora nas mãos é um dos frutos dessa reação por parte do escritor”. O que Wyllys denomina “fruto” pode ser lido como ato polêmico prático, na perspectiva abordada até aqui.

O texto é concluído com a seguinte afirmação: “Esta é uma história de amor para todas, todos e todes. É uma ampliação da literatura de Felipe Cabral, uma luz a mais na constelação de suas criações, que ajuda a afastar para cada vez mais longe a sombra da intolerância e da homofobia”. Wyllys faz uso da linguagem neutra (todes), o que estaria de acordo com a temática do livro e os debates acerca da “inclusão” também por meio da linguagem, e expressa um possível efeito da publicação e leitura do romance: afastar a sombra da intolerância e da homofobia.

Na contracapa, há mais dois fragmentos. O primeiro, do jornalista e escritor Vinícius Grossos, assim afirma: “Nesta estreia brilhante, Felipe usa sua multifacetada forma de contar histórias para criar um livro que abraça, enxuga as lágrimas e se mostra orgulhosamente para o mundo”. O segundo, do escritor, roteirista e ator, Juan Jullian, avalia: “Com sua estreia na literatura jovem adulta, Felipe Cabral coloca nas páginas toda a sua sensibilidade! Divertido, político e atual, *O primeiro beijo de Romeu* é um corajoso ato de resistência e, principalmente, de celebração dos afetos e das existências LGBTQIA+”. Enquanto Grossos foi pela via da sensibilização, Jullian destacou a atitude corajosa do autor ao publicar um livro que resiste a discursos preconceituosos e celebra a diversidade de afetos.

Como já dito, os textos de apresentação têm a função de despertar o interesse dos leitores pela obra, o que seria uma forma de adesão ao ato de resistência. Quanto à seleção de apresentadores, houve pelo menos dois nomes amplamente conhecidos (Rebouças e Wyllys), os quais assegurariam certa “credibilidade” ao romance de Cabral. Nesse sentido, o objeto-ato (o livro), por meio dos textos das orelhas e da contracapa, em qualquer época, fará sua própria justificativa para a leitura, já que não representa um ato de resistência com prazo de início e fim, como a distribuição de livros e o Beijato.

9.3.1.4 Entre o real e o ficcional: o enredo do romance, alcance e efeitos da publicação

O primeiro beijo de Romeu é um romance que amalgama ficção e realidade, uma vez que o autor toma como base acontecimentos da polêmica da Bienal, porém cria sua própria história para recuperar a tentativa de censura de Crivella, como relatou na ocasião do lançamento do livro:

A história nasce ali. Um mês depois da Bienal, eu já tinha toda a premissa do livro na cabeça. É uma releitura, uma livre interpretação dos fatos, uma ficção, mas que escrevo contagiado pelas minhas lembranças. Um dos desafios da escrita, inclusive, foi justamente transmitir a sensação de estar no meio do furacão (Moura Júnior, 2019).

O livro narra a história de Romeu, um garoto adotado por um casal homoafetivo, Valentin e Samuel, respectivamente escritor e advogado.

Figura 5 — Reprodução capa do romance *O primeiro beijo de Romeu*



Fonte: Google

O garoto estuda em um colégio tradicional de base religiosa católica, e é nesse espaço que enfrenta uma situação delicada: o quase beijo no colega Aquiles faz com que Guga, outro estudante, revele a homossexualidade de Romeu, provocando uma reação violenta dele contra o colega preconceituoso. A imagem da capa destaca a cena da concretização do beijo, esta que, naquele momento, era pouco comum em capas de livros destinados ao público adolescente e jovem.

A partir desse ponto, a questão da tentativa de censura será abordada, uma vez que o pai de Guga, prefeito da cidade, “Um homem mesquinho, pastor de uma igreja neopentecostal em ascensão, fundamentalista e hipócrita [...]” (Cabral, 2021a, p. 49), como forma de vingança, proíbe o lançamento do livro *Walter, o menino com um buraco no peito*, de Valentim, durante a Bienal, justamente por se tratar de uma história com temática LGBTQIA+. Cabral, portanto, preserva elementos significativos da polêmica (a distribuição de livros realizada por Felipe Neto, por exemplo, embora esta, na ficção, tenha sido realizada por uma mulher transexual e também *youtuber*), até chegar ao desfecho da autorização judicial que proibiu o recolhimento dos livros, explorando a tensão de escritores e editores, e ao primeiro beijo entre Romeu e Aquiles.

Não é meu intuito nesse momento da pesquisa analisar a trama de forma detalhada para observar como Cabral construiu seu discurso dissensual. Quero, porém, destacar questões importantes, por exemplo, o caráter “educativo/” da obra, visto que o autor, durante a narrativa, apresenta várias informações acerca do tema, além de citar outras produções literárias, o que fica mais evidente ao final, pois há uma lista com todas as fontes citadas direta e indiretamente, organizada por capítulo.

No texto “Leia com orgulho”, que aparece após o final da história, Cabral apresenta o objetivo da lista e das citações: “Assim, para tentar diminuir a sensação de que não ‘existem muitos livros LGBTs por aí’, eu espalhei por este livro – sim, este que você acabou de ler! – 182 títulos com protagonismo LGBTQIA+” (Cabral, 2021a, p. 412). Na lista aparecem títulos como *Discurso de ódio: uma política do performativo*, de Judith Butler e *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*, de Renan Quinalha, reforçando o caráter educativo/conscientizador do livro.

O romance foi lançado em 22 de novembro de 2021, após o trabalho de divulgação. A data sinaliza a liberação do livro no formato Kindle, para clientes Amazon, e a confirmação de envio de exemplares para quem comprou na pré-venda (Cabral, 2021b). O lançamento oficial, de forma presencial, foi realizado no dia 04 de dezembro de 2021, no estande da Editora Record, durante a Bienal do Rio de Janeiro, com ampla visibilidade da imagem do livro no local (Cabral,

2021c). Nesse sentido, o alcance inicial da obra pode ser considerado alto, pois o livro foi distribuído pela Amazon e lançado presencialmente durante um evento literário internacional, com o apoio e divulgação da editora.

As postagens no *Instagram* do autor, após o lançamento, demonstram inúmeras participações em eventos literários, conversas com clubes de leitura, entrevistas, participação em *lives* entre outros. Na Bienal do Rio 2025, o livro entrou na lista dos dez mais vendidos da editora Record, comprovando a continuidade de seu alcance (Cabral, 2025). Ao realizar busca no *YouTube* usando a palavra-chave “resenha”, identifiquei pelo menos oito vídeos sobre o livro. É possível encontrar, ainda, resenhas escritas em 2021⁵⁴, 2022⁵⁵ e 2023⁵⁶, para citar alguns exemplos.

É possível dizer, portanto, que o romance de Felipe Cabral teve alcance positivo e um de seus efeitos foi possibilitar discussões e reflexões acerca da temática LGBTQIA+. No entanto, por abordar um tema sensível, certamente a recepção ocorreu sobretudo em um nicho específico, ou seja, formado por pessoas concordantes com os valores defendidos na obra. Diferentemente dos atos práticos em curto prazo, a finalidade do livro não foi modificar uma situação em curso.

Na verdade, a publicação foi uma resposta não apenas a Crivella, mas a todos os conservadores nos costumes; uma afirmação dos direitos conquistados pelas pessoas LGBTQIA+ e da liberdade de expressão constitucionalmente assegurada. Além disso, por ser seu escritor homossexual, a história de Romeu e Aquiles é não somente uma representação da homoafetividade, mas indica a representatividade de um grupo, uma vez que alguém que faz parte dele pôde escrever e publicar sobre questões relacionadas às experiências e demandas LGBTQIA+.

9.3.2 *Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?: a pesquisa acadêmica sobre a polêmica*

O último ato polêmico de resistência pacífica a ser analisado, seguindo a ordem cronológica do acontecimentos, é o livro *Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?*, publicado em 2022. O livro é o resultado da pesquisa acadêmica realizada por Christian

⁵⁴ BARROS, Carlos. O primeiro beijo de Romeu. 27 dez. 2021. **Gramatura Alta**. Disponível em: <https://gramaturaalta.com.br/2021/12/27/o-primeiro-beijo-de-romeu/>. Acesso em: 06 out. 2025.

⁵⁵ SOUTO, Luísa. Resenha: O primeiro beijo de Romeu, de Felipe Cabral. 24 jan. 2022. **Manual Geek**. Disponível em: <https://manualgeek.com.br/resenha-o-primeiro-beijo-de-romeu-de-felipe-cabral/>. Acesso em: 06 out. 2025.

⁵⁶ TEIXEIRA, Douglas. #LeiaComOrgulho. O primeiro beijo de Romeu. 17 jun. 2023. **Agência Lume**. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/leiacomorgulho-o-primeiro-beijo-de-romeu>. Acesso em: 06 out. 2025.

Gonzatti, e como apresentado na contracapa, “uma investigação comunicacional que assume a dimensão de um documento político e histórico de como o Brasil gerido pela extrema-direita tem perseguido as representações positivas de personagens LGBTQIA+ na cultura pop [...]” (Gonzatti, 2022a).

Sendo um efeito em longo prazo, assim como o romance *O primeiro beijo de Romeu* (Cabral, 2021), não teve o objetivo de ser um enfrentamento direto a Crivella a fim de modificar a tentativa de censura, mas o de apresentar uma análise da recorrência de ações de conservadores nos costumes para tentar invalidar a representação LGBTQIA+ em histórias em quadrinhos, sobretudo por meio do argumento de que seria prejudicial à educação das crianças. Nesse sentido, a pergunta do título é sugestiva, pois se legalmente não há impedimento para que no Brasil super-heróis LGBTQIA+ sejam representados, essa representação é constantemente questionada por conservadores nos costumes, visto que a consideram influência negativa na formação do leitores infantojuvenis.

Antes de abordar pontos importantes do livro e possíveis efeitos de sua publicação, abordarei as condições de possibilidade para a escrita, publicação e circulação da obra.

9.3.2.1 Condições de possibilidade para a escrita e publicação de um estudo acadêmico sobre a polêmica da Bial

Assim como mencionei quando analisei o romance *O primeiro beijo de Romeu*, escrever e publicar um livro como ato de resistência demanda habilidades específicas que vão além das exigidas, por exemplo, para a organização de um beijaço ou da distribuição de livro. No caso do desenvolvimento de um estudo acadêmico e, conseqüentemente, a publicação de seus resultados, alguns fatores precisam ser considerados. Primeiramente, entender a trajetória de pesquisa do autor da obra, Christian Gonzatti, é fundamental, uma vez que sinaliza, inclusive, para o interesse pelo tema.

Gonzatti, quando da publicação do livro, já era doutor na área de Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio Sinos (Unisinos), tendo defendido a tese que resultou no livro aqui analisado. Sua trajetória de vida e acadêmica é apresentada no capítulo 1 do livro, “A jornada de um viado nerd”, destacando sua homossexualidade, sua relação com a cultura pop, o interesse pelas histórias em quadrinhos em suas diferentes representações (HQ, filme, desenho), dando ênfase para as questões sexuais e de gênero. Ele também é o criador da

plataforma Diversidade Nerd⁵⁷, site que direciona o público para loja de produtos, *Instagram*, *YouTube* e outras redes sociais, todas com foco na discussão sobre gênero, sexualidade e cultura pop.

Percebe-se, portanto, que o interesse pelo tema está relacionado com o enquadramento do autor na comunidade LGBTQIA+, já que a decisão de Crivella tinha a ver não apenas com a questão de pesquisa de Gonzatti, mas com sua vivência enquanto homossexual. Gonzatti, durante a pesquisa do doutorado, embora a Unisinos seja uma universidade privada, foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), recebendo auxílio financeiro que corroborou o desenvolvimento da pesquisa.

Ainda pensando nas condições de possibilidade, o resultado apresentado no livro segue um padrão metodológico do campo acadêmico, cujo conhecimento pertence, em geral, àqueles que participam desse campo. Dito de outro modo, para escrever seu estudo e apresentá-lo à sociedade, o autor precisou dominar as normas referentes à escrita de um trabalho de conclusão de um doutoramento, a saber, a proposição e defesa de uma tese por meio da escolha de uma metodologia que desse conta dos objetivos que desejava alcançar, baseando-se em pesquisas mais aprofundadas sobre a temática.

O resultado de sua pesquisa poderia ter sido divulgado apenas em artigos científicos ou capítulos de livros, o que, em geral, limita o acesso ao público acadêmico. Porém, houve a iniciativa de torná-lo mais acessível, e isso foi realizado por meio da publicação pela Editora Devires, criada em 2017 “[...] com o objetivo de suprir uma lacuna no mercado editorial, na publicação de textos acadêmicos e/ou literários produzidos no campo das sexualidades e gêneros, raça e classe [...]” (Editora Devires). Uma vez publicado por uma editora cuja proposta de trabalho estava diretamente ligada à temática pesquisada por Gonzatti, a obra alcançaria sobretudo o público LGBTQIA+ ou interessados pelo tema.

Logo, a publicação do objeto-ato (o livro) com as características de um trabalho acadêmico não seria possível a qualquer pessoa que desejasse escrever um livro acerca da polêmica envolvendo a HQ *Vingadores*, mas sobretudo a alguém que participasse ou já houvesse participado do campo acadêmico. Isso reforça a seguinte posição discutida anteriormente: cada ato exige agentes ou organizadores com habilidades específicas para organizá-los e colocá-los em prática. Desse modo, o fato de o livro apresentado à editora ter sido o resultado de uma pesquisa realizada em uma universidade legitimada e que garantiu a Gonzatti o título de doutor foi, sem dúvida, fator que favoreceu a publicação.

⁵⁷ Disponível em: <https://diversidadenerd.com/>

Posto isso, passarei à abordagem proposta por Gonzatti em sua obra.

9.3.2.2 A proposta analítica de Gonzatti

Um estudo acadêmico segue aspectos metodológicos, entre eles a apresentação de objetivos geral e específicos, os quais são norteadores para que haja precisão no que se pretende pesquisar. Gonzatti propôs em sua pesquisa o seguinte objetivo geral: “Entender os elementos que constituem o ciberacontecimento e as disputas de sentidos sobre gênero e sexualidade na tentativa de censura na Bienal do Rio de Janeiro, em 2019, e que foram mobilizados pela presença de um beijo entre dois super-heróis LGBTQI+ em uma HQ” (Gonzatti, 2022a, p. 34). O autor fala em ciberacontecimento porque estava preocupado na circulação do dissenso acerca do tema nas plataformas digitais.

Há quatro objetivos específicos e três deles acionam, respectivamente, os verbos “examinar, entender e analisar”. Contudo, gostaria de destacar o quarto: “*Apontar caminhos emancipatórios, em contraposição às dinâmicas conservadoras, de fechamento e ataque em relação ao gênero e sexualidade [...]*” (Gonzatti, 2022a, p. 34, itálico do autor) partindo da polêmica da Bienal 2019. O uso do verbo “apontar” sugere que não apenas uma análise da disputa de sentidos será apresentada, mas que haverá proposição sobre como combater o discurso e as atitudes de conservadores nos costumes, demonstrando uma implicação de solução para o que se considera um problema.

Os caminhos para tal emancipação são apresentados em “Pedagogia pop da diversidade” (7.2.1.1), ressaltando o papel de uma pedagogia da diversidade a qual envolve três camadas, a saber, a escola, o midiático-pop e o digital (Gonzatti, 2022a, p. 302). Nesse sentido, da mesma maneira que a mídia, a escola e, mais recentemente, o ambiente digital são responsáveis pela construção da heterossexualidade compulsória, devem, o que em alguma medida já está sendo feito, assumir o compromisso com a formação de uma sociedade mais plural, sobretudo no que se refere a conteúdos destinados ao público infantojuvenil (Gonzatti, 2022a, p. 301-308).

Em um percurso de escrita bastante profícuo, Gonzatti discorre sobre a representação da diversidade sexual nas histórias de super-heróis e super-heroínas ao longo do tempo. apresenta um quadro com o rastreamento do ciberacontecimento da Bienal 2019, com mais de oitenta postagens realizadas entre os dias 03 e 09 de setembro, além de toda a base teórica e analítica até chegar à seguinte conclusão:

[...] o beijo entre Wiccano e Hulkling materializa a fiscalização dos públicos conservadores, fundamentalistas religiosos e outros signos que compõem a extrema-direita; aponta como a desinformação é vetor de ciberacontecimento envolvendo gênero e sexualidade e como ela é utilizada pela extrema-direita no Brasil; para o teor indissociável de muitos casos com movimentos políticos e culturais fechados em relação à diversidade, como o bolsonarismo [...] (Gonzatti, 2022a, p. 312).

A capa do livro destaca as cores da bandeira LGBTQIA+ e a reprodução de um beijo entre dois rapazes, referência a Wiccano e Hulkling, uma ilustração de Lucas Werneck que, na oportunidade, trabalhava para a Marvel e cedeu ao autor o direito ao uso da imagem (Gonzatti, 2022b). O título e os elementos não verbais da capa constroem a totalidade da discussão acerca da disputa de sentido envolvendo o beijo homoafetivo na HQ *Vingadores* durante a Bienal 2019.

Figura 06 — Reprodução da capa do livro *Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?*



Fonte: Google

A capa é, ainda, assim como a do romance *O primeiro beijo de Romeu* (Cabral, 2022), um elemento de resistência, uma vez que reproduz a cena questionada por Crivella e outros conservadores nos costumes, cena que na HQ *Vingadores* aparece na parte interna do livro. Assim, a escolha pelo destaque do beijo na capa é uma forma de dar visibilidade à manifestação de afeto entre pessoas homoafetivas, essa que, não apenas na polêmica da Bienal, tem sido questionada e, direta ou indiretamente, sofrido represália por parte de parcela da sociedade.

Diferentemente do romance de Cabral, o livro de Gonzatti não possui vários textos de apresentação cujo fito seria o foco em estimular a compra. Na primeira orelha, há um texto não assinado, mas que é possível reconhecer como de Gonzatti pelo seguinte trecho: “Pergunto-me

sempre: será que aquele menino, como eu, se tornou um ‘ruído indesejável’ para o núcleo da cultura?” (Gonzatti, 2022a). O trecho relata um episódio, mas não cita diretamente informações sobre o conteúdo do livro.

Em prefácio escrito por Ronaldo Henn, professor e pesquisador no PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos/RS, há uma breve apresentação da trajetória de Gonzatti na pesquisa, informações sobre o episódio da Bienal e, por fim, elogios à obra, o que pode ser lido como uma recomendação de leitura: “O esforço de Christian, que o leitor conhecerá neste *trabalho de fôlego ímpar*, é nos apresentar os interstícios dessas operações, suas plasticidades orgânicas e firmar-se, por conta disso, como *uma peça necessária de resistência em tempos hostis*” (Gonzatti, 2022a, p. 23, grifos meus). Na contracapa, há um texto sem assinatura no estilo resumo da obra. Posto isso, passarei à análise do alcance e possíveis efeitos da publicação do livro.

9.3.2.3 Alcance e efeito da publicação do objeto-ato *Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?*

O conteúdo do livro *Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?*, como já evidenciado, foi o resultado da pesquisa de doutoramento de Gonzatti, cuja tese foi defendida em 30 de março de 2022 (Gonzatti, 2022c). Menos de dois meses depois, no dia 25 de maio, o pesquisador divulgava em sua conta no *Instagram* a pré-venda do livro cujo lançamento oficial aconteceria na PopCon, uma Feira LGBTQIA+ de Quadrinhos e Artes Gráficas, na cidade de São Paulo (Gonzatti, 2022b). No momento em que tenho acesso ao post (outubro de 2025), constam mais de 1400 curtidas e 87 comentários, o que sugere um engajamento significativo.

Em 18/06/22, há uma postagem com uma foto de Gonzatti na PopCorn, agradecendo ao público pela presença e pelo sucesso de vendas da obra: “OS LIVROS PRATICAMENTE ESGOTARAM. Restaram apenas oito edições” (Gonzatti, 2022d). Não há informação sobre a quantidade de livros vendidos, mas o texto da legenda indica a satisfação do autor. Após essa data, há outras postagens apresentando imagem de páginas de jornais e revistas (Nexo, O Globo, Veja, G1, Metrópole, por exemplo) e um vídeo de uma reportagem (RBS TV/Globo) que destacaram informações sobre o livro e entrevista com o autor, além da divulgação de lançamentos em diferentes locais e datas.

Quase três meses após o lançamento, em 1º de setembro, Gonzatti postou um vídeo expondo comentários negativos sobre a obra, que partiram de pessoas conservadoras, e um deles dizia que o livro seria o tipo de presente para oferecer a um inimigo. Na sequência do

vídeo, ele apresenta imagens de lançamentos e afirma que, em um mês, a obra se tornou a mais vendida da editora Devires e já estava indo para a terceira reimpressão (Gonzatti, 2022e). Essas informações dão conta do alcance da publicação, que apesar de não ter sido realizada por uma editora de grande impacto mercadológico, conseguiu alcançar um determinado público, seja pela venda em sites como Amazon e Queer Livros, ou pela compra direta com o autor, em eventos ou pelas suas redes sociais.

Assim como o romance *O primeiro beijo de Romeu*, o livro de Gonzatti alcançou sobretudo o público do nicho LGBTQIA+ ou pessoas não contrárias às vivências homoafetivas, uma vez que, desde a apresentação da capa ao título, a probabilidade de repulsa de uma pessoa conservadora nos costumes era e é alta. Também alcançou outros pesquisadores que, assim como eu, estudam temas relacionados à abordagem do livro, seja na área da sexualidade, de gênero, discurso ou das histórias em quadrinhos.

Quanto aos possíveis efeitos, é possível dizer que a pesquisa de Gonzatti contribui e pode a vir contribuir academicamente no que tange às discussões acerca dos temas já citados, bem como especificamente com estudos sobre tentativa de censura de obras artísticas. Quanto ao público não pesquisador, mas interessado pela obra e que realizou ou realizará a leitura, é uma oportunidade de conhecer alguns mecanismos de retaliação das experiências LGBTQIA+, seja no campo político ou no ciberespaço, e ter acesso há uma profícua discussão sobre gêneros e sexualidades.

Além desses efeitos, há outro bastante significativo para pessoas LGBTQIA+: o fato de o livro representar um ato de resistência que fortalece a defesa da existência desse grupo e amplia o direito à visibilidade, pois cada vez que o livro (capa/título) circula, espera-se que a imagem de um beijo entre pessoas homoafetivas torne-se menos impactante e, talvez, como consequência, menos rejeitada, não apenas em uma imagem artística, mas na prática cotidiana de um grupo real, com direitos assegurados pela legislação brasileira.

Concluindo a análise do último ato de resistência selecionado, porém sem ter desejado esgotar a discussão, reitero alguns pontos: (1) o objeto-ato *Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil?* só pôde ser realizado no formato em que foi porque seu autor dispunha de habilidades de escrita e metodologia de pesquisa específicas do campo acadêmico; (2) o alcance da obra, no quesito aquisição e leitura do livro, esteve e estará mais relacionado com o nicho LGBTQIA+ e pessoas reformistas nos costumes e (3) como um ato de resistência a longo prazo, não teve caráter combativo direto, ou seja, para tentar solucionar a questão da tentativa de censura, mas o objetivo de afirmação do direito da população LGBTQIA+ viver suas experiências de gênero e sexualidade. Tal direito, como sabemos, uma vez negado na vida

concreta, também é negado em diferentes representações artísticas, como no caso da HQ *Vingadores*, o que resultou em outra problemática séria: a tentativa de censura.

Os atos práticos aqui analisados corroboraram o entendimento de que a participação política da sociedade civil em um ato de resistência não está restrita a determinados grupos econômicos e a áreas específicas de atuação profissional, uma vez que as possibilidades de engajar-se em um ato prático de resistência são várias. Além disso, a análise ampliou o olhar para atos de resistência que vão além de manifestações individuais ou coletivas em espaços públicos ou em redes sociais. A resistência, nos casos apresentados, mostrou-se não apenas como uma barreira diante do discurso/ato prático do outro, para impedir que este se estabelecesse, mas também como uma ferramenta de educação social acerca da importância do respeito à diversidade e da defesa da liberdade de expressão, sobretudo quando se pensa na distribuição e publicação de livros, além do incentivo à leitura.

A abordagem proposta acerca do ato polêmico de resistência pacífica enquanto um efeito prático de uma polêmica merece aprofundamento futuro, com o fito de ampliar a visão sobre sua importância em contextos democráticos. Por ora, acredito que um ato prático de resistência é direito de cada cidadão (ou grupos), conservador ou reformista, que visa defender seus valores e crenças. Assim, embora não haja concordância quanto ao valor do outro, deve-se preservar o direito à manifestação, a resistir ao que não se está de acordo. Quanto à legalidade do valor defendido, sobretudo quando se trata de temas sociais sensíveis (Emediato, 2023), espera-se que os representantes da justiça estejam disponíveis para defender direitos conquistados e ainda legítimos, e que os legisladores estejam abertos a discussões que proponham modificações em leis consideradas “ultrapassadas” diante dos anseios sociais contemporâneos, ou a criação de novas legislações.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência da polêmica impulsiona o questionamento e a crítica, favorecendo, assim, a indeterminação das significações imaginárias sociais e a criatividade. Sem a polêmica, a democracia tombaria no pensamento único (Emediato, 2023, p. 30).

Chego ao final da escrita desta tese, árduo exercício de pensamento, sem pretender ter esgotado qualquer discussão proposta, mas sim com a consciência de ter iniciado uma pesquisa que me convida a caminhar um pouco mais, a fim de ampliar as reflexões que me arrisquei a fazer. Sim, pesquisar é um risco que se corre (ter a ousadia de propor uma tese que alguém pode refutar), sobretudo quando a temática escolhida tem a ver com atos polêmicos discursivos e práticos. É uma atitude perigosa, assim como “Viver é negócio muito perigoso” (Rosa, 2021, p. 15), já dizia Riobaldo, personagem do *Grande Sertão: veredas*, que não era um pesquisador acadêmico, porém gostava de “especular ideias”. Eu ousei especular ideias, colocá-las à prova, dando continuidade a um trabalho desenvolvido por inúmeros pesquisadores brasileiros.

Durante os quatro anos dedicados à pesquisa, descobri que “A cada hora, a cada dia, a gente aprende uma qualidade nova de medo!” (Rosa, 2021, p. 82). Medo de não conseguir cumprir os prazos, de não formular uma tese pertinente e defendê-la; de sucumbir diante das ocupações de mãe, de professora atuando na educação básica durante todo o doutorado, de pesquisadora... E é preciso que se diga isso, embora pareça que eu esteja descumprindo a metodologia acadêmica. Fiz o que foi possível na posição de gênero e profissional que ocupo. Precisei voltar ao *Grande sertão* várias vezes para ouvir a voz de Diadorim dizendo “Carece de ter coragem” (Rosa, 2021, p.99). Tive coragem, concluí o processo e apresentarei minhas considerações finais após ter percorrido as veredas desta pesquisa.

Primeiramente, reforço a importância de se estudar o *evento polêmico* (Nascimento, 2018) envolvendo a HQ *Vingadores: a cruzada das crianças* (Heinberg e Cheung, 2016), na Bienal do Rio de Janeiro 2019, e seus efeitos polêmicos discursivos e práticos para o entendimento acerca do que denominei *politicamente correto conservador nos costumes*. O dissenso entre conservadores e reformistas foi provocado pela representação de um beijo entre personagens homoafetivos na HQ citada e ocorreu durante uma conjuntura política marcada por enfrentamentos constantes em torno das pautas de costumes.

Com relação ao *objetivo geral* estabelecido, consegui demonstrar, a partir da Análise Dialógica da Argumentação (Nascimento, 2018), a trajetória discursiva da polêmica da Bienal, analisando os efeitos de sentido dos argumentos empregados pelos conservadores e reformistas

nos costumes para defender seus pontos de vistas acerca da representação homoafetiva na HQ da Marvel. Os oponentes engajados na disputa construíram sentido para essa representação com base em valores e crenças que modularam seus modos de enxergar a homoafetividade como prática aceitável ou não da vivência sexual.

Nesse sentido, enquanto os conservadores consideraram o beijo entre dois super-heróis um antitemodelo, por isso não devendo as crianças terem contato com a HQ, uma vez que poderiam reproduzir a prática, os reformistas, por meio do argumento regra da justiça, consideraram a atitude dos conservadores homofóbica, pois estes trataram de forma distinta o beijo entre pessoas heterossexuais e entre pessoas homoafetivas. A análise me levou a concluir que, caso os conservadores tivessem apenas demonstrado posicionamento contrário ao conteúdo da HQ, o engajamento dos reformistas na polêmica teria sido menor, ou seja, foi a tentativa de censura realizada por Crivella que potencializou a participação no dissenso, tanto no campo político quanto fora dele.

Quanto à minha *hipótese principal*, julgo tê-la confirmado: a prática de um discurso *politicamente correto conservador nos costumes* no Brasil ocorre e não é recente, cujo fito é não apenas defender posicionamentos em consonância com os valores conservadores, mas combater modos de vida que sejam distintos dos que defendem, inclusive quando estes são representados artisticamente. Isso ficou evidente a partir da análise, por exemplo, do cancelamento da *Exposição Queermuseu*, ocorrida em Porto Alegre em 2017, após críticas da ala conservadora; da análise do tuíte de Carla Zambelli sobre o livro *Maya: bebê arco-íris*, publicado por Xuxa Meneghel em 2020, entre outros casos envolvendo o legislativo.

Uma vez confirmada a prática do *politicamente correto conservador nos costumes*, não foi difícil demonstrar, como propus na *segunda hipótese*, que a polêmica da Bienal foi motivada pelo PC conservador, visto que Crivella, ao se posicionar contrário à representação da homoafetividade na HQ e, por conseguinte, autorizar o recolhimento dos exemplares do livro, agiu de acordo com o debate em torno da pauta de costumes, cuja questão da sexualidade e gênero tem motivado inúmeras polêmicas, entre elas a da cura gay, do kit gay e da ideologia de gênero. Na Bienal, os conservadores nos costumes, por certo para não serem acusados de homofóbicos, recorreram ao argumento de proteção da criança de conteúdo impróprio, servindo-se indevidamente do ECA para legitimar atos discursivos e práticos.

Analisando o *cronotopo* da polêmica da Bienal, apresentei a *terceira hipótese*, a saber, que a tentativa de censura por parte de Crivella foi potencializada pelo fato de, em 2019, haver uma tríade governamental conservadora nos costumes formada por Crivella (municipal), Wiltizel (estadual) e Bolsonaro (federal). O que me levou a elaborar a hipótese foi observar o

envolvimento dos três políticos citados com a pauta conservadora nos costumes, sobretudo a nível federal. E como o ato censor do prefeito foi o primeiro ocorrido em edições da Bienal do Rio de Janeiro, considere que Crivella sentiu-se confortável para agir, embora sabendo que a legislação assegura a liberdade de expressão, não necessariamente por achar que Wiltzel e Bolsonaro iriam endossar a atitude, protegendo-o de sanções legais, caso necessário, mas pelo fato de os dois, por partilharem os mesmos valores, também não questionarem ou agirem para impedir sua ação.

Por fim, considerei profícua a análise da *quarta hipótese*, pois ela comprovou o potencial que um ato polêmico, discursivo ou prático, tem para gerar *efeitos polêmicos de resistência pacífica*, ou seja, atos para além do discursivo, cuja finalidade é resistir ao valor do outro, seja apenas demonstrando firmeza de posicionamento ou para tentar impedir um ato polêmico em andamento, sem o uso da violência física, psicológica ou patrimonial. Um ato prático de resistência tende a ocorrer quando um lado da disputa sente-se ameaçado em termos de risco social ou garantia de direitos.

Na polêmica da Bienal, o que potencializou a ocorrência da maior parte dos atos práticos de resistência aqui analisados (distribuição e publicação de livros, beijaço, manifesto contra a censura e Bancada do Livro) foi a tentativa de censura, pois se Crivella tivesse apenas se posicionado contra ao conteúdo da HQ, a homoafetividade, certamente atos discursivos contrários ao seu aconteceriam, mas não estou certa de que atos práticos como a distribuição e publicação de livros ocorreriam. Quanto à Bancada do Livro e ao manifesto contra a censura, ambos foram diretamente respostas ao ato censor. No meu entendimento, apenas o beijaço seria um ato prático com maior probabilidade de acontecer independentemente da autorização para o recolhimento dos livros.

Após o percurso teórico-analítico apresentado nesta pesquisa, reitero a importância de compreender o papel da polêmica para a democracia, uma vez que esta possibilita a expressão de uma pluralidade de vozes e dos diferentes anseios dos cidadãos. Contudo, na mesma medida em que se deve assegurar o direito ao dissenso e à manifestação de atos discursivos e práticos de resistência ao valor do outro, a justiça brasileira precisa estar atenta aos casos em que direitos assegurados pelas leis são desrespeitados em nome da liberdade de expressão, e os legisladores estarem abertos a discussões acerca de questões que precisam ser revistas por não atenderem mais às necessidades sociais vigentes.

No caso específico da polêmica da Bienal, apesar de entender o posicionamento dos conservadores nos costumes quanto à homoafetividade, sobretudo após ter analisado o *ethos* prévio deles, defendo que a sociedade brasileira não deve retroceder no que tange aos direitos

assegurados à comunidade LGBTQIA+. E para que isso ocorra, é necessário um processo educativo que parta de diferentes instâncias sociais, como a família, a escola, a mídia e os setores governamentais, a fim de que sejam cultivados o respeito à diversidade sexual e de gênero, e uma cultura do diálogo que nos torne menos polarizados e menos agentes a favor do ódio.

Quanto à decisão judicial de setembro de 2025, que condenou Marcelo Crivella a pagar cem mil reais de indenização por danos morais coletivos à comunidade LGBTQIA+, seis anos após a polêmica da Bienal (Giannini, 2025), foi uma atitude oportuna para potencializar reflexões acerca do respeito à diversidade sexual e à legislação brasileira, uma vez que a atitude do então prefeito estava em desacordo com o que está estabelecido legalmente tanto com relação à homoafetividade quanto à liberdade de expressão. Embora Crivella tenha recorrido, seu recurso foi negado e a justiça manteve, em março de 2026, sua condenação, uma vez que “O desembargador relator do processo, Guilherme Peña de Moraes, entendeu que Crivella não apenas expressou uma opinião pessoal, mas usou o poder do Estado para tratar de forma desigual e abusiva demonstração de afeto entre pessoas do mesmo sexo” (Giannini, 2026). Diante da firmeza da decisão judicial, o caso de Crivella poderá inibir ação semelhante por parte de outros políticos.

Tenho consciência de que esta pesquisa não se encerra com esta tese e que há aspectos a aprofundar no futuro, como um mapeamento e análise mais detalhados de casos do *politicamente correto conservador nos costumes*, envolvendo ou não a questão de sexualidade e gênero, bem como um aprofundamento quanto aos *efeitos polêmicos de resistência pacífica*. Como eu disse no início destas considerações finais, fiz o que foi possível nas condições que tinha. Desejo, em breve, poder mais para fazer mais, porque sei o quanto é profícuo voltar a uma pesquisa após a pressão dos prazos, rever ideias, reformular o que for necessário e continuar a caminhada.

Pretendo, com o compromisso ético e social que todos os pesquisadores devem ter, fazer com que o resultado desta pesquisa não se restrinja ao espaço acadêmico, a um volume guardado em uma biblioteca e/ou disponível no ambiente virtual. É preciso fazer circular em diferentes espaços a discussão aqui proposta e as conclusões às quais foi possível chegar, seja em ambientes escolares, corroborando a formação de uma visão mais crítica no que se refere à questão de sexualidade e de gênero, ou em outros locais formativos, explorando, inclusive, o meio digital e suas redes sociais.

Chego a essa conclusão por entender a gravidade da prática homofóbica e do cerceamento da liberdade de expressão, e por compreender que uma pesquisa não deveria ser

apenas um exercício intelectual. Há um compromisso social diante de pautas tão sérias quanto as que provocou a polêmica da Bienal. Além disso, enquanto pesquisadora da área do discurso e da argumentação, considero importante ajudar a quem esteja em qualquer nível de formação a compreender melhor (e aperfeiçoar a minha compreensão) os discursos que circulam sobre temas polêmicos. E não com pretensão de estabelecer verdades, mas para oferecer ferramentas de análises que favoreçam um entendimento mais amplo sobre valores e crenças, ou seja, sobre as ideologias a partir das quais certos discursos são defendidos ou combatidos.

E como comecei com Guimarães Rosa lá na epígrafe inicial da tese, quero com ele terminar, evocando sua personagem Diadorim mais uma vez para dizer “Carece de ter coragem. Carece de ter muita coragem...” (Rosa, p. 2021, p. 1010. Eu tive ao decidir iniciar, eu tive ao decidir permanecer. Eu terei muitas coragens após concluir esta etapa tão importante para a minha formação não apenas enquanto pesquisadora, mas enquanto cidadã. E seguirá a travessia...

REFERÊNCIAS

ABSURDO. In: **Michaelis**: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/absurdo> Acesso em: 20 out. 2025.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 96-114, 2021.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Tradução de Rosalice B. W. S. Ponto *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto 2020.

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Hershberg. **Estereótipos e clichês**. Tradução de Alena Ciulla *et al.* São Paulo: Contexto, 2022.

ANGENOT, Marc. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

ANTÓN, Jacinto. Pretorianos, a força obscura por trás do trono dos imperadores romanos. **El País**, Barcelona, 09 jan. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/28/cultura/1514469132_803437.html Acesso em: 02 nov. 2025.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 106–130, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2020.1.4> Acesso em: 10 nov. 2025.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

ATIVISTAS respondem com 'beijaco' coletivo na Paulista. **Época Negócios**. 01 out. 2014. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2014/10/ativistas-respondem-com-beijaco-coletivo-na-paulista.html> Acesso em: 14 dez. 2025.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance II**: as formas do tempo de do cronotopo. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello & Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

BANCADA do livro no Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1673235490680063-bancada-do-livro-no-rio>. Acesso em: 13 set. 2025.

BANCADA DO LIVRO. O Grande José Castilho é o convidado especial da Bancada Do Livro no encontro do dia 20/04. Rio de Janeiro, 20 abr. 2020a. **Instagram**, @bancadadolivro. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_Gaz8JgZvh/ Acesso em: 13 set. 2025.

BANCADA DO LIVRO. Um novo legislativo. Uma nova política. Um novo Rio. Rio de Janeiro, 24 jul. 2020b. **Instagram**, @bancadadolivro. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDC9khfJjlv/> Acesso em: 13 de set. 2025.

BANCADA DO LIVRO. Gratidão pela energia, pela crença, pela militância, pela divulgação, pelo apoio e pelos 3.306 votos! Rio de Janeiro, 16 nov. 2020c. **Instagram**, @bancadadolivro. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHqvIDhpsrS/> Acesso em: 13 set. 2025.

BANCADA DO LIVRO. Quem vai defender o livros nessas eleições? Rio de Janeiro, 01 jul. 2024. **Instagram**, @bancadadolivro. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C843y89pL-R/> Acesso em: 13 de set. 2025.

BARBON, Júlia. Artistas e professores criam Bancada do Livro para concorrer a vereador no Rio. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 26 jul. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/artistas-e-professores-criam-bancada-do-livro-para-concorrer-a-vereador-no-rio.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo Acesso em: 13 set. 2025.

BEIJO. In: **Michaelis**: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/beijo> Acesso em: 08 dez. 2025.

BOCK-CÔTÉ, Mathieu. **O império do politicamente correto**: ensaio sobre a respeitabilidade político-midiática. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: Editora É Realizações, 2021.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 204-213, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802008000200006/8184> Acesso em: 30 mar. 2025.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2017.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 9-31, 2021.

BRAIT, Beth; MELO, de Rosineide. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, p. 61-78, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. DF: Portal CNJ, 2016. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754> Acesso em: 14 fev. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República**, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019> Acesso em 18 abril 2024.

BRENMAN, Ilan. **A condenação de Emília**: o politicamente correto na literatura infantil. Belo Horizonte: Aletria, 2012.

BUGALHO, Henry. **Como vencer um debate tendo razão**: por uma ética do debate no Brasil. São Paulo: Planeta, 2022.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CABRAL, Felipe. **O primeiro beijo de Romeu**. Rio de Janeiro: Galera Record, 2021a.

CABRAL, Felipe. “O primeiro beijo de Romeu” chegou ao @amazonkindle! 21 nov. 2021b. **Instagram**. @felipecabralrj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CWIP0Qvu6tH/> Acesso em: 05 out. 2025.

CABRAL, Felipe. É hoje! Lançamento oficial com sessão de autógrafos de “O primeiro beijo de Romeu”! Bienal do Livro Rio, 04 dez. 2021c. **Instagram**. @felipecabralrj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXD57ZJunez/> Acesso em: 05 out. 2025.

CABRAL, Felipe. Aconteceu! Ontem “O primeiro beijo de Romeu” entrou no top 10 dos Mais Vendidos da @editorarecord na Bienal! Bienal do Livro Rio, 22 jun. 2025. **Instagram**.

@felipecabralrj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DLNA6VoO0tA/> Acesso em: 05 out. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (CMRJ). **Discursos e votações**. Sessão Ordinária/ Ordem do Dia/ Pela Ordem: Vereador Babá, Vereador Alexandre Isquierdo. Rio de Janeiro-RJ: Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Departamento de taquigrafia, revisão e redação, 64ª sessão, 04 set. 2019a. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/b6ffaf8b8f1ae8a18325846b00727232?OpenDocument> Acesso em: 14 dez. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (CMRJ). **Discursos e votações**. Sessão Ordinária/ 1ª Parte do Grande Expediente/ Discurso: Renato Cinco. Rio de Janeiro-RJ: Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Departamento de taquigrafia, revisão e redação, 67ª sessão, 11 set. 2019b. Disponível em: [//www.camara.rio/atividade-parlamentar/plenario/discursos-e-votacoes](http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/plenario/discursos-e-votacoes). Acesso em: 14 dez. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (CMRJ). **Discursos e votações**. Sessão Ordinária/ 1ª Parte do Grande Expediente/ Discurso: Leonel Brizola. Rio de Janeiro-RJ: Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Departamento de taquigrafia, revisão e redação, 67ª sessão, 11 set. 2019c. Disponível em: [//www.camara.rio/atividade-parlamentar/plenario/discursos-e-votacoes](http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/plenario/discursos-e-votacoes). Acesso em: 14 dez. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (CMRJ). **Discursos e votações**. Sessão Ordinária/ 1ª Parte do Grande Expediente/ Discurso: Teresa Bergher. Rio de Janeiro-RJ: Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Departamento de taquigrafia, revisão e redação, 67ª sessão, 11 set. 2019d. Disponível em: [//www.camara.rio/atividade-parlamentar/plenario/discursos-e-votacoes](http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/plenario/discursos-e-votacoes). Acesso em: 14 dez. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (CMRJ). **Discursos e votações**. Sessão Ordinária/ 1ª Parte do Grande Expediente/ Discurso: Tarcísio Motta. Rio de Janeiro-RJ: Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Departamento de taquigrafia, revisão e redação, 67ª sessão, 11 set. 2019e. Disponível em: [//www.camara.rio/atividade-parlamentar/plenario/discursos-e-votacoes](http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/plenario/discursos-e-votacoes). Acesso em: 14 dez. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (CMRJ). **Discursos e votações**. Sessão Ordinária/ Ordem do Dia/ Pela Ordem: Vereadores Tarcísio Motta, Renato Cinco e Alexandre Isquierdo. Rio de Janeiro-RJ: Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Departamento de taquigrafia, revisão e redação, 6ª sessão, 11 set. 2019f. Disponível em: <https://www.camara.rio/atividade-parlamentar/plenario/discursos-e-votacoes> Acesso em: 14 dez. 2025.

CAMBRONE, Giowana. **Facebook**. 06 set 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/events/374852986530432?context=%7B%22event_action_history%22%3A%7B%22surface%22%3A%22user_timeline%22%7D%2C%7B%22mechanism%22%3A%22attachment%22%2C%22surface%22%3A%22newsfeed%22%7D%2C%22ref_notif_type%22%3Anull%7D&locale=pt_BR Acesso: 17 ago. 2025.

CAMPOS, João. **Projeto de Decreto Legislativo n. 234/2011**. Susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da

orientação sexual. Brasília: Câmara dos Deputados, 02 jun. 2011. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=881210&filename=PDC%20234/2011 Acesso em: 06 jan. 2025.

CARTWRIGHT, Mark. Cruzada das Crianças. Tradução de José Monteiro Queiroz-Neto. **Word History Encyclopedia**: em português. 04 set. 2018. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-17141/cruzada-das-criancas/> Acesso em: 23 fev. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução Fabiana Komesu (Coord.). 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

COELHO, Henrique. Autores e editores fazem manifesto contra censura na Bienal do Livro do Rio. **G1**. 08 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/08/autores-e-editores-fazem-manifesto-contras-censura-na-bienal-do-livro-do-rio.ghml>. Acesso: 07 set. 2025.

CONTRA Felipe Neto, deputada de Pernambuco distribui 10 mil livros que condenam ‘ideologia de gênero’. **Isto é**. 19 set. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/contra-felipe-neto-deputada-de-pernambuco-distribui-10-mil-livros-que-condenam-ideologia-de-genero> Acesso em: 31 ago. 2025.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Introdução geral. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História das emoções**: 1. Da Antiguidade às Luzes. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

CORREIO, Edson Santos Silva; CORREIO, Wallas Jefferson Lima. Homo eroticus: considerações acerca do conceito de sodomia nos processos da Inquisição Portuguesa. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 265-284, set. 2016. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/homo-eroticus-consideracoes-acerca-698435325> Acesso em: 23 fev. 2025.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e Preconceito contra Diversidade Sexual: Debate Conceitual. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia** – 2015, Vol. 23, nº 3, p. 715-726. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a15.pdf> Acesso em: 26 out. 2025.

COSTA, Renata. **A leitura cria mundos**: um projeto sobre a democratização do livro. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2022.

COUTINHO, João Pereira. **Roda Viva – João Pereira Coutinho**. YouTube. 18 de abril 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SbjfnCG6KbU&t=3635s>. Acesso em 27 jan. 2025.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras (novamente) explicadas a revolucionários e a reacionários**. São Paulo: Edições 70, 2024.

CRIVELLA perdeu a razão, diz Doria sobre censura na Bienal do Livro. **Gazeta do Povo**, 07 Set. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/crivella-perdeu-razao-diz-doria-sobre-livro-beijo-gay>. Acesso em: 29 out. 2019.

CRIVELLA, Marcelo. A decisão de recolher os gibis na Bienal teve apenas um objetivo: cumprir a lei e defender a família. **Twitter**. 06 set. 2019b. Disponível em: <https://x.com/MCrivella/status/1170081011822149632?t=Bn7iqrjJbXM70rl4JfaTCA&s=08.A>. Acesso em: 09 dez. 2025.

CRIVELLA, Marcelo. Não é censura nem homofobia como muitos pensam. **Twitter**. 08 set. 2019c. Disponível em: <https://x.com/MCrivella/status/1170813640712368130?t=8DFHucrpyA-4ZPq0km9aYA&s=08>. Acesso em: 09 dez. 2025.

DE PAULA, Patricia de. Peça LGBTI+ ‘40 anos esta noite’ estreia com desconto para ‘meninos de rosa e meninas de azul’. 12 jan. 2019. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/peca-lgbti-40-anos-esta-noite-estreia-com-desconto-para-meninos-de-rosa-meninas-de-azul-23362253#:~:text=RIO%20%E2%80%94Em%20seu%20anivers%C3%A1rio%20de,e%20amanh%C3%A3%20para%20o%20p%C3%ABlico>. Acesso em: 27 set. 2025.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora-MG, v. 13, n. 2, p. 55-72, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12431/7488>. Acesso em: 09 dez. 2025.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. Judith Hoffnagel e Karina Falcone (Org.). Tradução de Judith Hoffnagel *et al.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

DYSON, Michael Eric et al. **Politicamente correto**: os debates Munk. Tradução de André de Leones. São Paulo: É Realizações, 2020.

EDITORIA DEVIRES. Quem somos. Disponível em: <https://editoradevires.com.br/quem-somos>. Acesso em: 12 out. 2025.

EMEDIATO, Wander. **Análise do discurso**: numa perspectiva enunciativa e pragmática. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

EMEDIATO, Wander. Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis: princípios teórico-analíticos e estudos de caso. In: EMEDIATO, Wander (org.). **Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 9-79, 2023.

EMICIDA. **Amoras**. Ilustrações Aldo Fabrini. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2018.

ESPINOSA, Ángeles. A ideologia do Talibã: uma mistura de fundamentalismo islâmico e costumes pashtuns. **El País**. 07 set. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-07/a-ideologia-do-taliba-uma-mistura-de-fundamentalismo-islamico-e-costumes-pashtuns.html>. Acesso em: 02 nov. 2025.

ESTÁ chegando a XIX Bienal Internacional do Livro Rio. **SNEL**, 05 ago. 2019. Disponível em: <https://snel.org.br/2019/08/05/esta-chegando-a-xix-bienal-internacional-do-livro-rio/> Acesso em: 11 dez. 2025.

FELIPE Neto é o segundo youtuber mais assistido no mundo em 2019. **Uol**, 05 dez. 2019. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/05/felipe-neto-e-o-segundo-youtuber-mais-assistido-no-mundo-em-2019.htm#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20repercuss%C3%A3o%20por%20usar,conte%C3%BAdo%20de%20todo%20o%20planeta> Acesso: 24 ago. 2025.

FERES JÚNIOR, João. Esquerda, direita e o politicamente correto: breve estudo comparado. **Revista USP**, São Paulo, n. 115, p. 51-66, out./nov./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i115p51-66> Acesso em 08 dez. 2025.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Morfologia para a educação básica**: apoio ao professor, complemento ao livro didático. São Paulo: Contexto, 2022.

FERREIRA, Anderson. **PL n. 6583/2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 16 out. 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL%206583/2013. Acesso em: 07 jan. 2025.

FERREIRA, Lola. Público da Bienal faz "beijaco" contra apreensão de livros LGBTQ+. **UOL**. Rio de Janeiro, 07 set. 2019a. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/07/publico-da-bienal-faz-beijaco-contr-a-apreensao-de-livros-lgbt.htm>. Acesso: 17 ago. 2025.

FERREIRA, Lola. Felipe Neto atrai multidão de adolescentes em ação LGBTQ+ na Bienal. **UOL**. Rio de Janeiro, 07 set. 2019b. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/07/felipe-neto-atrai-multidao-de-adolescentes-em-acao-lgbtq-na-bienal.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 31 ago. 2025.

FIGUEIREDO, Chrislayne Aparecida Pereira de. Evolução histórica da família no Brasil. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v.17, n. 2, p. 203-225, dez. 2022. Disponível em: <https://revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/1200/848#:~:text=A%20fam%C3%ADlia%20foi%20simplificada%2C%20desburocratizada,e%20abordagem%20qualitativa%20de%20pesquisa> Acesso em: 14 fev. 2026.

FIORIN, José Luiz. A linguagem politicamente correta. **Revista Linguasagem**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 1-5, ago. 2008. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/532> Acesso em: 08 dez. 2025.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

FRANÇA, Rodrigo. **O pequeno príncipe negro**. Ilustração Juliana Barbosa Pereira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

GANDI, Mahatma; TOLSTÓI, Leão. **A arte da comunicação não violenta**: escritos e correspondências entre Gandhi e Tolstói. Tradução de Sarah Oliveira. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

GIANNINI, Alessandro. Crivella é condenado por recolher quadrinho da Marvel com beijo gay. **VEJA**, 25 set. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/gibis-e-cia/crivella-condenado-por-recolher-quadrinho-da-marvel-que-continha-beijo-gay/> Acesso em: 15 fev. 2025.

GIANNINI, Alessandro. Justiça mantém condenação de Crivella por recolher gibi com beijo gay. **VEJA**, 24 mar. 2026. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/gibis-e-cia/justica-mantem-condenacao-de-crivella-por-recolher-gibi-com-beijo-gay/> Acesso em: 26 mar. 2026.

GOBBI, Nelson; MACEDO, Aline. Distribuição de livros LGBT comprados por Felipe Neto gera clima de Copa na Bienal. **O Globo**, 07 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/distribuicao-de-livros-lgbt-comprados-por-felipe-neto-gera-clima-de-copa-na-bienal-23934176> Acesso em 14 dez. 2025.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. A dinâmica da (re)construção do ethos em cadeias discursivas digitais: uma discussão teórico-metodológica. **Verbum**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 65-94, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/48366> Acesso em: 7 dez. 2025.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. **A argumentação prática**: teoria, método e análise. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

GONZATTI, Christian. **Pode um LGBTQIA+ ser um super-herói no Brasil**. Salvador: Devires, 2022a.

GONZATTI, Christian. Meu primeiro livro está em pré-venda! 25 mai. 2022b. **Instagram**. @chrisgonzatti. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cd_2sx7PVcG/?img_index=1 Acesso em: 12 out. 2025.

GONZATTI, Christian. Convite para defesa de tese de doutorado. 22 mar. 2022c. **Instagram**. @chrisgonzatti. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CbYShIPPZ14/?img_index=1 Acesso em: 12 out. 2025.

GONZATTI, Christian. Tô sem palavras pra lindeza que foi a PocCon! 18 jun. 2022d. **Instagram**. @chrisgonzatti. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ce94zeyLn4Z/?img_index=1 Acesso em: 12 out. 2025.

GONZATTI, Christian. Mais uma vez, o lado colorido da força venceu o ódio. 1 set. 2022e. **Instagram**. @chrisgonzatti. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ch_I3X9jf_l/ Acesso em: 12 out. 2025.

GORTÁZAR, N. G. Felipe Neto, um soldado de peso contra bolsonaristas nas redes. **El País**, São Paulo, 09 set. 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/09/politica/1568061653_050104.html Acesso em 03 ago. 2025.

GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e campo. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 132-160, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

HEINBERG, Allan; CHEUNG, Jim. **Vingadores**: A Cruzada das Crianças. Tradução de Rodrigo Barros e Paulo França. São Paulo: Editora Salvat, 2016.

HILTON, Erika. **Projeto de Lei n. 5.034, de 2023**. Altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, 'para equiparar as ações e métodos que objetivam a conversão da orientação sexual e da identidade de gênero ao crime de tortura, nos termos do art. 5º, inciso XLIII da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 17 out. 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2345873&filename=PL%205034/2023 Acesso em: 06 jan. 2025.

ISQUIERDO, Alexandre. Um alerta aos pais! 05 set. 2019. **Twitter**. Disponível em: [//twitter.com/Isquierdorio/status/1169635698078617603](https://twitter.com/Isquierdorio/status/1169635698078617603) Acesso em: 25 abr. 2022.

JUCÁ, Beatriz. Justiça veta censura homofóbica de Crivella na Bienal do Livro do Rio. **El País**, São Paulo, 07 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/politica/1567794692_253126.html Acesso 03 mar. 2025.

LAMEIRA, Adriano R. A origem evolutiva do beijo humano. **Antropologia evolutiva**, 2024. DOI: 10.1002/evan.22050 Acesso em 14 fev. 2026.

LIMA, Helcira. Argumentação no discurso: problemáticas e perspectivas. *In*: AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; DAMASCENO-MORAIS, Rubens (orgs.). **Introdução à análise da argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 163-192, 2022.

LIMA, Luiz Costa. **Mímesis e modernidade**: formas das sombras. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

LOFF, Manuel. O bolsonarismo é o neofascismo adaptado para o século XXI. [Entrevista concedida a Ricardo Viel]. **Pública**: agência de jornalismo investigativo. 29 jul. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/> Acesso em 10 de out. 2023.

LOPES, Priscila Santos. **Obras de arte da exposição Queermuseu (2017) em polêmica**: composição axiológica e conflito entre defensores da liberdade artística e político-religiosos. 155 f., 2025. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2025. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1818#preview-link0> Acesso em: 09 dez. 2025.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, p. 151-166, 2020.

MADEIRA, Rafael Machado; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 171-186, 28 out. 2011. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/591> Acesso em 22 jan. 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MANIFESTO da Bienal do Livro do Rio de Janeiro: o brasileiro não precisa de tutor. **Ninja**, 09 set. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/manifesto-da-bienal-do-livro-do-rio-de-janeiro-o-brasileiro-nao-precisa-de-tutor/> Acesso em: 07 set. 2025.

MATOS E SILVA, Ivan Henrique. Liberal na economia e conservador nos costumes: uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 36, n. 107, 2021. DOI: 10.1590/3610702/2021 Acesso em: 11 dez. 2025.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, mar. 2022, p. 25-39. DOI: doi.org/10.23906/ri2022.73a03 Acesso em: 10 de out. 2023.

MAZZOLA, Renan. **Retórica, argumentação e emoções: itinerários convergentes**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2023.

MEDEIROS, Zulmira. Gêneros, multimodalidade e letramentos. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. 14 (3), Set 2014. DOI: doi.org/10.1590/S1984-63982014000300005 Acesso em: 12 mar. 2026.

MELO, Mônica. Livro infantil do rapper Emicida é vandalizado por mãe de aluno com críticas às religiões de matriz africana. **G1 Bahia**. 07 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/07/livro-infantil-de-emicida-e-alvo-de-intolerancia-religiosa-praticada-por-mae-de-aluno-em-escola-de-salvador.ghtml> Acesso em: 09 dez. 2025.

MEMES criticam tentativa de prefeito de censurar livro de HQ na Bienal. **O Globo**, 08 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/memes-criticam-tentativa-de-prefeito-de-censurar-livro-de-hq-na-bienal-23935096> Acesso em: 15 jan. 2026.

MENDONÇA, Heloisa. Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. **El País**. São Paulo, 13 de set. de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html Acesso em: 02 jun. 2024.

MIONTELLO, Vlademir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, p. 167-176, 2020.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. Dossiê: sexualidades disparatadas. **Caderno Pagu**, n. 28, p.101-128, Jun. 2007. DOI: doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006 Acesso em: 04 mar. 2025.

MISSÃO, visão e valores. **Republicanos 1**, Brasília-DF. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/missao-visao-valores/> Acesso em: 11 dez. 2025.

MOURA Júnior. Roteirista Felipe Cabral lança romance marcado por protagonismo LGBTQIA+. **Eu, Rio!** Rio de Janeiro, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://eurio.com.br/noticia/27388/roteirista-felipe-cabral-lanca-romance-marcado-por-protagonismo-lgbtqia.html> Acesso em: 06 out. 2025.

MURAY, Philippe. **O império do bem**: a ditadura do politicamente correto. Tradução de Wiliam Alves Biserra. São Paulo: Faro Editorial, 2022.

NASCIMENTO, Lucas Nascimento Silva. **Análise Dialógica da Argumentação**: a polêmica entre afetivossexuais e reformistas no espaço público. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. 557f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br> Acesso em: 10 nov. 2024.

NASCIMENTO, Lucas. Desvirtude discursiva no discurso religioso evangélico: análise dialógica da argumentação e ética. In: RIBEIRO, Maria Inês B. C. Noel; CAVALCANTE FILHO, Urbano (org.). **Exercícios dialógicos na perspectiva da filosofia da linguagem bakhtiniana**. E-book. São Paulo: FFLCH/USP, p. 60-77, 2024.

NASCIMENTO, Lucas. **O veneno da língua**. O desafio evangélico de falar a verdade sem ferir. São Paulo: Mundo Cristão, 2025.

NEIMAN, Susan. **A esquerda não é woke**. Tradução de Rodrigo Coppe Caldeira. Belo Horizonte-MG: Editora Âyné, 2024.

NETO, Felipe. **Censura na Bienal!** 06 set. 2019a. 1 vídeo (339 min). Publicado pelo canal do Felipe Neto. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=CENSURA+NA+BIENAL Acesso: 08 mai. 2025.

NETO, Felipe. 7 de setembro, tinha que ser nesse dia, o nosso dia, o dia do BRASIL! 07 set. 2019b. **Instagram**: @felipeneto. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B2IHuWhpmVe/> Acesso em: 02 set. 2025.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOSSA história: o Sindicato Nacional dos Editores de Livros. **SNEL**, s.d. Disponível em: <https://snel.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 11 dez. 2025.

NITAHARA, Akemi. Bienal vende mais de 4 milhões de livros no Rio. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 09 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/bienal-vende-mais-de-4-milhoes-de-livros-no-rio> Acesso em: 02 de jan. 2025.

NOGUERA, Renato. Representação e representatividade. **Coletivo Indra**. 18 dez. 2019. Disponível em: <https://coletivoindra.org/blog-opinioao/representao-e-representatividade/18/12/2019> Acesso em: 23 fev. 2025.

OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés. Razão, retórica e argumentação: a racionalidade argumentativa em Chaïm Perelman. *In*: PIRIS, Eduardo Lopes; GRÁCIO, Rui Alexandre (orgs.). **Introdução às teorias da argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

PATIFE. *In*: **Michaelis**: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/13P49/patife/> Acesso em: 20 out. 2025.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Julia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas (Orgs.). Tradução de Ana Carolina Vilela-Ardenghi *et al.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Galvão. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. Retórica antigênero e ordem pública: a cruzada das crianças. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 472-489, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v21i2.35158> Acesso em: 3 mar. 2025.

POSSENTI, Sírio. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 123-140, 1995. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.3.2.123-140> Acesso em: 9 dez. 2025.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discursos e sujeito. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PÚBLICO da Bial faz 'beijaco' contra ordem de Crivella para apreender livros. **G1**. Rio de Janeiro, 07 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/07/publico-da-bial-fazem-beijaco-contra-ordem-de-crivella-para-apreender-livros.ghtml> Acesso em: 14 dez. 2025.

REIMÃO, Sandra; NERY, João Elias; MAUÉS, Flamarion. Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro 2019-2020. **Literatura e Autoritarismo**, [S. l.], n. 40, p. 5-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/1679849X66347> Acesso em: 9 dez. 2025.

RIBEIRO, Renato Janine. Extrema-direita avança com ódio aos direitos humanos, diz filósofo. [Entrevista concedida a Roldão Arruda]. **Estadão**. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/extrema-direita-avanca-com-odio-aos-direitos-humanos-diz-filosofo/> Acesso em: 17 out. 2023.

RISO, Walter. **A arte de ser flexível**. Tradução de Marcelo Barbão. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

ROßBACH, Nikola. Censura: Conceitos e Definições Revista. **Contingentia**, Revista do Setor de Alemão da UFRGS, vol. 13, n. 1, p. 6-30, jan-jul 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/contingentia/article/view/147613> Acesso em: 02 nov. 2025.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROCHA, João Cezar de Castro. **O plano de poder da extrema direita no Brasil**: João Cezar de Castro Rocha Subsolo #10. 15 de out. 2024. 1 vídeo (152 min). Publicado pelo canal Livraria Leonardo da Vinci. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EisWQdBPmJk> Acesso em 02 fev. 2025.

RODRIGUES, Aroldo. **Da inutilidade das discussões**: uma análise psicológica da polarização no mundo atual. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

ROUVENAT, Fernanda. Livros com temática LGBT comprados por Felipe Neto são distribuídos na Bienal. **G1 Rio**. 07 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/07/livros-com-tematica-lgbt-comprados-por-felipe-neto-sao-distribuidos-na-bienal.ghtml> Acesso em: 31 ago. 2025.

SANTOS, Elis Angela Franco; MORAIS, Argus Romero Abreu de. Afetos que ofendem: a polêmica em torno do beijo na HQ Vingadores na XIX Bienal do Livro do Rio de Janeiro. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 19, n. 43, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/48454/35696> Acesso em: 28 jan. 2026.

SANTOS, Roberto Elísio dos; CHINEN, Nobu. Categorização e análise de *graphic novels* brasileiras. **Sociopoética**, [S. l.], v. 1, n. 22, p. 129–140, 2020. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/SOCIOPOETICA/article/view/269>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCABIN, Nara Lya Cabral. **Politicamente correto, uma categoria em disputa**. Curitiba: Appris, 2018.

SCHIITT, Luiz Gustavo. A família deve ser mantida como ela é, diz Crivella sobre casamento religioso de gays. 09 set. 2016. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/a-familia-deve-ser-mantida-como-ela-diz-crivella-sobre-casamento-religioso-de-gays-20079908> Acesso em: 19 out. 2025.

SOBRAL, ADAIL. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 93-114, 2013. DOI: 10.22456/1982-5269.38573 Acesso em: 22 jan. 2025.

TEIXEIRA, Ezequiel. **Projeto de Lei n. 4931/2016**. Dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção à Dignidade Humana. Brasília: Câmara dos Deputados, 06 abr. 2016. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1448894&filename=PL%204931/2016 Acesso em: 06 jan. 2025.

TOFFOLI, Dias. **Medida cautelar na suspensão de liminar 1.248 Rio de Janeiro**. Brasília, 8 set. 2019. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/SL1248.pdf> Acesso em: 03 mar. 2025.

TORRES, Bolivar. Ao menos 70 autores assinam manifesto contra censura, após reação de Crivella a gibi com beijo gay. **O Globo**. 08 set. 2019. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/cultura/ao-menos-70-autores-assinam-manifesto-contr-censura-apos-reacao-de-crivella-gibi-com-beijo-gay-23935445> Acesso em: 07 set. 2025.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 3. ed. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2021.

XAVIER, Getulio. Bolsonaro repete ofensa que fez contra negros e quilombolas: ‘Tu pesa mais de 7 arrobas, né?’. **Carta Capital**, 12 mai. 2022. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-repete-ofensa-que-fez-contr-negros-e-quilombolas-tu-pesa-mais-de-7-arrobas-ne/> Acesso em: 03 mar. 2026.

ZAMBELLI, Carla. O alvo dessa teia de destruição de valores humanos não é mais você.

Twitter. 29 jul. 2020. Disponível em:

twitter.com/Zambelli2210/status/1288619501089624064?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1288619501089624064%7Ctwgr%5Eee11967cdec8f78a75e4f351da82210aebd97a1%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.terra.com.br%2Fnos%2Fxuxa-perde-processo-para-carla-zambelli-e-tera-de-pagar-r-313-milf1dc6299f4e4562128c7ab5c6a65cc158lga5gbp.html Acesso em: 20 de abril de 2024.

ZIZEK, Slavoj. Trump e o retorno do politicamente incorreto. **Blog da Boitempo**, 19 fev. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/02/19/zizek-donald-trump-e-o-retorno-do-politicamente-incorreto/> Acesso em: 28 mai. 2024.